



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL
(PDI) 2010-2014

Aprovado pela Resolução Conselho Universitário/Conselho Diretor: nº/2010, de
...../...../2010

TERESINA, PIAUÍ

MARÇO DE 2010

FICHA CATALOGRÁFICA

U232p Universidade Federal do Piauí.
Plano de Desenvolvimento Institucional
(PDI) 2010-2014 / Universidade Federal do
Piauí. – Teresina : EDUFPI, 2010.
232 p.

1. Planejamento estratégico. 2. Plano de
gestão. I. Título.

CDD 658.401

REITOR

Luiz de Sousa Santos Júnior

VICE-REITOR

Edwar de Alencar Castelo Branco

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

José Arimatéia Dantas Lopes

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Fábio Napoleão do Rego Paiva Dias

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Guiomar de Oliveira Passos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Saulo Cunha de Serpa Brandão

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Maria da Glória Carvalho Moura

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Nadir do Nascimento Nogueira

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

Maria do Carmo de Souza Batista

José Arimatéia Dantas Lopes

Teresa Christina Torres Silva Honório

Apoio Técnico:

Airton Júnior Vieira Santos

Ezequiel Vieira Lima Júnior

Lista de siglas e abreviaturas:

- BCCB - Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castelo Branco
- C & T – Ciência e Tecnologia
- CA - Centro Acadêmico
- CAAP - Coordenadoria de Apoio e Assessoramento Pedagógico
- CACC - Coordenadoria de Assuntos Culturais e Comunitários
- CAD - Conselho de Administração
- CAFS - Campus Dr. Amílcar Ferreira Sobral
- CAPES - Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
- CC - Coordenadoria de Currículo
- CCA - Centro de Ciências Agrárias
- CCE - Centro de Ciências da Educação “Prof. Mariano da Silva Neto”
- CCHL - Centro de Ciências Humanas e Letras
- CCN - Centro de Ciências da Natureza
- CCS – Centro de Ciências da Saúde
- CCSEE - Coordenadoria de Cursos, Seminários e Estágios Extracurriculares
- CEAD - Centro de Educação Aberta à Distância
- CEC - Coordenadoria de Estágio Curricular
- CEDE - Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino
- CEPEX - Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
- CES – Câmara de Educação Superior
- CGP - Coordenadoria Geral de Pesquisa
- CGPG - Coordenadoria Geral de Pós-Graduação
- CICT - Coordenadoria de Informação em Ciência e Tecnologia
- CNE - Conselho Nacional de Educação
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
- CONSUN – Conselho Universitário
- COORDECOM – Coordenadoria de Comunicação Social
- COPESE - Coordenadoria Permanente de Seleção
- CPCE - Campus Professora Cinobelina Elvas
- CPP - Coordenadoria de Programas de Projetos e Extensão

CRMV - Campus Ministro Reis Veloso

CSHNB - Campus Senador Helvídio Nunes de Barros

CT – Centro de Tecnologia

CT-INFRA – Fundo de Infraestrutura

DAA - Diretoria de Administração Acadêmica

DAAD - *Deutscher Akademischer Austausch Dienst* (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico)

DCE – Diretório Central de Estudantes

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

DCR - Desenvolvimento Científico Regional

DIAI - Diretoria de Informação e Avaliação Institucional

DINTER - Doutorado Interinstitucional

DIPRO - Diretoria de Projetos e Obras

DOU – Diário Oficial da União

DRH - Diretoria de Recursos Humanos

DTI - Desenvolvimento Tecnológico Industrial

EaD - Ensino a Distância

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FAPEPI – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FUFPI - Fundação Universidade Federal do Piauí

HU - Hospital Universitário

HVU - Hospital Veterinário Universitário

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituição de Educação Superior

INBATE – Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica de Teresina

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”

IQD – Índice de Qualificação Docente

ITI – Iniciação Tecnológica Industrial

LDBE – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MEC - Ministério da Educação

MINTER – Mestrado Interinstitucional

NAP – Núcleo de Antropologia Pré-Histórica

NEPEM – Núcleos de Estudos e Pesquisa Sobre Mulher e Relações de Gênero

NINTEC – Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica

NPD – Núcleo de Processamento de Dados

ONG – Organização Não Governamental

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PET – Programa de Educação Tutorial

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBIT – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PLANFOR – Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

PPG - Programa de Pós-Graduação

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PRAD - Pró-Reitoria de Administração

PRAEC – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários

PREG – Pro – Reitoria de Ensino de Graduação

PREUNI – Prefeitura Universitária

PREX – Pró-Reitoria de Extensão

PROBEX – Programa Institucional de Bolsa de Extensão

PROCAD – Programas de Cooperação Acadêmica

PRODOC – Programas de Cooperação para a Fixação de Recém Doutores

PROEC – Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos

PROF – Programa de Fomento à Pós-Graduação

PRPPG - Pró-Reitoria de pesquisa e Pós-Graduação

RENORBIO – Rede Nordeste de Biotecnologia

REU – Residência Universitária

REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Brasileiras

RU – Restaurante Universitário

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SESU – Secretaria de Educação Superior

SETEC – Secretaria de Educação Tecnológica

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal

SIBi-UFPI Sistema de Bibliotecas da UFPI

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

TROPEN – Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura.

Listagens de Figuras, Quadros e Tabelas

Figuras:

Figura 1	Dimensões institucionais do PDI-UFPI-2010-2014	19
Figura 2	Princípios norteadores da atuação da UFPI	22
Figura 3	Área de atuação da UFPI no Estado do Piauí, envolvendo ensino presencial e a distância	23
Figura 4	Referenciais orientadores do cumprimento da missão da UFPI	28
Figura 5	Oferta de Cursos de graduação presencial, quinquênio 2005-2009	38
Figura 6	Oferta de vagas na graduação presencial, quinquênio 2005-2009	39
Figura 7	Práticas pedagógicas inovadoras para o quinquênio 2010-2014	51
Figura 8	Diretrizes para o ensino de graduação presencial da UFPI, quinquênio 2010-2014	79
Figura 9	Diretrizes para o ensino de graduação a distância da UFPI, quinquênio 2010-2014	86
Figura 10	Evolução das bolsas de pós-graduação stricto sensu da UFPI, quinquênio 2005-2009	95
Figura 11	Diretrizes para a pós-graduação da UFPI, quinquênio 2010-2014	98
Figura 12	Diretrizes para o acompanhamento dos egressos da UFPI, quinquênio 2010 – 2014	104
Figura 13	Diretrizes para a pesquisa, produção científica e inovação tecnológica na UFPI, quinquênio 2010 – 2014	115
Figura 14	Diretrizes para a política de extensão da UFPI, quinquênio 2010-2014	134
Figura 15	Diretrizes para o acompanhamento das ações de responsabilidade social na UFPI, no quinquênio 2010 – 2014	145
Figura 16	Estrutura Organizacional da UFPI	151
Figura 17	Princípios norteadores da Gestão Institucional, quinquênio 2010-2014	186
Figura 18	Diretrizes para a melhoria quali-quantitativa do acervo e serviços do Sistema de Bibliotecas, quinquênio 2010-2014	201
Figura 19	Diretrizes para a Comunicação Interna e Externa - quinquênio 2010-2014	214
Figura 20	Organograma da Diretoria de Informação e Avaliação Institucional	226

Quadros:

Quadro 1	Cursos de graduação ministrados pela UFPI, por Campus e área do conhecimento	40
Quadro 2	Programas Institucionais de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFPI	91
Quadro 3	Docentes/Pesquisadores do CNPq integrantes da pós-graduação stricto sensu da UFPI	92
Quadro 4	Doutorados interinstitucionais em andamento na UFPI, quinquênio 2005-2009	93
Quadro 5	Discentes matriculados e concluintes nos programas stricto sensu, quinquênio 2005-2009	94
Quadro 6	Programas de pós-graduação lato sensu oferecidos pela UFPI em 2009	96
Quadro 7	Programas de Residência Médica em andamento, na UFPI, em 2009	96
Quadro 8	Programas de Residência Médico-Veterinária em andamento, na UFPI, em 2009	97
Quadro 9	Discentes de PG lato sensu da UFPI, quinquênio 2005-2009	97
Quadro 10	Ingressos nos cursos de graduação da UFPI, durante a vigência do PDI 2005-2009	102
Quadro 11	Ingressos na Pós Graduação stricto sensu da UFPI durante e vigência do PDI 2005-2009	103
Quadro 12	Quantitativo do pessoal graduado pela UFPI, nos distintos cursos, durante a vigência do PDI 2005-2009	103
Quadro 13	Recursos destinados à pesquisa e pós-graduação, provenientes de diferentes fontes de financiamento, quinquênio 2005-2009	107
Quadro 14	Produção Bibliográfica da UFPI, quinquênio 2005-2009	110
Quadro 15	Linhas de Pesquisa em desenvolvimento da UFPI, no âmbito dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu	111
Quadro 16	Impactos acadêmico-sociais dos projetos de extensão desenvolvidos na UFPI, em 2009	131
Quadro 17	Programas/Projetos de Extensão cadastrados na UFPI, em 2009, por Unidade Acadêmica	131
Quadro 18	Projetos de extensão cadastrados em 2009, por área por área temática, sem vinculação específica a programas	132
Quadro 19	Quantitativo anual das Bolsas de Extensão da UFPI, quinquênio 2005-2009	132
Quadro 20	Cursos de extensão por área de conhecimento, quinquênio 2005-2009	133
Quadro 21	Alunos estagiários de extensão, por curso, e entidades concedentes, ano de 2009	133
Quadro 22	Componentes do Sistema de Bibliotecas da UFPI e acervo por Biblioteca	159
Quadro 23	Acervo do Sistema de Bibliotecas da UFPI, por área do conhecimento	160
Quadro 24	Demonstrativo da movimentação do Restaurante Universitário no ano de 2009: número de refeições e receitas versus despesas	161
Quadro 25	Recursos alocados em qualificação através de DINTERS, no quinquênio 2005-2009	170
Quadro 26	Evolução do Índice de Qualificação Docente na UFPI, quinquênio 2005-2009	171
Quadro 27	Titulação dos Docentes da UFPI por Unidade Acadêmica de Lotação, em 2009	172
Quadro 28	Servidores Técnico-Administrativos da UFPI, por categoria funcional, em 2009	177
Quadro 29	Projeção do quadro de pessoal da UFPI para o quinquênio 2010-2014	180
Quadro 30	Bolsas de Trabalho concedidas pela UFPI, por Campus, no quinquênio 2005-2009	181
Quadro 31	Área física da UFPI, por Campus	187

Quadro 32	Infraestrutura física do Centro de Ciências Agrárias	187
Quadro 33	Infraestrutura física do Centro de Ciências da Educação	188
Quadro 34	Infraestrutura física do Centro de Ciências Humanas e Letras	189
Quadro 35	Infraestrutura física do Centro de Ciências da Natureza	190
Quadro 36	Infraestrutura física do Centro de Ciências da Saúde	191
Quadro 37	Infraestrutura física do Centro de Tecnologia	193
Quadro 38	Infraestrutura física do Campus Ministro Reis Veloso	193
Quadro 39	Infraestrutura física do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros	194
Quadro 40	Infraestrutura física do Campus Profª Cinobelina Eivas	195
Quadro 41	Infraestrutura física do Campus Dr. Amílcar Ferreira Sobral	196
Quadro 42	Infraestrutura resumida da UFPI para execução das atividades fins	197
Quadro 43	Serviços de adaptação da estrutura física da UFPI a portadores de necessidades especiais	202
Quadro 44	Orçamento anual da UFPI, quinquênio 2005-2009	218
Quadro 45	Resumo da variação dos orçamentos iniciais e finais da UFPI, no período 2005-2009	219
Quadro 46	Previsão orçamentária da UFPI para o quinquênio 2010-2014	220

Tabelas

Tabela 1	Docentes da UFPI, segundo a titulação, no ano de 2009	101
Tabela 2	Efetivo discente de graduação presencial da UFPI, por Campus, em 2009	102
Tabela 3	Docentes da UFPI, por regime de trabalho, em 2009	176
Tabela 4	Servidores Técnico-Administrativos da UFPI, por regime de trabalho, em 2009	177

SUMÁRIO

Listagens de Figuras, Quadros e Tabelas	viii
APRESENTAÇÃO	13
NOTA EXPLICATIVA	14
1	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PDI 2005-2009 E INTRODUÇÃO AO PDI ATUAL
2	Perfil Institucional
2.1	Breve Histórico da UFPI
2.2	Missão da UFPI
2.3	Princípios de Organização da Estrutura
2.4	Dos Objetivos e Metas
3	PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL
3.1	Inserção Regional
3.2	Princípios Filosóficos e Metodológicos
3.3	Organização Didático-Pedagógica
3.3.1	Graduação
3.3.1.1	Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC)
3.3.1.2	Perfil do Egresso
3.3.1.3	Práticas Pedagógicas Inovadoras
3.3.1.4	Integralização curricular
3.3.1.5	Estágio, Prática Profissional e Atividades Complementares
3.3.1.6	Políticas e Práticas de Educação para a Distância
3.3.1.7	Políticas de Educação Inclusiva
3.3.1.8	Áreas de Atuação Acadêmica
3.3.1.8.1	Unidades Acadêmicas
	♦ Centro De Ciências Agrárias
	-Cursos de Graduação
	♦ CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
	-Cursos de Graduação
	♦ CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
	-Cursos de Graduação
	♦ CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
	-Cursos de Graduação
	♦ CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
	-Cursos de Graduação
	♦ CENTRO DE TECNOLOGIA
	-Cursos de Graduação
	♦ CAMPUS MINISTRO REIS VELOSO
	-Cursos de Graduação
	♦ CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
	-Cursos de Graduação
	♦ CAMPUS DR. AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL
	-Cursos de Graduação
	♦ CAMPUS PROFESSORA CINOBELINA ELVAS
	-Cursos de Graduação
	♦ CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA A DISTÂNCIA(CEAD)
	-Cursos de Graduação ministrados a distância
	Localização dos Pólos de Apoio Presencial
3.3.1.8.2	Educação Profissionalizante
3.3.1.9	Diretrizes para o Ensino de Graduação da UFPI, quinquênio 2010-2014
3.3.2	Pós-Graduação
3.3.2.1	Stricto Sensu
3.3.2.2	Lato Sensu
3.3.2.2.1	Cursos de Especialização
3.3.2.2.2	Programas de Residência Médica
3.3.2.2.3	Programas de Residência Médico-Veterinária
3.3.2.3	Diretrizes para a Pós-Graduação quinquênio 2010-2014

3.4	Corpo Social	100
3.4.1	Corpo Docente	101
3.4.2	Corpo Discente	102
3.4.3	Pessoal Técnico-Administrativo	103
3.4.4	Egressos	103
3.4.5	Diretrizes para a melhoria quali-quantitativa do corpo social 2010-2014	105
3.5	Atividades de Pesquisa, Produção científica e Inovação Tecnológica	105
3.5.1	Panorama atual	106
3.5.2	Diretrizes para a melhoria quali-quantitativa da política de pesquisa, produção científica e inovação tecnológica, 2010-2014	115
3.6	Programas de Extensão	116
3.6.1	Panorama atual	121
3.6.2	Diretrizes para a melhoria quali-quantitativa da Extensão da UFPI, 2010-2014	134
3.7	Responsabilidade Social	136
3.7.1	Panorama atual	137
3.7.2	Metas direcionadas à melhoria quali-quantitativa das ações de responsabilidade social, 2010-2014	144
4	Gestão Institucional	146
4.1	Organização Administrativa	146
4.1.1	Organograma Institucional	150
4.1.2	Órgãos Colegiados: atribuições e competências	152
4.1.3	Órgãos de apoio às atividades acadêmicas	157
	❖ Prefeitura Universitária	158
	❖ Biblioteca comunitária Jornalista Carlos Castelo Branco	159
	❖ Restaurante Universitário	160
	❖ Editora da UFPI (EDUFPI)	162
	❖ Hospital Universitário	162
	❖ Hospital Veterinário Universitário	163
	❖ Auditoria Interna	164
	❖ Coordenadoria Permanente de Seleção (COPESE)	164
	❖ Núcleo de Processamento de Dados (NPD)	165
4.1.4	Autonomia da Universidade em relação à Mantenedora	165
4.1.5	Relações e Parcerias com a comunidade, Instituições e Empresas	165
4.2	Organização e Gestão Pessoal	169
4.2.1	Políticas de titulação do corpo docente	169
4.2.1.1	Titulação docente por Unidade Acadêmica	171
4.2.2	Plano de Cargo de Carreira e regime de trabalho dos docentes	175
4.2.3	Corpo Técnico-Administrativo	177
4.2.3.1	Política de Qualificação	177
4.2.3.2	Plano de Cargo de Carreira e regime de trabalho dos servidores	178
4.2.4	Cronograma de qualificação e expansão de pessoal	179
4.3	Políticas de atendimento aos discentes	180
4.3.1	Formas de acesso e programas de estímulo à permanência	180
4.3.2	Organização estudantil	184
4.3.3	Acompanhamento dos egressos	185
4.4	Diretrizes gerais norteadoras da gestão institucional	186
5	Infraestrutura	187
5.1	Área física	187
5.2	Transportes e segurança	198
5.3	Bibliotecas	198
5.3.1	Acervo	198
5.3.2	Serviços	199
5.3.3	Política de atualização do acervo e diretrizes para a melhoria do SIBi no quinquênio 2010-2014	200
5.4	Adequação da infraestrutura para o atendimento aos portadores de necessidades especiais	202
5.5	Melhoria da infraestrutura, quinquênio 2010-2014	203
6	COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA	206

6.1	Ouvidoria	211
6.2	Infraestrutura de informática à disposição dos Cursos e Programas	211
6.3	Redes de Informação	212
6.4	Estratégias e meios para a comunicação interna e externa	214
7	ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	218
7.1	Resumo da atuação orçamentária do período 2005-2009	218
7.2	Previsão orçamentária para 2010-2014	219
7.3	Estratégias de gestão econômico-financeira	220
7.4	Sustentabilidade financeira	221
8	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	223
8.1	Objetivos e Metas para Avaliação e Acompanhamento do desempenho Institucional	224
8.2	Programa de Acompanhamento e Avaliação do Desempenho Institucional	227
8.3	Procedimentos e ações previstos, tendo em vista os resultados do processo de auto-avaliação institucional e avaliações externas	228
REFERÊNCIAS		229

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Piauí, no intuito de planejar estrategicamente o seu futuro, sintetiza neste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) sua missão, suas diretrizes e suas proposições políticas para o período de 2010-2014.

Desde a sua criação, a UFPI sempre considerou a consolidação de uma cultura institucionalizada de discussão de trajetórias. Dessa forma, o presente documento não decorre simplesmente de exigência governamental e nem de avaliação pontual, mas sim de um processo contínuo de análise e compreensão do percurso da Instituição – com suas dificuldades e conquistas – do qual resultam todas as suas ações.

O PDI da UFPI pauta-se no modelo de atuação institucional, construído a partir de discussões internas que envolveram todo o seu corpo social. Destaque-se que o planejamento estratégico, aqui delineado, tem como objetivo maior o alcance da excelência acadêmica, buscando atingir as metas traçadas por meio da execução de planos de ação.

A partir da divulgação da Portaria Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2007 que estabeleceu o calendário de avaliações do Ciclo Avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e a programação do processo de credenciamento da UFPI, ocorrido em março de 2009, começaram a acontecer momentos de revisão de ações planejadas e já desenvolvidas objetivando um replanejamento para até 2014.

Este PDI-2010-2014 vem consolidar um importante passo do planejamento estratégico da UFPI, que visa à consecução de ações que resultem no fortalecimento institucional em âmbito administrativo, organizacional e, essencialmente, na melhoria das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, de forma a consolidá-la como instituição geradora e socializadora do conhecimento e fomentadora do avanço científico e tecnológico, em direção ao desenvolvimento da sociedade local, regional e nacional. A avaliação deste PDI será fundamental para que a Universidade viva em consonância com o que preconiza o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES (Lei nº 10.861, de 14.04.2004).

Assim, a UFPI concretiza o trabalho de planejamento estratégico para o quinquênio 2010-2014, propondo o presente PDI. Rumemos, pois, à sua execução!

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior
Reitor

NOTA EXPLICATIVA

NOTA EXPLICATIVA

O processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que explicita os passos a serem seguidos pela instituição, suas tomadas de decisões, seus limites e possibilidades de ação, foi cuidadosamente conduzido de maneira criteriosa e envolveu etapas distintas. Seu início deu-se no final de 2008, quando uma Comissão foi designada para elaborar o Plano de Gestão da UFPI do segundo mandato da atual administração superior.

Posteriormente, no início de 2009, quando do processo de credenciamento da UFPI, por ocasião das reuniões com a comunidade interna, e durante a visita dos avaliadores, tomou-se nota de uma série de pontos que deveriam ser abordados no PDI.

Após a disponibilização do Relatório da Avaliação da UFPI para fins de credenciamento, pelo INEP, e já de posse dos dados da auto-avaliação institucional, começou-se a delinear uma primeira versão, a qual foi disponibilizada para a comunidade universitária, com o intuito de ser melhorada e complementada. Recebidas as contribuições e realizada a sistematização, essa nova versão foi apresentada aos Conselhos Superiores, objetivando a sua institucionalização, para que o documento possa nortear a atuação da UFPI e servir de orientação para as suas Unidades Acadêmicas.

Prof^a Dr^a Maria do Carmo de Souza Batista
Diretora de Informação e Avaliação Institucional
PROPLAN-UFPI

CAPÍTULO 1

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PDI 2005-2009 E INTRODUÇÃO AO PDI ATUAL

A partir da edição da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o planejamento estratégico, na forma de um documento intitulado “Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)”, passou a integrar o processo avaliativo das Instituições de Educação Superior.

Segundo o Decreto nº 5.773/06, de 09 de maio de 2006, que “dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino”, o PDI é “o instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade da IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às estratégias para atingir suas metas e objetivos, à sua estrutura organizacional, ao Projeto Pedagógico Institucional com as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver” (BRASIL, 2006).

Abrangendo um período de cinco anos, a estrutura do PDI deverá contemplar, segundo o Artigo 16 do Decreto acima citado, pelo menos, os seguintes elementos:

I - missão, objetivos e metas da instituição, em sua área de atuação, bem como seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;

II - projeto pedagógico da instituição;

III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, especificando-se a programação de abertura de cursos, aumento de vagas, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, a previsão de abertura dos cursos fora de sede;

IV - organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número de turmas previstas por curso, número de alunos por turma, locais e turnos de funcionamento e eventuais inovações consideradas significativas, especialmente quanto a flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios, desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos;

V - perfil do corpo docente, indicando requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não-acadêmica, bem como

os critérios de seleção e contratação, a existência de plano de carreira, o regime de trabalho e os procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro;

VI - organização administrativa da instituição, identificando as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e os procedimentos de auto-avaliação institucional e de atendimento aos alunos;

VII - infra-estrutura física e instalações acadêmicas, especificando:

a) com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificado sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos;

b) com relação aos laboratórios: instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos, os recursos de informática disponíveis, informações concernentes à relação equipamento/aluno; e descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas; e

c) plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;

VIII - oferta de educação a distância, sua abrangência e pólos de apoio presencial;

IX - oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado; e

X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.”

Convém contemplar, ainda, de acordo com o mesmo dispositivo legal, o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações da Instituição, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade; o perfil do corpo docente; do discente; dos servidores técnico-administrativos e dos egressos.

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) vive um momento singular de sua história, quando ultrapassa o limiar de uma instituição de pequeno porte para projetar-se como uma instituição de dimensões mais amplas e que almeja galgar os patamares do desenvolvimento.

O PDI 2005-2009 aprovado pela Resolução nº 09/2005, de 24.02.2005, do Conselho Universitário (CONSUN), teve a sua avaliação feita em etapas, destacando-se três momentos importantes:

- durante o processo de auto-avaliação institucional, conforme evidencia o documento “Relatório de Auto-Avaliação da Universidade Federal do Piauí – UFPI-2006-2008”, datado de junho/2008 e postado no sistema “E-MEC” em agosto/2008;

- diagnóstico realizado por comissão encarregada de realizar a consulta a todos os segmentos da comunidade universitária, objetivando a elaboração do Plano de Gestão da UFPI-2008, consubstanciado em Relatório datado de dezembro/2007;

- recredenciamento institucional (processo MEC/INEP/DEAES 20070626-2), relatório datado de 30 de março de 2009.

Assim, constatou-se que a maior parte das metas e dos objetivos traçados foram atingidos e, na maioria dos casos, amplamente superados.

O acompanhamento das atividades planejadas ocorreu em todas as dez dimensões compreendidas no citado documento, ou seja: (1) ensino, (2) pesquisa, (3) extensão, (4) assuntos estudantis e comunitários, (5) infra-estrutura, (6) gestão democrática, (7) qualificação docente e técnico-administrativa, (8) informatização, (9) expansão, e (10) prestação de serviços.

Esse trabalho de acompanhamento evidenciou que houve o alcance de objetivos num patamar acima do projetado, sobretudo no que se refere a: a) aumento de vagas na graduação (de 2.345 vagas para ingresso através do “Programa Seriado de Ingresso na Universidade”-PSIU, que eram ofertadas até 2004, passou para 5.530 vagas, conforme o Edital nº 28/2008, para ingresso em 2009, tendo havido um acréscimo de 236,25%, apenas na modalidade presencial); b) incremento no número de Programas de Pós-graduação – (de nove mestrados institucionais, em 2004, para vinte em 2009), com implantação de 03 (três) doutorados institucionais, sendo 01 (um) próprio e 02 (dois) em rede; c) ampliação e consolidação de grupos de pesquisa; d) aprovação de projetos em editais lançados por órgãos de fomento; e) aprovação de 18 (dezoito) Programas de Cooperação Acadêmica (PROCADs) com outras IFES; f) aprovação de 05 (cinco)

Programas de Fixação de Recém Doutores (PRODOC); g) efetivação de 10 (dez) Doutorados Interinstitucionais (DINTER) e 02 (dois) mestrados interinstitucionais (MINTER); h) ampliação física no Campus sede e nos Campi do interior, cujas obras totalizaram em R\$ 55.379.679.769, 53.

Os procedimentos administrativos utilizados para o alcance das ações previstas no PDI 2005-2009 voltaram-se para: a) defesa da universalidade, gratuidade e qualidade do ensino; b) o enfrentamento dos desafios do futuro, por meio da efetivação do planejamento estratégico, incremento efetivo da informatização, descentralização e modernização do ensino; c) respeito à pluralidade de idéias, para o fortalecimento do processo democrático; d) realização da auto-avaliação de forma continuada e permanente e adoção dos resultados da avaliação interna e dos relatórios de avaliação externa, como instrumento de gestão; e) adoção da política de valorização e qualificação de recursos humanos; f) melhoria do fluxo de serviços prestados e comunicação com a sociedade, publicizando os compromissos assumidos com a comunidade interna e externa, como um todo.

Diante disso, iniciou-se a elaboração de um novo PDI, capaz de preparar a Instituição para os novos desafios advindos do seu crescimento e de reposicioná-la frente às demandas crescentes da sociedade.

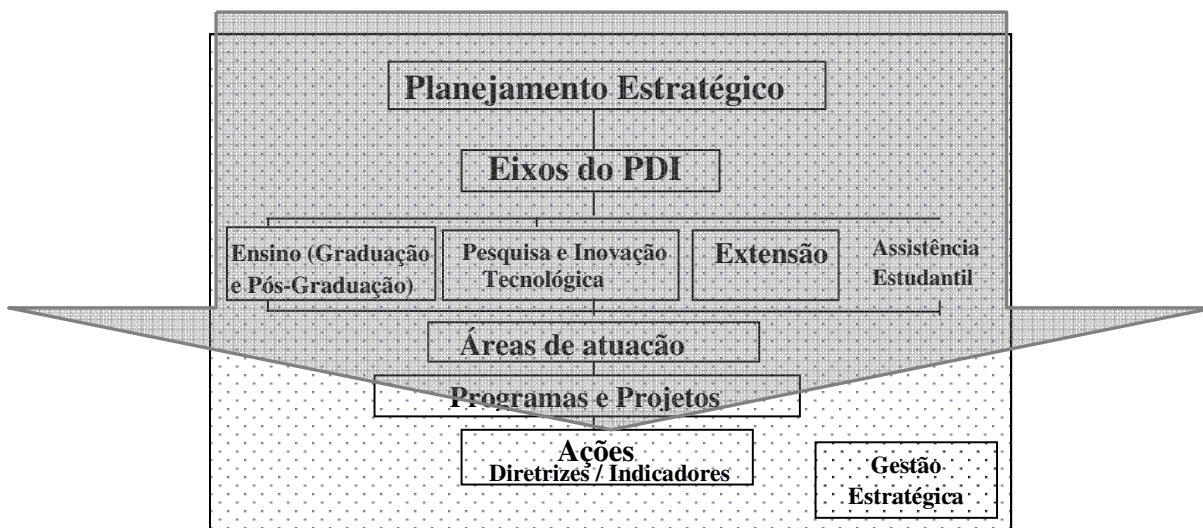
A elaboração de um PDI se insere nas ações do Estado que visam definir e detalhar os objetivos das Instituições do Sistema Federal da Educação Superior quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão. São elas:

- ✓ Formação de recursos humanos altamente qualificados;
- ✓ Formação e qualificação de quadros profissionais voltados ao desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico da região ou às demandas específicas de grupos e organizações sociais, no regime de cooperação;
- ✓ Qualidade do ensino;
- ✓ Integração das instituições de educação superior com a sociedade, especialmente com relação à população em sua área de influência;
- ✓ Comprometimento das instituições do Sistema com os demais sistemas de ensino e com o desenvolvimento científico-tecnológico do país;
- ✓ Redução de desigualdades regionais, a partir de investimentos em ensino e pesquisa e da formação de professores e pesquisadores;

- ✓ Expansão da rede pública de instituições de educação superior, criando universidades, centros universitários e faculdades e aumentando o número de vagas.

O PDI é, pois, um real instrumento de melhoria da racionalidade coletiva sobre o conjunto de aspectos institucionais, tornando os processos gerenciais e administrativos mais transparentes e democráticos e valorizando as diferentes instâncias de decisão. Assim, na elaboração do novo PDI da UFPI (abrangência de 2010-2014), optou-se por desenhar um esquema de prioridades e hierarquias, no qual as dimensões centrais do Planejamento Estratégico podem ser vistas de forma integrada. A Figura 1, a seguir, traz a representação esquemática de tais dimensões e a área pontilhada corresponde ao campo de gestão universitária.

Figura 1 – Dimensões institucionais do PDI-UFPI-2010-2014



Este novo PDI foi elaborado em observância aos Eixos Temáticos Essenciais preconizados pelas Secretarias de Educação Superior (SESU) e Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), em consonância com a Lei Nº 9.394/1996 (LDBE), Lei Nº 10.861/2004, Decreto Nº 2.494/1998, Decreto Nº 3.860/2001, Decreto Nº 4.914/2003, Decreto Nº 5.154/2004, Decreto Nº 5.224/2004 e Decreto Nº 5.225/2004, Portaria MEC Nº 301/1998, Portaria MEC Nº 1.466/2001, Portaria MEC Nº 2.253/2001, Portaria MEC Nº 3.284/2003, Portaria MEC Nº 7/2004, Portaria MEC Nº 2.051/2004, Portaria MEC Nº 3.643/2004, Portaria MEC nº 4.361/2004, Resolução CES/CNE Nº 02/1998,

Resolução CNE/CP No 1/1999, Resolução CES/CNE N° 1/2001, Resolução CP/CNE N° 1/2002 (art.7°), Resolução CES/CNE No 10/2002, Parecer CES/CNE N° 1.070/1999, além do Estatuto da UFPI, Regimento Geral da UFPI e Estatuto da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI).

Portanto, através do seu novo PDI a UFPI reafirma sua missão central que é a de formação e educação orientadas por uma visão “a longo prazo” e não somente a qualificação técnico-profissional ou adaptação às necessidades imediatas do mercado de trabalho. Estes eixos se consubstanciam, para a UFPI, como a defesa de uma formação e educação, numa perspectiva de desenvolvimento pessoal e de preparação dos indivíduos para contribuir para o desenvolvimento social e econômico, através da educação para a cidadania e a formação “ao longo de toda a vida”, tendo em vista que, na atualidade, as Universidades vivenciam um processo de mudança e transformação constante, a partir da revisão de suas funções ideológicas e práticas, cuja preocupação maior se constitui, hoje em dia, em criar o “homem novo” - aquele capaz de prover o seu sustento e de gerar os seus próprios recursos - um homem que não só tem, mas que, fundamentalmente, é.

A UFPI entende que são nas academias onde, primeiramente, são discutidas e valorizadas as inovações científico-tecnológicas das várias áreas do saber, indicando que a Universidade é um centro de produção dinâmico, onde seus meios e métodos projetam um novo fundamento cultural na sociedade para a construção de uma nova ordem internacional de transrelação entre os povos, independentemente de suas diferenças ideológicas, econômicas, sociais, culturais e raciais.

Dessa forma, a UFPI consolida-se como um produto do pensamento e das idéias que se fazem ação de sua comunidade acadêmica, de sua gente e da sua região. Acreditando que a Universidade cria, inova, organiza, amplia e acumula conhecimentos, além de adaptar-se às diversas e múltiplas transformações da sociedade em evolução, ou seja, constrói o saber do futuro sem, no entanto, desconsiderar o saber do passado, pois, os atos de criar e de conservar (pesquisa) requerem que o conhecimento acumulado, em toda a sua dimensão, amplitude e dinamismo, também, seja socializado com a comunidade, através da prestação de serviços (extensão) e/ou através daqueles que a procuram ávidos de conhecimentos para sua formação e qualificação profissional (ensino).

Tendo em vista que a instituição universitária é um centro de produção, acumulação e transmissão de conhecimento, através da investigação crítica da natureza, da cultura, da organização social, da política e da economia, dentre outros, seus postulados elevam-lhe à categoria de guardião de valores indiscutíveis da civilização, tais como: paz, justiça, democracia, solidariedade e direitos humanos. Portanto, não se submetendo a partidos políticos ou a governos, porém, traça seus próprios rumos de acordo com os anseios da sua comunidade e da sociedade em geral.

Assim, a UFPI considera que está firmemente apegada aos destinos do Estado do Piauí e do Brasil, ancorada na ética, pluralidade e a participação social, fundamentais a sua existência enquanto IES, para que a comunidade acompanhe, avalie e cobre o seu desempenho.

CAPÍTULO 2

2 PERFIL INSTITUCIONAL

À luz de disposições estatutárias, a UFPI é uma Instituição de Educação Superior, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina (onde está localizado o Campus central), com quatro outros Campi, instalados nas cidades de Parnaíba, Picos Bom Jesus e Floriano. Goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, pautando-se na utilização de recursos humanos e materiais, enfatizando a universalidade do conhecimento e o fomento à interdisciplinaridade.

A UFPI, em sua atuação, observa, sobretudo, cinco princípios norteadores (Figura 2).

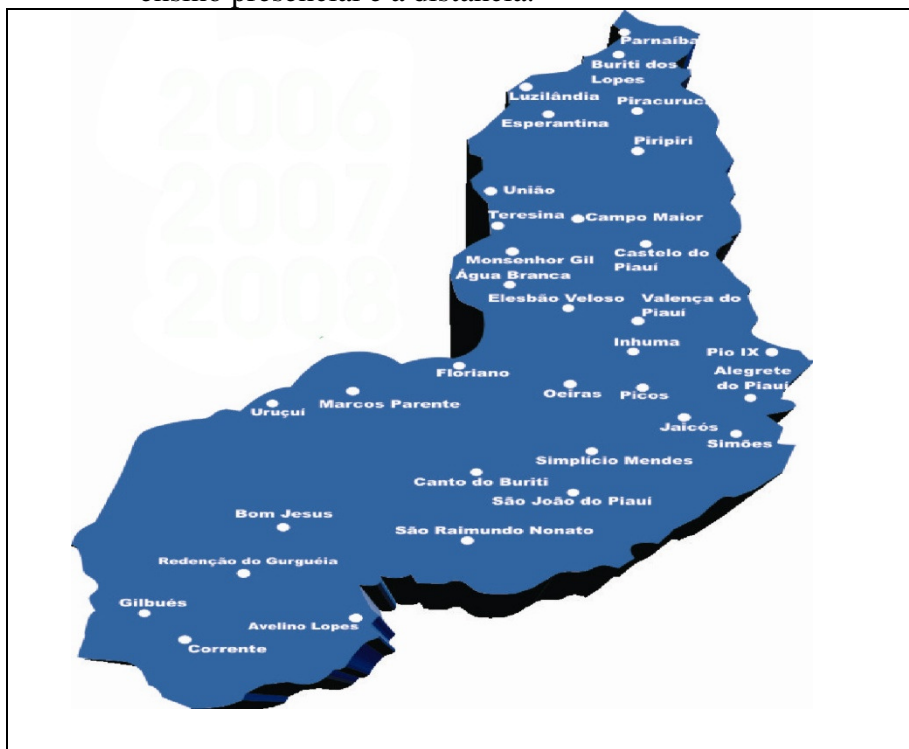
Figura 2- Princípios norteadores da atuação da UFPI

- I- compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II- verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III- difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV- inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre este, as pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado;
- V- natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

Através de decisões colegiadas, pratica o princípio da democracia e vivencia a alternância de gestão, via processo eleitoral. Estimula a interação com a sociedade, busca a sua internacionalização e investe na qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

Suas atividades relativas à educação superior são desenvolvidas, sob o ponto de vista presencial, no âmbito de seus cinco Campi, que são: Campus Ministro Petrônio Portella (Teresina); Campus Ministro Reis Veloso (Parnaíba); Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (Picos), Campus Professora Cínobelina Elvas (Bom Jesus), Campus Dr. Amílcar Ferreira Sobral (Floriano) e as relacionadas ao ensino médio profissionalizante são centralizadas nos três Colégios Agrícolas, sediados em Teresina, Floriano e Bom Jesus. Porém existem pólos de educação à distância em 20 outros municípios (Figura 3).

Figura 3- Área de atuação da UFPI no Estado do Piauí, envolvendo ensino presencial e a distância.



As unidades gestoras são organizadas em Órgãos Centrais e em Unidades de Ensino. Os primeiros são compostos pela Reitoria, Vice-Reitoria e Pró-Reitorias.

As Pró-Reitorias totalizam em seis, assim denominadas:

- Pró-Reitoria de Administração – PRAD;
- Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG;
- Pró-Reitoria de Extensão – PREX;
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG;
- Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN;
- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC,

As Unidades de Ensino, instâncias que operacionalizam a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão, totalizam, conforme o Regimento da UFPI em nove, a seguir discriminadas:

- Centro de Ciências Agrárias;
- Centro de Ciências da Educação;
- Centro de Ciências Humanas e Letras;
- Centro de Ciências da Natureza;

- Centro de Ciências da Saúde;
- Centro de Tecnologia;
- Campus Ministro Reis Veloso – sediado em Parnaíba;
- Campus Senador Helvídio Nunes de Barros- Picos;
- Campus Professora Cinobelina Elvas - Bom Jesus;

A estas Unidades operacionalizadoras das ações-tripé “ensino-pesquisa-extensão” da UFPI, foram acrescentadas, recentemente:

- Campus Dr. Amílcar Ferreira Sobral – sediado em Floriano;
- Centro de Educação Aberta à Distância (CEAD).

A deliberação da administração superior na UFPI É realizada pelos conselhos superiores, que são: 1) Conselho de Administração (CAD), 2) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX); e, 3) Conselho Universitário (CONSUN). E a execução é de competência da Reitoria, auxiliada pela Vice-Reitoria e pelas Pró-Reitores. Os órgãos deliberativos funcionam em conformidade com seus respectivos regimentos, em forma de Conselho e/ou de Câmaras.

Nas Unidades de Ensino a deliberação é feita pelas Assembléias Departamentais, Colegiados de Cursos e Conselhos Departamentais e a execução é realizada pela Diretoria, auxiliada pelos Departamentos e Coordenações de Cursos.

De conformidade com os documentos oficiais, os órgãos da administração têm jurisdição, no âmbito de sua competência, sobre toda a Universidade, sendo descentralizada a execução das atividades administrativas, sem prejuízo da integração, que se opera através da supervisão, da coordenação e do controle exercidos pelos órgãos da administração superior, em qualquer nível, e da articulação entre os órgãos do mesmo nível.

Portanto, a UFPI é uma Universidade em crescimento, na qual a atividade de ensino representa a sua principal interface com a sociedade no cumprimento de sua função de geradora e transmissora de conhecimentos. É pelo ensino que a UFPI qualifica os profissionais, em formação inicial, aptos a desempenharem inúmeras funções requeridas pelo desenvolvimento social e econômico do País. A construção e a transmissão do conhecimento acontecem por meio da formação científica, técnica e cultural oferecida aos estudantes, que têm recebido o reconhecimento da sociedade, fruto do elevado grau de competência dos docentes, adquirido pelo aprimoramento contínuo exigido pela vida acadêmica.

No âmbito da graduação, a UFPI contabilizou, em dezembro de 2009, 92 cursos, ressaltando que este número abrange, em alguns casos, a duplicidade de turnos e a repetição de áreas em distintos Campi, sendo todos eles nas modalidades bacharelado e licenciatura. O total de matriculados, em 2009, ficou em 18.089. No contexto da pós-graduação, há um total de 21 Programas de Pós-Graduação, sendo 20 em nível de mestrado, 1 doutorado institucional e 2 doutorados em rede, além de dez doutorados interinstitucionais (DINTERS) e 13 PROCADs com renomadas universidades do nosso país. Ademais possui 12 Programas de Residência Médica, 03 Programas de Residência Médico-Veterinária e cursos de especialização em distintas áreas do conhecimento.

O quadro docente da UFPI é composto por 1.264 professores efetivos, sendo 1.183 ligados ao magistério superior. Destes, 415 com titulação de doutorado, 443 de mestrado, 159 com título de especialistas e 38 são apenas graduados. O corpo técnico administrativo é formado por 1.184 servidores, subdividido em pessoal de nível médio e de nível superior.

2.1 Breve Histórico da UFPI

A Universidade Federal do Piauí foi instituída sob a forma de Fundação, por meio da Lei Federal Nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, publicada no Diário Oficial da União em 18 de junho de 1969. Originou-se da junção de algumas faculdades isoladas até então existentes no Piauí: Faculdade de Direito do Piauí, Faculdade de Medicina do Piauí, Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, Faculdade de Enfermagem e Odontologia do Piauí, de Teresina, e Faculdade de Administração do Piauí, de Parnaíba.

Posteriormente, foi regulamentada por intermédio do Decreto-Lei Federal Nº 656, de 27 de junho de 1969, por sua vez, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 de junho do mesmo ano. Também teve sua instituição publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí Nº 209, em 22 de dezembro de 1969.

Após a superação das exigências legais para a implantação da UFPI, sua instalação se consolidou em 1º de março de 1971, no Salão de Festas da Sociedade Civil Clube dos Diários, em Teresina, Piauí, em solenidade pública dirigida pelo então Diretor da Faculdade de Direito do Piauí, Professor Robert Wall de Carvalho, investido

naquele ato histórico-político de Reitor *Pro Tempore* e, presidida pelo então Governador do Estado do Piauí, João Clímaco D’Almeida. A partir de então começaram, de fato, as atividades acadêmico-administrativas de uma Instituição de Educação Superior da maior significância para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Estado do Piauí.

Seu primeiro Estatuto foi aprovado pelo Decreto 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27/04/73 e sofreu ulteriores alterações (Portaria MEC nº 453, de 30/05/78, publicado no DOU de 02/06/78, Portaria MEC nº 180, de 05/02/93, publicada no DOU nº 26, de 08/02/1993). A reformulação, objetivando a adaptação à LDBE/1996 foi autorizada pela Res. CONSUN nº 15/99, de 25/03/99 e Parecer nº 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC nº 1.225, de 30/07/99, publicada no DOU nº 147-E, de 03/08/99.

O Regimento Geral da UFPI foi adaptado à LDBE/1996 através da Resolução do CONSUN nº 45/99, de 16/12/99 e alterado posteriormente pela Resolução nº 21, de 21/09/2000. O Estatuto da Fundação (FUFPI) foi aprovado pela Portaria MEC 265, de 10 de abril de 1978 e alterado pela Portaria MEC nº 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993.

De 1971 a 2005 a UFPI trabalhou apenas com ensino presencial, porém em 2006, conforme previa o PDI 2005-2009, houve o credenciamento para ensino a distância e criação do Centro de Educação a Distância (CEAD) após concorrer à Chamada Pública do Edital nº. 01 de 20 de dezembro de 2005, como objetivos oferecer educação gratuita e de qualidade à população piauiense, em seu respectivo domicílio; criar cursos que atendam às necessidades sócio-econômicas de cada região e; administrar as atividades técnicas administrativas junto às devidas coordenações responsáveis pelo funcionamento do CEAD. Inicialmente, foi criado o curso Bacharelado em Administração, em caráter experimental e, no segundo semestre de 2006, ocorreu a ampliação do número de cursos ministrados na modalidade EAD, tendo sido criadas oito novas graduações.

A partir de 2006, após a adesão ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, o qual tem por objetivo dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, de forma a consubstanciar Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (Lei nº 10.172/2001), quando estabelece o

provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

Considerando-se a insuficiência da oferta de vagas, em termos quantitativos, pelo sistema federal de ensino superior, para atender à demanda de educacional do Estado, a UFPI realizou estudos e debates internos e externos acerca do REUNI para possibilitar a expansão da oferta, sem prejudicar o patamar de excelência, alcançado pelas universidades federais brasileiras ao longo das últimas décadas.

Em decorrência deste trabalho de expansão e interiorização, no processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos de Graduação da UFPI em 2009, foram oferecidas 5.706 (cinco mil setecentas e seis) vagas para 92 (noventa e dois) Cursos, em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura, incluindo-se neste número, em alguns casos, a repetição de uma mesma área em distintos Campi ou mesmo de turno. Em observância à política de inclusão social, a UFPI destinou 20% das vagas para candidatos que cursaram a Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) integral e exclusivamente em Escolas Públicas.

Para o ensino EaD foram oferecidas em 2009 um total de 3.050 (três mil e cinquenta) vagas para 08 (oito) cursos, nas modalidades bacharelado e licenciatura, ministrados através do Centro de Educação Aberta a Distância (CEAD), tanto na sede dos Campi como em outros municípios, perfazendo 31 (trinta e um) Pólos situados em 31 (trinta e um) diferentes cidades do Estado do Piauí.

Para ingresso nos cursos de Pós-Graduação ao longo de 2009, foram oferecidas aproximadamente 2.000 vagas, distribuídas entre os cursos de especialização, programas de residência médica e médico-veterinária, mestrado e doutorado. Para ingresso nos cursos de educação básica (ensino médio), foram oferecidas 448 vagas nos Colégios Agrícolas de Teresina, Floriano e Bom Jesus.

Ao lado de uma política de expansão que perpassa a trajetória da UFPI desde sua fundação, a Instituição tem-se pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação. Seus docentes têm participação em comitês de assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em comitês editoriais de revistas científicas e em diversas comissões de normas técnicas, além de outros comitês de importância para as decisões de políticas estaduais e municipais.

Como instituição de ensino superior integrante do sistema federal de ensino superior brasileiro, a UFPI é a maior universidade pública e a única de natureza federal

do Estado do Piauí, destacando-se não apenas pela abrangência de sua atuação, como pelo crescimento dos índices de produção intelectual, características estas que a projetam em uma posição de referência e de liderança regional.

Estatísticas recentes fazem menção à importância da produção científica da Universidade, as quais são referendadas pela CAPES, uma vez que aquela Fundação constatou o crescimento expressivo do trabalho, o que possibilitou, durante a vigência do PDI 2005-2009, a implantação de mais que o dobro do número de programas de pós-graduação existentes até então.

2.2 Missão da UFPI

De acordo com o Estatuto da Universidade, é missão da UFPI “propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional”.

A dinamicidade do mundo atual exige que as Universidades respondam, de forma rápida e criativa, às novas exigências do mundo globalizado, visando a formar profissionais inovadores, criativos e adequados aos novos mercados de trabalho demandados. Assim, com base em proposições da *Declaração Mundial sobre a Educação Superior no século XXI* (UNESCO, 1998), referendadas e atualizadas no documento intitulado “World Conference on Higher Education: The New Dynamics of Higher Education and Research For Societal Change and Development (UNESCO, 2009), a UFPI elegeu alguns referenciais para orientar o cumprimento da sua missão (Figura 4)

Figura 4 -Referenciais orientadores do cumprimento da missão da UFPI

- Respeito à pessoa enquanto indivíduo, cidadão, membro da Instituição e da comunidade externa;
- Respeito à diversidade de pensamento, assegurando a pluralidade de opiniões;
- Convivência na diversidade, de tal modo que sejam respeitadas as diferenças e as divergências;
- Disseminação de todas as formas de conhecimento pertinentes à

Instituição, democratizando continuamente o acesso;

- Produção e inovação de conhecimentos científicos e tecnológicos que respondam a demandas sociais;
- Compromisso com a sua missão e os seus objetivos, privilegiando-a em detrimento de interesses particulares individuais ou de grupo.

2.3 Princípios de Organização da Estrutura

A estrutura organizacional da UFPI, segundo o seu Estatuto, é regida pelos seguintes princípios: “a) unidade de patrimônio e administração; b) organicidade de estrutura, com base em Departamentos reunidos em unidades denominadas Centros de Ciências e de Tecnologia, de coordenação setorial; c) indissociabilidade das funções de ensino, pesquisa e extensão, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; d) racionalidade de organização, com utilização plena de recursos humanos e materiais; e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos e de áreas técnico-profissionais; f) flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e projetos de pesquisa”.

A observância destes princípios é regida pelas seguintes normas: -as Unidades de ensino são órgãos, simultaneamente, de ensino, pesquisa e extensão nos respectivos campos de estudo; -o ensino, a pesquisa e a extensão desenvolvem-se mediante a cooperação das unidades responsáveis pelos estudos compreendidos em cada área pertinente; -existem Órgãos Suplementares, de natureza técnica, cultural, científica, recreativa e assistencial para seus corpos docentes, discentes e administrativo.

2.4 Dos objetivos e Metas

O artigo 3º do Estatuto da Universidade Federal do Piauí explicita que os objetivos da instituição são “cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado, de forma a: a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; b) Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento para a inserção em setores profissionais e para a participação no

desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na formação contínua; c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia em consonância com os desafios da sociedade brasileira; d) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, da publicação de resultados de pesquisas e de outras formas de comunicação; e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural, profissional e possibilitar a correspondente concretização e integração dos conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizada do conhecimento de cada geração; f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade; e, g) Promover extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, geradas na instituição”.

As metas institucionais são planejadas quinquenalmente e estabelecidas anualmente, de maneira participativa e o cumprimento é avaliado com a mesma periodicidade.

A UFPI é uma instituição pública de ensino superior historicamente comprometida com o desenvolvimento do estado do Piauí, região Nordeste/Meio Norte e, conseqüentemente, com o do País. Para consolidar essa missão, ela procura disseminar suas formas de atuação em áreas geograficamente diversificadas, investindo permanentemente nas dimensões quantitativa e qualitativa dos seus projetos acadêmicos, científicos, tecnológicos e culturais.

Partindo da compreensão de que a educação superior cumpre uma função estratégica no desenvolvimento econômico, social e cultural das nações, a UFPI constrói formas efetivas de cooperação institucional nos contextos regional, nacional e internacional. Uma das prioridades institucionais é a integração entre os diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, buscando privilegiar os projetos e programas de impacto acadêmico e social com repercussões de caráter local, regional, nacional e internacional. A implementação dessa política advém da compreensão da comunidade universitária de que a expansão do ensino superior público, gratuito e de qualidade constitui instrumento indispensável.

CAPÍTULO 3

3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Segundo o “Instrumento de Avaliação Institucional Externa das Instituições de Educação Superior, editado pelo MEC em novembro de 2005 e reeditado em outubro de 2008, “o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas da IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos”. Deverá conter, pois, as diretrizes pedagógicas que orientam as ações da IES e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver.

De acordo com as especificações regulamentares, os documentos básicos recomendados para a elaboração do PPI, são: Lei nº 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o Decreto nº 5773/2006; o Plano Nacional de Educação; as Diretrizes Curriculares Nacionais de formação específica, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE); e as demais normas legais aplicáveis, como Pareceres e Resoluções do CNE.

A partir da reflexão de que o conhecimento deve ser construído através do questionamento sistemático e crítico da realidade, associado à intervenção inovadora dessa mesma realidade, a UFPI busca, em consonância com a política educacional vigente no País, pontuar, em linhas gerais, os elementos fundamentais para a sua prática institucional.

As orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais conferem aos cursos ampla autonomia na elaboração de seus projetos e evidenciam a intenção de garantir a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade das Instituições de Educação Superior na elaboração de suas propostas curriculares.

Neste contexto, está em jogo a formação da competência humana, vista na construção de novos paradigmas para a cidadania. Portanto, a formação acadêmica pleiteada e vivenciada na UFPI, deve ultrapassar o tradicional espaço da sala de aula para articular-se com diferentes dimensões da realidade, instaurando, assim, novos papéis para atores do processo de formação acadêmica.

O presente PPI, enquanto parte estrutural do PDI (2010-2014) reafirma a missão, a finalidade, os objetivos, as ações, a filosofia educativa e formativa que orientam as atividades acadêmicas da UFPI.

3.1 Inserção regional

A UFPI é a única instituição de educação superior de organização administrativa federal, caracterizada como “universidade” no Estado do Piauí. Ressalte-se que o Estado do Piauí é o terceiro do Nordeste em extensão e detém uma área territorial de 251.529 km². Está subdividido em quatro mesorregiões e 15 (quinze) microrregiões homogêneas, abrangendo um total de 223 (duzentos e vinte e três) municípios e uma população superior a três milhões de habitantes.

Considerando-a como instância maior de produção e difusão do conhecimento, o Estado do Piauí tem a sua Universidade Federal como referência e lhe confere reconhecimento e prestígio pelos relevantes serviços prestados na formação de recursos humanos e geração de conhecimentos e tecnologias voltadas ao seu desenvolvimento.

Como detentor de grande área geográfica, o Estado do Piauí tem a sua economia baseada no setor de serviços, na indústria (sobretudo a química, têxtil, de bebidas) e na agropecuária. O setor terciário é responsável por quase 70% da formação de renda do Estado e os setores primário e secundário, embora minoritários na formação da renda total, absorvem parcelas significativas da mão-de-obra formada. O **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** é de **0,656** segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

A cidade de Teresina, onde está instalado o Campus sede da UFPI, é conhecida como a “capital do sol e da luz” e ainda como “cidade verde”, sendo uma das primeiras cidades planejadas do Brasil, possuindo algo em torno de 800 mil habitantes (conforme o IBGE/2007) somente na capital e cerca de 1,2 (um milhão e duzentos mil) habitantes no seu entorno, ou seja, na “região metropolitana de Teresina”, que congrega 13 municípios, sendo 12 do Estado do Piauí, que são: Altos, Benereditinos, Coivaras, Currálinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Teresina e União e mais um do Estado do Maranhão: Timon, sendo o último separado de Teresina apenas pelo Rio Parnaíba.

Dentre os serviços que compõem a economia piauiense ressaltam-se os direcionados para a área da saúde, pelo fato de Teresina possuir uma ampla rede de prestação de serviços de saúde, constituída por diversos hospitais, clínicas, policlínicas, unidades mistas, centros e postos de saúde, além de laboratórios de

análises clínicas e estabelecimentos farmacêuticos, vinculados ao Estado, ao Município e à iniciativa privada, o que a torna um importante centro de atendimento em saúde, nas mais diversas áreas. Por essas características, aliadas à sua localização geográfica, Teresina recebe pessoas vindas de diversos Estados do Norte e Nordeste em busca de serviços de saúde, sendo que o público advindo de fora do estado chega a representar 40% do atendimento médico dos seus hospitais.

Os serviços de saúde da capital, têm como referência o ensino ministrado pela UFPI, através de seu curso de graduação em Medicina, que está entre os bem conceituados do país, e de outros cursos da área, como Enfermagem, Farmácia, Nutrição e Odontologia, os quais contribuem para Teresina tornar-se um “importante centro médico do Nordeste” e o “maior da Região Meio Norte”.

No âmbito do setor agropecuário, ressaltam-se as atividades de produção vegetal e animal, que formam a vocação original do Estado. Neste contexto, a Universidade tem interagido significativamente para tornar o Estado um polo de atuação agropastorial de renome e tem investido em cursos da área agropecuária, tanto no Campus sede, onde existem em nível de graduação, mestrado e doutorado, quanto nos campi do interior, sobretudo no município de Bom Jesus, que é considerada a “capital do cerrado” e representa uma fronteira agrícola peculiar.

Portanto, a UFPI ocupa lugar de destaque no cenário piauiense e desempenha com afinco as funções de promotora do conhecimento para alavancar o crescimento do Estado, admitindo a sua responsabilidade social como universidade pública, investida na tarefa de contribuir para a promoção do desenvolvimento da região e transformação da realidade social.

3.2 Princípios Filosóficos e Metodológicos

Em sua fundamentação, o PPI da UFPI expressa uma visão de mundo e da educação superior, ao mesmo tempo em que explicita o papel da IES e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, na busca da articulação entre o real e o desejável.

Trata-se de uma projeção dos valores originados da identidade da instituição, materializados no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento, delineador do horizonte de longo prazo, não se limitando,

portanto, a um período de gestão. Fundamentada nestes pressupostos, a UFPI formulou seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), integrado ao PDI/2010-2014, definindo sua finalidade como IES e assumindo o papel que lhe cabe no desenvolvimento regional sustentável.

Na atualidade da educação superior brasileira, a formulação de um PPI se traduz em tarefa de alto grau de complexidade, considerando-se a pretensão de:

- a) pensar global para agir localmente;
- b) proporcionar um sólido arcabouço de conhecimentos básicos e tecnológicos, articulados a valores humanísticos e às relações interpessoais;
- c) desenvolver os preceitos do empreendedorismo, visando o crescimento individual voltado ao desenvolvimento coletivo;
- d) estabelecer o critério da constante atualização tanto para atender as necessidades já postas pela sociedade, como para antever e fazer propostas tendo em vista as necessidades profissionais que advirão.

Assim, na concepção do PPI da UFPI estão presentes elementos que evidenciam a condução do estudante no aprender, prevendo a formação de um profissional construtor do conhecimento ao longo de sua vida profissional por ser capaz de entender e buscar a formação continuada; capacidade de empreender a partir de vivências que a educação superior proporciona; propriedade para atuar em equipes multidisciplinares indispensáveis para interferir no desenvolvimento de uma região; entendimento da necessidade das experiências, dos contatos com estudantes, professores e profissionais de outras regiões do país e do mundo.

Resumidamente, este PPI é o documento-chave para o estabelecimento dos rumos da UFPI, sendo, simultaneamente, indutor e parte constituinte e indissociável do PDI, bem como, o continente das idéias, da criatividade, da intuição, da inteligência, da experiência, do capital humano, do capital de conhecimento, da visão de futuro que a IES pretende cultivar para estabelecer seu Planejamento Estratégico, de modo a perseguir seu próprio crescimento.

Situado na Região Meio Norte do Brasil, a UFPI utiliza como palco e como exemplo para projetar e desenvolver seu trabalho, a oferta de cursos de graduação, programas de pós-graduação e atividades de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e de extensão e, assim, atingir o objetivo de atuar na formação integral de seus estudantes.

3.3 Organização Didático-Pedagógica

A UFPI é uma instituição de educação superior, de natureza federal, que se rege por seu Regimento Geral e pelas normas emanadas do Ministério da Educação. Ministra o ensino de graduação e de pós-graduação, executa atividades de pesquisa e de extensão, por meio dos quais presta importantes serviços à sociedade.

Seu modelo de gestão é baseado em decisões colegiadas e adota o regime de créditos, mesmo que, em alguns cursos, seja organizado no formato seriado semestral (ou bloco), com atividades presenciais, semipresenciais e a distância.

3.3.1 Graduação

As atividades ligadas ao ensino de graduação são operacionalizadas pela Pro - Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), órgão responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação dos cursos, distribuídos nas Unidades Acadêmicas, onde são executadas as diretrizes de funcionamento aprovadas pelas respectivas instâncias de deliberação.

A administração acadêmica da PREG é pautada no compromisso da prestação de bons serviços à comunidade estudantil e à sociedade como um todo. É constituída por uma Diretoria e quatro Coordenadorias, que são:

- Diretoria de Administração Acadêmica (DAA)

À esta Diretoria compete planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relacionadas com os processos de admissão, matrícula e registro da vida acadêmica do alunado e expedição de diplomas e certidões relativas ao ensino de graduação.

- Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino (CEDE)

É responsável por gerar os indicadores de Gestão de Desempenho Institucional auditáveis pela União, bem como criar, organizar, tabular e analisar dados para auxiliar os diferentes setores nas tomadas de decisão. É responsável por divulgar os dados da Universidade por meio da elaboração do site da CEDE no portal da UFPI e através de folhetos informativos à comunidade.

- Coordenadoria de Currículo (CC)

Assessora diretamente as Coordenações de Cursos de Graduação em sintonia com as demandas Institucionais vinculadas à Administração Superior da UFPI e ao MEC;

Acompanha Programas/Projetos de Ensino como: PIBID, PRODOCENCIA; PROCAMPO, ESCOLA ATIVA e PARFOR.

- Coordenadoria de Estágio Curricular (CEC)

É responsável pelos Estágios Curriculares Obrigatório dos Cursos de Graduação da UFPI. Desenvolve a parte administrativa dos convênios relacionados a Estágios e assessora as Coordenações de Estágio dos cursos de graduação na elaboração e sistematização das programações.

Todo o trabalho desenvolvido pela PREG tem como público alvo, em primeiro lugar, a própria Pró-Reitoria, para alicerçar seu planejamento e suas tomadas de decisão e, com o mesmo objetivo, os Diretores de Unidades de Ensino, Chefes de Departamentos, Coordenadores e Chefes de Cursos de Graduação e Órgãos externos à UFPI.

De acordo com o artigo 26 do Estatuto da Universidade, os cursos de graduação oferecidos pela UFPI, habilitarão à obtenção de grau profissional ou acadêmico e são abertos aos candidatos que tenham sido classificados em processo seletivo.

Os processos de criação dos cursos de graduação são instituídos com base em projeto oriundo de cada Unidade de Ensino interessada e já aprovado, em primeira instância, pelo respectivo Conselho Departamental, com os seguintes requisitos mínimos: a) comprovação de viabilidade, sob os aspectos de: capacidade de absorção dos futuros profissionais pelo mercado de trabalho; disponibilidade de recursos materiais e humanos para sua manutenção; compatibilidade dos objetivos do curso com a política nacional de educação e a programação específica da Universidade; adequação aos interesses da comunidade; b) plano curricular; c) pertinência no contexto das demais atividades da Unidade proponente e da Universidade (Artigos 60 do Regimento Geral da UFPI).

A coordenação geral dos cursos de graduação é feita, em plano executivo, pelo Pró-Reitor de Ensino de Graduação e, em plano deliberativo, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, diretamente ou por intermédio da Câmara de

Ensino de Graduação; porém, a coordenação didático-científica dos estudos de graduação é realizada, em plano deliberativo, pelos Colegiados de Curso (Artigos 61 e 62 do Regimento Geral da UFPI).

Por conta de suas peculiaridades, a UFPI tem trabalhado, no âmbito do ensino de graduação, com as modalidades bacharelado e licenciatura, obedecendo aos ditames das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), editadas pelo Conselho Nacional de Educação, com o intuito de conferir maior autonomia às IES na definição dos currículos de seus cursos, a partir da explicitação das competências e as habilidades que se deseja desenvolver, através da organização de um modelo pedagógico capaz de adaptar-se à dinâmica das demandas da sociedade.

Segundo o Artigo 25 do seu Estatuto, a UFPI poderá organizar, no contexto do ensino de graduação, para atendimento às necessidades de integração no processo de desenvolvimento da região, cursos seqüenciais por campo do saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pela instituição; e de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo.

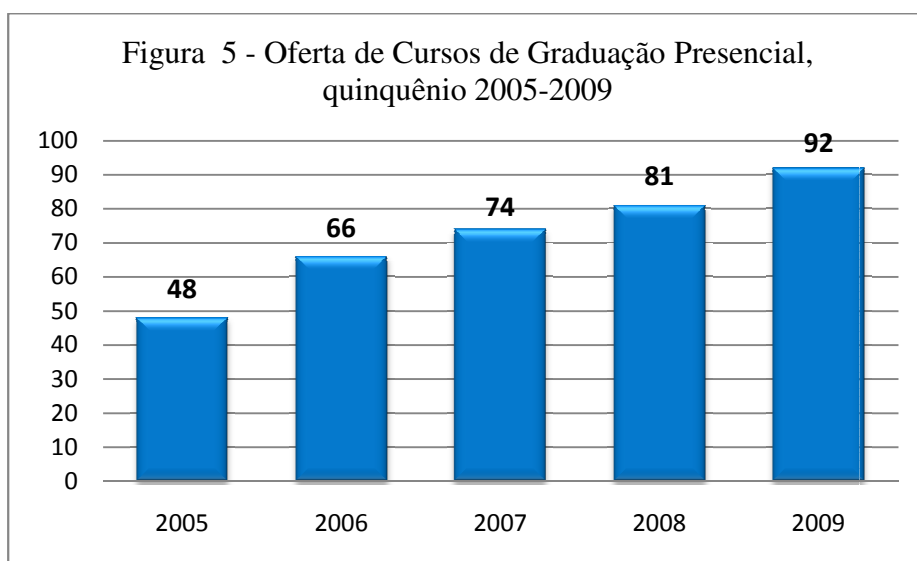
Fazendo-se uma reflexão acerca do PDI-2005-2009 e considerando-se serem as atividades de ensino a principal interface entre a UFPI e a sociedade, a política de ensino que foi prevista para o quinquênio próximo findo, foi pautada na:

- a) melhoria qualitativa e quantitativa dos cursos de graduação, para atender as demandas da sociedade e promover a inclusão social;
- b) graduação articulada com a pesquisa e a extensão;
- c) ampliação e consolidação de programas de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado;
- d) implantação de novas formas de ensino, estruturadas com a tecnologia disponível;
- e) integração das bibliotecas, em um sistema informatizado;
- f) revisão curricular para readequação das matrizes curriculares às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN);
- g) associação dos currículos a programas de formação continuada, proporcionando a adoção do paradigma de educação para vida acadêmica, profissional e pessoal.

Em termos de objetivos específicos, no que se refere ao “ensino de graduação” nas modalidades bacharelado e licenciatura e também no quanto ao “ensino técnico profissionalizante”, ministrado nos Colégios Agrícolas pertencentes à UFPI, foi planejada no PDI-2005-2009, a:

- ✓ ampliação da oferta e otimização das formas de ingresso;
- ✓ adequação dos projetos pedagógicos dos cursos ao perfil profissional requerido pela sociedade atual e às DCNs;
- ✓ ênfase ao aprimoramento do desempenho acadêmico;
- ✓ consolidação da política de estágio curricular e extracurricular;
- ✓ fortalecimento do programa de monitoria.
- ✓ Todos estes objetivos foram cumpridos, na sua plenitude.

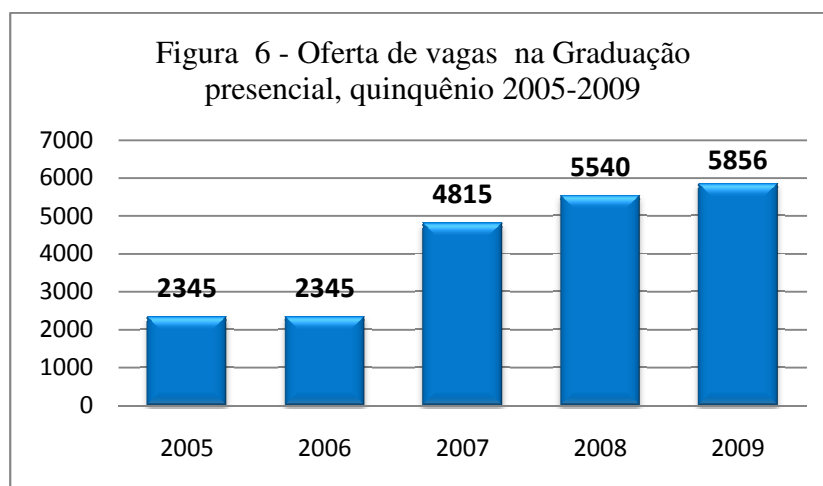
Convém fazer menção ao aumento substancial do número de cursos de graduação, que eram 48 em 2005 e, atualmente, são 92 (Figura 5) O total de alunos passou de 13.190 (em 2005) para e 18.089 (em 2009).



Outro ponto a ser ressaltado, quanto ao cumprimento da PDI do quinquênio passado, foi o credenciamento da UFPI para a ministração do ensino na modalidade à distância (EaD). No ano de 2006, concorrendo à Chamada Pública do Edital nº. 1- MEC/SEED, de 20/12/2005, a UFPI elaborou o Projeto de criação do Centro de Educação Aberta à Distância (CEAD/UFPI) e, em consórcio com os Governos Federal e Estadual, Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Instituto Federal de Educação Tecnológica e Municípios locais, criou o

bacharelado em Administração, de caráter experimental (projeto piloto), para o qual foram ofertadas 500 vagas distribuídas em 08 pólos de apoio presencial (Teresina, Parnaíba, Picos, Floriano, Bom Jesus, Esperantina, Piri-piri e São Raimundo Nonato). Naquela primeira fase, contou com o apoio do Banco do Brasil que custeou um valor de R\$ 1.800,00 por cada funcionário aprovado no primeiro processo-seletivo. No segundo semestre de 2006, o CEAD ampliou a oferta e 08 cursos de graduação foram criados em regime de oferta regular: Administração, Pedagogia, Sistema de Informação, Matemática, Física, Química, Biologia e Filosofia. Assim, o CEAD foi criado com a atribuição de oferecer cursos que atendam às necessidades sócio-econômicas da região e administrar as atividades técnico-administrativas junto às devidas coordenações responsáveis pelo seu funcionamento.

Além da oferta de vagas para EaD, com a adesão ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, ocorreu neste último quinquênio, uma grande expansão da oferta de cursos e, conseqüentemente, de vagas no ensino presencial, como se observa na Figura 6.



A relação dos Cursos de graduação oferecidos pela UFPI, com as áreas, ano de criação e situação legal, por Campus, consta do Quadro 1, a seguir:

Quadro 1- Cursos de graduação ministrados pela UFPI, por Campus, e por área do conhecimento.

Campus	Área	Curso	Ano de implantação	Situação legal (documento)
<u>MINISTRO</u> <u>PETRÔNIO</u> <u>PORTELLA</u>	Ciências da Natureza	Bacharelado em Arqueologia e Conservação da Arte Rupestre.	2007	Criado pela Resolução do CEPEX/UFPI nº 14/07 de 25 de janeiro de 2007.
		Bacharelado em Ciência da Computação.	1989	Criado pela Resolução do CEPEX/UFPI nº 06 de 06/09/1989 Reconhecimento: Portaria nº 675 de 06/07/1998 Renovação: Portaria nº 237 de 22/12/2004
		Licenciatura em Matemática. ¹	1977	Decreto nº 81034 de 15/12/77 Concede reconhecimento ao curso de Ciências, Licenciatura Plena, com habilitação em de Matemática. Resolução CEPEX/UFPI nº 08/07 de 25/01/2007 aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em matemática.
		Bacharelado em Matemática	1993	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 035/93 de 01/09/93. Resolução CEPEX/UFPI nº 136/08 de 07/07/2008 aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de matemática – bacharelado
		Licenciatura em Ciências Biológicas.	1976	Criado pela resolução CONSUN – nº 01/76. Resolução CEPEX/UFPI nº 94/07 de 04/04/2007 aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.
		Bacharelado em Ciências Biológicas	1993	Criado pela resolução CEPEX/UFPI nº 035/93 de 01/09/93. Resolução CEPEX/UFPI nº 95/07 de 04/04/2007 aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas – bacharelado.
		Licenciatura em Física	1977	Decreto nº 81034 de 15 de dezembro de 1977, concede reconhecimento ao curso de Ciências, Licenciatura Plena, com habilitação em Física. Resolução CEPEX/UFPI nº 09/07 de 25/01/2007, aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física.
		Bacharelado em Física	1993	Criado pela Resolução CEPEX-UFPI nº 035/93 de 01/09/93. Resolução CEPEX/UFPI nº 07/07 de 25/01/2007, aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Física -

¹ O curso de Licenciatura Plena em Ciências com habilitação em Matemática, Física, Química e Biologia, teve sua nomenclatura modificada pela Resolução CEPEX/UFPI nº 035/93, para: curso de graduação em Física, Química, Ciências Biológicas e Matemática, nas modalidades Licenciatura e Bacharelado.

<u>MINISTRO</u> <u>PETRÔNIO</u> <u>PORTELLA</u>				bacharelado.
		Licenciatura em Química.	1977	Resolução CONSUN nº 02/77. Resolução CEPEX/UFPI nº12/07 de 25/01/2007 aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química.
		Bacharelado em Química com Atribuições Tecnológicas	1993	Criado pela Resolução CEPEX-UFPI nº 035/93 de 01/09/93. Resolução CEPEX/UFPI nº 06/07 de 25/01/2007 aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Química - Bacharelado.
		Bacharelado em Estatística.	2008	Criado pela Resolução do CEPEX/UFPI nº 172 de 29/08/2008.
		Licenciatura em Ciências da Natureza.	2008	Criado pela Resolução do CEPEX/UFPI nº 209 de 19/11/2008
	Ciências	Bacharelado em Enfermagem	1974	Criado pelo Ato da Reitoria nº 198 de 26/04/1974 Reconhecimento: Decreto nº 82.257 de 13/09/1978 Renovação: Portaria nº 775 de 10/11/2008
	da	Bacharelado em Farmácia.	1992	Criado pela Resolução do CONSUN/UFPI nº 015 05/10/1992 Reconhecimento: Portaria nº 1.419 de 13/05/2002
	Saúde	Bacharelado em Medicina.	1966	Criado pelo Decreto Estadual nº 694 de 11/08/1966. Reconhecimento: Decreto nº 74.466 de 26/08/1974 Renovação: Portaria nº 728 de 23/10/2008
		Bacharelado em Nutrição.	1976	
		Bacharelado em Odontologia.	1960	Criado pelo Decreto Federal nº 48.525 de 15/07/1960 Reconhecimento: Decreto nº 58.032 de 22/03/1966 Renovação: Portaria nº 728 de 23/10/08
		Licenciatura em Educação Física.	1977	Criado pela Resolução do CONSUN/UFPI nº 01 05/01/1977 Reconhecimento: Portaria nº 323 de 20/05/1980. Renovação: Portaria nº 728 de 23/10/2008.
	Ciências	Bacharelado em Engenharia Agrônômica.	1976	Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 02 de 01/12/1976. Reconhecimento: Portaria MEC nº 94 de 15/03/1983

	Agrárias			Renovação: Portaria MEC nº 1.181 de 23/12/2008.
		Bacharelado em Medicina Veterinária;	1976	Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 03 de 06/12/1976. Reconhecimento: Portaria MEC nº 303 de 18/04/1985 Renovação: Portaria MEC nº 728 de 23/10/2008
	Ciências da Educação	Licenciatura em Educação Artística	1977	Criado pela Resolução do CONSUN/UFPI nº 01 05/01/1977. Reconhecimento: Portaria nº 264 de 02/04/1985. Renovação: Portaria nº 4.327 de 22/12/2004.
		Licenciatura em Música	2009	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 120/09 de 22 de julho de 2009.
		Licenciatura em Artes Visuais	2008	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 170/08 de 22 de junho de 2009.
		Bacharelado em Comunicação Social: Jornalismo.	1983	Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 01 de 29/11/1983. Reconhecimento: Portaria MEC nº 837 de 05/06/1992.
		Licenciatura em Pedagogia: Magistério	1975	Criado pelo Ato da Reitoria/UFPI nº 237 de 06/05/1975. Reconhecimento: Portaria MEC nº 363 de 25/05/1981.
		Bacharelado em Comunicação Social.	1983	Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 01 de 29/11/1983. Reconhecimento: Portaria MEC nº 837 de 05/06/1992.
		Bacharelado em Moda (Design e Estilismo)	2008	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 171 de 29/08/2008.
	Engenharias	Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo	1992	Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 014 de 05/02/1992. Reconhecimento: Portaria MEC 2051 de 19/09/2001.
		Bacharelado em Engenharia Civil	1976	Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 02 de 01/12/1976. Reconhecimento: Portaria MEC nº 247 de 06/07/1982.
		Bacharelado em Engenharia de Agrimensura.	1975	Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 033 de 15/08/1975. Reconhecimento: Portaria MEC nº 95 de 21/01/1980.
		Bacharelado em Engenharia de	2008	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 173 de 29/08/2008

		Produção.		
		Bacharelado em Engenharia Elétrica.	2008	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 175 de 29/08/2008
		Bacharelado em Engenharia Mecânica.	2008	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 174 de 29/08/2008
	Humanas	Bacharelado em Administração.	1996	Criado pela Resolução do CEPEX/UFPI nº 007 de 02/04/1996. Reconhecimento: Portaria nº 2.008 de 06/07/2004
		Bacharelado em Ciências Contábeis.	1976	Criado pelo Ato da Reitoria/UFPI nº 033 de 04/02/1976. Reconhecimento: Portaria nº 085 de 16/01/1981
	Letras	Bacharelado em Ciências Econômicas.	1976	Criado pelo Ato da Reitoria/UFPI nº 033 de 04/02/1976 Reconhecimento: Portaria nº 085 de 16/01/1981
		Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais.	1987	Criado pela Resolução do CONSUN/UFPI nº 01 29/11/1987 Reconhecimento: Portaria nº 1.481 de 13/10/1992
		Bacharelado em Direito.	1945	Criado e Reconhecido pelo Decreto nº 17.551 de 09/01/1945
		Bacharelado em Serviço Social.	1976	Criado pela Resolução do CONSUN/UFPI nº 02 de 01/12/1976 Reconhecimento: Portaria nº 313 de 07/07/1983 Renovação: Portaria nº 728 de 23/10/2008
		Licenciatura em Letras (Língua Portuguesa e Literaturas Brasileira e Portuguesa).	1958	Criado pelo Decreto nº 43.402 de 18/03/1958 Reconhecimento: 54.038 de 23/07/1964 Parecer: nº 277 de 28/01/1964
		Licenciatura em Letras (Língua Portuguesa e Língua Francesa)	1958	Criado pelo Decreto nº 43.402 de 18/03/1958 Reconhecimento: 54.038 de 23/07/1964 Parecer: nº 277 de 28/01/1964
		Licenciatura em Letras (Inglês e Literaturas da Língua Inglesa).	1995	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 108 de 21/12/1995. Reconhecimento: Portaria MEC 389 de 02/02/2005.

		Licenciatura em História	1958	Criado pelo Decreto nº 43.402 de 18/03/1958. Reconhecimento: 54.038 de 23/07/1964 Parecer: nº 277 de 28/01/1964.	
		Licenciatura em Filosofia.	1958	Criado pelo Decreto nº 43.402 de 18/03/1958 Reconhecimento: 54.038 de 23/07/1964 Parecer: nº 277 de 28/01/1964	
		Licenciatura em Geografia.	1958	Criado pelo Decreto nº 43.402 de 18/03/1958 Reconhecimento: 54.038 de 23/07/1964 Parecer: nº 277 de 28/01/1964	
PROFESSORA CINOBELINA ELVAS	Agrárias	Bacharelado em Engenharia Agrônômica	2006	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 220/06 de 19 de dezembro de 2006.	
		Bacharelado em Engenharia Florestal.	2006	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 188/06 de 23 de outubro de 2006.	
		Bacharelado em Medicina Veterinária.	2006	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 189/06 de 23 de outubro de 2006.	
		Bacharelado em Zootecnia	2006	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 190/06 de 23 de outubro de 2006.	
	Ciências da Natureza	Licenciatura em Ciências Biológicas	2006	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI Nº 149 de 06 de setembro de 2006.	
AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL	Humanas e Letras	Bacharelado em Administração.	2008	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI Nº 212 de 19 de novembro de 2008.	
		Ciências da Educação	Licenciatura em Pedagogia: Magistério	2008	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI Nº 210 de 19 de novembro de 2008.
		Ciências da Saúde	Bacharelado em Enfermagem.	2006	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI Nº 129 de 28 de julho de 2006.
		Ciências da Natureza	Licenciatura em Ciências Biológicas	2008	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 211 de 19/11/2008.
SENADOR	Humanas e Letras	Bacharelado em Administração.	2006	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 171 de 19/09/2006.	

HELVÍDIO NUNES DE BARROS		Licenciatura em História	2007	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 110/07 de 30/04/2007.
		Licenciatura em Letras	1991	Reaberto pela Resolução CONSUN/UFPI nº 009/91
	Ciências da Educação	Licenciatura em Pedagogia: Magistério.	1991	Reaberto pela Resolução CONSUN/UFPI nº 009/91
	Ciências da Natureza	Licenciatura em Ciências Biológicas.	2006	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 149 de 06/09/2006.
		Bacharelado em Sistemas de Informação.	2006	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 195 de 24/10/2006.
		Licenciatura em Matemática.	2006	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 194 de 24/10/2006.
	Ciências da Saúde	Bacharelado em Enfermagem.	2006	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 130 de 28/07/2006.
		Bacharelado em Nutrição	2006	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 92 de 09/06/2006
<u>CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO</u>	Ciências da Natureza	Licenciatura em Ciências Biológicas	2006	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 149 de 06 de setembro de 2006.
		Licenciatura em Matemática	2006	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 194/06 de 24 de outubro de 2006.
	Ciências humanas e Letras	Bacharelado em Administração.	1970	Criado pelo Parecer 900 CFE- CESu de 16/12/1970. Reconhecimento: Decreto nº 77.417 de 12/04/1976
		Bacharelado em Ciências Contábeis.	1976	Criado pelo Ato da Reitoria nº 033 de 04/02/1976. Reconhecido: Portaria MEC nº 085 de 16/01/1981
		Bacharelado em Ciências Econômicas.	1976	Criado pelo Ato da Reitoria nº 033 de 04/02/1976. Reconhecido Portaria MEC nº 085 de 16/01/1981
	Ciências da Saúde	Bacharelado em Fisioterapia	2006	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 198 de 24/10/2006
		Bacharelado em Biomedicina	2006	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 197 de 24/10/2006
		Bacharelado em Psicologia.	2006	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 147 de 06/09/2006
	Humanas e Letras	Bacharelado em Turismo.	2006	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 091 de 09/06/2006
		Bacharelado em Teologia.	2003	Criado: Resolução CEPEX/UFPI nº 092a de 11/06/2003

	Ciências da Educação	Licenciatura em Pedagogia.	1984	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 005 de 17/07/1984 Reconhecimento: Portaria MEC 1.554 de 29/10/1993
	Tecnológica	Bacharelado em Engenharia de Pesca.	2006	Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 170 de 19/09/2006.

Fonte: CEDE/PREG.

3.3.1.1 Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC)

A UFPI entende o Projeto Pedagógico é mais que um instrumento técnico-burocrático, estruturado em torno de definições curriculares tradicionais, pois o concebe como instrumento básico da gestão de ensino e como instrumento propulsor dos objetivos fundamentais do perfil profissional que se pretende construir. Conseqüentemente, sua elaboração exige uma reflexão acerca da concepção e das finalidades da educação e sua relação com a sociedade, bem como uma reflexão aprofundada sobre o tipo de indivíduo que se quer formar e de mundo que se quer construir.

Se o PPI se constitui num instrumento de orientação para a administração e gestão acadêmicas da IES, também o é para cada um de seus cursos que, sob seu norte, propõe o PPC. Naquele caso (PPI), o ponto de partida reside na própria realidade da IES e, neste (PPC), na realidade dos cursos, considerando-se a história, a vocação e a inserção regional. É essencial destacar que a legitimidade deste Projeto está fundamentada em princípios estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil: 1) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (art. 206, II); 2) Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino (art. 206, III)

Como instrumento de orientação para a administração acadêmica, o PPC deve resultar de uma ação coletiva, reflexiva, sem esquecer a valorização da memória e da história da instituição.

O PPC transcende à necessidade de responder a uma solicitação formal. É a reflexão e a contínua expressão das idéias sobre a Universidade e sua função social, sobre o curso, sobre a pesquisa e sua relação com o ensino; sobre a extensão e sua relação com o currículo; e sobre as estratégias que irão promover a desejada articulação entre pesquisa, ensino e extensão.

Neste contexto, os projetos dos Cursos da UFPI objetivam contemplar, com toda a clareza, a intencionalidade do curso, refletir sua imagem, criar sua identidade e delimitar o seu espaço de autonomia, refletindo o perfil do profissional desejado, através dos conteúdos curriculares, suas competências e habilidades.

Assim, a proposta pedagógica de cada curso deve ser adequada aos novos parâmetros de aprendizagem e baseado, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, nos princípios da articulação entre teoria e prática, entre ensino, pesquisa e extensão,

com observância à interdisciplinaridade e flexibilização curricular. O PPC tem, assim, a dupla dimensão de ser orientador e condutor do presente e do futuro.

Projetar um curso exige ações mais complexas do que a descrição de conteúdos básicos e complementares em torno dos quais se organizam disciplinas, distribuídas ao longo de um determinado período. Assim, o Projeto Pedagógico do curso, expressão dos compromissos de formação assumidos por um grupo, exige levantamento das condições institucionais, dos recursos necessários para sua elaboração e conseqüente implementação.

O PPC exige: reportar-se aos desafios do campo de conhecimento profissional e à atribuição social da profissão; buscar, nas diversas dimensões curriculares, um novo papel para a ação docente; e adotar valores éticos e políticos fundamentais para o exercício da cidadania, da democracia e da responsabilidade coletiva.

Assim, a elaboração do Projeto Pedagógico de cada Curso da UFPI tem por base o compromisso com a inovação na organização curricular, seja com relação à incorporação dos avanços tecnológicos, seja com a integralização do curso ao perfil desejado do egresso e ao sistema educacional em sua totalidade.

O PPC deverá abranger, além da clara concepção do curso em questão, com suas peculiaridades, sua estrutura curricular e sua operacionalização, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

- a) Concepção e objetivos gerais do curso, contextualizadas em relação às suas inserções de natureza institucional, política, geográfica e social;
- b) Condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- c) Cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- d) Formas de realização da interdisciplinaridade;
- e) Modos da integração entre teoria e prática;
- f) Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- g) Modos da Integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- h) Incentivo à pesquisa e à extensão, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- i) Concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização;
- j) Concepção e composição das atividades complementares;
- l) Inclusão obrigatória do Trabalho de Conclusão de Curso.

3.3.1.2 Perfil do Egresso

O profissional egresso da UFPI, para que possa atuar de forma competente no seu campo de trabalho, deverá possuir competências éticas, pessoais, profissionais, sócio-afetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo que o acolhe e, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade.

Portanto, é requerida ao egresso da UFPI, a capacidade de:

- a) dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional; possuir capacidade de trabalhar em equipe;
- b) desenvolver e praticar atitudes que possibilite aprender a aprender aprendendo;
- c) exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação;
- d) ter atitudes inovadoras e criativas;
- e) utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio;
- f) saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade;
- g) integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas;
- h) atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de organização estabelecidas;
- i) compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho;
- j) compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão, de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida;
- k) desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação;

l) atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional.

Em observância às DCN e em atenção às recomendações cotejadas no bojo da legislação sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o projeto pedagógico de cada curso contemplará conhecimentos integrantes de dois componentes: formação geral e formação específica. No primeiro deverá ser evidenciada a compreensão de temas que possam transcender ao seu ambiente próprio de formação e sejam importantes para a realidade contemporânea. Essa compreensão vincula-se a perspectivas críticas, integradoras e à construção de sínteses contextualizadas. E no que se refere à formação específica, será dado ênfase aos seguintes aspectos: a) base cultural ampla, que possibilite o entendimento das questões específicas da área, no seu contexto histórico-social; b) capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas inerentes a uma realidade diversificada e em constante transformação; c) capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos; d) domínio das habilidades relativas à comunicação e expressão escrita.

Independentemente das questões específicas de cada área, os conteúdos de formação geral do indivíduo deverão ser contemplados, de forma a possibilitar ao graduando a possibilidade de atuar na proposição de: ações de intervenção; soluções para situações-problema; elaboração de perspectivas integradoras e sínteses, bem como, administrar conflitos.

Portanto, a pauta geral de assuntos integrantes do componente de formação geral, engloba: ecologia; biodiversidade; arte, cultura e filosofia; mapas geopolíticos e socioeconômicos; globalização; políticas públicas: educação, habitação, saneamento, saúde, segurança, defesa, desenvolvimento sustentável; redes sociais e responsabilidade: setor público, privado, terceiro setor; relações interpessoais: respeitar, cuidar, considerar, conviver; sociodiversidade: multiculturalismo, tolerância, inclusão; exclusão e minorias; relações de gênero; vida urbana e rural; democracia e cidadania; violência; terrorismo; avanços tecnológicos; inclusão/exclusão digital; relações de trabalho; tecnociência; propriedade intelectual; diferentes mídias e tratamento da informação.

Objetivando a formação geral do indivíduo, o PPC de cada curso deverá prever a avaliação da capacidade do formando em: ler e interpretar textos; analisar e

criticar informações; extrair conclusões por indução e/ou dedução; estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações; detectar contradições; fazer escolhas valorativas avaliando conseqüências; questionar a realidade; e argumentar coerentemente.

3.3.1.3 Práticas Pedagógicas Inovadoras

A docência universitária se concretiza em práticas pedagógicas, cuja finalidade é formar pessoas e profissionais com capacidade para atuar de forma crítica, reflexiva, criativa e ética na perspectiva de enfrentamento dos problemas da sociedade. Formar profissionais, com tais competências, pressupõe a adoção de práticas pedagógicas inovadoras, que rompem com o paradigma da racionalidade técnica, baseado na lógica disciplinar, na transmissão de conteúdos fragmentados e dogmatizados.

Nessa perspectiva a inovação não significa simplesmente a adoção de novos recursos tecnológicos, mas implica sim, numa nova forma de pensar o processo ensino e de aprendizagem numa perspectiva emancipatória.

Para o quinquênio 2010-2014 a UFPI procurará dar visibilidade às experiências pedagógicas inovadoras que já vêm sendo desenvolvidas, nos bastidores da sala de aula e promover uma reflexão sobre saberes e práticas da docência universitária. A temática a ser contemplada está detalhada na Figura 7.

Figura 7 – Práticas Pedagógicas Inovadoras para o quinquênio 2010-2014

a) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

Em atendimento às demandas da sociedade contemporânea, a UFPI entende que há necessidade de uma formação que articule, com a máxima organicidade, a competência científica e técnica, considerando-se que só se adquire competência científica se cada curso de graduação conseguir trabalhar no sentido de que os alunos consolidem conhecimentos a partir de fundamentos que sustentam a parte científica pertinente a cada área do conhecimento. É na base destes fundamentos que se pode construir o "aprender a aprender", condição essencial para o exercício profissional.

A real articulação entre ensino, pesquisa e extensão pressupõe um projeto de formação cujas atividades curriculares

transcendam a tradição das disciplinas. A defesa da prática como parte inerente, integrante e constituinte do questionamento sistemático, crítico e criativo e, da pesquisa como atitude cotidiana, como princípio científico e educativo, deve estar presente na própria concepção de prática educativa prevista na organização do PPC. A capacidade de contemplar o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa (pesquisa) e a abertura ao meio externo à Universidade (extensão), estabelecida pelo Projeto Pedagógico de cada curso, irá oferecer uma nova referência para a dinâmica na relação professor-aluno e desenhar um novo contexto para o processo de ensino/aprendizagem.

A utilização de pesquisa nas experiências de ensino/aprendizagem é perfeitamente viável, na medida em que, associado à pesquisa, o ensino constitui-se numa forma das mais inovadoras de estabelecimento da relação entre a teoria e a prática profissional, pois retira o estudante da posição de receptor do conhecimento e contribui para a formação de atitudes investigativas, do pensamento crítico e da construção do conhecimento e da autonomia.

A adoção de práticas de ensino que congreguem atividades de extensão reforça o processo de ensino e de aprendizagem, desde que haja participação direta dos estudantes na sua concepção, realização e avaliação. Isso se justifica na medida em que a extensão, entendida como uma forma de articulação entre os saberes construídos na universidade e as demandas da comunidade, preferencialmente voltada para o apoio solidário na resolução de problemas sociais, de forma solidária e dando voz aos grupos excluídos e discriminados, oportuniza aprendizagens fundamentais aos futuros profissionais, destacando-se o compromisso ético, político e social;

b) Interdisciplinaridade e multireferencialidade

A complexidade do fenômeno educativo requer um eixo que trate das experiências que envolvem a abordagem integrada de várias áreas do conhecimento como concepção curricular, considerando suas implicações no ensino. A interdisciplinaridade não nega a existência das disciplinas. Ao contrário, ela deve ser compreendida enquanto estratégia conciliadora dos domínios próprios de cada área com a necessidade de alianças entre eles no sentido de complementaridade e de cooperação para solucionar problemas, encontrando a melhor forma de responder aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea.

A diversidade de componentes curriculares assume então a característica de viabilizar não apenas o projeto pedagógico

específico do curso, mas também sua dimensão ética, valor fundamental na construção da autonomia do aluno capaz de saber pensar de modo sistemático e flexível; ela implica, portanto, em rever, quando da construção do Projeto Pedagógico de cada curso, a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares.

A multireferencialidade, também, pode compor as propostas dessas intervenções didáticas, ampliando as apropriações sobre linguagens, gênero, cultura e formas emergentes de produção do conhecimento ou aquelas ainda não reconhecidas no contexto acadêmico;

c) Observância à ética e construção de valores na sala de aula

A incorporação de experiências educativas que oportunizam reflexões e aprendizagens coletivas acerca da convivência em grupo, da construção coletiva de regras, reflexão de valores e atitudes no cotidiano da sala de aula, como respeito mútuo, solidariedade, cooperação, respeito às diferenças tende a contribuir para a formação integral do cidadão;

d) Uso de tecnologias de comunicação e informação

Objetiva a formação de um viés entre educação, comunicação, tecnologias inteligentes e construção do conhecimento. Cabem as discussões sobre mídia, representações, linguagens e estratégias colaborativas de elaboração da aprendizagem no ensino superior.

As mediações e as proposições hipertextuais emergentes de ensino/aprendizagem no AVA (ambiente virtual de aprendizagem), assim como, sua dinâmica de acompanhamento, sistematização e avaliação são, também, pertinentes a este eixo;

e) Avaliação da aprendizagem

Neste item, incluem-se as experiências sistematizadas de registro e acompanhamento humanizado do processo de aprendizagem que ultrapassem a concepção quantitativa e classificatória de avaliação. Cabem os relatos de atividades que compreendam a avaliação como um valor, um dispositivo formativo;

f) Articulação entre teoria e prática

A articulação entre teoria e prática pode ser compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os alunos se envolvam com problemas reais, tomem contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções. Assim o aluno sai da simples condição de mero receptor de informações e passa a sujeito da construção desse conhecimento. Sabe-se que, toda e qualquer prática implica uma ação reflexiva, uma atividade de atuação consciente em que se delimitam planos de ação visando a

determinados resultados.

Deste modo, a prática constitui uma das dimensões para a construção de conhecimentos, um exercício através do qual o aluno poderá teorizar e analisar sob a orientação de princípios teóricos e metodológicos o objeto de estudo.

É necessário superar a concepção de que a prática se limita ao estágio, que se restringe ao espaço das práticas profissionais previstas para uma determinada área. É necessário que o Projeto Pedagógico de cada curso adote, como respaldo primeiro, o conhecimento e a compreensão sobre o mundo contemporâneo e o respeito à missão da universidade a fim de que o educando alcance uma autonomia intelectual.

Assim, a formação acadêmica, em sentido *lato*, deve se preocupar com o desenvolvimento integral do ser humano de modo a garantir sua inclusão na sociedade por meio do exercício da cidadania. Isso significa conceber um Projeto em permanente construção para propiciar o desenvolvimento de ações planejadas que dêem vida ao fazer pedagógico no âmbito de cada curso de graduação;

g) Flexibilização curricular

A partir da realidade da UFPI, o Projeto Pedagógico de cada curso, no exercício de sua autonomia, deverá prever, entre os componentes curriculares, tempo livre, amplo o suficiente para permitir ao aluno incorporar outras formas de aprendizagem e formação social.

A flexibilização curricular não se esgota na ampliação da oferta de disciplinas eletivas e nem se reduz ao aumento ou redução de carga horária de disciplinas ou de cursos, nem tampouco se limita à inclusão de atividades complementares; ela se estende e se insere em toda a estruturação curricular, permitindo maior fluidez e dinamização na vida acadêmica. Ela exige que as mudanças na estrutura do currículo e na prática pedagógica estejam em consonância com os princípios e com as diretrizes do PPC, que deverá prever o apoio às iniciativas que promovam a interface entre as diversas áreas do conhecimento, buscando aproximar experiências e sujeitos oriundos dos diversos espaços intra e interinstitucionais.

Dentro desse espírito é louvável a criação de espaços interdisciplinares denominados “Projetos Integradores” que podem ser incorporados aos PPCs e que tendem a ser componentes curriculares obrigatórios a todos os cursos de graduação, em consonância com as diretrizes curriculares vigentes.

A flexibilização curricular pressupõe, sobretudo, a revisão

critérioria da necessidade ou não de pré-requisitos em cada estruturação curricular, considerando a possibilidade de o aluno organizar o seu currículo com maior autonomia, de o aluno buscar a própria direção de seu processo formativo. Essa flexibilização poderá ser operacionalizada em diferentes níveis, por meio do (a):

- ✓ arejamento do currículo;
- ✓ respeito à individualidade no percurso de formação;
- ✓ utilização da modalidade do ensino à distância;
- ✓ incorporação de experiências extracurriculares creditadas na formação;
- ✓ adoção de formas diferenciadas de organização curricular;
- ✓ flexibilização das ações didático-pedagógicas;
- ✓ programa de mobilidade ou intercâmbio estudantil.

3.3.1.4 Integralização curricular

O sistema curricular adotado na UFPI é o de créditos, contabilizados ao final de cada período letivo, sendo um crédito equivalente a 15 horas-aula e uma hora-aula corresponde a 60 minutos. A execução curricular é feita em dois períodos letivos por ano, cada um com duração de 100 dias de trabalhos escolares efetivos.

Conforme estabelece o Regimento Geral da Universidade, as diretrizes de execução do currículo de cada Curso de Graduação, seu acompanhamento e sua avaliação, são fixadas pelo Colegiado do Curso, órgão deliberativo em primeira instância, composto pelo Coordenador do curso, como Presidente; Sub-Coordenador, como Vice-Presidente; um representante docente de cada Departamento que ministre disciplinas específicas do Curso; e a representação discente, nos termos da legislação vigente. Em instância superior, é realizada pela Câmara de Ensino de Graduação e pelo CEPEX.

A integralização curricular é realizada após o cumprimento da carga horária de todas as disciplinas do Curso, incluindo o Trabalho de Concluso de Curso (TCC) e/ou o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, componentes do Projeto Pedagógico de

cada Curso, elaborado em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e aprovado pelo CEPEX.

O documento legal que regulamenta, atualmente, a verificação do rendimento escolar no âmbito da UFPI é a Resolução 043/95 do CEPEX. Segundo a citada Resolução, a verificação do rendimento acadêmico é feita por período letivo, em cada disciplina, compreendendo a apuração da assiduidade e a avaliação do aproveitamento acadêmico.

A assiduidade é aferida através da frequência às atividades didáticas programada para cada período e o aproveitamento acadêmico é avaliado através de acompanhamento contínuo do desempenho do aluno e, especialmente, dos resultados obtidos nos exames parciais e no final.

São considerados exames parciais todas as verificações realizadas ao longo do período letivo, para avaliação progressiva do aproveitamento do aluno. O exame final corresponde a aplicação de uma prova, após o encerramento do período letivo, abrangendo o conjunto do conteúdo programático da disciplina, não podendo, em qualquer caso, ser inferior a 50% (cinquenta por cento) desse conteúdo. Nos casos previstos em lei, é permitido um regime de exercícios domiciliares (Artigos 74 a 78 do Regimento Geral da UFPI).

É considerado como reprovado na disciplina, o aluno que não obtiver 75% (setenta e cinco por cento) da frequência às atividades didáticas respectivas programadas no período letivo. Comprovada a assiduidade, a média mínima para “aprovação por média” é 7,0 (sete) e para “aprovação no exame final” é 6,0 (seis).

3.3.1.5 Estágio, Prática profissional e Atividades Complementares

Segundo a Lei 11.788/2008 o estágio “é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”

Esta lei integra legalmente o estágio ao PPC dos cursos de graduação, além de integrar o itinerário formativo do educando, considerando-se que, no bojo da citada

legislação, o estágio objetiva o aprendizado de competências próprias da atividade profissional visando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

O Estágio é compreendido como um campo de conhecimento que supera a atividade meramente prática e instrumental. Propicia o estabelecimento de vínculos explícitos entre teoria e prática, que podem ser efetivados por meio de atividades que contemplem as várias formas do processo de ensino e de aprendizagem.

Na UFPI, a operacionalização dos Estágios Curriculares Obrigatórios dos Cursos de Graduação é de responsabilidade da Coordenação de Estágio Curricular (CEC), setor da PREG que desenvolve a parte administrativa dos convênios relacionados a Estágio e presta assessoria às Coordenadorias de Estágio dos Cursos, na elaboração e sistematização das programações.

A CEC executa atendimentos a alunos, professores e setores administrativos da Universidade, mantém contatos com os agentes intermediários de estágios, empresas e/ou instituições públicas e privadas conveniadas com a UFPI; elabora os dados estatísticos relacionados a Estágio Curricular Obrigatório dos Cursos de Graduação e fornece informações sobre Estágios aos Departamentos e Coordenações dos Cursos e aos órgãos externos.

3.3.1.6 Políticas e Práticas para a Educação a Distância

A sociedade contemporânea, denominada “sociedade do conhecimento”, em decorrência da velocidade de produção de novos saberes e pela crescente e fundamental importância atribuída a eles, vem requerer dos indivíduos uma constante atualização. Muitas vezes, devido ao fato de tais indivíduos estarem geograficamente distantes dos centros ou instituições voltadas para a educação formal presencial, a “Educação a Distância” pode representar, para um número elevado de pessoas ligadas às mais diversas áreas de atuação, uma real alternativa de formação, capacitação e atualização.

O comprometimento com a democratização do saber passa pela oferta de cursos e atividades de ensino que possam ser oferecidos a um contingente de indivíduos que não têm acesso aos cursos presenciais da Universidade. Como forma de alcançar este objetivo, a UFPI propôs, no seu PDI anterior, um investimento significativo na modalidade “Ensino a Distância”, representando um compromisso que vem ao encontro

de demandas mais amplas postas pela sociedade contemporânea e pelas necessidades específicas da região.

O ensino à distância (EaD) é, pois, uma realidade ainda recente na UFPI, embora represente a concretização de um sonho de mais de uma década. As políticas voltadas para o EaD são efetivadas através do Centro de Educação Aberta a Distância (CEAD), o qual utiliza as novas tecnologias de informação, para operacionalizar o ensino de graduação, contando com o apoio da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e de Instituições conveniadas, como a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), o Instituto Federal de Educação Tecnológica do Piauí, o Banco do Brasil e o Governo Estadual.

Em consonância com o que é adotado em várias IES brasileiras, é adotada na UFPI uma metodologia de estudo que combina material impresso, áudios, vídeos, multimídia, *internet*, videoconferências e fóruns. O ingresso nos cursos ministrados na modalidade EaD ocorre através de processo seletivo, semelhante ao adotado no modelo presencial, realizado pela Coordenadoria Permanente de Seleção (COPESE) da UFPI.

Para o funcionamento das atividades de ensino é utilizado o apoio dos Pólos de Apoio Presencial, que são espaços físicos mantidos pelos municípios ou Governo do Estado que oferecem infra-estrutura física, tecnológica e pedagógica para o acompanhamento dos cursos pelos alunos.

O início das atividades na modalidade EaD ocorreu com o lançamento do Projeto Piloto do Curso de Graduação em Administração em 2006 e, no segundo semestre de 2007, ocorreu a distribuição pelo interior do Estado, em 15 (quinze) Pólos situados em 15 (quinze) diferentes cidades do Estado do Piauí (Água Branca, Alegrete do Piauí, Buriti dos Lopes, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Elesbão Veloso, Esperantina, Floriano, Gilbués, Inhumas, Piracuruca, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Simões, Simplício Mendes e Uruçuí), com a oferta de 2.550 (duas mil quinhentas e cinquenta) vagas oferecidas em 8 (oito) diferentes áreas, quantificando 47 (quarenta e sete) Cursos, considerando-se os códigos de oferta.

Em 2009 houve o incremento de vagas, que passaram a totalizar 3.050 (três mil e cinquenta), distribuídas em 08 (oito) cursos de graduação (Licenciaturas em Matemática, Química, Física, Ciências Biológicas, Pedagogia e Filosofia, e Bacharelados em Administração e Sistemas de Informação) que utilizam 15 novos pólos de apoio presencial no Estado do Piauí (Avelino Lopes, Bom Jesus, Campo Maior, Corrente, Jaicós, Luzilândia, Marcos Parente, Monsenhor Gil, Oeiras, Picos, Pio IX, Piripiri, Redenção do Gurguéia, União e Valença do Piauí), totalizando em 31 (trinta e

hum), o número atual de pólos de apoio presencial, com o intuito de proporcionar educação em regiões carentes de ensino superior, atendendo uma parcela da população até então excluída do processo de graduação tradicional e também de aperfeiçoar o processo de inclusão social, digital e cultural.

Ainda em 2009, a UFPI também aderiu ao Programa Nacional de Administração Pública (PNAP), em edital lançado pela UAB no referido ano, para a oferta do Curso de Bacharelado em Administração Pública e das Especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde.

Com isso a UFPI ofertou, em um novo processo seletivo realizado em 2009, mais 440 vagas relativas a oferta do curso de Bacharelado em Administração Pública em 5 pólos já existentes, quais sejam: Floriano, Picos, Simplício Mendes, Bom Jesus e Água Branca. E em 2010 dará início às Especializações do PNAP, já aprovadas, com 720 vagas.

Para o quinquênio 2010-2014 serão empreendidos todos os esforços necessários para a ampliação de mais 3000 vagas, com o intuito de aumentar a oferta de licenciaturas para formar professores da rede básica de educação.

Assim, somadas a essa proposta básica, as diretrizes para o EaD na vigência do atual PDI são:

- a) Fortalecimento das atuais atividades de Ensino a Distância (EaD) por meio da consolidação do plano institucional de EaD, visando a manutenção da excelência acadêmica nos diversos pontos remotos;
- b) Ampliação dos projetos colaborativos entre a UFPI e as Secretarias Estadual e Municipal de Educação, bem como, outros órgãos e instituições, visando o ensino na modalidade “a distância”;
- c) Investigação de novos modelos pedagógicos aplicáveis aos EaD;
- d) Pesquisa e desenvolvimento para geração de novos cursos apoiados por sistemas de informação e gerenciamento.
- e) Qualificação técnico-pedagógica de recursos humanos para EaD;
- f) Consolidação dos projetos pedagógicos, cursos e programas, currículos, planejamento de oferta e sistema de avaliação.
- g) Detalhamento dos serviços de suporte e atendimento remoto aos alunos.
- h) Aproximação do CEAD das coordenações de Cursos de graduação, com o intuito de oferecer recursos para o desenvolvimento de material didático e

armazenamento de conteúdo, bem como, para possibilitar o uso de ferramentas facilitadoras para gerenciamento de material on-line e repositórios de materiais educacionais. Esta proposta também tem como objetivo subsidiar a expansão universitária em todos os seus níveis.

3.3.1.7 Políticas de Educação Inclusiva

Diferentemente do ensino integrado que se volta para o aprendizado de pessoas com dificuldades de aprendizagem, a UFPI pretende trabalhar a visão inclusiva da educação, a qual toma como referência a ótica sociológica, reconhecendo que cada indivíduo é diferente e que as IES e os sistemas de educação precisam ser transformados para atenderem às necessidades individuais de todos os educandos, com ou sem necessidades especiais.

A inclusão não significa tornar todos iguais, mas respeitar as diferenças. Isto exige a utilização de diferentes métodos para se responder às diferentes necessidades, capacidades e níveis de desenvolvimento individualizados.

Direcionando o foco à diversidade inerente à espécie humana, a educação inclusiva busca a percepção do atendimento às necessidades educativas especiais de todos os alunos, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. A Educação Inclusiva refere-se a uma prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível e que impõe mudanças marcantes na estrutura e no funcionamento das instituições, na formação humana dos professores e nas relações com a família.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização das instituições passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

3.3.1.8 Áreas de Atuação Acadêmica

As áreas de atuação acadêmica do ensino de graduação da UFPI distribuem-se ao longo de 06 (seis) grandes áreas do conhecimento, ou seja, os cursos são ligados às ciências da natureza, da saúde, agrárias, educação, humanas e letras e tecnologia. A distribuição dos cursos nessas áreas, segundo o Campus responsável pela ministração, está detalhado a seguir:

a) Campus Ministro Petrônio Portella

Cursos ligados às ciências da natureza:

Bacharelados- Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre, Ciências da Computação, Ciências Biológicas, Estatística, Física, Matemática e Química;

Licenciaturas- Ciências Biológicas, Ciências da Natureza, Física, Matemática, Química e Formação de Professores de Ciências.

Cursos ligados às ciências da saúde:

Bacharelados- Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição, Odontologia;

Licenciatura-Educação Física.

Cursos ligados às ciências agrárias:

Bacharelados- Engenharia Agrônoma e Medicina Veterinária.

Cursos ligados às ciências da educação:

Bacharelados- Comunicação Social e Moda, Design e Estilismo;

Licenciatura- Pedagogia (Magistério) e Educação Artística;

Cursos ligados às áreas de tecnologia:

Bacharelados- Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Engenharia de Agrimensura; Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica.

Cursos ligados às ciências humanas e letras:

Bacharelados: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Direito e Serviço Social;
Licenciaturas: Filosofia, Geografia, História, Letras (Língua Inglesa), Letras (Língua Portuguesa e Língua Francesa), Letras (Língua Portuguesa e Literaturas Brasileira e Portuguesa).

b) Campus Ministro Reis Veloso (Parnaíba) – várias áreas:

Bacharelados- Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Engenharia de Pesca, Fisioterapia, Psicologia e Turismo,
Licenciaturas Ciências Biológicas, Matemática e Pedagogia (Magistério).

c) Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (Picos) - várias áreas:

Bacharelados: Administração, Enfermagem, Nutrição e Sistemas de Informação;
Licenciaturas: Ciências Biológicas, História, Letras, Matemática e Pedagogia (Magistério).

d) Campus Doutor Amílcar Ferreira Sobral (Floriano) – várias áreas:

Bacharelados: Administração, Enfermagem e Ciências Biológicas;
Licenciaturas: Pedagogia (Magistério).

3.3.1.8.1 Unidades Acadêmicas

- **Centro de Ciências Agrárias**

O Centro de Ciências Agrárias (CCA) foi criado em 16 de março de 1978, por meio da Resolução 25/78 do Conselho Diretor da UFPI, com o objetivo de desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão na área das Ciências Agrárias. Está situado no Bairro Socopo, em Teresina, onde ocupa uma área de 216 hectares. Sua estrutura organizacional atual é composta por uma Diretoria, 06 (seis) Departamentos, 02 (duas) Coordenações de Cursos de Graduação, uma Biblioteca Setorial e 04 (quatro) Núcleos: 1) Núcleo de Estudos, Pesquisa e Processamento de Alimentos; 2) Núcleo de

Plantas Aromáticas e Medicinais; 3) Núcleo de Estudos e Preservação de Animais Silvestres; 4) Núcleo de Pesquisas Morfológicas em Ciência Animal.

Além das instalações administrativas, na estrutura do CCA existem 22 (vinte e duas) salas de aula climatizadas, 22 (vinte e dois) laboratórios equipados; 03 (três) auditórios, sendo 01 (hum) com capacidade para 165 pessoas e 02 outros de menores dimensões, que somadas alcançam um público de 295 pessoas; uma Biblioteca Setorial; Biotério; centros acadêmicos; reprografias; sanitários e amplas áreas de convivência, além do Restaurante Universitário. Na estrutura do CCA existem instalações modulares que, em conjunto, compõem uma fazenda experimental, que são os setores de: bovinocultura, caprino-ovinocultura, avicultura, suinocultura, apicultura, equideocultura, cunicultura, horticultura, fruticultura, agrostologia e pastagens.

Na área física do CCA está situado o Hospital Veterinário Universitário (HVU), unidade hospitalar inaugurada em setembro de 2003, vinculada à Reitoria, e dotada de uma infra-estrutura capaz de atender ao ensino de graduação, à Residência Médico Veterinária e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal, além de prestar serviços ao público externo à UFPI. O HVU é dotado de modernos recursos laboratoriais nas áreas de análises clínicas, diagnóstico por imagem e possui estrutura clínico-cirúrgica de última geração, o que lhe permite atender a uma casuística elevada de grandes e pequenos animais, oriunda de todo os municípios do Piauí e também de outros Estados.

O CCA possui também um Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Agrárias, que abriga os Programas de Pós-Graduação em Ciência Animal (mestrado e doutorado), Agronomia-Produção Vegetal (mestrado) e Genética e Melhoramento (mestrado).

Cursos de graduação que ministra:

Bacharelados- Engenharia Agrônômica e Medicina Veterinária

- **Centro de Ciências da Educação “Prof. Mariano da Silva Neto”**

O Centro de Ciências da Educação (CCE) tem suas atividades regulamentadas pelo Regimento Geral da UFPI, aprovado pela Resolução nº 45/99, do Conselho Universitário, que dispõe, no plano didático-científico, administrativo, financeiro e disciplinar, através de diretrizes de funcionamento, as atividades dos diversos órgãos e

serviços comuns, bem como pelo seu Regimento Interno aprovado em 2007, através da Resolução nº 12/2007, de 25 de maio de 2007.

O CCE é um órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através dos seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas e está situado no Bairro Ininga, em Teresina. Conta com órgãos deliberativos: o Conselho Departamental, as Assembléias Departamentais e os Colegiados de Cursos; e executivos: a Diretoria do Centro, os seus quatro Departamentos (Métodos e Técnicas de Ensino; Fundamentos da Educação; Música e Arte; e Comunicação Social) e as Coordenações dos Cursos que ministra.

Além das instalações administrativas, possui 23 (vinte e três) salas de aula climatizadas; 08 (oito) laboratórios convenientemente equipados; salas específicas para o ensino de licenciaturas; Biblioteca Setorial; núcleos de pesquisa; 01 (um) auditório com capacidade para 136 lugares; 01 (hum) mini-auditório com capacidade para 30 (trinta) cadeiras; sala de vídeo; sala de multimeios; sala do Programa de Educação Tutorial; 04 (quatro) Oficinas: de Artes Plásticas, Desenho Básico, Desenho Técnico e Música Básica; Atelier de Plásticas; Sala de Dança; setores de reprografia; diretórios acadêmicos; sanitários; e áreas de convivência.

Abriga a estrutura do Programa de Pós-Graduação em Educação, aprovado em 1991, que possui o conceito 4 na CAPES, sendo este o primeiro programa *stricto sensu* da UFPI, e que titula profissionais vinculados a todo o contingente educacional do Estado do PI e regiões circunvizinhas.

Cursos de graduação que ministra:

Bacharelados- Comunicação Social (Jornalismo) e Moda (Design e Estilismo).

Licenciaturas- Pedagogia (Magistério), Artes Visuais e Música.

- **Centro de Ciências Humanas e Letras**

O Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) foi organizado em 1972, no momento da implantação da própria UFPI e, conjuntamente com o CCS, constituiu-se em um elemento nuclear da primeira organização universitária do Piauí. Originou-se das **Faculdades de “Direito do Piauí” e “Católica de Filosofia”, que precederam à organização administrativa da Universidade. A primeira, criada em 1931,**

ministrava o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, e a Faculdade de Filosofia, foi implantada em 1958, com os cursos de Filosofia, Letras, História e Geografia.

O primeiro Diretor do CCHL, José Camillo da Silveira Filho, tomou posse em 16 de fevereiro de 1973 e posteriormente foi Reitor da UFPI. Os cursos antecedentes que foram abrigados no CCHL passaram a ser entes vinculados à estrutura departamental então implantada, com nomenclatura idêntica. Nos anos e décadas seguintes, o CCHL ampliou o alcance de sua atuação, criando novos cursos de graduação e alargando o campo de sua atuação, deixando de ser um Centro de Ensino na área de Humanidades, para, também, ser uma Unidade de Ensino na área das chamadas Ciências Sociais Aplicadas. Assim, além dos 5 (cinco) cursos de graduação iniciais, foram sendo sucessivamente criados os de Economia, Ciências Contábeis, Serviço Social, Ciências Sociais e Administração. Depois de sua criação, e em meio a intenso processo de luta e reivindicação levantada no meio estudantil, o primeiro concurso público para professor ocorreu em 1979, justamente para a área de Filosofia. Desde então, todos os seus docentes ingressaram em face de concurso.

Convém registrar que o CCHL foi o palco central, no final dos anos 1970 e começo dos 80, das mobilizações que levaram à reorganização do Movimento Estudantil no Piauí, expressando, sobremaneira, os sentidos e reclamos por democracia interna e liberdades públicas no Brasil.

Alberga, em sua estrutura, 08 (oito) departamentos e 11 (onze) coordenações de cursos de graduação e, a partir de 2001, deu passos importantes no diz respeito à construção e adensamento de sua missão institucional-pública, materializadas na implantação de seus 3 (três) primeiros Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*: Políticas Públicas (mestrado, com conceito 3 e que subiu para o conceito 4 em 2007), Letras (mestrado, conceito 3) e História do Brasil (mestrado, conceito 3). Na vigência do PDI 2005-2009 foram implantados os mestrados de Ética e Epistemologia (conceito 3) e Antropologia e Arqueologia (também conceito 3).

Além das instalações administrativas, o CCHL dispõe de 52 (cinquenta e duas) salas de aula climatizadas; 01 (hum) auditório com capacidade para 130 (cento e trinta) cadeiras; 07 (sete) laboratórios adequadamente equipados; 08 (oito) núcleos de pesquisa; 03 (três) Programas de Educação Tutorial (PET), nas áreas de História, Filosofia e Serviço Social; 02 (duas) salas de vídeo, com capacidade para 100 lugares; 06 (seis) cantinas; 07 reprografias; centros acadêmicos; sanitários e amplos espaços de convivência.

Cursos de graduação que ministra:

Bacharelados- Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Direito, Serviço Social e História;

Licenciaturas- Filosofia, Geografia, História, Letras (Língua Inglesa), Letras (Língua Portuguesa e Língua Francesa), Letras (Língua Portuguesa e Literaturas Brasileira e Portuguesa) e Formação de Professores de Ciências.

- **Centro de Ciências da Natureza**

Foi criado em 28 de setembro de 1973, a partir da incorporação dos Cursos de Licenciatura em Matemática e Física, oriundos da Faculdade de Filosofia do Piauí, sendo constituído, na época, pelos Departamentos de Matemática, Físico-Química e Biociências.

Atualmente o CCN possui 05 (cinco) Departamentos (Biologia, Química, Física, Informática e Estatística e Matemática), 08 (oito) cursos de Graduação, com 05 (cinco) Coordenações de Cursos (Biologia, Ciência da Computação, Física, Matemática e Química) e 03 (três) Chefias de Cursos (Arqueologia e Conservação da Arte Rupestre, Ciências da Natureza e Estatística).

Além das instalações para atividades administrativas, dispõe de 25 (vinte e cinco) salas de aula climatizadas; 30 (trinta) laboratórios convenientemente equipados; 01 (um) auditório com capacidade para 142 lugares; 03 (três) mini-auditórios que, somadas as capacidades, totalizam em 202 lugares; uma Biblioteca Setorial; sala de vídeo; áreas de convivência, setores de reprografia e sanitários. Ademais, sedia a estrutura dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Química (mestrado), Matemática (mestrado) e Física (mestrado).

Cursos de graduação que ministra:

Bacharelados- Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre, Ciência da Computação, Ciências Biológicas, Estatística, Física, Matemática e Química;

Licenciaturas: diurnas- Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química; noturnas- Ciências da Natureza, Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química.

- **Centro de Ciências da Saúde**

O Centro de Ciências da Saúde (CCS) foi institucionalizado em 1973, época da instalação da UFPI e, conjuntamente com o CCHL, foi um elemento nuclear da primeira

organização universitária do Estado, tendo se originado das Faculdades de Medicina do Piauí e de Odontologia do Piauí. Só mais tarde, foram criados os Cursos de Enfermagem e Educação Física, através do Ato da Reitoria n.º 198/74 e posteriormente, em dezembro de 1976, foi criado o Curso de Nutrição, através da Resolução do Conselho Universitário n.º 003/76 e, em 1992, o curso de Farmácia, instituído pela Resolução n.º. 015/92 de 02/10/1992.

Integram sua estrutura, 13 (treze) departamentos e 11 (onze) coordenações de cursos de graduação, bem como os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências e Saúde (mestrado), Enfermagem (mestrado), Farmacologia (mestrado), Alimentos e Nutrição (mestrado) e Ciências Farmacêuticas (mestrado recém-criado, em fase de implantação).

Em sua estrutura física existem 57 (cinquenta e sete) salas de aula climatizadas; 47 (quarenta e sete) laboratórios suficientemente equipados; 04 (quatro) auditórios que, conjuntamente, têm capacidade para 630 pessoas; 02 (dois) mini-auditórios; 03 (três) bibliotecas setoriais; Biotério Central; 05 (cinco) salas de vídeo; clínicas integradas completas (áreas de cirurgia, dentística, endodontia), para atendimento específico à Odontologia; Núcleo de Tecnologia Farmacêutica, Farmácia-Escola e Núcleo de Pesquisa em Plantas Medicinais, que atendem ao Curso de Farmácia; Academia de Ginástica, Salas de Dança, Ginásio coberto, quadras de esporte (cobertas e descobertas), piscina olímpica e academia, para atendimento ao curso de Educação Física; além de instalações administrativas, banheiros coletivos, reprografias e espaços de convivência. O aparato de equipamentos utilizados nos laboratórios do CCS é moderno, ressaltando-se os utilizados na área de Nutrição, bem como, o conjunto de simuladores de reações fisiológicas, de última geração, recentemente adquirido para atendimento ao curso de Enfermagem.

O CCS conta com o apoio de 05 (cinco) Hospitais-Escola, que pertencem à rede estadual de saúde, no âmbito dos quais desenvolve ensino de graduação (sobretudo o internato dos graduandos em Medicina) e os Programas de Residência Médica, os quais têm por objetivo a qualificação de profissionais para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e atendimento das demandas de pessoal qualificado, pela sociedade. Conta também com o Laboratório de Imunogenética e Biologia Molecular (LIB), implantado em 1999, centro de referência para exames de alta complexidade e núcleo de pesquisa em genômica e proteômica, que é credenciado pelo Ministério da Saúde para

realização de exames de compatibilidade para os programas de transplantes de órgãos e tecidos.

Cursos de graduação que ministra:

Bacharelados- Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição e Odontologia;

Licenciatura- Educação Física.

• **Centro de Tecnologia**

O Centro de Tecnologia (CT) da UFPI foi implantado através da Resolução nº 38 do Conselho Diretor da UFPI, de 25 de agosto de 1975, sendo inicialmente constituído pelas Coordenações de Ciências Agrárias e de Tecnologia. Após a criação do Centro de Ciências Agrárias, que absorveu a Coordenação do mesmo nome, em 15 de março de 1978, o CT foi reestruturado através da Resolução nº 18 do Conselho Diretor, que extinguiu a Coordenação de Tecnologia e criou os Departamentos de Construção Civil, Estruturas e Transportes. Posteriormente, em 1981, foi criado o Departamento de Recursos Hídricos e Geologia Aplicada, mantida esta estrutura desde então.

Possui excelente estrutura física composta por instalações administrativas, centros acadêmicos, 18 salas de aula climatizadas; 12 (doze) laboratórios adequadamente equipados; 01 (hum) auditório para 160 (cento e sessenta) lugares; 01 (hum) núcleo de maquetes e modelos reduzidos; 01 (hum) escritório-escola; setores de reprografia; sanitários e áreas de convivência.

Cursos de graduação que ministra:

Bacharelados- Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Engenharia de Agrimensura, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica.

• **Campus Ministro Reis Veloso (Parnaíba)**

O Campus Ministro Reis Veloso (CMRV), fica situado no extremo norte do Estado, distando de 250 km de Teresina. É localizado à Av. São Sebastião, nº 2819, CEP 64202-020, em Parnaíba-PI.

O município de Parnaíba possui uma população de mais de 140 mil habitantes, sendo o segundo mais populoso do Estado. É um dos quatro municípios litorâneos (além de Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia) do Estado sendo possuidor de

muitas belezas naturais, algumas dotadas de grande valor histórico para o Piauí. Nas proximidades do centro da cidade, na região denominada de Porto das Barcas, há inúmeros imóveis históricos. O município desponta como pólo turístico piauiense, sendo a principal base de apoio para quem deseja conhecer o litoral do Piauí e o Delta do Parnaíba.

A região do Delta do Parnaíba unifica, por suas características históricas, geográficas, biológicas, socio-econômicas e culturais, regiões pertencentes aos estados do Ceará, Piauí, Maranhão. Naquela região, a cidade de Parnaíba ocupou historicamente um lugar de destaque quando ocorreram dois ciclos econômicos de significado nacional: o primeiro baseado na produção de charque e o segundo na produção de cera de carnaúba. Hoje, apesar da perda da posição de destaque econômico nacional, ainda é Parnaíba a cidade motora do desenvolvimento da região norte do Estado, pois suas escolas, suas feiras, seus hospitais, bancos, hotéis e o variado comércio ainda servem e sustentam essa comunidade de triplice subordinação territorial.

Parnaíba é a maior cidade da região deltáica, considerada o centro receptor e difusor do desenvolvimento da região, que congrega municípios dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará.

A origem do CMRV remonta à própria origem da UFPI, pois o CRMV se originou da Faculdade de Administração do Piauí, uma das estruturas que foram agregadas para a formação da Universidade e que foi autorizada a funcionar pelos pareceres números 57 e 900, datados de 07/02/1969 e 16/12/1970, respectivamente, ambos do então Conselho Federal de Educação. A Fundação Educacional de Parnaíba, criada em 04/06/1966, foi a entidade mantenedora da Faculdade de Administração. Sua instalação ocorreu em 03/03/1969. A incorporação da Faculdade de Administração à UFPI se deu em 01/03/1971, quando ela ainda funcionava do prédio do Ginásio São Luís Gonzaga. Dentre os desafios de então, estava o crescimento da infraestrutura e do número de cursos superiores no município.

A construção da infraestrutura própria do CMRV foi iniciada no dia 11 de outubro de 1971, porém somente no dia 6 de setembro de 1975, o Curso de Administração de Empresas começou a funcionar em suas novas instalações, no endereço atual. Estas obras foram concluídas em 1978, permitindo o acréscimo de outros cursos de nível superior, como Ciências Econômica e Ciências Contábeis (1976) e Licenciatura Plena em Pedagogia-Magistério (1984).

Em setembro de 1992 o CMRV foi equiparado a Centro de Ensino (ou unidade acadêmica) na estrutura organizacional da UFPI e, em março de 1977, através do Ato da Reitoria nº 050/1997, foram criados os Departamentos de Ciências da Administração e Informática, de Ciências Sociais da Educação e do Desporto, de Ciências Contábeis e Jurídicas e Ciências Econômicas e Quantitativas.

Ainda em 1997, o CRMV, através da Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação, passou a ofertar cursos de Especialização nas áreas de Matemática, Metodologia do Ensino Superior, Administração de Pequenas e Médias Empresas e de Administração de Organizações Educacionais, dentre outros. A partir de então a oferta de cursos tem crescido em número e diversificação.

No ano de 2001, a Diocese da cidade de Parnaíba tornou-se parceira importante da instituição, contribuindo sobremaneira para que passasse a ser ofertado também o Curso de Graduação em Teologia.

O PDI 2005-2009, visando ao atendimento das expectativas da sociedade brasileira em busca de melhor qualificação e mais justiça social, contemplou o projeto de expansão da UFPI, consolidando o CMRV, através da criação de sete novos cursos, como pólo de referência em Ensino Superior na sua região de influência.

Assim, em 2006, como parcela do projeto de expansão, foram acrescentados à oferta já existente no CMRV, os cursos de Biomedicina, Turismo, Fisioterapia, Engenharia de Pesca, Psicologia, Biologia e Matemática. A infraestrutura existente está sendo paulatinamente aumentada para atender adequadamente aos novos cursos instalados.

Essa infraestrutura existente e em implantação está distribuída em dois setores que se subdividem em blocos, numerados de 01 a 17, os quais contemplam: instalações administrativas, incluindo os Departamentos, Coordenações e Chefias de Cursos, centros acadêmicos; diretório estudantil; 25 (vinte e cinco) salas de aula, 13 (treze) laboratórios, 01 (hum) auditório com capacidade para 294 lugares; 02 (duas) salas de vídeo e videoteca; Biblioteca Setorial “Cândido Ataíde”; escola de aplicação; empresas juniores; vestiários; banheiros; áreas de convivência; quadra de esportes; cursinho pré-vestibular popular; almoxarifado; depósitos; além do Restaurante Universitário, este último em vias de inauguração. Administrativamente, o CMRV é estruturado em acordo com o determinado regimentalmente para os Centros (ou unidades de Ensino), possuindo regimento próprio que detalha os órgãos que o compõem.

Cursos de graduação que ministra:

Bacharelados- Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Engenharia de Pesca, Fisioterapia, Psicologia, Turismo, Ciências Biológicas e Teologia.

Licenciaturas- Matemática e Pedagogia (Magistério).

- **Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (Picos)**

O Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), sediado à Rua Cícero Eduardo, s/n, Bairro do Junco, em Picos, interior do Estado do Piauí, foi criado partir de uma Unidade descentralizada da sede da UFPI que funcionava na cidade de Picos com apenas dois cursos de licenciatura (Letras e Pedagogia). Em 2006, após a adesão da UFPI ao Programa REUNI, foram implantados mais 7 (sete) novos cursos, totalizando em 9 (nove) modalidades de graduação.

A cidade de Picos, distante de 308 km de Teresina, situa-se na região centro-sul do Piauí, sendo a mais desenvolvida, economicamente, dessa região. É uma cidade jovem, que tem como principal característica social a mistura étnica, pois sua população é formada por indivíduos das mais diversas partes do País.

O PIB do município de Picos é o segundo maior do Estado, inferior somente ao do município de Teresina. Essa característica, aliada a seu posicionamento geográfico, lhe conferem a condição de pólo comercial efervecente no Piauí (especialmente de combustíveis e mel). É cortada pelas rodovias BR-316 (Rodovia Transamazônica), BR 407, BR-230 e fica muito próximo da BR-020. Sua área territorial é de 2.048 km² e a sua população superior a 71.000 habitantes. É banhado pelo rio Guaribas que, apesar de ser um rio temporário, alivia o calor característico das tardes picoenses.

O município de Picos é constituído de uma grande rede de ensino público e privado, sendo 78 escolas da rede municipal, 17 da rede estadual e mais de 15 da rede particular, atendendo a todos os níveis de ensino da educação básica. A instalação do CSHNB atendeu a uma aspiração do povo daquela região, que há década reivindicava por educação superior de qualidade. Picos possui empreendimentos solidários relacionados a cajucultura e mel, tendo recebido o “certificado em comércio justo”, que coloca o empreendimento “Casa Apis” como a primeira cooperativa apícola exportadora certificada no Brasil, que exportará para os EUA e Europa. A UFPI é participe deste processo, realizando análises de produtos destinados à comercialização e interagindo na organização e logística das cooperativas.

O CSHNB tem uma estrutura física que contempla: instalações administrativas (direção, secretaria, coordenações e chefias dos cursos, salas de professores); 33 (trinta e três) salas de aula climatizadas; 20 (vinte) laboratórios; 01 (hum) auditório com capacidade para 120 lugares; 01(uma) biblioteca de 820 metros quadrados; 02 (duas) salas de vídeo, 01 (uma) sala de reuniões; almoxarifado; reprografia; cantina; banheiros e áreas de convivência.

Funciona com um corpo docente (contabilizado em dezembro/2009) composto por 87 (oitenta e sete) professores efetivos (doutores, mestres e especialistas) e 49 técnico-administrativos, através dos quais desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, com vários cursos e projetos voltados para minimizar as deficiências e as necessidades da comunidade local, a exemplo do Curso de Extensão em Línguas (inglês e espanhol). Oferece também cursos de especialização *lato sensu*.

Com o aporte de novos pesquisadores, docentes, técnicos e alunos para o CSHNB, a formação de novos profissionais voltados para atender o potencial econômico local, é esperado a médio e longo prazo um impacto social, cultural, político e econômico para toda a macrorregião de Picos, que contribuirá para o desenvolvimento do Estado do Piauí.

Cursos de graduação que ministra:

Bacharelados- Administração, Enfermagem, Nutrição e Sistemas de Informação;

Licenciaturas- Ciências Biológicas, História, Letras, Matemática e Pedagogia (Magistério).

- **Campus Dr. Amílcar Ferreira Sobral (Floriano)**

O Campus Dr. Amílcar Ferreira Sobral (CAFS), localizado no KM 35 da BR 343, Bairro Meladão, 64800-000, no município de Floriano – PI, foi implantado após a adesão da UFPI ao REUNI, com o propósito de congregar esforços para a consolidação de uma política nacional de reestruturação e expansão da educação superior pública, como também, para atender à necessidade de crescimento e desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Piauí, sobretudo da região do Médio Parnaíba.

Ainda em processo de construção de sua estrutura física, está funcionando temporariamente nas instalações no Colégio Agrícola de Floriano, também peretencente à UFPI. Suas obras contam com um investimento de R\$ 6.400.000,00 (seis milhões e

quatrocentos mil reais) e uma estrutura física de 10.472 m² dividida em 45 áreas administrativas; 28 (vinte e oito) salas de aulas; 14 (quatorze) laboratórios; 01(hum) auditório com capacidade para 254 lugares; 02 (dois) anfiteatros; uma Biblioteca de 450 metros quadrados; uma videoteca; setor de reprografia; um biotério; uma central de processamento de dados; banheiros; área de convivência; e almoxarifado.

O CAFS teve suas atividades acadêmicas iniciadas no primeiro semestre de 2009, momento em que foram recebidos 200 alunos, que estão distribuídos em quatro cursos de graduação, dois bacharelados e duas licenciaturas. Sua implantação veio contribuir para a consolidação do desenvolvimento da cidade de Floriano, que é hoje uma dos principais centros educacionais do sul do estado do Piauí e que exerce influência sobre, aproximadamente, 30 municípios piauienses e maranhenses, separando-se dos últimos apenas pelo rio Parnaíba.

O município de Floriano está situado na Região Fisiográfica do Médio Parnaíba, a 234 km de Teresina, possuindo uma população de 57.921 habitantes e uma área total de 3.403,7 km², com uma densidade demográfica de 17,2 habitantes/km². Desponta, atualmente, pelas atividades de comércio e turismo, sobretudo no período carnavalesco.

O corpo docente do CAFS, composto por profissionais recém-concursados e com um bom nível de titularidade, tem o propósito de contribuir com o futuro dos jovens da região para enfrentar os desafios e transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições do exercício profissional, contribuindo para o crescimento da comunidade florianense e de toda a região circunvizinha.

Cursos de graduação que ministra:

Bacharelados- Administração e Enfermagem;

Licenciaturas- Ciências Biológicas e Pedagogia (Magistério).

• Campus Professora Cinobelina Elvas (Bom Jesus)

O Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE), localizado no km 03 da BR 135, CEP 64900-000, na cidade de Bom Jesus, iniciou suas atividades em outubro de 2006 e foi implantado de acordo com o Programa REUNI.

A cidade de Bom Jesus, localizada a 635 km de Teresina, possui uma população que já ultrapassa os 22.000 (vinte e dois mil) habitantes e uma área territorial de 4.469,156 km². Localizada na região do Vale do Gurguéia, a cidade é muito rica em água subterrânea, possuindo inúmeros poços jorrantes, como também, é banhada pelo Rio Gurguéia e alguns dos seus afluentes, possuindo uma precipitação pluviométrica média de 900 a 1200 milímetros por ano.

Bom Jesus é também uma cidade-pólo, funciona como ponto de convergência de outras cidades de menor porte, tais como: Currais, Santa Luz, Palmeira, Cristino Castro, Alvorada do Gurguéia, Colônia, Redenção entre outras, que utilizam os seus serviços bancários, fiscais, comerciais, além dos educacionais.

Seu rápido crescimento populacional e econômico deu-se em função da expansão na área agrícola, pois, na década de 1990, produtores de soja do Rio Grande do Sul foram atraídos para a região, a fim de cultivar soja no cerrado piauiense. Atualmente, cerca de 40 (quarenta) mil hectares são cultivados com soja, arroz, feijão e milho nessa região; isso corresponde a cerca de 30% do potencial total da região de Bom Jesus. Vale ressaltar que os cerrados piauienses são considerados “a última fronteira agrícola do Brasil”.

Atualmente, o Campus Prof^a Cinobelina Elvas é considerado como um instrumento de grande estímulo ao desenvolvimento da região, pois são recebidos, anualmente, 500 (quinhentos) novos alunos de Graduação e 14 (quatorze) de Pós-Graduação, onde a maior parte destes é proveniente de outras cidades ou estados.

A estrutura física do CPCE é composta por 10 (dez) blocos para atender aos cinco cursos de Graduação e um curso de Pós-Graduação, em nível de Mestrado. A infraestrutura acadêmica é composta por: 32 (trinta e duas) salas de aula climatizadas; Biblioteca com acervo de mais de 4.000 (quatro mil) livros; 17 (dezessete) laboratórios; instalações administrativas; Restaurante Universitário; Diretório Central de Estudantes; e Auditório, com capacidade para 250 lugares, cujas obras estão em fase final de conclusão. Há, também, um Hospital Veterinário que está em fase de construção, cuja previsão de conclusão é para o primeiro semestre de 2010. Possui ainda, oito módulos didático-produtivos: Caprino-ovinocultura, Suinocultura, Avicultura, Bovinocultura, Apicultura, Forragicultura, Pomares e Casas de Vegetação, além de campos experimentais. A UFPI investiu, ainda, na aquisição de veículos, equipamentos de laboratório e informática.

A implantação do Campus levou em consideração a sua vocação agropecuária e os cinco primeiros cursos foram projetados para aproveitar as potencialidades agrícolas, pecuárias e a biodiversidade de Bom Jesus e suas cidades vizinhas, região que é reconhecida como sendo a mais promissora do estado em relação a seu potencial agropecuário.

O investimento feito foi da ordem de mais de 16 (dezesesseis) milhões, aplicados na construção das instalações, as quais foram planejadas para execução em quatro etapas, sendo que três já foram concluídas e uma está em execução.

O corpo docente do CPCE conta, ao final de 2009, com 73 (setenta e três) professores efetivos, sendo 65,73% destes titulados em nível de doutorado e 20 (vinte) servidores técnico-administrativos.

O CPCE desenvolve o ensino de qualidade, pesquisa e extensão. Em pouco mais de três anos de instalação, já possui vários projetos de pesquisa e extensão em andamento e já conta, como foi mencionado anteriormente, com um Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, o Mestrado em Agronomia – Solos e Nutrição de Plantas, recomendado pela CAPES em 2008. Dada a vocação natural da região e a carência na formação de recursos humanos, o CPCE vem se programando para a criação de mais um mestrado na área de Produção Animal.

Cursos de graduação que ministra:

Bacharelados- Engenharia Agrônômica, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária e Zootecnia;

Licenciatura- Ciências Biológicas.

• Centro de Educação Aberta a Distância (CEAD)

O ensino à distância (EaD) é uma realidade ainda recente na UFPI, embora represente a concretização de um sonho de mais de uma década. As políticas voltadas para o EaD são efetivadas através do Centro de Educação Aberta a Distância, unidade acadêmica criada em 2006, mediante concorrência à Chamada Pública do Edital 01/2005.

O início das atividades na modalidade EaD ocorreu com o lançamento do Projeto Piloto do Curso de Graduação em Administração em 2006 e, no segundo

semestre de 2007, ocorreu a distribuição pelo interior do Estado, em 15 (quinze) municípios piauienses, espalhados por todo o território estadual.

O CEAD tem como objetivos oferecer educação gratuita e de qualidade à população piauiense, em seu respectivo domicílio; criar cursos que atendam às necessidades sócio-econômicas de cada região; e, gerir as atividades técnico-administrativas junto às devidas coordenações responsáveis pelo seu funcionamento.

A estrutura física do CEAD é composta de uma Direção Geral, assessorada por duas Secretarias: a de Controle Acadêmico e a Administrativa e contando com seis Coordenações: Coordenação Geral de Apoio aos Pólos, Coordenação de Tutorias, Coordenação de Projetos, Coordenação Pedagógica, Coordenação de Informática e Coordenação de Produção de Material.

Para operacionalizar as atividades de ensino que utilizam as novas tecnologias de informação e comunicação, o CEAD conta com a parceria da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e com o apoio de instituições conveniadas.

Adota a tecnologia conhecida como “*e-learning*”, que significa “prover a educação institucional com uma série de facilidades e ferramental tecnológico, sem os preços da educação presencial”, a qual vem se constituindo em um novo paradigma de educação, como alternativa de economia de recursos, inclusão social e digital, objetivando organizar informações e gerar conhecimentos. No CEAD/UFPI é utilizada uma combinação de material impresso, áudios, vídeos, multimídia, *internet*, videoconferências e fóruns.

Para o funcionamento das atividades de ensino é utilizado o apoio dos Pólos de Apoio Presencial, que são espaços físicos que oferecem infra-estrutura física, tecnológica e pedagógica para o acompanhamento dos cursos pelos alunos. Após a implantação do projeto piloto houve a oferta de 2.550 (duas mil quinhentas e cinquenta) vagas oferecidas em 47 (quarenta e sete) Cursos, de 8 (oito) diferentes áreas e, em 2009, houve o incremento em torno de 3.000 novas vagas, ofertadas com o intuito de proporcionar educação em regiões carentes de ensino superior, atendendo uma parcela da população até então excluída do processo de graduação tradicional e também de aperfeiçoar o processo de inclusão social, digital e cultural.

Inicialmente, foram implantados 15 (quinze) Pólos de Apoio Presencial, porém, após a expansão da oferta de vagas, este contingente foi aumentado para 31 (trinta e um), sediados em diferentes cidades do Estado do Piauí, desde o extremo norte até o sul (Figura 3, página 23).

Além da graduação, no final de 2009 foram aprovados pelo CEPEX a oferta de cursos de especialização na modalidade EaD, objetivando a qualificação profissional de professores e gestores da educação básica.

Cursos de graduação ministrados a distância:

Bacharelados- Administração, Administração Pública e Sistemas de Informação;

Licenciaturas- Ciências Biológicas, Filosofia, Física, Matemática, Pedagogia e Química.

Localização dos Pólos de Apoio Presencial:

Água Branca, Alegrete do Piauí, Avelino Lopes, Bom Jesus, Buriti dos Lopes, Campo Maior, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Corrente, Elesbão Veloso, Esperantina, Floriano, Gilbués, Inhuma, Jaicós, Luzilândia, Marcos Parente, Monsenhor Gil, Oeiras, Picos, Pio IX, Piracuruca, Piripiri, Redenção do Gurguéia, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Simões, Simplício Mendes, União, Uruçuí e Valença do Piauí.

3.3.1.8.2 Educação Profissionalizante

A UFPI mantém, em sua estrutura, 03 (três) unidades de educação básica que são denominadas de Colégios Agrícolas e sediadas, respectivamente, em Teresina, Floriano e Bom Jesus, através das quais desenvolve atividades voltadas para o ensino profissionalizante, isolado e/ou concomitantemente com o ensino médio.

O Colégio Agrícola de Teresina (CAT), situado no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, em Unidade situada no Bairro Socopo, CEP 64049-550, em Teresina/PI, foi instalado em 10 de maio de 1954, mas somente em 1976 ocorreu a sua vinculação oficial à UFPI, através do Decreto Nº 78.672/1976. Ministra cursos profissionalizantes de Técnico em Agropecuária, Técnico em Enfermagem e Técnico de Informática, para candidatos já portadores do ensino médio, bem como, o Curso de Técnico em Agropecuária em concomitância com esse. Este último curso, também foi ministrado em 2009, como parte do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.

Atualmente o CAT oferece 205 vagas para o ingresso de candidatos via processo seletivo anual realizado pela Coordenadoria Permanente de Seleção (COPESE) da UFPI.

O Colégio Agrícola de Floriano (CAF), sediado no km 3,5 da BR 135 - Bairro Meladão, em Floriano-PI, CEP 64202-020, é uma escola de educação profissional vinculada à Universidade Federal do Piauí, com 30 anos de funcionamento. Oferece os cursos de Técnico em Agropecuária, Técnico de Informática, e Técnico em Enfermagem, os quais são ofertados para candidatos já portadores do ensino médio, bem como, concomitantemente com esse. Oferece, ainda, o curso profissionalizante de Técnico em Vigilância em Saúde, que integra o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.

Atualmente o CAF oferece 145 vagas para o ingresso de candidatos via processo seletivo anual, realizado pela Coordenadoria Permanente de Seleção (COPESE) da UFPI.

O Colégio Agrícola de Bom Jesus (CABJ), situado no km 03 da BR 135, Bairro Planalto Horizonte, CEP 64900-000, em Bom Jesus-PI, é uma unidade de ensino integrante da estrutura da Universidade Federal do Piauí, criado em 21 de março de 1982. Em 2006, teve início o projeto de expansão do CABJ, financiado pelo Programa de Expansão da Educação Profissional, abrangendo a melhoria e ampliação da estrutura física, bem como a oferta de novos cursos. São ministrados no CABJ os seguintes cursos profissionalizantes: Técnico em Agropecuária, Técnico em Enfermagem e Técnico em Informática, tanto para alunos já portadores do ensino médio, quanto ministrado concomitantemente com esse nível de ensino. Além disso, é responsável também por turma do curso de Técnico em Informática vinculado ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

Atualmente o CABJ oferece 180 vagas para o ingresso de candidatos via processo seletivo anual, realizado pela Coordenadoria Permanente de Seleção (COPESE) da UFPI.

3.3.1.9 Diretrizes para o ensino de graduação da UFPI - quinquênio 2010-2014

A exemplo do que foi projetado para o quinquênio anterior, a UFPI continuará envidando esforços no sentido de promover a melhoria quali-quantitativa do ensino de graduação, em busca da excelência. Assim, o enfoque será direcionado à **otimização da oferta de ensino de graduação**, que representa o seu ponto mais forte de interlocução com a sociedade.

Quanto às modalidades de cursos de graduação, a UFPI optou por não trabalhar com cursos seqüenciais, os quais são ofertados, no âmbito do Estado do Piauí, pela Universidade Estadual (UESPI). Também não ministra cursos superiores de tecnologia, uma vez que o Instituto Federal de Educação Tecnológica do Piauí (IF-PI) está encarregado da oferta de tais cursos. Assim, priorizou o ensino superior nas modalidades bacharelado e licenciatura, para os quais o olhar institucional está voltado.

A enumeração das estratégias a serem adotadas neste quinquênio, para o ensino presencial, ocupa todas as letras do alfabeto, conforme é mostrado na Figura 8.

Figura 8- Diretrizes para o ensino de graduação presencial da UFPI, quinquênio 2010-2014

Objetivo: Otimização do ensino de graduação

Meta: Elevação, em pelo menos 25%, dos índices que permitem o alcance de patamares superiores de qualidade dos cursos de graduação da UFPI.

Estratégias de Ação:

a) **ampliação da oferta de cursos**: A UFPI ofereceu, no ano de 2009, um total de 92 (noventa e dois) cursos de graduação nos 05 campi, situados nos municípios de Teresina (*Campus* Ministro Petrônio Portella), Parnaíba (*Campus* Ministro Reis Veloso), Picos (*Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros), Floriano (*Campus* Dr. Amílcar Ferreira Sobral) e Bom Jesus (*Campus* Professora Cinobelina Elvas). No ano inicial de vigência do PDI (2005), o total de Cursos era 48, tendo havido um aumento de 91,67%. A primeira expansão ocorreu em 2006, após a adesão ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Brasileiras – REUNI, com um acréscimo de 27 cursos. Houve uma remodelagem da Expansão em 2007, com o incremento de mais 07 cursos e, a partir de 2008, foram criados mais 11 cursos de graduação. **A UFPI explicita aqui a necessidade de continuar ampliando a oferta para garantir o cumprimento de suas ações de responsabilidade social;**

otimização das formas de ingresso: O PDI anterior já traduzia o intuito de melhorar consideravelmente o ingresso de alunos na UFPI. Ocorreu o cumprimento dessa premissa, a partir da criação de cotas para estudantes oriundos de escolas públicas; Portanto, neste novo PDI serão incrementadas as ações voltadas para ampliar as formas de ingresso. O exame de seleção de candidatos a ingressarem a partir de 2010 deverá selecionar e classificar

pessoal apenas para preenchimento de 50% (cinquenta por cento) das vagas oferecidas nos Cursos de Graduação da UFPI, pois a outra metade das vagas será destinada a candidatos classificados mediante a avaliação dos conhecimentos comuns pertinentes às diversas áreas do Ensino Médio, ou seja, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. **Portanto, a UFPI procurará adotar medidas que favoreçam e democratizem as formas de acesso**, com o intuito de minimizar as assimetrias intra-regionais de acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade.

c) **revisão curricular:** A retroalimentação, modernização e adequação das matrizes aos novos paradigmas adequados às distintas categorias profissionais e, sobretudo, às DCNs foi uma atividade freqüente nos últimos anos, visto que ocorreu a reformulação da matriz curricular de 57 (cinquenta e sete) cursos de graduação na vigência do PDI anterior.

Neste quinquênio, a avaliação e atualização das propostas pedagógicas serão realizadas permanentemente pela PREG;

d) **interiorização do ensino:** Mediante a utilização das novas tecnologias da informação, foi possível a adoção do ensino na modalidade EaD, a partir de 2006, possibilitando a escolarização, em nível de terceiro grau, de um grande contingente populacional. **Portanto, neste período de vigência do atual PDI será priorizada a utilização de novas ferramentas tecnológicas que possam tornar mais dinâmico e mais efetivo o ensino a ser levado aos mais longínquos rincões deste Estado.**

e) **estímulo à qualificação docente:** A UFPI tem efetivado uma política afirmativa de qualificação do seu pessoal em nível *stricto sensu*, tanto nos Programas de Pós-Graduação da IES, como em PPGs de outras IES nacionais e estrangeiras. Na vigência do PDI 2005-2009 ocorreu uma elevação significativa do número de titulados, **no entanto há necessidade de que seja continuada a política de qualificação iniciada no quinquênio anterior.** Com esta finalidade, foi elaborado e aprovado pela CAPES o Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes (PLANFOR), com o objetivo geral ampliar o quadro de professores doutores na instituição, visando sua inserção junto ao ensino de graduação e de pós-graduação, possibilitando a criação de novos cursos e Programas *stricto sensu*, assim como, a ampliação e consolidação das linhas de pesquisa e áreas de concentração existentes nos Programas de Pós-graduação, em nível de mestrado e estimular a criação de doutorados, especialmente no contexto dos programas cujos mestrados apresentam visível crescimento e desenvolvimento.

f) **regulamentação, ampliação e aprimoramento dos estágios curriculares e extracurriculares:**

Objetivando o cumprimento do que preconiza a nova Lei do Estágio (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008), neste quinquênio será feita a adaptação da legislação pertinente ao estágio no âmbito da UFPI, de forma que o estágio previsto no PPC seja categorizado como “estágio obrigatório” e o desenvolvido como atividade opcional ou complementar seja definido como “não obrigatório”, mas que seja considerada uma atividade acadêmica supervisionada e incorporada à carga horária regulamentar e obrigatória do graduando. Assim, deverá haver a ampliação e redimensionamento das

atividades de estágio na UFPI, sob a responsabilidade da Coordenação de Estágio da PREG;

g) ampliação do número de cursos noturnos:

A expansão da oferta de cursos noturnos, sobretudo licenciaturas, é necessária para facilitar o processo de formação de professores, considerando a sua atuação em sala de aula enquanto integraliza a sua graduação. Este processo foi iniciado na vigência do PDI anterior, pois em 2005 eram 7 cursos noturnos; em 2008 este número subiu par 22; em 2009 passou a ser 30 e a projeção par 2010 deverá ser de 32. Portanto, neste novo quinquênio, **será continuada esta tarefa de atendimento a este importante público carente de educação superior;**

h) qualificação didático-pedagógica do pessoal docente recém-concursado:

Este trabalho tem sido feito através da Coordenadoria de Apoio e Assessoramento Pedagógico (CAAP) da PREG, que ministra periodicamente o “curso de iniciação à docência”, o qual se constitui num requisito obrigatório a todos os ingressantes na carreira de magistério da UFPI. Considerando os resultados positivos deste trabalho, neste quinquênio esta tarefa deverá ser continuada de forma mais sistematizada;

i) estimulação do interesse pela prática docente:

Mediante a concessão de bolsas de monitoria, que é um programa que tem fortalecido o desempenho acadêmico docente e discente, a UFPI, através da CAAP, tem atuado no sentido de fortalecer esta ação educativa e este trabalho será ampliado na vigência do PDI 2010-2014;

j) ampliação de áreas físicas e modernização da infraestrutura laboratorial:

O trabalho de ampliação de salas de aula, laboratórios técnicos e de informática, gabinetes de apoio administrativo, auditórios, ambientes de convivência, etc., foi prioritariamente efetivado no período de 2005-2009, sobretudo através do REUNI e **será fortalecido neste quinquênio** que ora se inicia, a fim de dotar a UFPI das condições de competitividade, próprio das instituições que vivenciam “ciência, tecnologia e inovação”;

k) participação na política efetiva de minimização de assimetrias inter e intra-regionais efetivada no âmbito da pós-graduação, priorizando a

implantação de cursos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado e da Região, sobretudo as que envolvam engenharias, arranjos produtivos locais e que sejam voltadas para a melhoria da qualidade de vida;

l) ampliação do acervo bibliográfico do sistema de bibliotecas:

A política de atualização do acervo praticada no período de 2005-2009 será incrementada na vigência do PDI atual, considerando-se os frutos que poderão ser colhidos, num futuro vindouro, como resultado positivo da concretização deste trabalho;

m) realização permanente de treinamentos para acessibilidade ao portal de periódicos da CAPES:

O MEC disponibiliza, através da Fundação CAPES, um vastíssimo material de consulta objetivando o fortalecimento da pós-graduação. O treinamento do alunado de graduação para a utilização desse arsenal científico implica na ampliação do potencial de consolidação de conhecimentos obtidos na

graduação, no direcionamento ao mundo da pesquisa científica e preparação para a pós-graduação;

n) **ampliação do arsenal de informática**. A UFPI realizou, durante a vigência de seu PDI anterior, a maior aquisição de equipamentos ligados à área de informática de sua história. Neste quinquênio, os esforços serão dirigidos para a manutenção e atualização permanente do parque de informática.

o) **ampliação dos recursos didático-pedagógicos de apoio ao ensino, sobretudo os recursos de multimídia:**

Apesar dos investimentos na área, há necessidade de uma aquisição de recursos dirigidos ao apoio didático-pedagógico ao ensino de graduação e pós-graduação, sobretudo considerando-se a expansão das atividades;

p) **treinamento continuado do pessoal de apoio:**

Neste último quinquênio a expansão das atividades foi acompanhada de contratação de um grande aporte de recursos humanos jovens. Agora, neste quinquênio **a atenção será voltada para o treinamento de pessoal** a fim de possibilitar o desenvolvimento das atividades necessárias ao crescimento institucional;

q) **desenvolvimento permanente de estratégias pedagógicas inovadoras:**

O detalhamento destas está explicitado no item 3.3.1.3;

r) **incentivo à participação docente em reuniões científicas:** Na vigência do PDI anterior foi criado o PROEC (Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos), que instituiu, como condição para a participação de docentes em eventos científicos, o encaminhamento de trabalhos a periódicos indexados, objetivando o aumento da produção científica institucional. **Neste novo quinquênio este programa será aperfeiçoado** de forma a propiciar maior incentivo na real participação em eventos que contribuam para a formação continuada e produção técnica;

s) **Fortalecimento dos Programas de Bolsas para discentes:**

- **Iniciação Científica (IC)** - A IC é uma atividade que recebeu especial destaque na UFPI, no último quinquênio. Em 2005 havia um total de 187 bolsas de IC, sendo 87 CNPq e 100 de contrapartida da UFPI, com os valores individuais de R\$ 300,00 para as bolsas CNPq e 150,00 para a bolsa UFPI. Estes números foram ampliados gradativamente e em 2009 tivemos 344 bolsas, metade para cada modalidade e também ocorreu a equiparação dos valores das bolsas UFPI, que foram iguais às bolsas CNPq.

- **Monitoria** - O Programa de Monitoria da Universidade Federal do Piauí (UFPI) está regulamentado pela Resolução N° 152/99 CEPEX, de 22/09/1999, tem por finalidade despertar nos alunos o interesse pela carreira docente e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de graduação desta Instituição Federal de Educação Superior (IFES). A Monitoria abrange duas modalidades, quais sejam monitoria remunerada e monitoria não remunerada.

Segundo a referida Resolução, os objetivos da Monitoria, são: a) Proporcionar ao estudante de graduação da Universidade Federal do Piauí UFPI, oportunidade de participar em Projetos de Monitoria que possibilitem o aprofundamento em determinada área de conhecimento; b) II Criar condições para que os alunos possam desenvolver formas de

pensamento e de comportamento ao trabalho científico independente, agindo como colaborador da produção acadêmica; c) III Colaborar com os professores para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades técnico-didáticas; d) IV Promover a cooperação acadêmica entre discentes e docentes. Na prática, o Programa de Monitoria da Universidade Federal do Piauí, nestes onze anos de sua existência, tem possibilitado ao estudante de graduação o estímulo à iniciação à docência, contribuindo, dessa forma, para a melhoria da qualidade do ensino. Atualmente, os monitores remunerados recebem uma bolsa de incentivo de R\$ 200,00 (duzentos reais), valor este garantido pela Resolução Nº 66/07 CEPEX, de 26/07/2007.

- **Extensão** - O Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PROBEX), tem por objetivo contribuir para a formação profissional e cidadã por meio da participação de estudantes de graduação no desenvolvimento de programas e projetos de extensão universitária. No ano de 2009 o número de beneficiários foi de 844. A habilitação ao referido programa se dá por resposta a edital, com definição dos critérios de julgamento pela Câmara de Extensão. Neste novo quinquênio este Programa será fortalecido, objetivando a elevação do número de beneficiários;

- **Programa de Educação Tutorial** - O Programa de Educação Tutorial (PET), criado e implantado em 1979 pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), é um Programa acadêmico direcionado aos alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Esses alunos são selecionados por IES participantes do Programa e organizados em grupos, recebendo orientação acadêmica de professores tutores. Atualmente, a UFPI conta com 04 projetos aprovados no âmbito do PET, com 04 professores tutores e mais de 30 (trinta) alunos bolsistas. Neste quinquênio serão envidados todos os esforços no sentido de ampliar o número de projetos enviados para que seja contemplado um número mais significativo de discentes.

- **Iniciação Tecnológica Industrial (ITI) e Desenvolvimento Tecnológico Industrial (DTI)**. Estas modalidades de bolsas foram concedidas à UFPI, pela primeira vez, neste ano de 2009 e objetivam estimular o discente de graduação à inovação para a competitividade. Pela importância destas modalidades, serão incentivadas e ampliadas neste quinquênio.

t) ampliação e fortalecimento de políticas afirmativas de apoio ao ensino, pesquisa e inovação tecnológica:

Na vigência do PDI 2005-2009 iniciou-se uma política de ações afirmativas para que a UFPI possa competir em pé de igualdade com outras instituições por um lugar ao sol como IES indutora e promotora do desenvolvimento sustentável. **Assim, várias ações foram implantadas e que deverão ser fortalecidas e ampliadas.** No bojo destas ações estão:

- ♦ **Criação do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia – NINTEC:** Este Núcleo foi criado através de projeto aprovado por meio da Chamada Pública MCT / FINEP / Ação Transversal - TIB - 02 / 2006 - Rede

NIT-NE (UFBA, UFPB, UFS, UFC, UFPI, CEFET-BA, SENAI-CIMATEC-BA e CISE) - REDE NIT-NE / FINEP, com o objetivo de gerir a proteção da Propriedade Intelectual na UFPI. Entendendo por “propriedade intelectual” como o conjunto de direitos que incidem sobre a criação do intelecto humano, o NINTEC-UFPI tem a missão de promover a cultura de inovação e transferência de tecnologias na instituição, bem como, aprimorar a política de P&D com vistas à efetiva incorporação pela sociedade, dos resultados de suas pesquisas, estabelecendo a inserção de novos produtos no mercado e a consequente melhoria da qualidade de vida. Assim, está encarregado de ajudar o inventor/pesquisador a proteger sua propriedade intelectual, defendendo-a de práticas inapropriadas das atividades comerciais e industriais e da concorrência desleal, assegurando ao detentor do conhecimento o privilégio de sua exploração. O NINTEC-UFPI está subordinado a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, tendo como colaboradores as Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica de Teresina - INBATE e do Agronegócio Piauiense - INEAGRO. Portanto, na vigência do PDI 2010-2014, a UFPI pretende tornar-se um centro de referência regional na área de propriedade intelectual e licenciamento de tecnologias, considerando-se a necessidade de contribuir com o crescimento estadual, regional, nacional e internacional;

♦ **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI:** Este Programa foi implantado na UFPI no ano de 2008 e avança no incentivo à pesquisa tecnológica. Mantendo a paridade com o CNPq, que concedeu 05 (cinco) bolsas em 2009, a UFPI elevou, assim, o número de bolsas PIBIT/09 para dez. Neste quinquênio, a UFPI reafirma seu compromisso para a formação de novos pesquisadores em tecnologia e inovação.

♦ **Bolsa Trabalho** – Este benefício financeiro concedido a estudantes de graduação que atendem a requisito explicitado em Edital específico da Pro - Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários, tem como contrapartida a prestação de serviço nos diversos setores da UFPI, possibilitando condições para permanência no curso de graduação e, conseqüentemente, a melhoria do rendimento acadêmico. Atualmente, são atendidos 323 bolsistas através da concessão de bolsas no valor de R\$ 200,00, com perspectiva de aumento para R\$ 300,00, cuja diferença agregará a este, os benefícios de auxílio transporte e didático. Este modalidade deverá ser mais bem estruturada na vigência deste novo PDI, objetivando incentivar a permanência dos estudantes na Instituição, sobretudo os mais desfavorecidos economicamente;

♦ **A inclusão da UFPI no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) nas Ações Afirmativas** – Projeto Piloto do CNPq com a concessão de 12 (doze) bolsas para alunos da graduação cuja inserção no ambiente acadêmico se deu por uma ação afirmativa no vestibular, tendo havido a contrapartida da UFPI que alocou igualmente 12 (doze) bolsas;

u) **Manutenção e fortalecimento das iniciativas de premiação acadêmica, dos serviços de apoio às atividades discentes e dos espaços de inserção acadêmica.**

Em 1996, através da Resolução 21/96, o Conselho Universitário estabeleceu a premiação no formato de “Láurea universitária”, objetivando incentivar o

alunado a buscar os melhores patamares de desenvolvimento acadêmico. Outras formas de premiação também foram instituídas no último quinquênio, como por exemplo: a premiação dos trabalhos apresentados no Seminário de Iniciação Científica, que, em 2009, seguiu o formato do prêmio Destaque da Iniciação Científica, concedido pelo CNPq, agraciando os três melhores trabalhos por grande área de conhecimento (Ciências da Vida, Ciências Exatas, da Terra e Engenharias e Ciências Humanas, Sociais, Letras e Artes). A valorização do aluno, enquanto sujeito do processo de ensino e aprendizagem será fortalecida neste novo quinquênio.

v) Melhoria do processo de comunicação interna e externa:

O fluxo de comunicação interna e externa da UFPI é algo que precisa ser trabalhado efetivamente. Internamente, a UFPI pretende intensificar essas ações a partir da modificação do modelo de gestão não departamentalizado, intensificando a atuação da Coordenadoria de Comunicação Social (COORDECOM) órgão de direção e serviço, subordinado à Reitoria, encarregado de estabelecer as diretrizes de uma política global de comunicação, visando responder aos desafios contemporâneos da Comunicação Social e tornando público os acervos da criação humana nos campos das ciências, das artes e das práticas culturais. A comunicação com a sociedade, também será ampliada por meio das ações da COORDECOM, da Ouvidoria da UFPI e dos outros meios de comunicação já existentes, como a Rádio UFPI FM 96,7 MHz e o site www.ufpi.br, cujo número de acessos cresce a cada dia.

w) Desenvolvimento de novas formas de cooperação institucional, sobretudo em nível internacional:

Este processo já foi iniciado a partir da criação, em 2005, da Assessoria Internacional, uma diretoria ligada ao Gabinete do Reitor, encarregada de toda a vida internacional da universidade, sobretudo o estabelecimento de parcerias com outras universidades e instituições de interesse acadêmico, no Brasil e no mundo, desenvolvendo a cooperação acadêmica, técnica, científica e cultural entre elas. Assim, esta iniciativa possibilita que professores, alunos e funcionários curse disciplinas, façam pesquisa e participem de projetos no exterior. Da mesma forma, os estrangeiros beneficiários desses acordos internacionais são acolhidos pela UFPI, tendo os mesmos direitos. Até o momento, a UFPI possui convênios com as seguintes universidades italianas e portuguesas: Verona, Padova e Florença (Itália) e Madeira, Évora, Porto e Coimbra (Portugal). Também é membro do Grupo Tordesilhas (www.grupotordesillas.org), da Organização Universitária Interamericana (www.oui-iohe.org), da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (<http://www.aulp.org>) e da Associação Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras. Na vigência deste PDI, estas ações vão ser intensificadas.

x) Revisão e consolidação do sistema de integração do aluno ao sistema assistencial, com acompanhamento da aproximação à prática profissional.

Estas ações serão realizadas pela PRAEC, que intensificará ações voltadas para a permanência do estudante na UFPI, tais como: bolsa alimentação, residência universitária, assistência médica, odontológica, pedagógica e psicológica.

- y) **Criação de um sistema de diligência de informações** capaz de traçar o perfil dos funcionários e servidores que estão envolvidos com as atividades de Graduação, visando criar um sistema específico de capacitação e valorização de tais profissionais;
- z) **Fortalecimento das Coordenações de Cursos**, no sentido de dotá-las, cada vez mais, de melhores condições de acompanhamento das atividades didáticas cada curso.

No que tange à educação a distância, no quinquênio 2010-2014 serão empreendidos todos os esforços necessários para a ampliação de vagas, com o intuito de ampliar a oferta de licenciaturas, principalmente, para formar professores da rede básica de educação. As diretrizes para o EaD estão detalhadas na Figura 9.

Figura 9 - Diretrizes para o ensino de graduação a distância da UFPI, quinquênio 2010-2014

Objetivo: Ampliação da oferta do ensino de graduação a distância.

Meta: Elevação, em pelo menos 25%, do total de vagas de graduação, na modalidade EaD.

Estratégias de ação:

- ✓ Fortalecimento das atuais atividades de ensino ministrado na modalidade a distância, por meio da consolidação do plano institucional de EAD, visando a manutenção da excelência acadêmica nos diversos pontos remotos;
- ✓ Ampliação dos projetos colaborativos entre a UFPI e as Secretarias Estadual e Municipal de Educação, bem como outros órgãos e instituições (IFPI e UESPI), visando o crescimento do EaD;
- ✓ Investigação de novos modelos pedagógicos aplicáveis aos EaD;
- ✓ Pesquisa e desenvolvimento objetivando a geração de novos cursos apoiados por sistemas de informação e gerenciamento;
- ✓ Qualificação técnico-pedagógica de recursos humanos para EAD;
- ✓ Consolidação dos projetos pedagógicos dos cursos, do planejamento de oferta e do sistema de avaliação;
- ✓ Ampliação da oferta de cursos para a formação de professores através da Plataforma Paulo Freire, totalizando a oferta de mais de 6.000 vagas até 2011 e acrescentando em, pelo menos 25%, até o final da vigência do PDI;
- ✓ Manutenção da atual oferta de cursos nessa modalidade, com ênfase na qualidade.

3. 3.2 Pós-Graduação

As atividades de pós-graduação da UFPI são realizadas pela Pro - Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), que é a instância encarregada de conduzir a política institucional do Sistema de Pós-Graduação e fazer a relação externa com as

Agências Estaduais e Nacionais para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (C&T), bem como, implementar relações externas com Instituições estrangeiras relacionadas com os temas de C & T e promover os meios necessários para o desenvolvimento destas atividades, visando o desenvolvimento da ciência, tecnologia e a difusão da cultura no meio regional.

Para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e pós-graduação a PRPPG conta, em sua estrutura, com as seguintes coordenadorias:

- Coordenadoria Geral de Pesquisa (CGP);
- Coordenadoria Geral de Pós-Graduação (CGPG)
- Coordenadoria de Informação em Ciência e Tecnologia (CICT)

Ademais, a PRPPG possui como órgãos vinculados: o Comitê de Ética em Pesquisa; o Comitê de Ética em Experimentação Animal; o Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (TROPEN) e os Núcleos de Estudos e Pesquisa Sobre Mulher e Relações de Gênero (NEPEM) e de Antropologia Pré-Histórica (NAP).

A Coordenadoria Geral de Pesquisa (CGP) tem por objetivo acompanhar, fiscalizar e apoiar as atividades de pesquisa, que envolvem os projetos e os grupos de pesquisa da UFPI, coordenar e executar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e Programa Institucional de Bolsas em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIT) e sua interação com as políticas acadêmicas da PRPPG, além de, incentivar e intermediar, acordos de cooperação nacionais e internacionais, no âmbito da pesquisa, e fazer a relação externa da PRPPG, com os órgãos de fomento, em especial, o CNPq, a FINEP e a FAPEPI.

A Coordenadoria Geral de Pós-Graduação - CGPG é encarregada de conduzir administrativamente os assuntos que se referem aos Programas de Pós-Graduação (PPG), em nível de mestrado e doutorado e aos cursos de Especialização e Residências (Médica e Médico-Veterinária), desde o processo de criação da proposta até o monitoramento e acompanhamento. Tem por objetivo também coordenar, assessorar e avaliar as atividades de pós-graduação em todos os níveis, proceder, através do Serviço de Registro e Controle Acadêmico, o cadastramento de discentes dos cursos de especialização *lato sensu* e dos PPG *stricto sensu*, e promover entendimentos com órgãos de fomento e gestores da pós-graduação no Brasil, especialmente a CAPES e o INEP.

A Coordenadoria de Informação em Ciência e Tecnologia (CICT) é responsável pela difusão da Informação de Ciência e Tecnologia no âmbito da Instituição e tem como objetivos coletar, sistematizar e divulgar as informações de Ciência e Tecnologia, elaborar e gerenciar projetos institucionais junto a agências de fomento, além de promover eventos científicos, tecnológicos e de inovação.

Como órgão encarregado de propor políticas de pesquisa e pós-graduação, a PRPPG viabiliza ações em consonância com as exigências sociais, o desenvolvimento científico, econômico, cultural, tecnológico e artístico do mundo atual. Seu papel voltado para o controle da qualidade e produtividade dos programas de pós-graduação e estimulação de uma cultura de pesquisa tem sido reforçado, a partir do último quinquênio.

Sob a responsabilidade da PRPPG, são oferecidos PPG *stricto sensu* (em nível de mestrado e doutorado) e *lato sensu* (modalidades: Especialização, Residência Médica e Residência Médico-Veterinária), visando a qualificação de profissionais para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e atendimento das demandas de pessoal qualificado pela sociedade, bem como, são operacionalizadas todas as atividades relativas à capacitação de docentes e técnicos, a pesquisa científica, a inovação tecnológica e também são sistematizadas as informações em C & T, de interesse institucional.

3.3.2.1 *Stricto sensu*

A Pós-Graduação, como nível avançado da educação superior, visa formar pessoal altamente qualificado para atuar nos diversos campos do saber. É, portanto, um espaço para aprofundar o conhecimento, em interlocução com os avanços tecnológicos e o processo inovação como um todo. A utilização de tecnologias modernas e diversificadas é buscada como estratégia para aperfeiçoar a qualidade do processo formativo e da construção do conhecimento.

A pós-graduação *stricto sensu* na UFPI iniciou em 1991, com a criação do primeiro Mestrado Institucional, na área de Educação. A construção de cada um dos programas atualmente existentes seguiu os parâmetros estabelecidos pelas comissões de área da CAPES que prevêm em seus documentos recomendações gerais, tanto para a elaboração de propostas quanto para a correção de rumos e avanços de qualidade e atuação dos programas em andamento.

Todos estes programas originaram-se de núcleos de pesquisa com produção científica suficiente para a apresentação de “propostas de cursos novos” em concernência com o PDI da Instituição. Este sistema expandiu-se consideravelmente no último quinquênio, pois, de 1991 até 2005 (início da vigência do PDI/2005-2009) o número de programas *stricto sensu* era 09 (nove) e, a partir de então, ocorreu uma franca expansão das políticas de pós-graduação na UFPI, com estreita observância às normas da CAPES e referenciando-se nos documentos dos comitês de área, de forma que 12 (doze) novos PPGs foram implantados no quinquênio.

O PDI 2005-2009 previu a expansão da pós-graduação com qualidade. Ressalte-se que a política institucional implementada no período possibilitou a expansão dos PPGs em um patamar superior ao projetado.

A UFPI considera que os setores de Saúde, Educação e Agropecuária merecem uma atenção especial, considerando-se as prioridades das políticas públicas do Estado do Piauí. Nesse sentido, tem incentivado a criação de novos programas e a consolidação daqueles já existentes nessas áreas, para a sustentação e consolidação de núcleos de pesquisa voltados para a solução de problemas atinentes a esses três eixos temáticos. Partindo-se do pressuposto de que não há desenvolvimento sem crescimento industrial, a UFPI tem investido, também, na criação e consolidação de cursos de graduação na área das engenharias, visando a criação futura de novos cursos de pós-graduação ligados a essa área.

A pesquisa como princípio educativo deve perfazer toda a trajetória da formação pós-graduada. Nesse sentido, na UFPI, é incentivada a participação do corpo discente (de graduação de pós-graduação) nos projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito dos PPGs, deixando sempre aberta, embora sejam respeitados os parâmetros de cada área, a possibilidade de cooperação entre alunos e docentes-pesquisadores na produção científica.

A articulação entre graduação e pós-graduação é amplamente considerada no momento da criação dos PPG da UFPI com a percepção do sistema universitário interligado como um todo. Inovações teóricas e metodologias originais e criativas, que visem a melhoria dessa articulação, são buscadas para incorporação não apenas aos novos Programas, mas também para aqueles já implantados. É perfeitamente reconhecida a contribuição de programas de bolsa no nível de graduação (PIBIC, PIBIT, PET) para a interação dos dois níveis e é importante que os programas avancem em descobertas de novas possibilidades de integração.

Embora a extensão tenha, historicamente, ocupado um papel periférico no nível da Pós-Graduação, essa prática está sendo incentivada no âmbito dos PPGs, pois grupos de Pesquisa que formam os Programas vêm procurando diversificar seus projetos, abrindo perspectivas para a prática da extensão, pois a pesquisa-ação é um conceito que pode subsidiar esse processo de articulação da Pós-Graduação e da Extensão na UFPI.

Considerando-se o fato da UFPI está situada em um dos Estados da Federação que conjuga fatores negativos no que se refere à desigualdade social, recomenda-se que os impactos sociais positivos, decorrentes das ações científicas desenvolvidas no âmbito desses programas, sejam reconhecidos como componentes de qualidade e como parte de uma política científica a ser incentivada e encorajada. É aconselhável que faça parte da concepção dos programas, a questão do desenvolvimento sustentável regional e das possibilidades de melhoria da realidade na qual o programa está inserido. A base científica deve sustentar tecnologias deliberadamente direcionadas para processos de produção seguros, de maior eficácia e atenção à questão ecológica.

Merecem destaque especial as seguintes ações efetivadas na vigência do PDI 2005-2009:

- ✓ implantação do primeiro doutorado institucional, aprovado em 2005 pela CAPES e implantado em 2006, na área de Ciência Animal;

- ✓ aprovação do primeiro doutorado em rede, integrante da Rede Nordeste de Biotecnologia – RENORBIO, em 2006, através do qual a UFPI, em parceria com mais 26 instituições nordestinas, compõe o Núcleo de Pós-Graduação e tornou-se co-ministrante do Doutorado em Biotecnologia, com quatro áreas de concentração: agropecuária, industrial, recursos naturais e saúde;

- ✓ aprovação e implantação de dois novos mestrados em 2006 (Enfermagem e Farmacologia);

- ✓ aprovação e implantação de mais três mestrados em 2007 (Ciência Política, Ética e Epistemologia, e Física)

- ✓ aprovação das propostas de mais quatro mestrados no ano de 2008, com início das atividades em 2009 (Antropologia e Arqueologia, Agronomia-Genética e Melhoramento, Alimentos e Nutrição e Agronomia - Solos e Nutrição de Plantas, no CPCE, sendo este último o primeiro mestrado oferecido em um *Campus* do interior (em Bom Jesus);

✓ reformulação, em 2007, da legislação interna regulamentadora da pós-graduação *stricto sensu* na UFPI, com edição da Resolução 189/07, pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPEX);

✓ reformulação dos regimentos dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, para adequação às novas normas, no decorrer de 2008 e 2009;

✓ recomendação de um novo mestrado pela CAPES, em Ciências Farmacêuticas em 2009, para ter início em 2010;

✓ recomendação, pela CAPES, de mais um doutorado em rede, em associação com as instituições da Rede Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, em 2009, a iniciar em 2010.

✓ consecução de recursos junto à CAPES destinados à bolsas de pós-graduandos, custeio e infra-estrutura laboratorial da pós-graduação durante todo o quinquênio. Somente no último ano de vigência do PDI ocorreu um crescimento da ordem de 21%, passando de R\$ 3.651.824,40 no ano de 2008 para R\$ 4.416.128,13 em 2009, demonstrando o reconhecimento acerca do crescimento desta Universidade junto àquele órgão fomentador da pós-graduação.

Portanto, a listagem geral dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFPI, segundo o nível, o ano de implantação e o conceito junto à CAPES está apresentada no Quadro 2.

Vale ressaltar que, além do crescimento quantitativo ocorrido na pós-graduação *stricto sensu*, no último quinquênio, ocorreu também a melhoria da qualidade dos Cursos, com mudanças no conceito de dois Programas: o de Ciências e Saúde e o de Políticas Públicas, pois ambos subiram para o conceito 4, na última avaliação trienal da CAPES (Quadro 2).

Quadro 2- Programas Institucionais de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFPI.

Programas	Nível	Ano de criação	Conceito
Educação	Mestrado	1991	4
Ciência Animal	Mestrado	1999	4
	Doutorado	2005	4
Química	Mestrado	1999	3
Agronomia	Mestrado	2001	3
Desenvolvimento e Meio Ambiente	Mestrado	2002	3
	Doutorado	2009	4

Políticas Públicas	Mestrado	2002	4
História do Brasil	Mestrado	2004	3
Letras	Mestrado	2004	3
Ciências e Saúde	Mestrado	2004	4
Biotecnologia (RENORBIO)	Doutorado	2006	5
Farmacologia	Mestrado	2006	3
Enfermagem	Mestrado	2006	3
Física	Mestrado	2007	3
Ética e Epistemologia	Mestrado	2007	3
Ciência Política	Mestrado	2007	3
Matemática	Mestrado	2008	3
Agronomia - Genética e Melhoramento	Mestrado	2008	3
Agronomia – Solos e Nutrição de Plantas (Campus de Bom Jesus)	Mestrado	2008	3
Alimentos e Nutrição	Mestrado	2008	3
Antropologia e Arqueologia	Mestrado	2008	3
Ciências Farmacêuticas	Mestrado	2009	3

Fonte: CGPG/PRPPG

A relação dos Programas de Pós-Graduação, contendo os códigos junto à CAPES, a tipologia, as áreas de concentração e as linhas de pesquisa está contida no item 3.5.1.

O corpo docente da pós-graduação *stricto sensu* vem sendo ampliado a cada ano, na medida em que estão sendo institucionalizados novos Programas. Um número expressivo de docentes pertence à categoria de pesquisador do CNPq, como apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Docentes/Pesquisadores do CNPq integrantes da pós-graduação *stricto sensu* da UFPI.

Área/PPG	Docentes	Pesquisadores do CNPq
Agronomia	29	01
Agronomia – Genética e Melhoramento	18	01
Agronomia – Solos e Nutrição de Plantas	14	01
Alimentos e Nutrição	13	01
Antropologia e Arqueologia	19	02
Ciência Animal	34	03
Ciência Política	07	-
Ciências e Saúde	16	02
Ciências Farmacêuticas	14	-
Des. e Meio Ambiente	20	01
Educação	13	01

Enfermagem	11	-
Ética e Epistemologia	12	-
Farmacologia	15	-
Física	15	-
História do Brasil	12	03
Letras	12	-
Matemática	16	01
Políticas Públicas	17	02
Química	13	02
TOTAL	320	21

Fonte: CICT/PRPPG

Como estratégia para qualificar um maior número de docentes em menor espaço de tempo, a UFPI investiu, no último quinquênio, em parceria com IES que possuem PPG consolidados, objetivando a implantação de Doutorados Interinstitucionais (DINTER).

Atualmente, existem 10 (dez) Programas de DINTER, sendo 08 (oito) em andamento, um aprovado nas instâncias competentes e aguardando liberação dos recursos pela CAPES (Políticas Públicas, com a UFMA) e um (Ciências da Computação) em parceria com a UESPI, sendo esta última a instituição receptora. Destes DINTERs, três tiveram seus recursos liberados em 2009, nas áreas de: Ciências da Comunicação (UFPI/UNISINOS), Ciências Médicas (UFPI/UNICAMP) e Geografia (UFPI/UFMG), com recursos de R\$ 326.621,10; R\$ 427.818,40; e R\$ 293.800,15, respectivamente.

A fim de possibilitar a sustentabilidade das atividades de pós-graduação na UFPI, recursos foram obtidos junto à CAPES, a exemplo do Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF. Somente no ano de 2009 houve a liberação do montante de R\$ 2.180.656,99 para fomentar a pós-graduação institucional e de R\$ 1.048.239,66 para a implementação de DINTER.

A relação dos DINTER implantados no último quinquênio está apresentada no Quadro 4.

Quadro 4 - Doutorados interinstitucionais em andamento na UFPI, quinquênio 2005-2009.

IES RECEPTORA	IES PROMOTORA	ÁREA	Ano de aprovação/início
UFPI	UNESP/Jaboticabal	Agronomia	2006
UFPI	UFF	História do Brasil	2006
UFPI	UFMG	Filosofia	2006
UFPI	UFRN	Educação	2007
UFPI	UFRJ	Enfermagem	2008
UFPI	UFMG	Linguística	2008
UFPI	UFMG	Geografia	2009

UFPI	UNICAMP	Ciências Médicas	2009
UFPI	UNISINOS	Ciências da Comunicação	2009

Fonte: CGPG/PRPPG

Em consonância com a implantação de novos PPG cresceu expressivamente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* no último quinquênio. O Quadro 5 apresenta o número de matrículas e diplomações, evidenciando um expressivo crescimento, compatível com a oferta de novos cursos de pós-graduação por esta IFES.

Quadro 5 - Discentes matriculados e concluintes nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, quinquênio 2005-2009

Ano	Mestrados e Doutorados	
	Matriculados	Concluintes
2004	354	51
2005	645	80
2006	894	103
2007	896	116
2008	602	98
2009	555	147
Total	Matrículas no quinquênio: 3.592	Conclusões no quinquênio: 544

Fonte: CGPG/PRPPG

Em 2009, o Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal tituló o primeiro doutor oriundo de PPG do Estado do Piauí, demonstrando a potencialidade institucional da UFPI na formação de recursos humanos em todos os níveis. No mesmo ano, ocorreu a titulação de doutor oriundo da UFPI na área de Biotecnologia, através da rede RENORBIO.

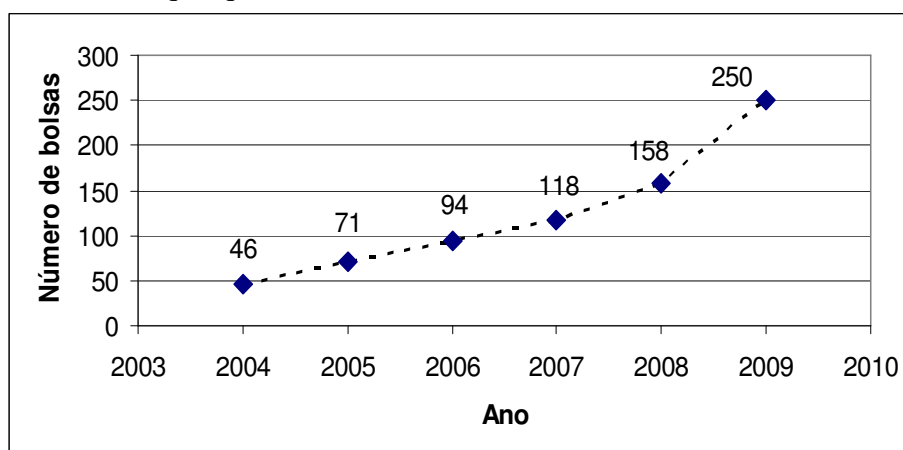
Na vigência do PDI 2005-2009 foi estabelecida uma política acirrada de ampliação do número de bolsas nos PPGs, necessária para o acompanhamento do crescimento do número de programas de pós-graduação. Assim, a CAPES atendeu positivamente às demandas da UFPI, havendo a ampliação significativa do número de bolsas, no período em análise.

Além da CAPES, através do Programa de Fomento à Pós-Graduação - PROF, o custeio de bolsas de pós-graduação ocorre às expensas do CNPq, FAPEPI, DAAD, EMBRAPA, RENORBIO/CAPES/FAPEPI e REUNI, sendo que este último Programa

permitiu a implantação, em 2009, de 35 bolsas de mestrado e 04 de bolsas de doutorado, elevando o total de bolsas para 250.

A evolução do número de bolsas de pós-graduação *stricto sensu*, no período de vigência do último PDI, está expressa na Figura 10.

Figura 10 - Evolução das bolsas de pós-graduação *stricto sensu* da UFPI, no quinquênio 2005-2009.



Fonte: CGPG/PRPPG.

3.3.2.2 *Lato sensu*

As atividades de pós-graduação *lato sensu* executadas pela UFPI estão subdivididas em Cursos de Especialização, Programas de Residência Médica e de Residência Médico-Veterinária.

A legislação institucional que normatiza a pós-graduação *lato sensu* na UFPI foi reformulada na vigência do PDI que ora finda. Trata-se da Resolução CEPEX 131/05, complementada pela Resolução 080/06, que contemplam as normas emanadas do Conselho Nacional de Educação/MEC. Como norma interna voltada para uniformizar procedimentos de rotina ligados ao controle acadêmico de cursos de especialização, foi Editada a Portaria 018/07-PRPPG, de 03/12/07, publicada no Boletim de Serviço nº 389/07. Essa legislação atua em consonância com a Resolução CNE-CES 01/2007 que regulamenta a pós-graduação *lato sensu* em nível nacional.

3.3.2.2.1 Cursos de Especialização

No último quinquênio, cerca de 300 diferentes turmas de especialização foram ofertadas pela UFPI. No ano de 2009, foram ofertados 27 cursos de Especialização, abrangendo diversas áreas do conhecimento. A distribuição dos programas de pós-graduação *lato sensu*, por unidade de ensino responsável pela ministração, está sumarizada Quadro 6.

Quadro 6 - Programas de pós-graduação *lato sensu* oferecidos pela UFPI em 2009.

Unidade de Ensino/Parceiros		Quantidade
CCE		04
CCHL		08
CCN		02
CCS		05
CEAD		01
Instituições parceiras	Escola Superior de Magistratura	02
	Escola Judiciária Estadual	01
	Escola Superior de Advocacia	01
	FIEPI- Instituto Evaldo Lodi	02
	Secretaria de Saúde do Piauí	01
TOTAL		27

Fonte: CGPG/PRPPG

3.3.2.2.2 Programas de Residência Médica

Os Programas de Residência Médica em andamento, atualmente, são em número de 12 (doze), os quais são vinculados à rede hospitalar do Estado (Quadro 7), e funcionam em observância às normas da Comissão Nacional de Residência Médica, criada pelo Decreto nº 80.281/1977. A Coordenação Geral Executiva desses Programas, integra a estrutura do CCS.

Quadro 7 – Programas de Residência Médica em andamento, na UFPI, em 2009.

Áreas	Hospitais vinculados	Coordenadores de área
Ginecologia e Obstetrícia	Maternidade Evangelina Rosa	Benedito Borges da Silva
Oftalmologia	Hosp. Getúlio Vargas	João Batista Lopes Filho
Cirurgia Geral	Hosp. Getúlio Vargas	Zenon Rocha Filho
Clínica Médica	Hosp. Getúlio Vargas	Antonio de Deus Filho

Infectologia	Hosp.Doenças.Trop. Nathan Portela	Carlos Henrique Nery Costa
Pediatria	Hosp. Infantil Lucídio Portela	Catarina Fernandes Pires
Psiquiatria	Hosp. Areolino de Abreu	Francisco de Assis Barbosa dos Santos Rocha
Mastologia	Hosp. Getúlio Vargas	Benedito Borges da Silva
Gastroenterologia	Hosp Getúlio Vargas	José Miguel Luz Parente
Ortopedia /Traumatologia	Hosp Getúlio Vargas	Raimundo Nonato R. Medeiros
Neonatologia	Hosp. Infantil Lucídio Portela	Marisa Fortes Pereira da Silva
Reumatologia	Hosp. Getúlio Vargas	José Salomão Budaruich

Fonte: CGPG/PRPPG

3.3.2.2.3 Programas de Residência Médico-Veterinária

Os Programas de Residência Médico-Veterinária em andamento são em número de 4 (quatro), listados no Quadro 8, os quais são cadastrados junto ao Conselho Federal de Medicina Veterinária (Coordenação Nacional de Residência Médico-Veterinária) e, atualmente, funcionam sob a Coordenação Geral Executiva do Prof. Dr. João Macedo de Sousa, Diretor do Hospital Veterinário Universitário.

Quadro 8– Programas de Residência Médico-Veterinária em andamento, na UFPI, em 2009.

Áreas	Hospital vinculado	Coordenadores de área
Clínica Médica e Cirúrgica de Peq. Animais	Hosp.Veterinário Universitário (HVU)	Roseli Pizzigatti Klein
Clínica Médica e Cirúrgica de Grandes Animais	HVU	Dárcio de Almeida Passos
Patologia Animal	HVU	Silvana M. Medeiros de S. Silva
Diagnóstico por Imagem	HVU	João Macedo de Sousa

Fonte: CGPG/PRPPG.

A evolução das matrículas e certificações da Pós-Graduação *lato sensu*, durante a vigência do último PDI, nas distintas modalidades, está sumarizadas no Quadro 9, o qual apresenta também a o efetivo discente, por ano, em matrículas e conclusões.

Quadro 9 - Discentes de PG *lato sensu* da UFPI, quinquênio 2005-2009.

Ano	Matriculas				Conclusões			
	Especialização	RM	RMV	Total	Especialização	RM	RMV	Total
2005	2369	64	01	2434	2257	32	-	2289
2006	2623	76	03	2702	1999	26	-	2025
2007	1630	81	05	1716	2081	34	3	999
2008	1799	84	07	1890	856	33	02	891
2009	1645	82	12	1739	442	37	3	482

Nota: RM= Residência Médica; RMV= Residência Médico-Veterinária.

Fonte: CGPG/PRPPG.

No tocante a evolução numérica de cursos de especialização, a UFPI optou, a partir de 2006, por não ampliar demasiadamente a oferta, restringindo a aprovação de cursos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado e para atendimento a demandas específicas de qualificação da sociedade, como por exemplo: saúde da família, gestão pública, gestão educacional e segurança pública, sobretudo em convênio com órgãos municipais, estaduais e nacionais. Ademais tem dado apoio à implantação de turmas que subsidiem a formação de núcleo-base para a futura implantação de PPG *stricto sensu*.

3.3.2.3 Diretrizes para a pós-graduação – quinquênio 2010-2014

As diretrizes para a pós-graduação da UFPI, para o quinquênio de vigência deste PDI estão apresentadas na Figura 11.

Figura 11- Diretrizes para a pós-graduação da UFPI, quinquênio 2010-2014

Objetivo: Ampliar quali-quantitativamente as atividades de pós-graduação, em observância aos preceitos do Plano Nacional de Pós-Graduação em vigor.

Meta: Elevar, em pelo menos 25%, o total de ingressos na pós-graduação, e melhorar o conceito dos programas.

Estratégias de ação:

- ✓ Manutenção da política de ampliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, nos níveis de mestrado e doutorado, na modalidade “acadêmico”;
- ✓ Estímulo e apoio à implantação de mestrados profissionais;
- ✓ Consolidação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* já existentes, visando a melhoria do conceito junto à CAPES, através da melhoria da infraestrutura de pesquisa dos PPGs;
- ✓ Manutenção, juntamente com a CAPES, da política de aperfeiçoamento do PROF e a ampliação dos recursos destinados à UFPI;
- ✓ Aperfeiçoamento do sistema de matrícula e controle acadêmico na pós-graduação;
- ✓ Incentivo à produção científica compartilhada com a graduação, por meio do fomento às publicações científicas;
- ✓ Intensificação da política de captação de bolsas de pós-graduação *stricto sensu* junto aos órgãos fomentadores;
- ✓ Estímulo à criação de novos “núcleos de pesquisa” em áreas estratégicas para revitalizar o ensino de e pós-graduação, em observância ao PNPG em vigor;
- ✓ Implantação e/ou consolidação de Programas/Projetos de excelência em áreas específicas de formação de mão de obra altamente especializada, sobretudo na área das engenharias, que propiciem a minimização das assimetrias intra e inter-regionais;
- ✓ Institucionalização do Programa de Professor Visitante na UFPI;
- ✓ Fortalecimento da política de apoio à participação de pesquisadores em eventos científicos no País e à publicação indexada;
- ✓ Ampliação da rede instalada de acesso à internet, facilitando a comunicação entre órgãos de fomento à pesquisa e à pós-graduação e entre instituições de ensino superior e de pesquisa;
- ✓ Implantação de mecanismo informacional de acompanhamento da produção bibliográfica individual dos pesquisadores da UFPI;
- ✓ Manutenção de procedimentos sistematizados de treinamento de pesquisadores e alunos, quanto ao uso do Portal de Periódicos da CAPES;
- ✓ Modernização dos equipamentos e ferramentas gerenciais da PRPPG;
- ✓ Estímulo permanente a Programas voltados para a conservação da memória cultural, meio ambiente e biodiversidade;
- ✓ Apoio a Programas que tenham por foco os arranjos produtivos locais (*clusters*);
- ✓ Realização anual do Seminário de Iniciação Científica da UFPI e os encontros anuais de pós-graduação;
- ✓ Divulgação das coletâneas de Dissertações e Teses desenvolvidas pelos pesquisadores e os Programas de Pós-Graduação da UFPI junto à comunidade acadêmica local, a outras IES, e no sítio eletrônico da UFPI;
- ✓ Oferta de cursos de especialização, em consonância com as demandas regionais e objetivando a geração de futuros Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*;
- ✓ Reestruturação de Programas/Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* já

existentes e atualização da legislação interna pertinente ao *lato sensu*;

- ✓ Treinamento de servidores técnico-administrativos da PRPPG para lidarem com as ferramentas informacionais disponibilizadas pelas agências de fomento de pós-graduação;
- ✓ Qualificação permanente do quadro docente da Pós-Graduação, através de intercâmbios científicos e do apoio à migração e fixação de doutores;
- ✓ Incentivo à participação de docente nos Programas de Pós-Graduação da própria IES.

3.4 Corpo social

A Universidade, como qualquer instituição e/ou organização, é construída por pessoas que nela trabalham e/ou estudam, pois elas fazem o diferencial no que tange ao desenvolvimento institucional. Assim, a UFPI vem empreendendo uma política de desenvolvimento humano e social voltada aos docentes, aos servidores técnico-administrativos e alunos, os quais interagem lado a lado no cotidiano universitário para um melhor nível de qualidade de vida. Esse cotidiano é marcado por anseios, desejos e necessidades vivenciadas diariamente no âmbito de suas unidades administrativas e acadêmicas.

O corpo social da UFPI é subdividido em pessoal docente, discente, técnico-administrativo e egressos, cujo gerenciamento é feito, conjuntamente, pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH) e Unidades de Ensino, no que concerne ao pessoal docente e técnico administrativo, e pelas Pro - Reitorias de Ensino de Graduação e de Pesquisa e Pós-Graduação, que são responsáveis pelos discentes de graduação e pós-graduação, respectivamente.

A DRH tem por finalidade planejar, organizar, coordenar e desenvolver atividades relacionadas com a previsão, aplicação, manutenção da base de dados do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE), desenvolvimento e controle de recursos humanos, buscando sempre de forma contínua um melhor atendimento ao servidor técnico e docente.

A PREG, através da Diretoria de Administração Acadêmica e suas Divisões de Controle Acadêmico e Programação e Matrícula é responsável pela administração do pessoal discente de graduação. E a PRPPG, por intermédio da Coordenadoria Geral de Pós-Graduação e do seu Serviço de Registro e Controle Acadêmico de Pós-Graduação administra do pessoal discente de pós-graduação.

3.4.1 Corpo docente

O corpo docente permanente da UFPI totaliza em 1.264 professores (dados de dezembro de 2009), sendo 1.183 do magistério superior e 81 do nível médio (ensino técnico, ministrado nos colégios agrícolas) distribuídos em cinco Campi.

Dentre os docentes do magistério superior, 95,52% são pós-graduados, sendo 82,08% com pós-graduação *stricto sensu* e 13,44% com pós-graduação *lato sensu*. Há, ainda, 4,48% do pessoal (aperfeiçoamento + graduação) sem curso de pós-graduação, conforme se observa na Tabela 1. Do pessoal docente da educação básica (ensino médio e técnico), 46,92% têm pós-graduação *stricto sensu* e 44,44% têm pós-graduação *lato sensu*; ficando um contingente de 8,64% ainda sem pós-graduação (Tabela 1).

Tabela 1 – Docentes da UFPI, segundo a titulação, ano de 2009.

TITULAÇÃO	DOCENTES	
	Número	%
Docentes da Educação Superior:		
Pós-Doutores	13	1,10
Doutores	415	35,08
Mestres	543	45,90
Especialistas	159	13,44
Aperfeiçoados	15	1,27
Graduados	38	3,21
Total – Magistério Superior	1.183	100,00
Docentes da Educação Básica /Profissionalizante:		
Doutores	04	4,93
Mestres	34	41,97
Especialistas	36	44,44
Graduados	07	8,64
Total- Ensino Básico /Profissionalizante	81	100,00
Total geral de docentes: 1.264.		

Fonte: DRH.

3.4.2 Corpo discente

O corpo discente da UFPI se subdivide em discentes de: graduação, de pós-graduação e de ensino profissionalizante (nível médio).

O alunado de graduação presencial, contabilizado em dezembro/2009, é 18.089 discentes, distribuídos nos distintos Campi (Tabela 2). No EaD o número de alunos é aproximadamente 5.000, distribuídos em 09 cursos que utilizam a infraestrutura de 31 (trinta e um) pólos de apoio presencial, geograficamente distribuídos ao longo de todo o Estado do Piauí.

No ensino profissionalizante (educação básica) o corpo discente totaliza em 1600 alunos.

Na pós-graduação há 555 pós-graduandos vinculados ao *stricto sensu* e 1.739 ao *lato sensu*, sendo 1.645 alunos de especialização, 82 de Residência Médica e 12 de Residência Médico-Veterinária.

Tabela 2 - Efetivo discente de graduação presencial da UFPI, por Campus, em 2009

Campus	Primeiro semestre/2009		Segundo semestre/2009	
	Nº	%	Nº	%
Teresina	12.283	68,7	11.989	66,3
Parnaíba	2.563	14,3	2.734	15,1
Picos	1.946	10,9	2.159	11,9
Bom Jesus	896	5,0	1.017	5,6
Floriano	185	1,0	190	1,1
Total	17.873	100,0	18.089	100,0

Fonte: CEDE/PREG

A série histórica dos ingressos nos cursos de graduação, ensino presencial e a distância, no período de vigência do PDI 2005-2009, está apresentada no Quadro 10.

Quadro 10 – Ingressos nos cursos de graduação da UFPI, durante a vigência do PDI 2005-2009

Graduação:					
	2005	2006	2007	2008	2009
Presencial	2991	3273	5009	4961	5822
Ingressos anuais					
A distância	-	2006	2007	2008	2009
Ingressos anuais	-	500	1275	2550	3030

Fonte: COPESE e CEAD

O corpo discente da educação básica (ensino profissionalizante), no ano de 2009 totaliza em 1600 alunos, assim distribuídos:

- Colégio Agrícola de Teresina: 410 alunos;
- Colégio Agrícola de Floriano: 665 alunos;
- Colégio Agrícola de Bom Jesus: 525 alunos.

O número de vagas oferecidas na pós-graduação *stricto sensu*, que corresponde a novos ingressos no período de vigência do PDI 2005-2009, está descrito no Quadro 11.

Quadro 11 - Ingressos na Pós Graduação *stricto sensu* da UFPI durante e vigência do PDI 2005-2009

Ingressos	Anos				
	2005	2006	2007	2008	2009
Quantitativo/ano	135	200	243	264	277
Total de vagas ofertadas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> no quinquênio: 1.119					

Fonte: CGPG/PRPPG

3.4.3 Pessoal técnico-administrativo

Atualmente, a UFPI, conta no seu quadro permanente com 1.184 (hum mil, cento e oitenta e quatro) servidores, subdividido em pessoal de nível médio e de nível superior. O detalhamento do pessoal técnico administrativo esta no item 4.2.3.

3.4.4 Egressos

O total de egressos da UFPI desde a graduação da primeira turma até os dias atuais totaliza em 28.967, o que demonstra a responsabilidade social da Instituição quanto ao seu objetivo primário que é a formação de pessoal capacitado para inserção em setores da sociedade, de forma que sejam capazes de promover o desenvolvimento local e regional.

A série histórica do quantitativo de egressos por ano, na vigência do último PDI, está apresentada no Quadro 12.

Quadro 12 – Quantitativo do pessoal graduado pela UFPI, nos distintos cursos, durante a vigência do PDI 2005-2009.

Ano	Total de concluintes
2004	1740
2006	1631
2007	1623
2008	1664
2009	1592
Total (no quinquênio)	8.250

Fonte: CEDE/PREG

Considerando-se que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior estabeleceu como critério integrante da avaliação externa das IES, o acompanhamento de egressos e a criação de formação continuada (item 9.4, Instrumento de Avaliação Externa das IES, 2009), é meta da UFPI para este quinquênio a instalação de um Portal do Egresso, o qual possibilitará um contato mais estreito entre a Instituição e o público por ela graduado, o que representa um passo importante para assegurar um canal permanente de comunicação com os ex-alunos e, mais que isso, estender as relações da UFPI para além do tempo da formação profissional, dando continuidade a uma história comum que começa no curso de graduação sem terminar no ato da diplomação do aluno, e sim continuar no decorrer de integração profissional na sociedade.

Assim, neste quinquênio estará disponível uma ferramenta web no sítio eletrônico da UFPI para o acompanhamento dos egressos, a qual inclui um questionário eletrônico que possibilitará a coleta de dados sobre: inserção profissional e mercado de trabalho; aspectos sócios econômicos gerais; interesse por educação continuada; opinião sobre a divisão da carga horária do curso (teórica e prática); incentivo à pesquisa e ao empreendedorismo, durante o curso.

Com esta ferramenta, que será administrada conjuntamente pela Diretoria de Informação e Avaliação Institucional (DIAI) e Núcleo de Processamento de Dados (NPD), a UFPI busca conhecer melhor os seus egressos e obter subsídios para a retroalimentação curricular, ao tempo em que coloca à disposição desses, informações permanentes sobre cursos/programas de pós-graduação, atividades de extensão, congressos, simpósios e, enfim, sobre ciência e tecnologia.

As diretrizes a serem adotadas para o acompanhamento de egressos neste quinquênio que ora inicia, estão explicitadas na Figura 12.

Figura 12 – Diretrizes para o acompanhamento dos egressos da UFPI, quinquênio 2010 - 2014

Objetivo: Acompanhamento permanente dos Egressos da UFPI.

Meta: Atingir uma cobertura de, pelo menos, 75% do total de egressos da Instituição, de forma a permitir uma reciprocidade de informações entre a UFPI e o pessoal por ela diplomado.

Estratégias de ação:

- ✓ Criação e consolidação do Portal do Egresso no sitio eletrônico da UFPI;
- ✓ Divulgação, no ato das reuniões que antecedem às solenidades de colação de grau, da ferramenta da web que manterá os laços entre IES e egresso;
- ✓ Disponibilização de informações sobre educação continuada, notícias e atividades ligadas a ciência e tecnologia, objetivando atender à demanda de qualificação do pessoal já graduado;
- ✓ Utilização dos dados, oriundos dos questionários, para avaliação permanente dos currículos dos cursos;
- ✓ Criação, em consonância com a PREX, do “Balcão de Empregos e Negócios”, objetivando auxiliar o egresso no engajamento profissional.

3.4.5 Diretrizes para a melhoria quali-quantitativa do corpo social 2010-2014

O corpo social da UFPI, constituído de docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e egressos constitui-se na verdadeira razão da sua existência, enquanto Instituição voltada para o atendimento de demandas da sociedade.

A melhoria do corpo social, tanto no que se refere ao nível educacional, econômico, sanitário e psicossocial, é buscada no fazer diário, através do desenvolvimento das atividades de ensino, de pesquisa e produção científica, tecnológica e artística, de extensão e da gestão do conjunto dessas atividades.

Para a melhoria do seu corpo social a UFPI desenvolve uma política enérgica de busca da qualidade do ensino, da ampliação da infraestrutura voltada para P & D, melhoria dos serviços prestados, assistência estudantil, qualificação docente e técnica, modernização do parque tecnológico, ampliação dos mecanismos de comunicação interna e externa, e das atividades ligadas à cultura, aos esportes e ao lazer. Todas as diretrizes de ação planejadas para o quinquênio 2010-2014 destinam-se à melhoria do corpo social da IES, seja em nível de qualidade de vida, qualificação profissional e projeção econômica e social, que transcende ao contexto intramuros e reflete na sociedade como um todo.

3.5 Atividades de Pesquisa, Produção Científica e Inovação Tecnológica

As atividades de pesquisa, produção científica e inovação são operacionalizadas pela PRPPG, através das Coordenadorias: Geral de Pesquisa (CGP) e de Informação em

Ciência e Tecnologia (CICT) e também do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NINTEC).

A CGP é a estrutura acadêmica que acompanha, fiscaliza e apoiar as atividades de pesquisa na UFPI, sobretudo no que concerne ao cadastramento de projetos e os grupos de pesquisa, bem como, coordena e executar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e Programa Institucional de Bolsas em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIT) e sua interação com as políticas acadêmicas da PRPPG, além de, incentivar e intermediar, os acordos de cooperação nacionais e internacionais, no âmbito da pesquisa, e fazer a relação externa da UFPI com os órgãos de fomento, em especial, o CNPq, a FINEP e a FAPEPI.

A CICT é encarregada do fortalecimento da política de difusão do conhecimento científico e tecnológico gerados no âmbito da instituição, participação e promoção de eventos científicos na área de C & T, envolvendo instituições congêneres, municipais, estaduais e nacionais. Além disso, dá apóio à elaboração e ao gerenciamento de projetos institucionais junto a agências de fomento.

O NINTEC foi criado em 2006, através de concorrência na Chamada Pública MCT / FINEP / Ação Transversal - TIB - 02 / 2006 - Rede NIT-NE e tem a missão de promover a cultura de inovação e transferência de tecnologias na instituição, bem como, aprimorar a política de P&D com vistas à efetiva incorporação pela sociedade, dos resultados de suas pesquisas, estabelecendo a inserção de novos produtos no mercado e a conseqüente melhoria da qualidade de vida.

3.5.1 Panorama atual

No âmbito da “pesquisa”, no último quinquênio, a UFPI respondeu positivamente às chamadas públicas de fomento à pesquisa, com perfil crescente na aprovação das propostas apresentadas, ampliando o volume de investimentos nessa área. Esse fato, certamente se concretizou face à política nacional de incentivo à pesquisa, que foi plenamente incorporada pela gestão. Em consonância com o que foi projetado, a UFPI priorizou a alocação de receitas orçamentárias e extra-orçamentárias para a qualificação docente e técnica objetivando o fortalecimento dos grupos de pesquisa e incremento da produção científica nas distintas áreas do conhecimento.

No último quinquênio, a UFPI alcançou êxito junto a editais das agências de fomento: FINEP, CAPES e CNPq, cujos recursos, demonstrados no Quadro 13,

ultrapassaram a R\$ 21 (vinte e hum) milhões de reais, que possibilitaram a aquisição de equipamentos de última geração, fomento a bolsas de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, ampliação na formação de recursos humanos qualificados, além de incremento na qualidade das pesquisas realizadas.

Quadro 13 - Recursos destinados à pesquisa e pós-graduação, provenientes de diferentes fontes de financiamento, quinquênio 2005-2009

Agência/ fonte de recursos	Recursos (em R\$) por ano					
	2005	2006	2007	2008	2009	Total
FINEP	905.722,00	1.001.000,00	656.750,00	870.000,00	3.007.085,00	6.440.557,00
CNPq	505.235,95	895.197,20	1.184.892,58	435.552,00	489.405,00	3.510.282,73
CAPES	1.809.129,30	2.675.848,96	1.921.298,59	3.651.824,40	4.416.128,13	14.474.229,38
Tesouro Nacional	255.000,00	290.222,00	541.000,00	761.000,00	1.200.000,00	3.047.222,00
Total	3.475.087,25	4.862.268,16	4.303.941,17	5.718.376,40	3.007.085,00	21.366.757,98

Fonte: PRPPG-CICT

Neste último quinquênio ocorreu o fortalecimento e a ampliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Foi prevista no PDI-2005-2009 a ampliação em 50% do percentual de recursos financeiros como suporte aos projetos do PIBIC-CNPq/UFPI e esta ampliação ocorreu num patamar acima do projetado, pois existia, em 2004/2005, um total de 144 bolsas PIBIC, sendo 72 concedidas pelo CNPq e 72 como contrapartida institucional e estas foram ampliadas para 250 em 2008 (125 CNPq e 125 UFPI), com um crescimento de 73,61%. Também houve melhoria significativa no montante financeiro das bolsas UFPI que se equiparou ao valor da bolsa CNPq, o que representou um acréscimo de 100%, comparando-se 2004/2005 a 2008/2009.

Com a crescente formação de doutores e a conscientização da necessidade do fortalecimento dos grupos de pesquisa, verificou-se, um crescimento superior a cinquenta por cento nos grupos certificados pela UFPI, incluindo aqueles em atualização pelo CNPq, os quais são vinculados a 329 e 412 linhas de pesquisa, respectivamente.

Ainda no segmento “pesquisa” a UFPI regulamentou o Programa de Iniciação Científica Voluntária (IVC), pelo Edital 2005-2006, tendo aprovado em 2005, 10 demandas, aumentando em 2008 para 111. Com o intuito de melhorar a seleção e

avaliação dos projetos da demanda para o PIBIC, foi adotada, nesta gestão, a participação de professores com bolsa de produtividade de pesquisas e com produção técnico-científica relevante nas grandes áreas de conhecimento, para compor o Comitê Interno, e somente de professores bolsista de produtividade do CNPq, como membros do comitê externo nesse programa, ação que refletiu positivamente na qualificação dos projetos. Em 2006, face ao crescimento qualitativo do programa PIBIC, e do anseio da comunidade científica por conhecimentos atuais ligados à pesquisa e inovação tecnológica, a Pro - Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) deu maior dimensão ao Seminário de Iniciação Científica (realizado anualmente, desde o ano de 1993, tendo ocorrido a XVII edição, em 2009).

Como atividade valorativa dos trabalhos apresentados nos Seminários de Iniciação científica, realizados anualmente, foi feita a premiação dos alunos e orientadores, cujas pesquisas foram classificadas pelos comitês de área (externo e interno), como as melhores, nas modalidades “iniciação científica” e “pós-graduação”.

Outra atividade realizada no âmbito da pesquisa, digna de nota, foi a informatização do processo de seleção das demandas de bolsas para o PIBIC, tendo sido implantado o sistema “PIBIC *on line*”, dando celeridade e transparência ao processo, uma ação que obteve o reconhecimento dos comitês interno e externo, bem como, de toda a comunidade *ufpiana*.

Dentro dos programas de concessão de bolsas de pesquisa do CNPq, além do PIBIC, a UFPI também foi contemplada com as modalidades de Iniciação Tecnológica Industrial (ITI) e Desenvolvimento Tecnológico Industrial (DTI), de estímulo à inovação para a competitividade.

O número de projetos de pesquisa é outro indicador crescente, em patamar superior ao planejado nos documentos oficiais. No período de vigência do último PDI, o número de projetos cadastrados aumentou em 193,75%. Essa estatística é importante não só pelo registro do quantitativo dos projetos, mais também por permitir um diagnóstico das áreas potenciais de pesquisa para priorização de investimentos em infraestrutura que se traduzam em incorporação de metodologias para o avanço da tecnologia e da inovação.

A capacidade de pesquisa instalada mostra que a UFPI encontra-se em franco crescimento, alcançado um patamar de competitividade dentre outras IFES e amadurecimento no exercício da pesquisa e da divulgação dos seus achados.

Os espaços construídos e a dotação de equipamentos de última geração tem sido possível mediante obtenção de recursos financeiros de agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação, a exemplo da FINEP, CNPq e CAPES, e de parcerias com instituições como: Banco do Nordeste do Brasil, EMBRAPA e CODEVASF, as quais contam com a contrapartida desta IFES.

Os recursos provenientes da FINEP, no período de vigência do atual PDI totalizaram R\$ 6.440.557,00. Destes, o valor de R\$ 1.258.924,00 foram destinados à melhoria da infra-estrutura em pesquisa nos novos *campi*; R\$ 585.000,00 foram utilizados no apoio a pesquisas nas áreas de produtos naturais e do biodiesel, a partir da mamona e os demais recursos foram utilizados para ampliação e modernização de laboratórios de pesquisa e pós-graduação dos Centros de Ciências Agrárias, da Natureza, Humanas e Letras e de Ciências da Educação.

Somado a esses recursos, tendo como fonte financeira o CNPq, a UFPI captou um montante de R\$ 3.510.282,73, representando um crescimento nos investimentos, nos último quinquênio, da ordem de 55%. Digno de nota, também, foram os recursos conseguidos junto à FINEP em 2009, através do edital CT-INFRA Novos Campi, onde foram aprovados projetos para a aquisição de equipamentos para o Campus Ministro Reis Veloso (sediado em Parnaíba) e para o mais novo Campus avançado, que é o Campus Dr. Amilcar Ferreira Sobral (Floriano), totalizando o valor de R\$ 1.370.641,00.

A UFPI concorreu, na vigência do último PDI, ao Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (PRODOC), o que propiciou a aprovação de propostas e, atualmente, cinco projetos estão em desenvolvimento na UFPI, nas áreas de Ciência Animal, Educação, Farmacologia, Física e Letras, contribuindo para o fortalecimento de linhas de pesquisas desses programas.

Dentro desta mesma linha, por meio do Programa de Desenvolvimento Científico Regional (DCR), a UFPI contou, no último quinquênio, com 12 pesquisadores, sendo que destes, seis foram fixados na instituição.

No que tange à produção científica, no último quinquênio foi implantada uma política de estímulo à produção científico-tecnológica, uma vez que esta se constitui num dos mais eficazes indicadores de fortalecimento e consolidação das atividades de pesquisa e de pós-graduação e, ainda, de transformação de cenários econômicos e sociais.

Para incentivar a produção intelectual, a UFPI criou, em 2005, o Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos (PROEC), que apóia financeiramente o deslocamento de alunos e de pesquisadores da UFPI para a participação em reuniões de natureza científica, que tem se traduzido em real aumento de desempenho acadêmico-científico. Além disso, a UFPI criou a política de apoio aos pesquisadores no que se refere ao custeio de publicações em periódicos indexados.

O resultado do trabalho desenvolvido durante o ano em análise pode ser evidenciado por meio de indicadores que demonstram de maneira inquestionável o salto de qualidade no âmbito da geração de novos conhecimentos, da difusão da informação e da transferência de tecnologia.

Analisando-se os dados relativos à produção bibliográfica no último quinquênio (Quadro 14), verifica-se que os pesquisadores da UFPI elevaram a sua produção científica quanti e qualitativamente, revelada no incremento da publicação de artigos científicos da ordem de 24,14 %, o que significa que esta meta foi superada, tendo em vista que a previsão de aumento era de 20%, para o período em análise. Este fato pode, em parte, ser decorrente do forte incentivo aos pesquisadores, para este fim, materializado no apoio financeiro institucional para custeio de publicações científicas.

Embora a produção bibliográfica da UFPI tenha apresentado um decréscimo no ano de 2008, ocorreu considerável um avanço na política de produção científica no âmbito da IES. Um dos prováveis motivos para a diminuição quantitativa do número de publicações está ligado ao tempo de espera para a publicação de artigos em revistas indexadas e a não atualização dos currículos pelos docentes, na plataforma Lattes, em tempo hábil para a contabilização.

Em vista destes números, a PRPPG fará, no ano de 2010, um trabalho para buscar identificar as reais causas desta queda na produção bibliográfica e apresentar mecanismos para a resolução deste problema.

Quadro 14 - Produção Bibliográfica da UFPI, quinquênio 2005-2009

Publicação	2005	2006	2007	2008	2009
Artigos	242	319	434	341	381
Livros e Capítulos de Livro	62	49	126	95	177
Trabalhos em Anais	592	624	769	394	426
Total	896	992	1329	830	984

Fonte: PRPPG/CICT; Extrator Lattes/CNPq

Considerando-se ser missão da CICT a produção de eventos, neste quinquênio foram realizados: a) a primeira, segunda e terceira versões do evento “C, T & I para o desenvolvimento do Meio-Norte do Brasil”; b) I, II e III Encontros de Pós-Graduação; c) as versões XIV, XV, XVI e XVII do Seminário de Iniciação Científica, d) I e II Workshop de propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica, que tiveram os patrocínios do CNPq, CAPES, FINEP, FADEX, SEBRAE, de bancos locais e da própria UFPI.

Quanto ao processo de inovação tecnológica, este foi iniciado recentemente na UFPI, especificamente no ano de 2006, através da criação do NINTEC, subordinado a PRPPG, o qual tem a atribuição de ajudar o inventor/pesquisador a proteger sua propriedade intelectual, defendendo-a de práticas inapropriadas das atividades comerciais e industriais e da concorrência desleal, assegurando ao detentor do conhecimento o privilégio de sua exploração.

A integração necessária entre a pesquisa e a pós-graduação cria uma área de interlocução permanente entre as coordenadorias de Pesquisa e de Pós-Graduação. Assim, o número de linhas de pesquisa integrantes da estrutura dos PPGs totaliza em 61 nos mestrados e 12 nos doutorados, integrantes de 34 áreas de concentração conforme se observa no Quadro 15.

Quadro 15– Linhas de Pesquisa em desenvolvimento da UFPI, no âmbito dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*.

NOME DO PROGRAMA ETIPOLOGIA	NÍVEL	ANO DE CRIAÇÃO	CONCEITO CAPES	ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO	LINHAS DE PESQUISA
1) PPG em Agronomia 21001014007M4 Tipologia: Institucional	M	2001	3	1) Produção Vegetal	1) Produção e Manejo de Espécies Vegetais; <u>Sub-linhas:</u> -Manejo de Espécies Vegetais Cultiváveis; -Manejo de Recursos Genéticos Vegetais da região do Meio Norte do Brasil; -Manejo Ecológico de Artrópodes Fitopatogenos associados a espécies vegetais ; 2) Uso e Manejo do Solo e da Água; <u>Sub-linha:</u> -Manejo e Conservação do Solo e Água do Meio Norte do Brasil.
2) PPG em Agronomia - Genética e Melhoramento	M	2009	3	1)Genética e Melhoramento	1) Genética Quantitativa e Melhoramento; 2) Genética e Biologia Molecular; 3) Recursos Genéticos.

21001014019P2 Tipologia: Institucional					
3)PPG em Agronomia - Solos e Nutrição de plantas 21001014018P6 Tipologia: Institucional	M	2009	3	1) Ciência do solo	1) Recursos Ambientais, Uso e Manejo do Solo e da Água; 2) Interrelação Fertilidade, Biologia do Solo e Nutrição das Plantas.
4) PPG em Alimentos e nutrição 21001014020P0 Tipologia: Institucional	M	2009	3	1) Alimentos e nutrição	1) Qualidade de Alimentos; 2) Diagnóstico e Intervenção Nutricionais;
5) PPG em Antropologia e Arqueologia 21001014017P0 Tipologia: Institucional	M	2009	3	1) Antropo- logia	1) Memória e Territorialidades; 2) Marcadores Identitários na Contemporaneidade;
				2)Arqueolo gia	1)Cultura Material e Conservação de Sítios Arqueológicos.
6) PPG em Ciência Animal 21001014002M2 Tipologia: Institucional	M e D M	1999 –M 2005-D	4	<u>Mestrado:</u> 1) Produção Animal;	1)-Desenvolvimento de Técnicas Cirúrgicas, anestésicas e suas correlações anátomo-clínicas em animais de interesse zootécnico; 2)-Diagnóstico, epidemiologia e controle de doenças animais e da qualidade de produtos de origem animal; 3)-Estudo farmacológico e toxicológico de plantas regionais como alternativa de tratamento das principais enfermidades em animais de interesse econômico; 4)-Morfofisiologia, clínica e biotécnicas da reprodução animal;
				<u>Mestrado:</u> 2) Sanidade e Reprodução Animal ;	1)- Melhoramento Genético e Adaptabilidade climática de animais de interesse econômico; 2)- Morfofisiologia, comportamento e produção de animais silvestres; 3)-Nutrição de ruminantes e não ruminantes; 4_-Produção e conservação de plantas forrageiras;
				<u>Doutorado:</u> 1) Produção Animal;	1)- Melhoramento Genético e Adaptabilidade climática de animais de interesse econômico; 2)- Morfofisiologia, comportamento e produção de animais silvestres; 3)-Nutrição de ruminantes e não ruminantes; 4_-Produção e conservação de plantas forrageiras

				Doutorado: 2) Sanidade e Reprodução Animal	1) Diagnóstico, epidemiologia, controle e terapia de doenças animais; 2) Qualidade de produtos de origem animal; 3) Estudo farmacológico e toxicológico de plantas regionais como alternativa de tratamento de enfermidades de animais de interesse econômico; 4) Biologia e Sanidade de animais silvestres;
7) Ciências Farmacêuticas 21001014 Tipologia: Institucional	M	2010	3	1) Ciências Farmacêuticas	1) Produção e controle de qualidade de medicamentos
8) PPG em Ciências e Saúde 21001014011M1 Tipologia: Institucional	M	2004	4	1) Métodos de Diagnóstico e análise das condições de saúde;	1) Investigação para diagnóstico em Saúde; 2) Nutrição e Saúde
				2) Política, Planejamento e Gestão em Saúde;	1) Análise de políticas, sistemas, programas e serviços em saúde; 2) Análise de situações de Saúde;
9) PPG em Ciência Política 21001014014P0 Tipologia: Institucional Associação de IES - Assoc. Temporária com UNICAMP	M	2007	3	1) Estado, instituições políticas e desenvolvimento;	1) Estado e desenvolvimento econômico e social; 2) Instituições políticas e processos decisórios;
				1) Estado, movimentos sociais, cidadania e comportamento político.	1) Comportamento político e sociedade; 2) Movimentos sociais e cidadania.
10) PPG em Desenvolvimento e Meio Ambiente 21001014004M5 Tipologia: Institucional	M	2002	3	1) Desenvolvimento do Trópico Ecológico do Nordeste	1) Biodiversidade e Utilização Sustentável dos Recursos Naturais; 2) Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente;
	D	2010	4	1) Desenvolvimento e Meio Ambiente	1) Planejamento e Gestão de Zonas Semiáridas e Ecossistemas Limítrofes; 2) Ordenamento Territorial e Gestão de Conflitos nos Ambientes Costeiros.
11) PPG em Educação 21001014001M6 Tipologia: Institucional	M	1991	4	1) Educação	1) Educação, movimentos sociais e políticas públicas; 2) Ensino, formação do professor e práticas pedagógicas;
12) PPG em Enfermagem 21001014012P8 Tipologia: Institucional	M	2006	3	1) Enfermagem no Contexto social brasileiro	1) Processo de cuidar em saúde e Enfermagem” 2) Políticas e práticas sócio-educativas em enfermagem”
13) PPG em Ética e Epistemologia 21001014015P7	M	2007	3	1) Ética e Epistemologia	1) Ética e Filosofia Política;

Tipologia: Institucional - Associação de IES – Assoc. Parcial com a UFMA					2) Epistemologia e Filosofia da linguagem.
14) PPG em Farmacologia 21001014013P4 Tipologia: Institucional	M	2006	3	1) Farmacologia	1) Farmacologia da dor e inflamação; 2) Farmacologia de produtos naturais; 3) Farmacologia endócrina; 4) Toxicologia.
15) PPG em Física 21001014016P3 Tipologia: Institucional	M	2007	3	1) Física da Matéria Condensada	1) Medidas elétricas, ópticas e Mecânicas em Materiais; 2) Sistemas complexos: estudo de fenômenos e processos; 3) Transições de fases em sistemas magnéticos.
16) PPG em História do Brasil 21001014009M7 Tipologia: Institucional	M	2004	3	1) História do Brasil	1) Cultura, Sociedade e Cidades
17) PPG em Letras 21001014008M0 Tipologia: Institucional	M	2004	3	1) Estudos de Linguagem	1) Linguagem e discurso: análise e variação;
				2) Estudos Literários	1) Literatura, Cultura e Sociedade
18) PPG em Matemática 21001014021P7 Tipologia: Institucional Associação de IES - Assoc. Temporária com UFC	M	2009	3	1) Matemática	1) Análise; 2) Geometria; 3) Otimização
19) PPG em Políticas Públicas 21001014005P1 Tipologia: Institucional	M	2002	4	1) Estado, Sociedade e Políticas Públicas.	1) Cultura, Identidade e Processos Sociais; 2) Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais;
20) PPG em Química 21001014003M9 Tipologia: Institucional	M	1999	3	1) Físico-Química	1) Ensino de Química 2) Análise Multivariada 3) Biodiesel 4) Ciências de Materiais 5) Materiais Cerâmicos Química Quântica
				2) Química Analítica	1) Arqueometria 2) Desenvolvimento de Métodos Analíticos

				3) Química Orgânica	1) Isolamento e Determinação Estrutural de Produtos Naturais; 2) Petróleo
21) PPG em Biotecnologia (RENORBIO)	D	2005	3	1) Biotecnologia em Agropecuária	1) Genética e transgênese 2) Sanidade, conservação e multiplicação de germoplasma.
				2) Biotecnologia em Recursos Naturais	1) Bioprospecção, biodiversidade e conservação 2) Purificação, caracterização e produção de insumos biotecnológicos em sistemas heterólogos
				3) Biotecnologia em Saúde	1) Desenvolvimento de agentes profiláticos, terapêuticos e testes diagnósticos
				4) Biotecnologia Industrial	1) Bioprocessos.
Total: 21 Programas de Pós-Graduação, compreendendo 21 Mestrados e 03 Doutorados; Em nível de Mestrado: 27 Áreas de concentração e 61 Linhas de Pesquisa; Em nível de doutorado: 07 Áreas de concentração e 12 Linhas de Pesquisa.					

Nota: PPG= Programa de Pós-Graduação; M= mestrado; D=Doutorado.

Fonte: PRPPG/CGPG

3.5.2 Diretrizes para a melhoria quali-quantitativa da política de pesquisa, produção científica e inovação tecnológica, 2010-2014

Indubitavelmente, a pesquisa, a produção científica e a inovação tecnológica são atributos basilares para a sustentação e desenvolvimento de um sistema de pós-graduação. Nesse sentido, a UFPI estabeleceu alguns pressupostos que nortearão a política direcionada à pesquisa, produção científica e a inovação tecnológica, no próximo quinquênio (Figura 13).

Figura 13 - Diretrizes para a pesquisa, produção científica e inovação tecnológica na UFPI, quinquênio 2010 - 2014

Objetivo: Melhorar a política de pesquisa, produção científica e inovação tecnológica da UFPI, com base em critérios quali-quantitativos.

Metas:

- 1) Elevar, em pelo menos 25%, o volume de recursos obtidos com os vários editais de fomento e, em especial, os da FINEP-CT-INFRA e expandir, no mesmo patamar os grupos de pesquisa certificados;
- 2) Aumentar, em pelo menos 25% ao ano, o número de trabalhos publicados em periódicos indexados no *Qualis* da CAPES;
- 3) Consolidar o NINTEC, para que a UFPI possa tornar-se, a partir do próximo quinquênio, um centro de referência e excelência na área de propriedade intelectual e licenciamento de tecnologias no mercado;

Estratégias de Ação:

- ✓ Ampliação da infra-estrutura instalada em pesquisa na UFPI, por meio de fomentos externos e interno;
- ✓ Manutenção da política de apoio de fixação de recém-doutores na UFPI, para potencializar a pesquisa e a pós-graduação;
- ✓ Intensificação das estratégias de incentivo à participação de pesquisadores nas chamadas públicas de órgãos de fomento à P, D & I;
- ✓ Incentivo ao pesquisador, de forma permanente, para que mantenha atualizado o cadastramento de projetos de pesquisa em andamento na UFPI;
- ✓ Manutenção os editais de fomento à pesquisa, já existentes, e proposição de novos, elevando seus valores a cada ano, de tal forma a atingir um total de recursos significativo até 2014;
- ✓ Difusão dos mecanismos de proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia para a universidade e para a sociedade;
- ✓ Manutenção de uma base de dados de projetos institucionais de P, D & I, atualizada;
- ✓ Aumento do número de projetos inovadores e patentes, criando, até 2014, uma Agência de Inovação que integre as ações do NINTEC e Incubadoras de Empresas da UFPI;
- ✓ Apoio ao desenvolvimento de Laboratórios de Inovação Tecnológica;
- ✓ Estímulo permanente a projetos de pesquisa voltados para a conservação do meio ambiente e da biodiversidade local e dos que tenham por foco os arranjos produtivos locais.

3.6 Programas de Extensão

A Extensão é a forma de articulação entre universidade e sociedade por meio de diversas ações. Como o próprio nome sugere, é estender a universidade para além dos seus muros, interagindo com a comunidade, visando à troca de saberes. Assim se constrói uma universidade pública de qualidade. “[...] A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade” (PNEX, 2001). A política extensionista se estabelece a partir do Plano Nacional de Extensão, formulada pelo Fórum Nacional de Pró - Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

O artigo 207 da Constituição Brasileira dispõe que "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". Portanto, Ensino, Pesquisa e Extensão constituem as três funções básicas da Universidade, e assim sendo merecem igualdade em tratamento por parte das

instituições de ensino superior, pois, ao contrário, estarão violando esse preceito constitucional.

A extensão universitária é uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade na qual está inserida. É uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade. Funciona como uma via de mão dupla, ou seja, a Universidade leva conhecimentos à comunidade, atendendo suas reais necessidades, seus anseios, aspirações e recebe desta, influxos positivos como retroalimentação. Ocorre, na realidade, uma troca de conhecimentos, em que a Universidade também aprende com a própria comunidade sobre seus valores e sua cultura.

Nesse sentido, por meio da Pró-Reitoria de Extensão – PREX, a UFPI planeja e executa as atividades de extensão respeitando e não violando os valores da comunidade, visto ser no contexto da extensão que os universitários, das diversas áreas, têm a oportunidade de compreender os fundamentos, conceitos e teorias adquiridas no decorrer do curso vivenciando atividades de ensino e pesquisa, momento em que se constitui o ápice da extensão, a consolidação do aprendizado pela aplicação em situações práticas.

Cumprir destacar que extensão, implica em estender-se, em levar algo a algum lugar ou até alguém, não se resumindo, apenas, em cursos de extensão universitária, que, em sua maioria, são acadêmicos e com pequena carga-horária, destinando-se a complementar e/ou aprofundar conhecimentos em áreas específicas; enquanto as atividades de extensão integram um dever constitucional das universidades, têm uma amplitude e abrangência bem mais complexa, não devendo ser confundidas, simplesmente, com os cursos de extensão.

Considerando esse contexto mais amplo e complexo, o Fórum Nacional de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) elaborou as diretrizes da Extensão universitária, pautadas em princípios gerais que devem estar presentes em todas as ações de extensão expressas em quatro eixos:

1. **Impacto e transformação:** estabelecimento de uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Frente à complexidade e à diversidade da realidade essa diretriz consolida a orientação para cada ação da Extensão Universitária. Assim,

se faz necessário eleger as questões prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social.

2. **Interação dialógica:** desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade – para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão.
3. **Interdisciplinaridade:** caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas.
4. **Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão:** reafirmando a extensão como processo acadêmico – justifica o termo “universitária” –, visto que, em que toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso. Na aplicação dessa diretriz abre-se um capítulo especial, o da participação da Extensão Universitária na flexibilização da formação discente, contribuindo para a implementação das diretrizes curriculares nacionais e o reconhecimento de ações de extensão no processo curricular, com atribuição de créditos acadêmicos.

Nessa perspectiva, o fazer acadêmico no mundo atual é embasado no princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esta relação conduz a mudanças no processo pedagógico, pois, a qualidade e o sucesso dos futuros profissionais em processo de formação, dependem, diretamente, do nível de desenvolvimento, equilíbrio e harmonia entre essas três áreas da Universidade. É difícil

conceber universitários qualificados sem a influência dessa formação sistêmica interdependente e complementar propiciada pelo ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, a relação entre ensino, pesquisa e extensão ocorre quando a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a transformação da sociedade. A extensão, como via de interação entre universidade e sociedade, constitui-se em elemento capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática.

A troca entre os saberes sistematizado, acadêmico e popular, que contribui para a construção de conhecimento oriundo do confronto entre essas duas realidades, é o resultado mais consistente da política de extensão implementada na UFPI nos últimos anos, o que propicia a efetiva participação da comunidade na atuação da universidade e o desenvolvimento e consolidação do sistema de parcerias interinstitucionais.

Nesse cenário, a extensão universitária é compreendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Assim, para organização e construção de sua política, a extensão utiliza a interação entre ensino e pesquisa baseada nos seguintes aspectos:

a) identificação e participação em editais para financiamento de programas e projetos de órgãos e agências de fomento dos governos federal, estadual e municipal, atuando junto aos ministérios, prefeituras e secretarias de governo;

b) participação em editais para atividades de extensão financiadas por empresas estatais, privadas ou de economia mista;

c) internamente, busca a articulação permanente com a Reitoria, Pró-Reitorias, Superintendências, Unidades acadêmicas, Campus e Núcleos de Extensão, dentre outros;

Além das diretrizes do Fórum Nacional, a política de extensão da UFPI desenvolve-se em consonância com o Plano Nacional de Extensão Universitária, especialmente no que se refere à interação com a comunidade visando à inserção social e econômica dos segmentos populacionais historicamente excluídos do processo de desenvolvimento do país. Neste contexto, a PREX atua como espaço técnico, político e pedagógico, tendo como objetivos/metas:

- Estimular, junto aos departamentos de ensino/setores da UFPI, ações extensionistas que articulem o ensino e a pesquisa, conforme o interesse e as necessidades da comunidade;

- Gerenciar os dados das ações extensionistas utilizando a estratégia de cadastro, acompanhamento e avaliação;
- Incentivar a participação dos alunos com o objetivo de contribuir para formação de profissionais com consciência social e política, uma vez que o processo de aprendizado não se restringe à sala de aula;
- Fomentar a participação de professores e alunos nas ações de extensão através do Programa de Bolsa de Extensão;
- Fortalecer a troca de saberes entre os atores envolvidos, nas ações extensionistas, buscando a construção de novos saberes de forma coletiva;
- Contribuir para reformulação nas concepções e práticas curriculares e pedagógicas;
- Promover atividades que propiciem a aproximação da Pró-Reitoria com as Unidades e Campi do interior do Estado com o objetivo de desenvolver ações extensionistas além de proporcionar à comunidade universitária a oportunidade de atuar em área geoeconômica diversa do estado do Piauí;
- Manter uma estrutura central de produção e difusão da diversidade artístico-cultural e lingüística.

A política de extensão da UFPI é executada pela PREX, uma das Pró-Reitorias fins, responsável pela execução de todos os projetos, cursos, seminários e programas de extensão da Universidade com livre acesso à comunidade. Através da PREX são desenvolvidas atividades contínuas e cursos de curta duração que articulam ensino e pesquisa e viabilizam a relação transformadora entre universidade e sociedade.

A operacionalização das atividades de extensão pela PREX se dá por meio de suas Coordenadorias, a saber: Coordenadoria de Ação Comunitária e Cultural – CACC, Coordenadoria de Programas de Projetos e Extensão – CPPEX, Coordenadoria de Cursos e Estágios Não Obrigatórios – CCENO e Coordenadoria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – CEBT.

À Coordenadoria de Programas de Projetos e Extensão – CPPEX compete o cadastramento, acompanhamento e avaliação dos programas/projetos de extensão executados na UFPI, por meio de relatórios semestrais de atividades, bem como, certificação, divulgação dos editais e sua publicização adequada a fim de provocar novas ações extensionistas.

À Coordenadoria de Cursos e Estágios Não Obrigatórios – CCENO compete o cadastramento, catalogação, prestação de informações sobre as atividades cadastradas e/ou relatorizadas, expedição de declarações, expedição de certificados (de cursos de extensão e eventos de um modo geral), elaboração de minutas, termos de compromisso dos Estágios Não Obrigatórios.

3.6.1 Panorama atual

As políticas de extensão operacionalizadas pela PREX mantêm uma articulação com o ensino e a pesquisa de forma indissociável, por meio das seguintes modalidades:

I – **Programas** (conjunto de ações de caráter orgânico-institucional, de médio à longo prazo, e com diretrizes claras);

II – **Projetos** (conjunto de ações, processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, para alcançar um objetivo bem definido de um programa a que se vincule, limitado em um prazo determinado e que deve resultar num produto que concorra para realizar o objetivo geral do programa e para a expansão ou aperfeiçoamento das instituições envolvidas);

III – **Cursos** (conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, em regime presencial ou a distância, as quais são planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de oito horas e com processo de avaliação);

IV - **Eventos:** ações que implicam na apresentação e exibição pública e livre, ou, também, com clientela específica do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico, desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade, que pode ser designado de: congresso; fórum; seminário; semana; exposição; espetáculo; evento esportivo; festival ou equivalente;

V - **Prestação de Serviços** (atividade de transferência à comunidade do conhecimento gerado e instalado, incluindo-se nesse conceito assessorias e consultorias, pesquisas encomendadas e atividades contratadas e financiadas por terceiros (comunidade ou empresa), e caracteriza-se por intangibilidade, inseparabilidade e não resulta na posse de um bem, curso ou projeto);

VI - **Publicações e outros Produtos Acadêmicos** (caracteriza-se como a produção de publicações e produtos acadêmicos decorrentes das ações extensionistas.

A legislação que regulamenta o cadastro e a avaliação de Programas e Projetos de Extensão, no âmbito da UFPI é a Resolução 232/09, do CEPEX, que também estabelece normas complementares à Resolução 005/92, do CEPEX.

As atividades de extensão da UFPI, expressas através de Programas/Projetos aprovados, constituem atividades acadêmicas cuja execução ocorre sob a responsabilidade das Unidades de Ensino, seus Departamentos e Núcleos, cabendo a esses o controle e supervisão das ações programadas. São classificadas em uma das oito áreas temáticas definidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, descritas a seguir:

I - **Comunicação**: comunicação social; mídia comunitária; comunicação escrita e eletrônica; produção e difusão de material educativo; televisão universitária; rádio universitária.

II - **Cultura**: desenvolvimento cultural; cultura, memória e patrimônio; cultura e memória social; cultura e sociedade; folclore, artesanato e tradições culturais; produção cultural e artística na área de artes plásticas e artes gráficas; produção cultural e artística na área de fotografia, cinema e vídeo; produção cultural e artística na área de música e dança; produção teatral e circense.

III - **Direitos Humanos e Justiça**: assistência jurídica; direitos de grupos sociais; organizações populares; questões agrárias.

IV - **Educação**: educação básica; educação e cidadania; educação a distância; educação continuada; educação de jovens e adultos; educação para a melhor idade; educação especial; educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; incentivo à leitura.

V - **Meio Ambiente**: preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural; educação ambiental; gestão de recursos naturais e sistemas integrados para bacias regionais.

VI - **Saúde**: promoção à saúde e qualidade de vida; atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais; atenção integral à mulher; atenção integral à criança; atenção integral à saúde de adultos; atenção integral à terceira idade; atenção integral ao adolescente e ao jovem; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde; cooperação interinstitucional e cooperação internacional

na área; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho; esporte, lazer e saúde; hospitais e clínicas universitárias; novas endemias, pandemias e epidemias; saúde da família; uso e dependência de drogas.

VII - Tecnologia e Produção: transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; pólos tecnológicos; direitos de propriedade e patentes.

VIII - Trabalho: reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho.

Com a clareza de que a extensão universitária tem como princípio a relação com a sociedade, no sentido do compromisso social, da universidade enquanto instituição pública, com a superação das atuais condições de desigualdade e exclusão. A UFPI estimula o desenvolvimento de programas e projetos, assessoria, consultoria, realização de eventos, formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nessas áreas, discussão, planejamento, implementação e avaliação de processos e de temas enquadrados nas 53 (cinquenta e três linhas) de extensão, detalhadas a seguir:

1. Alfabetização, Leitura e Escrita: processos de alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos, visando à sua inserção social e construção da cidadania; formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas;

2. Artes Cênicas (dança, teatro, técnicas circenses e performance): formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área; memória, produção e difusão cultural e artística;

3. Artes Integradas: produção e prática artística em um único programa integrado;

4. Artes Plásticas: escultura, pintura, desenho, gravura, instalação, apropriação;

5. Artes Visuais: formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nas áreas de artes gráficas, fotografia, cinema e vídeo;

6. Comunicação Estratégica: elaboração, implementação e avaliação de planos estratégicos de comunicação; realização de assessorias e consultorias para

organizações de natureza diversa em atividades de publicidade, propaganda e de relações públicas; suporte de comunicação a programas e projetos de mobilização social, a organizações governamentais e da sociedade civil; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área;

7. Desenvolvimento de Produtos: produção de origem animal, vegetal, mineral e laboratorial; manejo, transformação, manipulação, dispensação, conservação e comercialização de produtos e subprodutos e informações, conhecimentos e materiais didáticos relacionados ao tema;

8. Desenvolvimento Regional: elaboração de diagnóstico e de propostas de planejamento regional (urbano e rural) envolvendo práticas destinadas a elaboração de planos diretores, soluções, tratamento de problemas e melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista sua capacidade produtiva e potencial de incorporação na implementação das ações; participação em fóruns (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS); participação e assessoria a conselhos regionais, estaduais e locais de desenvolvimento e a fóruns de municípios e associações afins; elaboração de matrizes e estudos sobre desenvolvimento regional integrado, tendo como base recursos locais renováveis e práticas sustentáveis; discussão sobre permacultura; definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade; formação, capacitação e qualificação de pessoas envolvidas na temática; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área.

9. Desenvolvimento Rural e Questão Agrária: constituição e ou manutenção de iniciativas de reforma agrária; matrizes produtivas locais ou regionais e de políticas de desenvolvimento rural; assistência técnica; planejamento do desenvolvimento rural sustentável; organização rural; comercialização; agroindústria; gestão de propriedades e/ou organizações; arbitragem de conflitos de reforma agrária; educação para o desenvolvimento rural; definição de critérios e de políticas de fomento para o meio rural; e avaliação de impactos de políticas de desenvolvimento rural;

10. Desenvolvimento Tecnológico: processos de investigação e produção de novas tecnologias, técnicas, processos produtivos, padrões de consumo e produção (inclusive tecnologias sociais, práticas e protocolos de produção de bens e serviços); serviços tecnológicos; estudos de viabilidade técnica, financeira e econômica; e adaptação de tecnologias;

11. Desenvolvimento Urbano: planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas das comunidades urbanas; urbanismo;

12. Direitos Individuais e Coletivos: apoio a organizações e a ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência jurídica e judiciária individual e coletiva, a instituições e organizações; bioética médica e jurídica; ações educativas e preventivas para garantia de direitos humanos;

13. Educação Profissional: formação técnica profissional, visando à valorização, aperfeiçoamento, promoção do acesso aos direitos trabalhistas e inserção no mercado de trabalho;

14. Empreendedorismo: constituição e gestão de empresas juniores, pré-incubadoras, incubadoras de empresas, parques e pólos tecnológicos, cooperativas e empreendimentos solidários e outras ações voltadas para a identificação e aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios estimulando a pró-atividade;

15. Emprego e Renda: defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para desempregados, empregados, empreendedores, setor informal, proprietários rurais, formas cooperadas/associadas de produção, empreendimentos produtivos solidários, economia solidária, agricultura familiar, dentre outros;

16. Endemias e Epidemias: planejamento, implementação e avaliação de metodologias de intervenção e de investigação tendo como tema o perfil epidemiológico de endemias e epidemias e a transmissão de doenças no meio rural e urbano; previsão e prevenção de novas endemias;

17. Espaços de Ciência: difusão e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos em espaços de ciência, como museus, observatórios, planetários, estações marinhas, entre outros; organização desses espaços;

18. Esporte e Lazer: práticas esportivas, experiências culturais, atividades físicas e vivências de lazer para crianças, jovens e adultos, como princípios de cidadania, inclusão, participação social e promoção da saúde; esportes e lazer nos projetos político-pedagógicos das escolas; desenvolvimento de metodologias e inovações pedagógicas no ensino da educação física, esportes e lazer; iniciação e prática esportiva; detecção e fomento de talentos esportivos;

19. Estilismo: realização de eventos e outras ações em torno do estilismo, conhecimentos e de material didático; memória, produção e difusão cultural e artística.

20. Fármacos e Medicamentos: a promoção do uso correto de medicamentos e para a assistência à saúde nos processos que envolvem a farmacoterapia; farmácia nuclear; diagnóstico laboratorial; análises químicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e toxicológicas de fármacos, insumos farmacêuticos, medicamentos e fitoterápicos;

21. Formação Docente: ações voltados para processos de formação docente, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal;

22. Gestão do Trabalho Urbano e Rural: planejamento, implementação e avaliação de estratégias de administração; ambiente empresarial; relações de trabalho - formas associadas de produção, trabalho informal, incubadora de cooperativas populares, agronegócios, agroindústria, práticas e produções caseiras, dentre outros;

23. Gestão Informacional: planejamento, implementação e avaliação de sistemas de fornecimento e divulgação de informações econômicas, financeiras, físicas e sociais das instituições públicas, privadas e do terceiro setor;

24. Gestão Institucional: planejamento, implantação, implementação e acompanhamento de estratégias administrativas e organizacionais em órgãos e instituições públicas, privadas e do terceiro setor, governamentais e não governamentais;

25. Gestão Pública: planejamento, implantação, implementação, acompanhamento e avaliação de sistemas regionais e locais de políticas públicas; análise do impacto dos fatores sociais, econômicos e demográficos nas políticas públicas (movimentos populacionais, geográficos e econômicos, setores produtivos); formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nos sistemas públicos (atuais ou potenciais); produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área;

26. Grupos Sociais Vulneráveis: planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão desses grupos; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto questões de

gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros;

27. Infância e Adolescência: planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.); promoção, defesa e garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto de ação: crianças (0 a 12 anos), adolescentes (13 a 18 anos) e suas famílias;

28. Inovação Tecnológica: ações que compreendem a introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas a serem implementadas em produtos ou processos existentes nas diversas áreas do conhecimento. Considera-se uma inovação tecnológica de produto ou processo, aquela que tenha sido implementada e introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo);

29. Jornalismo: ações voltadas a processos de produção e edição de notícias para mídias impressas e eletrônicas; assessorias e consultorias para órgãos de imprensa em geral; crítica de mídia; treinamento e qualificação de profissional para a imprensa;

30. Jovens e Adulto: planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção à saúde, assistência social, etc.; emancipação e inclusão; educação formal e não formal; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado pela ação os jovens (19 a 24 anos) e adultos (de 25 a 59 anos);

31. Línguas Estrangeiras: discussão, planejamento, implementação e avaliação de processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e sua inclusão nos projetos pedagógicos das escolas; desenvolvimento de processos de formação em línguas estrangeiras; literatura; tradução; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área;

32. Metodologias e Estratégias de Ensino/aprendizagem: discussão de metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação à distância e o ensino presencial e de processos de formação inicial, educação continuada e formação profissional;

33. Mídia-artes: realização de ações voltadas para mídias (mídias contemporâneas, multimídia, web-arte, arte digital);

34. Mídias: produção e difusão de informações e conhecimentos através de veículos comunitários e universitários, impressos e eletrônicos (boletins, rádio,

televisão, jornal, revistas, internet, etc.); promoção do uso didático dos meios de comunicação e de ações educativas sobre as mídias; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área para o trato com a mídia em geral;

35. Música: realização de eventos e outras ações em torno da música (apreciação, criação e *performance*);

36. Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais e Populares: ações voltadas para o apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns, associações, ONGs, OSCIPs, redes, cooperativas populares, sindicatos, dentre outros; produção e divulgação de informações, conhecimentos e materiais didáticos relacionados ao tema;

37. Patrimônio Cultural, Histórico, Natural e Imaterial: preservação, recuperação, promoção e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico (bens culturais móveis e imóveis, obras de arte, arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares), natural (natureza, meio ambiente) e imaterial (culinária, costumes do povo), mediante formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais, coleções e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção e promoção do folclore, do artesanato, das tradições culturais e dos movimentos religiosos populares; valorização do patrimônio;

38. Pessoas com Deficiências Incapacidades e Necessidades Especiais: planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.) de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto de ação essas pessoas e suas famílias; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam com esses segmentos;

39. Propriedade Intelectual e Patentes: processos de identificação, regulamentação e registro de direitos autorais e outros sobre propriedade intelectual e patentes;

40. Questões Ambientais: ações voltadas para a questão ecológica e o planejamento, implementação e avaliação de processos de educação ambiental e de redução da poluição do ar, águas e solo; discussão da Agenda 21; discussão de impactos

ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente;

41. Recursos Hídricos: planejamento de microbacias, preservação de mata ciliar e dos recursos hídricos, gerenciamento de recursos hídricos e bacias hidrográficas; prevenção e controle da poluição; arbitragem de conflitos; participação em agências e comitês estaduais e nacionais; assessoria técnica a conselhos estaduais, comitês e consórcios municipais de recursos hídricos;

42. Resíduos Sólidos: desenvolvimento de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento, com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos para coletar, segregar, tratar e dispor o lixo; orientação para elaboração e desenvolvimento de projetos de planos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos; coleta seletiva, instalação de manejo de RSU reaproveitáveis (compostagem e reciclagem), destinação final de RSU (aterros sanitários e controlados), remediação de lixo a céu aberto; orientação à organização de catadores de lixo;

43. Saúde Animal: planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias visando a assistência à saúde animal: prevenção, diagnóstico e tratamento; prestação de serviços institucionais em laboratórios, clínicas e hospitais veterinários universitários; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático relacionados ao tema; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área;

44. Saúde da Família: o planejamento, implementação e avaliação de processos assistenciais e metodologias de intervenção para a saúde da família; produção e divulgação de informações, conhecimentos e de material didático relacionados ao tema;

45. Saúde e Proteção no Trabalho: planejamento, implementação e avaliação de processos assistenciais, metodologias de intervenção, ergonomia, educação para a saúde e vigilância epidemiológica ambiental, tendo como alvo ambientes de trabalho e trabalhadores urbanos e rurais; produção e divulgação de informações, conhecimentos e de material didático relacionados ao tema;

46. Saúde Humana: promoção da saúde das pessoas, famílias e comunidades; humanização dos serviços; prestação de serviços institucionais em ambulatórios, laboratórios, clínicas e hospitais universitários; assistência à saúde de pessoas em serviços especializados de diagnóstico, análises clínicas e tratamento; clínicas odontológicas, de psicologia, dentre outras;

47. Segurança Alimentar: incentivo à produção de alimentos básicos, auto-abastecimento, agricultura urbana, hortas escolares e comunitárias, nutrição, educação para o consumo, regulação do mercado de alimentos, promoção e defesa do consumo alimentar;

48. Segurança Pública e Defesa Social: Desenvolvimento de programas e projetos, assessoria, consultoria, realização de eventos e outras ações voltadas para o planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias, dentro de uma compreensão global do conceito de segurança pública, visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas relacionados; orientação e assistência jurídica, judiciária, psicológica e social à população carcerária e familiar; assessoria a projetos de educação, saúde e trabalho aos apenados e familiares; questão penitenciária; violência; mediação de conflitos; atenção a vítimas de crimes violentos; proteção a testemunhas; policiamento comunitário; produção e divulgação de informações, conhecimentos e materiais didáticos relacionados ao tema;

49. Tecnologia da Informação: desenvolvimento de competência informacional - para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes impressas ou eletrônicas; inclusão digital;

50. Temas Específicos: realização de eventos, processos de formação e capacitação relativos a temas das diversas áreas do conhecimento (ciências humanas, biológicas, sociais aplicadas, exatas e da terra, da saúde, ciências agrárias, engenharias, lingüística, letras e artes), visando a reflexão, discussão, atualização e aperfeiçoamento nessas áreas;

51. Terceira Idade: Desenvolvimento de programas e projetos, assessoria, consultoria, realização de eventos e outras ações voltadas para o planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto de ação, pessoas idosas e suas famílias;

52. Turismo e Desenvolvimento Sustentável: planejamento e implementação do turismo (ecológico, cultural, de lazer, de negócios, religioso, etc.) como setor gerador de emprego e renda para os municípios; desenvolvimento de novas tecnologias para avaliações de potencial turístico; produção e divulgação de imagens em acordo com as especificidades culturais das populações locais; formação, capacitação e qualificação de pessoas para o turismo;

53. Uso de Drogas e Dependência Química: prevenção e limitação da incidência e do consumo de drogas; tratamento de dependentes; assistência e orientação a usuários de drogas; recuperação e reintegração social.

A política de extensão praticada na vigência do PDI 2005-2009 foi uma das mais acirradas da história da Instituição. A título de exemplo, somente no ano de 2009, foram cadastrados 124 Programas/Projetos sendo que 66,94%, destes, ainda estão em andamento e o público atingido foi de 61.202 pessoas, integrantes dos mais distintos setores da sociedade com a participação de 1.932 alunos, supervisionados por 704 docentes e 378 técnico-administrativos, conforme se observa no Quadro 16.

Quadro 16 - Impactos acadêmico-sociais dos projetos de extensão desenvolvidos na UFPI, em 2009.

Ano	Programas/ Projetos Cadastrados	Programas/ Projetos em Execução	Programas/ Projetos Concluídos	Público Atingido	Docentes	Discentes	Técnicos
2009	124	83	41	61.202	689	1.932	374

Fonte: PREX/CPPEX

A distribuição destes Programas/Projetos, segundo as Unidades responsáveis pela execução, está explicitada no Quadro 17.

Quadro 17 - Programas/Projetos de Extensão cadastrados na UFPI, em 2009, por Unidade Acadêmica.

UNIDADE DE ENSINO	PROGRAMAS E PROJETOS EM EXECUÇÃO	PROGRAMAS E PROJETO CONCLUÍDOS	PROJETOS CADASTRADOS
Centro de Ciências Agrárias	03	03	06
Centro de Ciências da Educação	04	03	07
Centro de Ciências da Natureza	01	03	04
Centro de Ciências da Saúde	28	09	37
Centro de Ciências Humanas e Letras	12	01	13
Centro de Tecnologia	-	02	02
Outros Centros	35	20	55
TOTAL	83	41	124

Fonte: PREX/CPPEX.

O Quadro 18, a seguir, mostra o quantitativo de projetos de extensão cadastrados no ano de 2009, sem vinculação específica a Programas, os quais estão agrupados em oito áreas temáticas, com uma abrangência de público-alvo superior a 57.000 pessoas.

Quadro 18 - Projetos de extensão cadastrados em 2009, por área temática, sem vinculação específica a programas.

Áreas Temáticas	Total de Projetos não Vinculados	Total de Público Atingido	Equipe Envolvida na Execução da Própria IES					Total
			Docentes	Discentes	Alunos de Pós-Graduação	Técnicos	Externos	
1. Comunicação	01	283	08	34	-	04	08	338
2. Cultura	21	3.520	50	134	-	35	-	3.760
3. Direitos Humanos	03	640	33	57	-	38	04	775
4. Educação	18	7.480	170	402	12	54	20	8.156
5. Meio Ambiente	03	1.030	26	38	-	12	-	1.109
6. Saúde	50	38.889	285	667	14	184	42	38.101
7. Tecnologia	03	880	21	208	-	24	06	1.142
8. Trabalho	03	3.900	16	98	02	18	-	4.037
TOTAL	102	54.622	609	1.608	28	369	80	57.418

Fonte – PREX/CPPEX.

Um dos grandes pilares de sustentação da política de extensão da UFPI é o Programa Institucional de Bolsa de Extensão – PROBEX, o qual tem por objetivo contribuir para a formação profissional e cidadã do graduando, por meio da participação discente no desenvolvimento de programas e projetos de extensão universitária. A habilitação ao referido programa se dá por resposta a edital, com definição dos critérios de julgamento pela Câmara de Extensão. No ano de 2009 foram disponibilizadas 200 novas bolsas no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por mês, distribuídas em 47 projetos beneficiando 200 alunos durante nove meses, totalizando 1.595 pagas, abrangendo o Campus e os Campi da UFPI (Quadro 19).

Quadro 19 – Quantitativo anual das Bolsas de Extensão, quinquênio 2005-2009

ANO	BOLSAS
2004	800
2005	866
2006	800
2007	989
2008	1.505
2009	1.595
Total no quinquênio	6.555

Fonte: PREX/CPPEX.

Os cursos e eventos de extensão articulam a comunidade acadêmica com as necessidades concretas da sociedade, permitindo o confronto entre teoria e prática para o extensionista, quanto à difusão do conhecimento produzido na UFPI à sociedade (Quadro 20).

Quadro 20 - Cursos de extensão por área de conhecimento, quinquênio 2005-2009.

Área do Conhecimento	Nº de Cursos	Carga Horária	Concluintes
Ciências Exatas e da Terra	10	358	482
Ciências Biológicas	01	60	47
Engenharia / Tecnologia	11	823	501
Ciências da Saúde	16	826	1.679
Ciências Agrárias	06	168	193
Ciências Sociais Aplicadas	08	309	328
Ciências Humanas	27	2.187	1.784
Linguística, Letras e Artes	30	1.509	3.026
Total Geral	109	6.240	8.040

Fonte: PREX.

O estágio não obrigatório visa o desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular do estudante matriculado na UFPI. No ano de 2009, tiveram a oportunidade de desenvolvimento de estágio relativo à área de conhecimento dos seus cursos, 980 acadêmicos distribuídos entre empresas públicas e privadas e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, conforme demonstrado no Quadro 21, que segue.

Quadro 21 - Alunos estagiários de extensão, por curso, e entidades concedentes, ano de 2009.

Cursos	Entidades Financiadoras					Total
	Federal	Governamental Estadual	Municipal	Não Governamental Empresa / Indústria	Outras	
Engenharia Agrônômica	06	05	04	04	-	19
Medicina Veterinária	03	04	03	04	-	14
Pedagogia (Magistério)	03	01	154	49	01	208
Educação Artística	-	-	18	05	-	23
Jornalismo	05	09	03	13	-	30
Direito	27	12	06	03	01	49
Ciências Contábeis	15	06	08	12	01	42
Ciências Econômicas	01	04	06	08	01	20

Administração	18	05	-	34	01	58
Letras	-	01	61	07	-	69
História	01	03	23	-	-	27
Geografia	-	04	29	02	-	35
Serviço Social	04	05	12	01	-	22
Ciências Sociais	-	02	01	01	-	04
Filosofia	-	-	19	-	-	19
Ciências Biológicas	05	07	17	04	-	33
Matemática	-	-	30	02	-	32
Química	01	04	09	09	-	23
Física	-	-	15	02	-	17
Informática	01	04	02	04	-	12
Educação Física	01	01	20	16	-	39
Enfermagem	-	07	02	14	-	23
Nutrição	01	-	11	18	-	30
Farmácia	-	01	-	14	-	15
Odontologia	-	02	02	01	-	05
Medicina	-	01	-	-	-	01
Engenharia Civil	05	07	15	25	-	52
Arquitetura	02	07	14	09	-	32
Eng. de Agrimensura	01	08	04	07	-	07
Engenharia de Pesca	-	-	-	07	-	07
TOTAL	100	110	488	275	07	980

Fonte: PREX.

3.6.2 Diretrizes para a melhoria quali-quantitativa da política de extensão da UFPI - quinquênio 2010-2014.

Neste novo quinquênio, a política de extensão será aprimorada, em observância ao Plano Nacional de Extensão (PNEX) e a política da administração superior da UFPI.

As diretrizes para o aprimoramento dessa política na UFPI, no quinquênio 2010-2014, são apresentadas na Figura 14.

Figura 14 - Diretrizes para a política de extensão da UFPI, quinquênio 2010-2014	
Objetivo:	Consolidar a extensão como atividade basilar do tripé de sustentação universitária.
Meta:	Elevar, em pelo menos 50%, os índices que permitem a melhoria quali-quantitativa da política de extensão da UFPI.
Estratégias de ação:	
	<ul style="list-style-type: none"> Implementação da política de extensão com base nos princípios do Plano Nacional de Extensão-PNEX e da administração da UFPI.
Objetivo:	Ampliar as ações extensionistas, com vistas a difundir conhecimentos, melhorar a visibilidade de todo potencial cultural e acadêmica da UFPI.
Meta:	Participar dos editais das instituições de fomento

(SESU/PROEXT/SECAD/SEB/SETEC/MEC)
Estratégias de ação:
<ul style="list-style-type: none"> • Democratização das atividades de extensão no âmbito institucional visando a ampla divulgação dos Editais disponibilizados pelas agências de fomento nas unidades de Ensino; • Assessoramento aos professores na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos Programas, Projetos, Eventos, Seminários, Cursos e Estágios Não Obrigatórios. • Disponibilização eletrônica de formulários de cadastro e relatório das atividades extensionistas. • Orientação na elaboração dos relatórios específicos da Pró-Reitoria de Extensão.
Objetivo: Consolidar o gerenciamento dos dados e atividades das ações extensionistas promovendo a divulgação dos trabalhos e resultados alcançados.
Meta:
<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar artigos contendo o produto do trabalho realizado pelos coordenadores (projetos, programas e cursos de extensão); - Publicar 1.000 exemplares da revista anual da Pró-Reitoria de Extensão.
Estratégias de ação:
<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento sistemático das ações extensionistas; • Criação do Conselho Editorial da Revista Extensão da UFPI; • Acompanhamento da organização e publicação da Revista.
Objetivo: Atualizar o sistema normativo da extensão universitária adequando-as as exigências legais.
Meta: Atualizar as resoluções regulamentadoras da política de extensão da PREX/UFPI.
Estratégias de ação:
<ul style="list-style-type: none"> • Análise e reformulação das resoluções; • Submissão das minutas de resolução à apreciação das unidades de ensino; • Submissão das minutas de resolução à apreciação e aprovação dos Conselhos Plenos.
Objetivo: Estimular a difusão multidisciplinar de conhecimentos entre a UFPI e a sociedade
Meta: Ampliar a oferta de Programas, Projetos e Cursos, voltados para o atendimento às necessidades sociais emergentes (Educação, Saúde, Meio ambiente, Direitos humanos, Trabalho e renda, Produção de alimentos, Geração de emprego e desenvolvimento regional).
Estratégias de ação:
<ul style="list-style-type: none"> • Diálogo com as Organizações Governamentais e Não governamentais a fim de estar em sintonia com as principais demandas da sociedade; • Promoção de cursos de extensão de formação continuada para os diversos setores da sociedade visando a formação integral e a qualificação dos profissionais envolvidos na sua área de atuação; • Realização de cursos, seminários, debates, oficinas, exposição, festivais,

visando à melhoria da qualidade de vida e o intercâmbio com a sociedade.
Objetivo: Estimular as ações extensionistas nas áreas artísticas e culturais
Meta: - Formar 120 alunos pela Escola de Música; - Revitalizar o museu da extensão.
Estratégias de ação:
<ul style="list-style-type: none"> • Participação dos grupos musicais da UFPI nos eventos acadêmicos; • Participação do Coral e da Orquestra de Câmara da UFPI e outros grupos musicais que desenvolvem ações extensionistas em eventos acadêmicos e da comunidade.
Objetivo: Revitalizar a página eletrônica da Pró-Reitoria de Extensão.
Meta: Interligar canais de comunicação das coordenadorias com a página eletrônica da Pró-Reitoria de Extensão.
Estratégias de ação:
<ul style="list-style-type: none"> • Atualização sistemática da página eletrônica da Pró-Reitoria de Extensão.
Objetivo: Aderir ao SIEX Brasil
Meta: Participar do SIEX Brasil
Estratégias de ação:
<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de funcionários em cada coordenadoria e unidades de ensino a fim de alimentar o sistema SIEX.
Objetivo: Fortalecer o canal de comunicação entre a Pró-Reitoria de Extensão e os Campi do interior do Estado.
Meta: Visitar periodicamente os Campi situados no interior do Estado do Piauí
Estratégias de ação:
<ul style="list-style-type: none"> • Interiorização das ações da Pró-Reitoria de Extensão.
Objetivo: Ampliar o Programa de bolsas de Extensão.
Meta: Ampliar, em 50%, o número de discentes engajados nas atividades extensionistas.
Estratégias de ação:
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Editais-PROBEX; • Divulgação dos Editais dos Programas de Bolsas de Extensão.
Objetivo: Assegurar a relação multilateral entre a UFPI e a sociedade
Meta: Implementar novas Incubadoras
Estratégias de ação:
<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação de Editais Nacionais junto à comunidade; • Elaboração de Editais para seleção de empresas de pequeno porte; • Apoio técnico às empresas incubadas.

3.7 Responsabilidade Social

Entendendo “responsabilidade social” como um conjunto de iniciativas estratégicas que pensem e afirmem o indivíduo, a comunidade e a sociedade, na sua dimensão emancipatória e cidadã, a UFPI explicita a sua responsabilidade social ao

perceber o ser humano além da sua individualidade, como um integrante do corpo da sociedade e, sobretudo, ao cumprir os seus deveres e obrigações para com a esta sociedade.

Exercendo sua missão de “propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos humanos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, em níveis local, regional e nacional” a UFPI vem procurando ultrapassar a linha de atuação estruturada apenas na prestação de serviços educacionais e buscado difundir uma nova cultura educacional, de forma a contribuir para que grupos sociais, integrantes da comunidade inserida em sua área de jurisdição, venham a ter acesso a serviços, muitas vezes negligenciados pelo Estado.

Assim, a UFPI tem um compromisso social ancorado em valores: “liberdade, cidadania, comprometimento social, justiça, democracia, educação e respeito, identidade, criatividade, responsabilidade, pluralidade de idéias, integração, e consciência ética”, desde sua fundação.

Preocupa-se com o planejamento de ações que promovam a inclusão social da comunidade e que contribuam para a construção da sua cidadania, visando o desenvolvimento pessoal, cultural, profissional e social.

Neste último quinquênio, tem reafirmado sua história de atuação junto à sociedade, combinando tradição e inovação, interagindo com a comunidade local, regional e nacional, reafirmando a sua preocupação com a qualidade do ensino público, gratuito e de boa qualidade; com a interiorização do ensino para atingir às comunidades que vivem mais longe dos grandes centros educacionais; com a expansão da oferta de vagas para ampliar as possibilidades de acesso ao ensino superior; e com a geração de tecnologias que possam ser aplicadas em benefício do crescimento regional.

3.7.1 Panorama atual

De uma maneira bem categórica, pode-se afirmar que as ações de responsabilidade social da UFPI são executadas no contexto do seu “fazer institucional”, no bojo da indissociabilidade entre ensino- pesquisa-extensão.

Por ser a única instituição federal de educação do Estado do Piauí com a condição de “universidade”, a UFPI representa o Ministério da Educação, executando o

papel de orientadora de ações acadêmicas e registrando os diplomas emitidos por todas as demais IES componentes do sistema federal de ensino superior.

A aderência da UFPI ao Programa REUNI teve a pretensão de congregiar esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior e exercitar a responsabilidade social através do favorecimento do acesso, da permanência e a da conclusão do curso superior por uma grande parcela da população do Estado, apoiado pelo Plano de Desenvolvimento de Educação - PDE.

A adesão ao citado Programa resultou em importante incremento no número de cursos e de vagas para a graduação, nos cinco *Campi* que constituem esta IES, acompanhado de benefícios, que estão contribuindo para a garantia da democratização do acesso à educação superior e da permanência do corpo discente em atividade acadêmica, como forma de escolarizar um significativo contingente populacional.

Aliada à sua participação no REUNI, em consonância com a política de inclusão social adotada pelo MEC, em 2008, por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, a UFPI efetivou ações afirmativas previstas nesse Programa de grande alcance social para os beneficiados.

O credenciamento da IES para a ministração de ensino na modalidade “a distância” teve a finalidade de proporcionar educação em regiões carentes de ensino superior, atendendo uma parcela da população até então excluída do processo de graduação tradicional e também de aperfeiçoar o processo de inclusão social, digital e cultural. Ademais teve o intuito de ampliar a oferta de licenciaturas para formar professores da rede básica de educação.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), órgão responsável pela política de assistência estudantil, executa os programas de apoio aos discentes, caracterizados pela natureza inclusiva que revelam indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro e de responsabilidade social. Todos esses programas estão implantados, com caráter permanente, e são voltados para o oferecimento, aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, subsídios necessários à melhoria de seu desempenho acadêmico e, conseqüentemente, da garantia de sua permanência na instituição até a conclusão do curso.

Entre as ações inclusivas rotineiramente adotadas, objetivando a permanência dos estudantes na Instituição, sobretudo os mais desfavorecidos economicamente, ressaltam-se:

-Bolsa Alimentação – que garante o acesso do estudante de graduação, em situação de vulnerabilidade social, ao restaurante universitário, com total isenção de custo. Este benefício também é estendido ao estudante estrangeiro (PEC-G).

-Restaurante Universitário (RU) - a UFPI atende à comunidade universitária, fornecendo refeições balanceadas em três unidades de distribuição de refeições, sendo uma também de produção, tendo alcançado o pico de fornecimento de refeições de 79.583, em setembro de 2009, totalizando 648.715 refeições/ano servidas no *Campus* sede. Quanto a esse importante benefício, há perspectivas de expansão do mesmo para os outros 04 *Campi*. Atualmente, encontra-se em fase de conclusão o RU do Campus Profª Cinobelina Elvas, em Bom Jesus, e o do Campus Ministro Reis Veloso, em Parnaíba, e o de Picos, iniciando o processo de construção.

Bolsa Trabalho - benefício financeiro concedido a estudantes em vulnerabilidade social que, nos moldes atuais, tem como contrapartida a prestação de serviço nos diversos setores da UFPI, possibilitando condições para permanência no curso de graduação e, conseqüentemente, a melhoria do rendimento acadêmico..

Residência Universitária - propicia moradia e alimentação ao estudante de graduação da UFPI, em situação de vulnerabilidade social e econômica, proveniente do interior do Piauí ou de outros estados. Atualmente, esta IES conta com duas Residências (REU I - mista e REU II - masculina) no *Campus* Ministro Petrônio Portela, em Teresina, atendendo a 100 estudantes, sendo que a Residência I encontra-se dotada de laboratórios de informática, com acesso permanente à rede de *internet*, incluído o Portal de Periódicos CAPES, criando um ambiente propício para um melhor desempenho acadêmico e permanência do graduando na Instituição. A REU II, com projeto licitado para reforma, terá sua capacidade ampliada, dispondo também de laboratório de informática.

No *Campus* Ministro Reis Veloso, em Parnaíba, este benefício também vem sendo assegurado, com a manutenção de 40 residentes em ambiente com infra-estrutura adequada para este fim. Essas ações estão, gradativamente, sendo estendidas aos demais *Campi*, uma vez que foi concluído o processo licitatório para a construção da Residência no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, em Picos.

Bolsa Especial – auxílio que contribui para a acessibilidade do estudante com deficiência visual, auditiva ou outras formas de deficiência. Contribui para apoiá-lo e integrá-lo ao ambiente universitário, favorecendo a melhoria do seu índice de rendimento acadêmico e a conclusão do curso em tempo regular. Este serviço se

concretiza por meio da concessão de um benefício financeiro destinado, preferencialmente, a estudante do mesmo curso de graduação, que se identifique com a proposta, e tenha disponibilidade para auxiliar o discente com deficiência, nas tarefas acadêmicas.

A UFPI adotou a política de isenção da taxa de inscrição, para o processo seletivo de ingresso à Universidade, a estudantes do ensino médio, procedentes de escolas públicas ou escolas particulares com bolsa integral. Essa atividade é realizada em sistema de parceria entre a PRAEC e a Coordenadoria Permanente de Seleção (COPESE), sendo a seleção dos beneficiados realizada pela equipe técnica da PRAEC, o que confirma a efetiva participação desta IFES no processo democrático de acesso ao estudante nas escolas públicas. No processo de seleção (formato vestibular ou programa seriado de ingresso) ocorrido em 2009, esse benefício contemplou 824 candidatos dos 985 inscritos. Essa demanda sofreu uma redução de cerca de 77% em relação a 2008, em virtude da exclusão de uma etapa do PSIU; da adesão ao ENEM e a utilização do Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal.

A UFPI executa a política institucional de assistência ao servidor e a comunidade em geral, desenvolvendo ações de promoção e valorização do capital humano com vistas à melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania. Por meio da PRAEC são executados os seguintes programas e atividades:

Prevenção e Apoio ao Tratamento do Alcoolismo - tem como objetivo desenvolver ações de caráter social, preventivo e de apoio ao tratamento de dependentes de álcool, a fim de promover a reintegração do assistido às suas atividades acadêmicas, ao trabalho, a família e à sociedade. Este programa presta um relevante serviço para a comunidade universitária, pois conseguiu a reinserção social e ocupacional, de 40% dos usuários em tratamento. Vale ressaltar que os outros usuários, apesar das recaídas, continuam em tratamento. As pesquisas de alcoolismo apontam que somente 1/3 (um terço) das pessoas que fazem tratamento se recuperam. Portanto, a formação de uma equipe interdisciplinar é de fundamental importância para que se possa ter a possibilidade de trabalhar mais profundamente essa questão que aflige não só o usuário, mas os familiares e a sociedade em geral, pois o álcool, segundo as pesquisas científicas, é a droga mais consumida no Brasil.

Segundo as diretrizes da Política Nacional de Saúde, os ambientes de trabalho devem ser vistos como locais privilegiados para iniciativas de prevenção do uso prejudicial de bebidas alcoólicas.

✓ Vencendo o Tabagismo na UFPI - Esse Programa tem como objetivo desenvolver uma política de melhoria de qualidade de vida do servidor e estudante da UFPI, por meio de ações de combate ao tabagismo. Além dos atendimentos supra mencionados, a equipe teve participa das reuniões do comitê estadual específico e organiza eventos (palestras e reuniões) para tratar desse tema.

✓ Trabalhadores Autônomos - Visa estimular o desenvolvimento pessoal e profissional dos Lavadores de Carro que militam na área física UFPI através da promoção da cidadania, com vistas à posterior autonomia e libertação do contexto no qual se encontram inseridos. Aliado a essa ação de inclusão social, atualmente a UFPI vem beneficiando usuários, com almoço e jantar gratuito, água, energia, local para lavar os carros, além de prestar assistência odontológica.

✓ Atendimento Social (demandas espontâneas do servidor e familiares) - O Atendimento social é um indicador de relevância para o servidor da UFPI, uma vez que tem contribuído para melhoria das condições de permanência do trabalhador, levando a construção de um perfil de servidor no qual se reconhece um agente transformador, consciente, instruído e participante, que vem tornando possível uma gestão democrática e participativa.

É nessa perspectiva que o papel do Serviço Social da UFPI apóia servidores e discentes no processo de administração de situações-problemas detectadas, abrangendo: absenteísmo, problemas de saúde, inadaptação funcional, problemas psicossociais, e ainda, mobilização e orientações quanto aos seus direitos e deveres, favorecendo o exercício da cidadania.

✓ Serviço Odontológico – que atende a toda a comunidade universitária, com predomínio do segmento estudantil, oferecendo procedimentos clínicos nas áreas de diagnóstico (clínico e radiológico), restaurações em almágama e resina auto e fotopolimerizável, profilaxia (aplicação de flúor e orientações quanto à escovação adequada), tartarectomia, dentre outros;

✓ Serviço Psicossocial –, que atende à comunidade discente por meio de ações sócio-psico-pedagógicas, com a finalidade de superação das dificuldades surgidas durante a formação acadêmica;

Ademais, a UFPI presta assistência médica a toda a comunidade através do Hospital Universitário (HU), que apesar de encontrar-se em fase de reestruturação para melhor servir e comunidade acadêmica e à sociedade em geral, tem historicamente prestado serviços médicos ambulatoriais em várias especialidades.

O HU é detentor de uma área física de 21.596,54 metros quadrados e um custo inicial aproximado de U\$ 25.000.000,00. Apesar de ainda não ter havido a conclusão de suas obras, realizou atendimento ambulatorial no início de seu funcionamento, com a realização de 6.615 exames. A partir da vigência do atual PDI sua atuação foi impulsionada e, ao final de 2008 realizou 37.754 exames, uma vez que prestou serviços ao Sistema Único de Saúde. Atualmente está em reforma, visando a conclusão em sua plenitude e a sua conclusão, agendada para agosto de 2010, servirá de marco importante para a história da UFPI e da população da região metropolitana de Teresina, pela importância econômico-social dos serviços que prestará à sociedade, como um todo. Em virtude do HU ser um órgão de apoio às atividades acadêmicas, a descrição mais completa de suas atividades está no item 4.3.1.

Quanto à contribuição da UFPI para o desenvolvimento econômico e social, além dos aspectos já mencionados, ressalta-se a formação de recursos humanos em diversas áreas do conhecimento, para atender às demandas da sociedade. A UFPI tem historicamente assumido essa missão, e com apoio do governo Federal tem propiciado, um expressivo crescimento na oferta de vagas e de cursos, contribuindo com a formação gratuita de profissionais capazes de competir no mercado de trabalho, atendendo aos setores público e privado, em prol do desenvolvimento estadual.

Considerando a vocação do Estado do Piauí, que é considerado “essencialmente agropecuário”, a UFPI dispõe de 05 Programas de Pós-Graduação (PPG) voltados para o cenário agropecuário, que são: Doutorado em Biotecnologia, área agropecuária; Ciência Animal (mestrado e doutorado), em duas grandes áreas: “sanidade e reprodução animal” e “produção animal”, PPG em Agronomia-Produção Vegetal (mestrado), PPG em Agronomia-Genética e Melhoramento (mestrado), PPG em Agronomia - Solos e Nutrição de Plantas (mestrado), sendo os primeiros no *Campus* sede (Teresina) e o último no *Campus* Professora Cinobelina Elvas, no município de Bom Jesus, que é uma região característica de “cerrados” e considerada como uma “ampla fronteira agrícola”. No âmbito destes PPGs são desenvolvidas pesquisas em diversas sub-áreas com o intuito de alavancar o desenvolvimento sócio-econômico regional.

Considerando ser Teresina, município sede da UFPI, um importante pólo de saúde da região Nordeste, a Universidade mantém os Programas de Pós-Graduação em:

- 1) Ciências e Saúde, em nível de mestrado acadêmico iniciado em 2004, num processo de re-estruturação do mestrado em Saúde Coletiva, com linhas de pesquisa voltadas

para a ampliação das ações de promoção e proteção da saúde; 2) Farmacologia, mestrado, com enfoque a “produtos naturais”, que é referência em pesquisa com plantas medicinais e aromáticas, objetivando a ampliação de horizontes voltados para o desenvolvimento sócio-econômico e incremento das ações industriais na área de fitoterápicos; 3) Enfermagem, mestrado, iniciado também em 2006, que aborda a “enfermagem no contexto social brasileiro”, trabalhando as linhas de pesquisa voltadas para “o cuidar em saúde” e “políticas e práticas sócio-educativas em enfermagem”; 4) Alimentos e Nutrição, mestrado implantado em 2009 e integrando a grade área de ciência de alimentos, com direcionamento de pesquisas para a qualidade de alimentos e o diagnóstico e intervenções nutricionais; 5) Ciências Farmacêuticas, mestrado aprovado no final de 2009 e início de atividades agendado para o primeiro semestre de 2010, com linhas de pesquisa voltadas para a produção e dispensação de fármacos.

Num olhar específico para a defesa do meio ambiente, a UFPI faz parte da rede PRODEMA, ou seja, “Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente” e, em parceria com essa, mantém o “Núcleo de Pesquisas do Trópico Ecotonal do Nordeste – TROPEN”, o qual sedia o Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente e que aprovou, no final da vigência do PDI anterior, o Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. No âmbito deste programa, agora em níveis de mestrado e doutorado, são realizadas atividades nas áreas de desenvolvimento sustentável e preservação ambiental. Também mantém parceria com a Fundação Zoobotânico (zoológico de Teresina), que serve de campo de estágio supervisionado para graduandos de áreas afins, e onde são realizadas pesquisas de preservação da fauna.

Ademais mantém convênios com o IBAMA, visando a orientação acerca da preservação da fauna e flora e mantém núcleos de estudos sobre a preservação de espécimes, através de projetos integrados desenvolvidos por docentes e discentes dos cursos de Biologia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Agronomia, Engenharia de Pesca e Engenharia Florestal, dentre outros, o que permite a integração entre os distintos *campi*.

Visando a preservação do patrimônio Cultural a UFPI mantém diversas atividades em execução, sobretudo o:

- ✓ Programa de Pós-Graduação em Educação – em nível de Mestrado, iniciado em 1991;
- ✓ Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado), iniciado em 2004;

- ✓ Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (Mestrado), iniciado em 2004;
- ✓ Curso de Graduação em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre, implantado em 2009, considerando a importância do estudo e da preservação dos sítios arqueológicos do Estado, que é considerado berço da civilização pré-colombiana (sobretudo o Parque Nacional da Serra da Capivara e o Parque Nacional de Sete Cidades);
- ✓ Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia (Mestrado), recomendado pela CAPES em 2008 e que desenvolve pesquisas nas linhas de “memória e territorialidades”, “marcadores identitários na contemporaneidade” e “cultura material e conservação de sítios arqueológicos”
- ✓ Coral da Universidade e vários grupos de Dança e Arte, orientados pela Coordenadoria de Assuntos Culturais e Comunitários da PREX.

A UFPI executa diversos programas de extensão, exercitando ações de responsabilidade social, com um alcance de um público superior a 100.000 pessoas.

Outra política voltada para a inclusão e responsabilidade social é a da ampliação do acervo bibliográfico, tanto impresso como digital, do sistema de Bibliotecas da UFPI, principalmente, da Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castelo Branco (BCCB), que é a maior biblioteca do Estado e está aberta a toda a comunidade. A BCCB coordena as 09 (nove) Bibliotecas Setoriais do SIBi/UFPI e está equipada com ferramenta de automação que estabelece rotinas de acesso a banco de dados via www. Além da consulta *in loco* oferece pesquisa *on line* por título, autor e assunto. É equipada com *wireless*, permitindo a utilização gratuita das ferramentas da *internet*. O detalhamento de seu acervo está no item 4.3.1, que trata dos órgãos de apoio às atividades acadêmicas.

3.7.2 Metas direcionadas à melhoria quali-quantitativa das ações de responsabilidade social

A melhoria da política de responsabilidade social perpassa pela garantia do cumprimento da missão e dos objetivos institucionais e pela melhoria do gerenciamento das políticas de ensino, pesquisa e extensão, conforme está demonstrado na Figura 15.

Figura 15 - Diretrizes para o acompanhamento das ações de responsabilidade social na UFPI, no quinquênio 2010 - 2014

Objetivo: Consolidação de uma política afirmativa de Responsabilidade Social.

Meta: Expandir e diversificar atividades de interação com a comunidade e implementar ações que visem a construção de uma sociedade mais solidária e comprometida com o desenvolvimento e o contexto sociocultural, em níveis local, regional e nacional.

Estratégias de ação:

A consecução deste pressuposto acontecerá por meio de projetos e ações, relacionadas a:

- ✓ Formação profissional centrada na cidadania e na ética;
- ✓ Postura transparente e responsável, nas relações com os diversos públicos;
- ✓ Assunção do papel de agente do desenvolvimento local, conjuntamente com o governo e outras entidades comunitárias;
- ✓ Prestação de serviços de qualidade;
- ✓ Inclusão de grupos sociais discriminados ou sub-representados em todos os setores da Instituição, por meio do esporte, da inclusão digital, de oficinas de capacitação formação continuada;
- ✓ Defesa do meio ambiente, por meio do desenvolvimento de pesquisa voltadas para a preservação ambiental e utilização de materiais ecologicamente corretos, reciclagem e difusão de valores e práticas ambientalistas;
- ✓ Sensibilização do corpo social da Instituição quanto às questões de inclusão;
- ✓ Preservação da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- ✓ Relacionamento com o setor público, setor produtivo, mercado de trabalho, instituições sociais, culturais e educativas: parcerias e convênios com órgãos públicos e privados;
- ✓ Intensificação da política de bolsas de estudo e ações de assistência ao estudante, nos vários níveis;
- ✓ Ações de socialização do conhecimento;
- ✓ Assistência às comunidades carentes.

CAPÍTULO 4

4 GESTÃO INSTITUCIONAL

A UFPI é uma instituição de educação superior, mantida pela Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI (criada pela Lei nº 5.528, de 12.11.68), que goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, sediada em Teresina, Estado do Piauí, e que mantém outras Unidades Acadêmicas no interior do Estado.

Seus objetivos são: cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado, de forma a: a) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científica e do pensamento reflexivo; b) formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; c) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento e do meio em que vive; d) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicação ou de outras formas de comunicação; e) suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; f) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; g) promover extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

A administração da UFPI é realizada nos planos de deliberação e execução, em nível superior e em nível setorial. A deliberação é realizada pelos Conselhos Superiores, que são: 1) Conselho de Administração (CAD), 2) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX); e, 3) Conselho Universitário (CONSUN).

4.1 Organização administrativa

A execução, em nível superior, é realizada pela Reitoria e Vice-Reitoria, auxiliada pelas Pró-Reitorias, assim denominadas:

- Pró-Reitoria de Administração – PRAD;
- Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG;
- Pró-Reitoria de Extensão – PREX;
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG;
- Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN;
- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC.

A Reitoria é o órgão executivo central, dirigida pelo Reitor que é o Presidente da Fundação e, nas faltas e impedimentos deste, pelo Vice-Reitor que é o Vice-Presidente da Fundação, os quais são nomeados na forma da legislação vigente. Poderá ser exercida pelo Pró-Reitor mais antigo no magistério da Universidade, nas faltas e impedimentos simultâneos e eventuais do Reitor e do Vice-Reitor. Ambos exercem, obrigatoriamente, os cargos em regime de tempo integral, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma única recondução para o mesmo cargo.

Compete ao Reitor, de acordo com o Artigo 15 do Regimento Geral da UFPI: representar a Universidade; superintender e coordenar as atividades universitárias; administrar as finanças da Universidade; submeter aos Conselhos de Administração e Universitário a proposta orçamentária anual; admitir, distribuir, licenciar, demitir e exonerar servidores na forma da lei; submeter ao CAD a proposta de alteração dos quadros de pessoal docente e técnico-administrativo; expedir atos de afastamento temporário de professores ou funcionários para colaborarem em outras instituições de ensino superior ou órgãos do poder público; requisitar pessoal do serviço público e das autarquias, na forma da Lei; exercer o poder disciplinar; conferir graus e assinar diplomas; firmar convênios autorizados pelo Conselho Diretor da Fundação; convocar e presidir as sessões dos colegiados de que seja presidente, com direito a voto, inclusive o de qualidade; estabelecer a pauta das sessões dos órgãos mencionados no inciso anterior, propondo ou encaminhando os assuntos que devem ser apreciados; presidir qualquer reunião universitária a que esteja presente; propor ao Conselho Universitário reexame das decisões de órgãos colegiados ou autoridades executivas da Universidade; reformar, de ofício ou mediante recursos, deliberação ou ato de órgão não colegiado; nomear os Diretores e Vice-Diretores de Unidades Acadêmicas, os Chefes e Sub-Chefes de Departamentos, os Coordenadores e Sub-Coordenadores de Cursos e, no caso de intervenção, designar Diretor, Chefe ou Coordenador *pro-tempore*; delegar atribuições, especialmente ao Vice-Reitor e aos Pró-Reitores; apresentar relatório e prestar contas ao Conselho Diretor da Fundação e ao Conselho Universitário, em sessão conjunta, no

primeiro trimestre de cada ano, relativamente ao exercício anterior; praticar atos, em circunstâncias especiais, *ad referendum* dos órgãos competentes; baixar resoluções e provimentos decorrentes de decisões dos colegiados superiores e os atos próprios que julgar necessários; instituir comissões, permanentes ou temporárias, para estudar problemas especificados e designar assessores para o desempenho de tarefas especiais.

A supervisão e a coordenação exercidas pelo Reitor são distribuídas nas seguintes áreas em que se divide a Reitoria, na forma do seu Regimento: assuntos administrativos; assuntos de planejamento e orçamento; ensino de graduação; pesquisa e pós-graduação; extensão; e assuntos estudantis e comunitários.

Ao Vice-Reitor compete exercer as atribuições definidas no Estatuto da UFPI, no Regimento Geral e em atos de delegação baixados pelo Reitor.

As Pro - Reitorias são os órgãos que auxiliam o Reitor em suas tarefas de execução da gestão da Universidade e são dirigidas por Pró-Reitores, nomeados pelo Reitor, escolhidos dentre os professores da Universidade. Nas áreas de administração e planejamento, poderão ser escolhidos técnicos administrativos pertencentes aos quadros da Universidade, a critério do Reitor.

Aos Pró-Reitores compete, entre outras funções decorrentes de sua condição: superintender, coordenar e fiscalizar as atividades universitárias, na área respectiva, dentro das atribuições que lhe forem delegadas; convocar e presidir as reuniões da Câmara correspondente do Conselho de Administração ou do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; cumprir e fazer cumprir na Universidade as deliberações dos colegiados superiores e as instruções ou determinações do Reitor, relacionadas com sua área de atuação; cumprir e fazer cumprir em toda a Universidade as disposições do Estatuto, deste Regimento Geral e dos demais regimentos; cumprir as decisões da Câmara, baixando atos necessários, quando estes não sejam da competência do Reitor; adotar, em casos de urgência, medidas da competência do Reitor ou da Câmara que presidam, submetendo o seu ato à notificação destes no prazo de 5 (cinco) dias; apresentar ao Reitor, até o último dia útil do mês de janeiro, relatório circunstanciado das atividades do ano anterior, relacionadas com sua área específica; aplicar ou propor a aplicação de penalidade a servidores que lhes sejam diretamente subordinados, na forma deste Regimento Geral; resolver casos omissos neste Regimento Geral ou no Regimento da Reitoria, *ad referendum* da Câmara respectiva ou do Reitor, conforme o caso (§ 2º do Artigo 17, do Regimento Geral da UFPI).

A execução das atividades em nível setorial fica a cargo das Unidades Acadêmicas ou de Ensino, que são os órgãos executivos encarregados de superintender, coordenar e fiscalizar as atividades. Cada uma delas possui uma Diretoria, exercida pelo Diretor e, nas faltas e impedimentos deste, pelo Vice-Diretor. Nas faltas e impedimentos simultâneos e eventuais do Diretor e do Vice-Diretor, a Diretoria é exercida pelo professor mais antigo do magistério da Universidade, dentre os Chefes de Departamento da respectiva Unidade. O Diretor e o Vice- Diretor são nomeados pelo Reitor e escolhidos, mediante consulta à comunidade universitária, na forma da legislação vigente.

São Unidades Acadêmicas da UFPI: os Centros de Ciências da Saúde, Humanas e Letras, da Natureza, da Educação, de Tecnologia e Agrárias, acrescidas dos Campi de Parnaíba (Ministro Reis Veloso), de Picos (Senador Helvídio Nunes de Barros), de Bom Jesus (Professora Cinobelina Elvas) e de Floriano (Doutor Amilcar Ferreira Sobral), além do Centro de Educação Aberta a Distância. Além disso, a UFPI possui três Colégios Agrícolas, situados em Teresina, Floriano e Bom Jesus, através dos quais ministra cursos profissionalizantes de nível médio.

A estrutura das Unidades acadêmica é “departamentalizada”, sendo que o Departamento é a menor fração da instituição para efeitos de organização didática, científica, administrativa e de distribuição de pessoal e é organizado segundo agrupamento de disciplinas afins, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, sendo composto, no mínimo, por 10 (dez) docentes. Aos departamentos compete o planejamento, a execução e a coordenação do ensino das diversas disciplinas que o integram. Cada departamento é dirigido por um chefe e um subchefe, subordinados, por sua vez, ao Diretor do Centro e ao Conselho Departamental da respectiva Unidade de Ensino.

Cada Departamento tem um Chefe e um Sub-Chefe, nomeados pelo Reitor e escolhidos em eleição direta e uninominal, da qual participem alunos dos cursos de graduação da Unidade, matriculados em disciplinas específicas do Departamento, professores e servidores técnico-administrativos a ele vinculados e na qual o voto docente terá peso de 70% (setenta por cento). O mandato do Chefe e do Sub-Chefe é de 02 (dois) anos, exercido em regime de tempo integral, sendo vedado seu exercício por mais de duas vezes consecutivas.

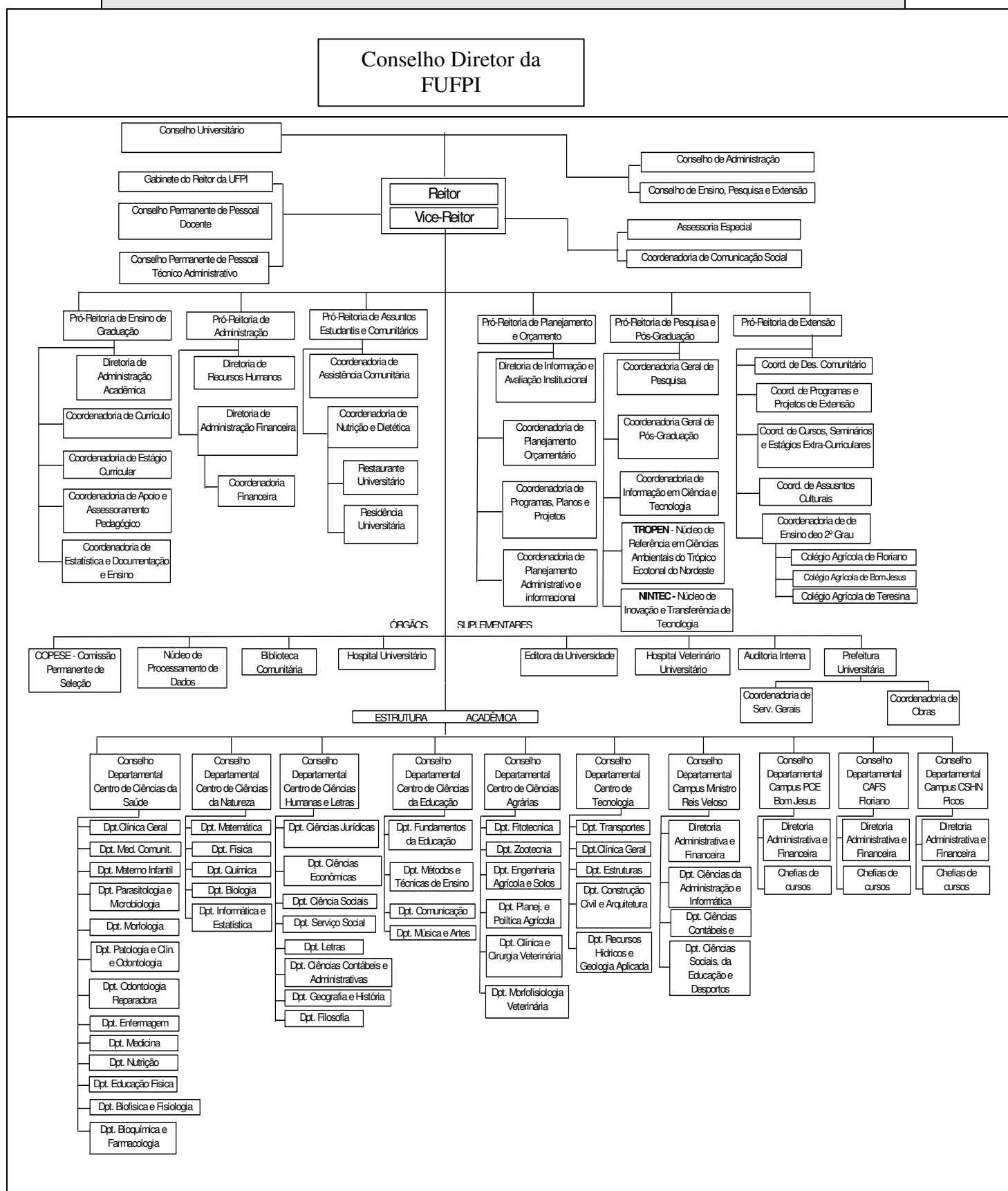
Os órgãos da administração da UFPI têm jurisdição, no âmbito de sua competência, sobre toda a Universidade, sendo descentralizada a execução das

atividades administrativas, sem prejuízo da integração, que se opera através da supervisão, da coordenação e do controle exercidos pelos órgãos da administração superior, a qualquer nível, e da articulação entre os órgãos do mesmo nível.

4.7.1 Organograma Institucional

O organograma da UFPI, contemplando as instâncias deliberativas e as executivas, está apresentado na Figura 16, na página a seguir.

Figura 16 – Estrutura organizacional da UFPI



4.1.2 Órgãos Colegiados: atribuições e competências

Conforme já foi enfatizado anteriormente, os órgãos deliberativos da UFPI são os Conselhos Superiores, abaixo especificados, os quais funcionam em conformidade com seus respectivos regimentos, em forma de Conselho e/ou de Câmaras:

- 1) Conselho de Administração (CAD);
- 1) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX);
- 3) Conselho Universitário (CONSUN).

O CAD, segundo o Estatuto da UFPI (Artigo 9º), é o órgão superior deliberativo e consultivo da Universidade em matéria administrativa e é composto pelos seguintes membros: o Reitor, como Presidente; o Vice-Reitor, como Vice-Presidente; os Pró-Reitores de Administração, Planejamento e Orçamento e de Assuntos Estudantis e Comunitários; os Diretores das Unidades de Coordenação e Ensino; os Diretores das Unidades de Ensino Médio e Tecnológico; dois (02) representantes dos servidores técnico-administrativos, eleitos por seus pares, com mandato de 02 (dois) anos; representação estudantil, na forma da legislação vigente. Este Conselho delibera em plenário ou através das seguintes Câmaras que o compõem:

- a) Câmara Administrativa;
- b) Câmara de Planejamento e Orçamento;
- c) Câmara de Assuntos Estudantis e Comunitários.

As competências do CAD estão explicitadas no Regimento Geral da UFPI (Artigo 9º) e são: aprovar e submeter ao Conselho Universitário e ao Conselho Diretor da Fundação do Orçamento da Universidade; propor ao Conselho Universitário a instituição de fundos especiais; opinar sobre a aceitação de legados, donativos e heranças; julgar as contas das dotações que a Universidade conferir aos órgãos estudantis; emitir pareceres e fixar normas em matéria de sua competência; decidir sobre propostas, indicações ou representações de sua Competência; fixar taxas, emolumentos escolares e preços de serviços de qualquer natureza; emitir parecer sobre a criação, modificação ou extinção de órgãos das “atividades-meio” da Universidade; propor a política da UFPI para formação e aperfeiçoamento do pessoal técnico-administrativo; julgar, originariamente, a liberação de servidores da UFPI (docentes e técnico administrativos) em processos de disposição e de convênios firmados com outras entidades oficiais nos quais se possibilite a liberação de servidores da

Universidade; fixar normas e critérios para concessão de bolsas de trabalho, de moradia e de alimentação.

O CEPEX, de conformidade do Estatuto da UFPI (Artigo 10º), é o órgão superior deliberativo e consultivo da Universidade em matéria de ensino, pesquisa e extensão e tem a seguinte composição: o Reitor, como Presidente; o Vice-Reitor, como Vice-Presidente; os Pró-Reitores de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão; um representante docente por Conselho Departamental, eleito por seus pares, com mandato de 02 (dois) anos; a representação estudantil, na forma da legislação vigente. Delibera em plenário ou através de Câmaras que o compõem:

- a) Câmara de Ensino de Graduação;
- b) Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação;
- c) Câmara de Extensão.

As competências do CEPEX, explicitadas no Regimento Geral da UFPI (Artigo 11), são: fixar normas complementares às deste Regimento Geral sobre concurso vestibular, currículos e programas, matrícula, transferência, avaliação do desempenho escolar, revalidação de diplomas estrangeiros, aproveitamento de estudos, atividades de pesquisa, pós-graduação e extensão, além de outras que se incluam no âmbito de sua competência, ouvidas as instâncias deliberativas de cada Unidade Acadêmica; provar os planos de novos cursos/programas de graduação e pós-graduação, submetendo-os ao Conselho Universitário; homologar projetos de pesquisa e planos de cursos ou serviços de extensão; aprovar o Calendário Universitário; decidir sobre propostas, indicações ou representações de interesse Universidade, em assuntos de sua própria esfera de ação; fixar normas e critérios para concessão de bolsas de iniciação científica, extensão e monitoria; fixar normas sobre a aplicação do fundo especial de pesquisa e extensão; reconhecer, no âmbito de sua competência, grupos e associações organizadas por setores da Universidade, bem como oferecer apoio material e financeiro; deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer matéria de sua competência.

O CONSUN, segundo o artigo 11 do Estatuto da UFPI, é o órgão máximo deliberativo da Universidade, para definir a política universitária e funcionar como instância de recursos. Tem a seguinte composição: o Reitor, como Presidente; o Vice-Reitor, como Vice-Presidente; os Membros do Conselho de Administração e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; três (03) membros representantes da comunidade, sendo um (01) da categoria dos empregadores sindicalizados, um (01) da

categoria dos trabalhadores e um (01) da área cultural, não pertencente aos quadros da Universidade, com mandato de dois (02) anos; 01 (um) representante do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Compete ao CONSUN (Artigo 13, do Regimento Geral da UFPI): aprovar, em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação, reformado estatuto da Universidade; aprovar reforma deste Regimento Geral; aprovar os Regimentos dos demais órgãos da Universidade; aprovar o Plano Anual de Atividades da Universidade, em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação; aprovar a proposta orçamentária e o orçamento da Universidade, em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação; apreciar recursos contra atos do Reitor, bem como os pedidos de reexame de deliberações dos Colegiados, por ele encaminhados; apreciar recursos contra atos do Conselho de Administração e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; decidir, à vista de planos aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre criação de curso de graduação ou pós-graduação; criar ou extinguir Departamentos e, mediante reforma do Estatuto da Universidade, criar ou extinguir Centros ou órgãos suplementares, sempre em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação e ouvidas em qualquer caso, as distâncias deliberativas inferiores; criar e atribuir prêmios destinados a distinguir atividades culturais; deliberar sobre a atribuição de títulos de Professor Emérito, Professor *Honoris Causa* e Doutor *Honoris Causa*; dirimir dúvidas e conflitos de jurisdição entre o Conselho de Administração e o de Ensino, Pesquisa e Extensão; decidir sobre a destituição por proposta do respectivo Conselho Departamental, de representante docente junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; decidir sobre proposta de destituição de Diretor e Vice-Diretor de Unidade Acadêmica; decidir, após inquérito administrativo, sobre intervenção em qualquer unidade universitária; decidir pelo voto mínimo de 2/3 (dois terço) de seus membros, sobre abertura de inquérito administrativo para apurar responsabilidade do Reitor ou Vice-Reitor, ou de ambos; deliberar sobre a suspensão temporária, total ou parcial, de atividades; regulamentar o processo de consulta à comunidade universitária, que procederá obrigatoriamente a elaboração de listas tríplices para escolha de Reitor, Vice-Reitor, Diretor e Vice-Diretor de Centro, bem como o processo eleitoral para escolha de Chefe e Sub-Chefe de Departamentos, Coordenador e Sub-Coordenador de Curso e da representação técnico-administrativo e discente junto aos Conselhos de Administração, de Ensino, Pesquisa e Extensão e Departamentais; homologar o

resultado da consulta e da eleição desses representantes; exercer outras competências que lhe sejam cometidas pelo Estatuto da UFPI.

O Conselho Departamental, órgão deliberativo máximo em matéria administrativa e didático-científica, no âmbito das Unidades Acadêmicas, compõe-se: do Diretor, como Presidente; do Vice-Diretor, como Vice-Presidente; dos Chefes de Departamentos; de 2 (dois) professores do Departamento, eleitos por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos; dos Coordenadores de Cursos de Graduação e Pós-Graduação *stricto sensu*; de um representante dos servidores lotados no Centro, eleitos por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos; da representação estudantil, no forma da legislação vigente.

As competências do Conselho Departamental constam do Artigo 27 do Regimento da Universidade e são: elaborar e reformar o Regimento do Centro, submetendo-o ao CONSUN; coordenar a consulta prévia à comunidade universitária e elaborar a lista tríplice de nomes para os cargos de Diretor e Vice-Diretor, a ser submetida à escolha do Reitor, assim como, eleição dos coordenadores e sub-coordenadores de cursos e da representação estudantil que o compõe, observadas as regras estabelecidas pelo CONSUN; indicar os componentes de Comissões Examinadoras de concurso de docente e provas de habilitação à livre-docência; eleger, dentre seus membros, representante junto ao CEPEX; propor, perante o CONSUN, fundamentadamente, por aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros, o afastamento ou a destituição do Diretor e do Vice-Diretor de Centro, de Chefe e de Sub-Chefe de Departamento e de Coordenador e de Sub-Coordenador de Curso; apreciar e aprovar relatório anual apresentado pelo Diretor; apreciar e aprovar o plano de atividades didáticas e administrativas para cada período letivo, de acordo com as propostas dos setores vinculados à Unidade Acadêmica; fazer cumprir as diretrizes gerais de ensino, estabelecidas pelos órgãos deliberativos superiores da Universidade e pela legislação vigente; promover a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos Departamentos e compatibilizar a ação de planejamento e execução destas com decisões dos colegiados de curso; opinar, para efeito de apreciação pelos órgãos deliberativos superiores, sobre as seguintes matérias: orçamento do Centro, admissão, transferência, afastamento, remoção e intercâmbio de pessoal docente, fixação de prioridades de pós-graduação e de pesquisa no âmbito do Centro, criação, extinção e desativação temporárias de cursos/programas de graduação e pós-graduação, realização de cursos, programas e projetos de extensão, propostas curriculares oriundas dos

Colegiados de Cursos; definir a política administrativa e didático-científica do Centro; exercer outras atribuições que forem fixadas em normas complementares de organização e funcionamento da Unidade Acadêmica.

A Assembléia Departamental é a primeira instância de deliberação em matéria didática e administrativa no âmbito de sua atuação, sendo composta pelo Chefe de Departamento, como seu Presidente, pelos professores no mesmo lotados, por um representante dos servidores técnico-administrativos, lotado no Departamento e eleito por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos, e pela representação estudantil, indicada na forma da lei, entre alunos matriculados no curso, com mandato de 01 (um) ano.

De acordo com o Artigo 29 do Regimento Geral da UFPI, compete à Assembléia Departamental: aprovar os planos de ensino das disciplinas que integram o Departamento, considerando as recomendações de seu ajustamento ao interesse dos cursos, formulados pelos respectivos Colegiados; definir e estruturar as áreas de especialização docente e nelas distribuir os seus componentes; aprovar e encaminhar à homologação superior planos de ensino e pesquisa ou programas e projetos de extensão do Departamento e autorizar a participação de docentes em atividades interdepartamentais ou desenvolvidas pelas Pró-Reitorias competentes; apreciar os planos de trabalho do pessoal docente, antes do início de cada período letivo, e, ao término deste, promover a respectiva avaliação; propor à Diretoria do Centro a realização de concursos ou a contratação de docentes; propor à Diretoria a movimentação ou o afastamento do pessoal docente do Departamento, bem como o regime de trabalho a ser cumprido, de conformidade com as necessidades de ensino, pesquisa e extensão; indicar as listas de nomes para composição de Comissões Examinadoras de concurso de docentes e de provas de habilitação à livre docência, segundo as normas em vigor na Universidade; coordenar a eleição do Chefe e Sub-Chefe de Departamento e dos representantes docentes junto ao Conselho Departamental; homologar proposta de orçamento-programa apresentada pela Chefia de Departamento; representar junto ao Conselho Departamental e propor, mediante a aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, o afastamento ou a destituição do Chefe ou Sub-Chefe de Departamento; promover e estimular a prestação de serviços à comunidade, em forma de extensão, de acordo com os objetivos da Universidade; e desempenhar todas as tarefas que lhe forem inerentes.

O Colegiado de Curso é constituído: pelo Coordenador, como seu Presidente; pelo Sub-Coordenador, como seu Vice-Presidente; por um representante docente por

Departamento, que ministre disciplinas específicas do Curso, eleito, com o respectivo suplente, pelos seus pares, com mandato de 02 (dois) anos; pela representação discente, nos termos da legislação em vigor, com mandato de 1 (um) ano.

Compete ao Colegiado de Curso (Art. 31, Regimento Geral da UFPI): decidir, em primeira instância, sobre organização e revisão curricular; fixar diretrizes de execução do currículo, bem como normas de seu acompanhamento e avaliação; recomendar aos Departamentos o ajustamento de plano de ensino de disciplinas ao interesse do Curso; decidir sobre os procedimentos a serem adotados na matrícula em disciplinas do Curso, respeitadas as instruções do órgão central de controle acadêmico; opinar sobre pedidos de revalidação de diplomas; apreciar representação de aluno em matéria de interesse do Curso, ressalvada a competência departamental no que interfere com a atuação docente; adotar e sugerir providências para a melhoria de nível de ensino do Curso; opinar sobre transferência de aluno, submetendo o assunto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; julgar pedidos de trancamento de disciplinas; representar junto ao Conselho Departamental e propor, mediante a aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, o afastamento ou a destituição de Coordenador e Sub-Coordenador de Curso; exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas por este Regimento Geral e em normas complementares do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Na composição de todos os Colegiados da UFPI, os docentes ocupam 70% dos assentos. Quando, na composição dos Colegiados Superiores, não é alcançado esse patamar, são eleitos, pelo Conselho Universitário, entre Vice-Diretores de Unidades de Ensino, tantos quantos sejam necessários e suficientes para atendimento do referido percentual.

4.1.3 Órgãos de apoio as atividades acadêmicas

Os Órgãos de Apoio as atividades acadêmicas, também denominados de Órgãos Suplementares, são:

- a) Prefeitura Universitária;
- b) Biblioteca Comunitária;
- c) Restaurante Universitário
- d) Editora da Universidade;
- e) Hospital Universitário;

f) Hospital Veterinário Universitário;

g) Auditoria Interna.

Adicionalmente, foram incluídos recentemente: o Núcleo de Processamento de Dados e a Coordenadoria Permanente de Seleção.

❖ Prefeitura Universitária

A Prefeitura Universitária (PREUNI) foi criada em 2008, a partir da reestruturação administrativa de órgãos da administração superior da UFPI, aprovada pela Resolução nº 011/08 do Conselho de Administração, com o objetivo de atender a crescente demanda da comunidade acadêmica por projetos, obras e serviços de manutenção dos prédios e sistemas de infra-estrutura dos vários *Campi*, bem como para o planejamento, a elaboração de projetos e gerenciamento de obras do extenso programa de expansão, uma vez que a estrutura organizacional da extinta Diretoria de Projetos e Obras (DIPRO/PRAD) não mais se encontrava adaptada. Além dos serviços descritos, também é da competência da Prefeitura Universitária a implantação e gestão de programas cujo objetivo são a garantia da qualidade e da eficiência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão pela UFPI a sociedade piauiense.

A PREUNI tem organograma elaborado de forma a garantir a gerência participativa e integrada de sua equipe na tomada de decisões e na criteriosa análise para aplicação dos recursos que visam o melhoramento das instalações dos *Campi* da UFPI. Sua estrutura é composta pelas Divisões: de Projetos, de Orçamentos, de Manutenção Elétrica e Telefonia, de Manutenção Predial e Mobiliária; pelas Secções: de Desenho, de Transportes de Material Eletroeletrônico; pela Coordenação de Serviços Gerais e pelas Oficinas de Carpintaria e Refrigeração.

As competências gerais da PREUNI são:

✓ Administrar: o uso rotineiro e a postura espacial das áreas físicas dos diversos campi da UFPI; a execução das atividades de planejamento e o cadastramento das áreas físicas e da infra-estrutura dos diversos campi da UFPI; a elaboração de projetos, especificações, orçamentos e cronogramas para obras da UFPI; a execução dos serviços de obras e reformas da UFPI a execução de serviços de manutenção, conservação e limpeza nos diversos campi; a execução dos serviços de implementação e manutenção dos sistemas hidráulicos, de esgotos sanitários, elétricos, telefônicos, gás, vapor, vácuo e demais instalações da UFPI;

- ✓ Planejar, coordenar, executar e avaliar o desenvolvimento dos projetos relativos à sua área de atuação bem como promover estudos e projetos em função dos cenários, das inovações, das tendências, e das necessidades da comunidade acadêmica;
- ✓ Promover as licitações de obras e serviços de engenharia na UFPI; Prestar a assessoria a Reitoria da UFPI nos assuntos pertinentes a sua área de atuação.

❖ Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

A Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB) é um órgão subordinado a Reitoria, que coordena, atualmente, outras 09 (nove) Bibliotecas Setoriais do sistema de Bibliotecas da UFPI (SIBi/UFPI) e foi instituída pela Resolução nº. 26/93 do Conselho Universitário (CONSUN). Sua área total é de 4.194,81 m², e possui um acervo composto por 41.213 títulos e 110.873 exemplares. É equipada com ferramenta de automação que estabelece rotinas de acesso a banco de dados via www, através de terminais existentes em sua estrutura. Também, oferece pesquisa on-line, por título, autor e assunto, ao catalogo do seu acervo bibliográfico através da Internet e terminais in loco. As Tabelas utilizadas são: CDD - Classificação Decimal de Dewey; Catalogação de Recursos Bibliográficos AACR2R; Catalogação Simplificada; e Cutter.

O Software implantado na BCCB (SAB.net@), foi projetado em linguagem para Internet – Active Server Pages (ASP), com base relacional de dados (SQL Server) e funciona em rede sob os sistemas operacionais Windows_NT Server, com as estações de trabalho rodando sob sistema operacional MS-Windows 95/98/2000/XP/ME ou Work Station.

As Bibliotecas componentes do SIBi/UFPI e seus respectivos acervos estão listados no Quadro 22.

Quadro 22– Componentes do Sistema de Bibliotecas da UFPI e acervo por Biblioteca

Biblioteca	Localização	Títulos	Exemplares
Biblioteca Comunitária Carlos Castello Branco	Teresina	38.125	104.192
Biblioteca Setorial Prof. Zenon Rocha	Teresina	1.266	5.666
Biblioteca Setorial Prof. Raimunda Melo	Teresina	2.086	5.686
Biblioteca Setorial de Ciências Agrárias	Teresina	5.085	13.125
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Natureza	Teresina	2.920	4.812
Biblioteca Setorial Prof. Cândido Athayde	Parnaíba	4.628	18.938
Biblioteca Setorial Prof. Amílcar Ferreira Sobral	Floriano	1.529	4.139
Biblioteca Setorial do Campus Sen. Helvídio Nunes	Picos	3.217	13.290

Biblioteca Setorial do Campus Profa. Cinobelina Elvas	Bom Jesus	652	4.330
Biblioteca Setorial do Colégio Agrícola	Bom Jesus	555	1.255
Total		60.063	175.433

Fonte: BCCB.

A discriminação do acervo por área do conhecimento está sumarizada no Quadro 23, que apresenta os quantitativos de livros e também de periódicos especializados.

Quadro 23 – Acervo do Sistema de Bibliotecas da UFPI, por área do conhecimento.

Áreas	Livros	
	Títulos	Exemplares
Ciências Agrárias	171	254
Ciências Biológicas	1.118	4.019
Ciências da Saúde	3.722	12.339
Ciências Exatas e da Terra	3.225	9.738
Ciências Humanas	14.304	34.852
Ciências Sociais e Aplicadas	10.777	31.049
Engenharias	1.543	4.348
Linguística, Letras e Artes	6.353	14.274
TOTAL	41.213	110.873
Áreas	Periódicos	
	Títulos	Fascículos
Ciências Agrárias	195	3743
Ciências Biológicas	79	2.908
Ciências da Saúde	239	6031
Ciências Exatas e da Terra	150	5779
Ciências Humanas	557	10880
Ciências Sociais e Aplicadas	657	20209
Engenharias	65	3445
Linguística, Letras e Artes	92	1078
Total	2.034	54.053

Fonte: BCCB.

Os usuários do SIBi/UFPI compreendem: a) a comunidade interna: alunos de Graduação e Pós-Graduação, do ensino médio e técnico, professores, alunos de intercâmbio e funcionários; b) o público externo: estudantes e professores de outras Instituições, pesquisadores e visitantes em geral.

❖ Restaurante Universitário

O Restaurante Universitário (RU) tem a finalidade de fornecer refeições balanceadas, higiênicas e de baixo custo à comunidade universitária. É composto por três unidades:

- Unidade RU-I, que é também o centro de produção de alimentos e fica sediada no Bloco 14 do Campus Ministro Petrônio Portella, que é Campus sede;
- Unidade RU-II, situada no Espaço Rosa dos Ventos, que é um grande espaço de convivência, próximo à BCCCB;
- Unidade III - localizada no Centro de Ciências Agrárias, que fica no Bairro Socopo.

Subsidiado pela UFPI em mais de 70%, o cardápio semanal do RU é disponibilizado no sítio eletrônico da instituição. O RU é aberto à comunidade no horário de 11:00 às 19:00, sendo o almoço servido de segunda a sábado, de 11:00h às 13:30h, e o jantar de segunda a sexta-feira, de 17:00h às 19:00h. Além dessas refeições, a Unidade RU-III oferece, exclusivamente para os alunos do Colégio Agrícola de Teresina (do ensino profissionalizante), desjejum nos sete dias da semana, bem como almoço e jantar, nos finais de semana e feriados.

As refeições fornecidas pelo RU aportam cerca de 2.000 calorias/ dia (almoço e jantar) aos usuários, por meio de um cardápio simples, composto das seguintes preparações: vegetais crus e/ou cozidos; carne (bovina, suína, de frango ou de peixe); arroz; feijão; e sobremesa (fruta ou doce).

Neste quinquênio foi realizada uma ampla reestruturação do RU, que consistia apenas de duas unidades. Foi construída uma unidade, no espaço de convivência e foram reformadas as duas outras.

O RU fornece, em média, 3.000 refeições/dia, ao preço de R\$ 0,80 para discentes, R\$ 1,25 para docentes e técnico-administrativos e R\$ 3,00 para a visitantes. Os estudantes do ensino médio e os inscritos no Programa “Trabalhadores Autônomos” são isentos. Para a manutenção do RU, somente em 2009, um montante de R\$ 1.051.032,96 foram investidos, gerando uma receita de R\$ 274.855,100, que o corresponde a 26,15% do valor investido, conforme Quadro 24.

Quadro 24- Demonstrativo das atividades do RU: número de refeições e movimentação financeira no ano de 2009.

Nº de Refeições	Despesa R\$	Custo Unitário R\$	Receita R\$	Subsídio UFPI (%)
485.071	1.051.032,96	2,17	274.855,10	73,85

Fonte: PRAEC.

O RU da UFPI funciona como laboratório e campo de estágio para os alunos, sobretudo os discentes do curso de graduação em Nutrição, e espaço para pesquisa na grande área de alimentos, que é objeto de estudo de vários cursos.

❖ **Editora da UFPI (EDUFPI)**

Criada em 1992, pela Resolução CEPEX 041/92, e reestruturada em 2006, a EDUFPI tem por objetivo estimular a produção escrita, difundir a produção acadêmica nos campos científico, tecnológico, didático e literário, bem como, efetuar intercâmbio com as entidades editoriais visando a co-edição, a tradução, divulgação e distribuição da produção escrita.

Congrega, na sua estrutura, a Livraria “Monsenhor Melo, que comercializa obras produzidas e publicadas por universidades brasileiras, nas diferentes áreas do conhecimento pelos mesmos preços adotados nas instituições de origem.

Fica localizada no espaço de convivência “Rosa dos Ventos”, próximo à BCCB e à área onde estão sediados os bancos.

❖ **Hospital Universitário**

O Hospital Universitário (HU) foi iniciado em 1987, época da criação da Comissão de Implantação do HU (através da Portaria 668 de 16/12/1987) e suas obras tiveram início em 1888, cujo projeto teve um valor previsto de U\$ 24.102.256,88. De 1988 a 1994 foram liberados e utilizados na obra U\$14.639.699,23 (37% do Projeto) e de 1994 a 2004 um total de U\$ 7.741.774,10 foram investidos.

Parcialmente inaugurado nessa época, após a utilização de um total de U\$ 22.381.473,33, o HU ofereceu atendimento nas áreas de clínica médica de urgência, ginecologia, mastologia, proctologia, nefrologia, pneumologia, pediatria, obstetrícia, cardiologia, traumatismo bucomaxilofacial e clínica cirúrgica especializada em cabeça e pescoço. Realizaram-se, também no HU, exames citopatológicos, endoscópicos, ultrassonográficos, radiográficos, eletrocardiográficos e pequenas cirurgias, além de contribuir com o Sistema Único de Saúde da capital, realizando exames que não podiam ser feitos em outras unidades de saúde, por motivos de superlotação.

Por ter ficado longo tempo sem conclusão, a estrutura completa do HU teve que ser requalificada para atender aos objetivos propostos e superar os óbices causados

pela defasagem da infra-estrutura física e de equipamentos que sofreram de obsolescência decorrente da evolução das tecnologias na prestação de serviços hospitalares.

Portanto, a partir de 2008, foi iniciado o projeto de reforma e requalificação, com recursos MEC/REHUF (Programa Nacional de Re-Estruturação de Hospitais Universitários), SUS e contrapartida da UFPI, mediante adaptação e aprovação do “Projeto Executivo do Hospital Universitário” referente à última etapa de construção e adaptações para requalificação e conclusão, abrangendo uma área construída de 21.596,54 m² e área externa de 12.404,26 m² com valor global contratado, inicialmente, de R\$13.605.376,00 (treze milhões, seiscentos e cinco, trezentos e setenta e seis reais), aos quais foram acrescidos investimentos de R\$ 6.547.038,38 (seis milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, trinta e oito reais e trinta e oito centavos), totalizando a reforma em R\$ 28.152.414,95 (vinte e oito milhões, cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos, cuja conclusão está prevista para agosto de 2010.

A compra dos equipamentos necessários está sendo finalizada através do pregão eletrônico 040/2009 que totalizou R\$ 11.818.899,13 (onze milhões, oitocentos e dezoito mil, oitocentos e noventa e nove reais e treze centavos).

Como centro de referência ao atendimento de pacientes da rede SUS, numa área que engloba não só o município de Município de Teresina, mas também todo o Estado do Piauí, o Hospital de ensino da Universidade Federal do Piauí desenvolverá um trabalho de excelência na área de saúde, em níveis de ações básicas, média e alta complexidade, conjugando atividades de ensino, pesquisa e extensão, para os cursos de *Medicina, Enfermagem, Odontologia, Farmácia, Nutrição*, valorizando os princípios de humanização com racionalização de recursos e otimização de resultados. O seu setor de análises se constituirá, também, num potencial campo de estágio para o alunado de todos os cursos das áreas de Saúde.

❖ Hospital Veterinário Universitário (HVU)

O HVU é um hospital de ensino, com funcionamento 24 horas, inaugurado em 09 de setembro de 2003. Atende ao ensino de graduação em Medicina Veterinária e de pós-graduação, para execução das atividades dos Programas de Residência Médico-

Veterinária e colheita de dados utilizados em dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal.

Também presta serviços à comunidade, nas áreas de clínica médica e cirúrgica de pequenos e de grandes animais, incluindo o diagnóstico por imagens e análises clínicas em geral.

Em sua estrutura também integram os Laboratórios de Sanidade Animal e de Reprodução Animal. Sua casuística média anual é de 7.000 animais, contemplando cerca de 26.000 procedimentos anuais.

❖ **Auditoria Interna**

A Unidade de Auditoria Interna desta IES é subordinada, administrativamente, ao Conselho de Administração da UFPI, estando sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, através da Secretaria Federal de Controle vinculada a Controladoria-Geral da União, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram, visando proporcionar qualidade dos trabalhos e efetividade nos resultados de auditoria, quanto à comprovação da legalidade e, a avaliação dos resultados relativa à economicidade, à eficiência e à eficácia da gestão, notadamente em relação aos controles internos da instituição.

A responsabilidade da Unidade de Auditoria Interna é expressar opinião sobre a composição do processo de prestação de contas; o resultado do acompanhamento da implementação das recomendações e determinações expedidas pela citada unidade, pela Secretaria Federal de Controle da Controladoria-Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União; e a adequação dos controles internos administrativos.

❖ **Coordenadoria Permanente de Seleção (COPESE)**

A COPESE é um órgão de apoio às atividades da UFPI, responsável pelo planejamento e pela execução de todas as atividades concernentes aos processos seletivos de ingresso nos cursos de graduação e de educação básica da Instituição, em conformidade com as diretrizes oriundas dos Conselhos Superiores, assim como, pela realização de tarefas de prestação de serviços a Instituições contratantes, no que tange à realização de concursos públicos que lhe sejam confiados. A fim de atingir os objetivos supraditos, essa Coordenadoria conta com Professores qualificados das mais diversas

áreas do conhecimento, servidores e estudantes devidamente capacitados para a realização das tarefas pertinentes.

❖ Núcleo de Processamento de Dados (NPD)

O NPD é a estrutura responsável pelo gerenciamento dos sistemas de informação implantados na Instituição, os quais abrangem áreas de gestão acadêmica, do ensino de graduação e de pós-graduação.

O NPD possui uma estrutura de atendimento aos cursos e programas, composto por profissionais e bolsistas, através dos quais procura resolver todas as questões relacionadas ao funcionamento dos equipamentos e sistemas da instituição, mediante realização de chamado técnico.

A descrição completa de suas atividades está incluída no Capítulo 6, itens 6.1 e 6.2.

4.1.4 Autonomia da Universidade em Relação à mantenedora

De acordo com o seu Estatuto, a UFPI é uma Instituição Federal de Educação Superior, constituída como Autarquia Federal mantida pelo Ministério da Educação, através da Fundação Universidade Federal do Piauí, gozando de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira.

É mantida por recursos provenientes do Orçamento Geral da União por meio da participação relativa no montante de recursos do MEC, de acordo com seus indicadores de produção e produtividade, além de Emendas ao Orçamento da União oriundas da Bancada Piauiense e Comissões Nacionais, bem como, dos recursos de Convênios e da Receita Própria, resultante da arrecadação de serviços prestados à sociedade.

4.1.5 Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas

A UFPI mantém relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas, por meio de mecanismos institucionais de interação com o mundo do trabalho e a prática social. As ações de extensão da UFPI têm historicamente contemplado uma vasta rede de relações e parcerias com as comunidades local e regional, atendendo

afirmativamente a diferentes demandas que as áreas de conhecimento. São exemplos de interações diretas com a comunidade: o Pré-Vestibular Popular, a Alfabetização Solidária, os Cursos de Extensão em Línguas (inglesa, francesa, espanhola), e os intercâmbios artísticos com outras instituições de ensino locais e regionais.

Através da PREX, da Assessoria Internacional, do Núcleo de Processamento de Dados, da Comissão Permanente de Seleção e das Coordenadorias de Comunicação Social e de Assuntos Culturais e Comunitárias mantém um canal institucional de interrelação com organismos internacionais, nacionais e locais e com a comunidade em geral, merecendo destaque a prestação de serviços ligados a concursos públicos, divulgação de atividades ligadas a ciência e tecnologia através do seu sítio eletrônico, de programações artísticas veiculadas pelo Coral Universitário, grupos de Dança e muitos outros.

A parcerização, por meio de Convênios e Acordos de Cooperação Técnica, com Instituições Públicas e Privadas, e, especialmente, com Prefeituras Municipais, na implementação de ações que envolvam iniciativas de formação de educadores e agentes públicos, além eventos de valorização da educação patrimonial e memória cultural.

Portanto, a UFPI mantém parcerias com Instituições Públicas e Privadas com o objetivo de realizar a sua atribuição mais nobre que é a formação de profissionais capacitados para o desenvolvimento de funções que visem o desenvolvimento sustentável do Estado, da Região e do País.

Dentre as Instituições de caráter Estadual com as quais mantém parcerias firmadas, ressaltam-se: o Governo do Estado do Piauí, incluindo o Palácio do Governo, Escola de Governo, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Agricultura, Secretaria do Trabalho e Ação Social; Secretaria de Justiça, Secretaria de Segurança Pública e Tribunal de Justiça do Piauí.

Escolas superiores mantidas por órgãos públicos e associações também compõem as parcerias da UFPI. Dentre essas ressaltam-se:

- ✓ Escola Superior de Advocacia do Piauí;
- ✓ Escola Superior de Magistratura do Piauí;
- ✓ Associação dos Magistrados Piauienses;
- ✓ Escola Judiciária Estadual;
- ✓ Conselho Regional de Medicina do Estado;
- ✓ Associação Brasileira de Odontologia;
- ✓ Conselho Regional de Farmácia do Piauí;

- ✓ Conselho Regional de Medicina Veterinária;

Instituições de caráter Municipal, igualmente, são parceiras da Universidade, a exemplo da: Prefeitura Municipal de Teresina, Associação Piauiense de Prefeitos Municipais; Fundação Municipal de Saúde e Prefeituras dos 223 municípios Piauienses e de alguns Municípios Maranhenses, que são limítrofes.

Instituições Bancárias também integram a rede de parceiras da UFPI, como por exemplo:

- ✓ Banco Santander;
- ✓ Banco do Brasil;
- ✓ Caixa Econômica Federal;
- ✓ Banco Real;

No que se refere às relações com outras universidades e órgãos de pesquisa, podem ser citadas:

- ✓ Universidade Estadual do Piauí – UESPI;
- ✓ Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET);
- ✓ Universidade de São Paulo- USP;
- ✓ Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP;
- ✓ Universidade Federal do Maranhão-UFMA;
- ✓ Universidade Estadual do Maranhão-UEMA;
- ✓ Universidade Federal do Ceará-UFC;
- ✓ Universidade Estadual do Ceará-UECE;
- ✓ Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN;
- ✓ Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG;
- ✓ Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ;
- ✓ Universidade Federal de Viçosa-UFV;
- ✓ Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE;
- ✓ Universidade Federal de Pernambuco-UFPE;
- ✓ Universidade Federal de Campina Grande-UFCG;
- ✓ Universidade do Estado de São Paulo/UNESP-Jaboticabal;
- ✓ Universidade do Vale dos Sinos -UNISINOS.

Em termos de Instituições internacionais, a UFPI mantém cooperação com:

- ✓ Universida Nacional de Rio Cuarto – Argentina
- ✓ Universidade de Padova - Itália,
- ✓ Fundação Produce Tlaxala – México

- ✓ Universidade de Santiago de Compostela (Espanha),
- ✓ Università Degli Studi di Verona
- ✓ Università Degli Studi di Firenz (Itália).
- ✓ Universidades de Nebraska, Auburn, Suny/Oswego (Estados Unidos)
- ✓ Universidade Nova de Lisboa, Coimbra e Porto (Portugal).

Ressaltam-se, ainda, algumas parcerias imprescindíveis ao crescimento institucional:

- ✓ CAPES, que fomenta a pós-graduação *stricto sensu*;
- ✓ Ministério da Saúde, que fomenta a Residência Médica e viabiliza a qualificação e diversas turmas de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização;
- ✓ Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Justiça/RENAESP, que mantém o programa de educação continuada de formação em segurança pública;
- ✓ CNPq, que financia inúmeros projetos e atividades, com ênfase ao Programa de Iniciação Científica e o custeio de bolsas de pós-graduação *stricto sensu*;
- ✓ FINEP – que financia a infraestrutura de pós-graduação e pesquisa, sobretudo através das chamadas públicas (Editais CT-Infra);
- ✓ Agência Nacional de Petróleo (que subsidia pesquisas do Laboratório de Análise de Petróleo – LAPETRO).

A UFPI desenvolve um grande número de atividades de assistência social, como um investimento de garantia de igualdade de oportunidade de acesso e permanência ao estudante em situação de vulnerabilidade social, através de programas nacionais (como o PNAES/MEC), com a contrapartida de recursos próprios. Tem procurado atingir as metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), sobretudo no que se refere às políticas inclusivas de largo alcance, exemplificadas pelo ensino à distância, num patamar de qualidade semelhante ao presencial.

Através de todas essas parcerias a UFPI participa de todos os segmentos sociais e possui assento nos distintos Conselhos, como: o Estadual de Saúde, o Estadual e o Municipal de Educação, Associações de Profissionais Liberais, Associações de Dirigentes Municipais, dentre outros. Em contrapartida, oferece assento em seus Conselhos Superiores e comissões, como é o caso do Conselho Universitário e da Comissão Própria de Avaliação, o que demonstra a sua larga interação com a sociedade.

4.8 Organização e Gestão de Pessoal

A Diretoria de Recursos Humanos (DRH) da Pro - Reitoria de Administração é o órgão executivo central, integrante da Administração Superior, responsável pelo gerenciamento dos recursos humanos da Universidade, que tem por missão possibilitar aos servidores técnico-administrativos e docentes, a potencialização como agentes de transformação social, por meio da implementação de políticas de desenvolvimento humano e social almejando a melhoria do nível de qualidade de vida no trabalho.

A DRH se incumbem de promover articulação com os setores que atuam em áreas afins, buscando a interdisciplinaridade na promoção do melhor nível da qualidade de vida no trabalho; articular ações continuadas com a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e a Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo (CPPTA), com vistas a melhoria da política de pessoal na UFPI e apoiar e defender nas esferas competentes a implantação dos estudos propostos sobre o Plano de Carreira dos servidores docentes e técnico-administrativos das universidades públicas federais brasileiras.

4.2.1. Políticas de titulação do corpo docente

A política de qualificação docente implantada na UFPI nos últimos anos fez com que o percentual de titulados, principalmente de mestres e doutores, continuasse crescendo de forma progressiva. Devido o aumento do número de Programas Institucionais de Pós-Graduação, inclusive em nível de Doutorado, muitos docentes e técnicos vêm se qualificando na própria instituição.

O expressivo crescimento do corpo docente qualificado deve-se ao empenho institucional permanente da administração superior, que tem possibilitado a qualificação de professores em programas de pós-graduação da própria universidade e, sobretudo, em parceria com outras instituições de educação superior. Exemplo desses são os 10 (dez) turmas de doutorado interinstitucional (DINTER) aprovadas neste quinquênio, cujos recursos ultrapassam a R\$ 1.882,00 (um milhão e oitocentos e oitenta e dois mil reais), conforme se observa no Quadro 25, a seguir.

Quadro 25– Recursos alocados em qualificação de pessoal através de DINTERs, no quinquênio 2005-2009.

IES RECEPTORA	IES PROMOTORA	ÁREA	Recursos R\$
UFPI	UNESP	AGRONOMIA	360.000,00
UFPI	UNICAMP	CIÊNCIAS MÉDICAS	427.818,40
UFPI	UNISINOS	CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	326.621,10
UFPI	UFRN	EDUCAÇÃO	184.523,78
UFPI	UFMG	ESTUDOS LITERÁRIOS	569.146,00
UFPI	UFRJ	ENFERMAGEM	40.000,00
UFPI	UFMG	FILOSOFIA	23.000,00
UFPI	UFMG	GEOGRAFIA	293.800,15
UFPI	UFF	HISTÓRIA DO BRASIL	61.000,00
UFPI	UFMG	LINGUISTICA	282.936,00
Total			1.882.224,33

Fonte: PRPPG.

Ademais, duas turmas de mestrado interinstitucional foram aprovadas em 2009, possibilitando a qualificação docente: sendo uma em Educação, na qual a UFPI é a promotora, através do Programa de Pós-Graduação em Educação e é receptora, através do Campus Professora Cinobelina Elvas/Colégio Agrícola de Bom Jesus e a outra, na área de Educação Artística, na qual a promotora é a Universidade Católica de Brasília, sendo a UFPI receptora, com várias associadas, incluindo a Universidade Estadual do Piauí e outras IES privadas do Estado.

Como resultado das ações desenvolvidas dentro da política de qualificação de docentes e técnicos administrativos ocorreu elevação do índice global de qualificação docente (IQD) de 3,15 em 2005 para 3,43 em 2009 (Quadro 25).

Os *Campi* Ministro Reis Velloso (Parnaíba), Amílcar Ferreira Sobral (Floriano), Senador Helvídio Nunes de Barros (Picos) e Professora Cinobelina Elvas (Bom Jesus) apresentaram melhoria significativa em seus IQD. Este fato deveu-se ao processo instalado de interiorização da Universidade, que permitiu a contratação de 228 novos professores, com título de mestre e/ou doutor, sendo 106 para o Campus Ministro Reis Velloso; 66 para o Campus Senador Helvídio Nunes de Barros; 56 para o Campus Professora Cinobelina Elvas e 68 para os Colégios Agrícolas de Floriano, Bom Jesus e Teresina. O Campus Ministro Reis Velloso, atualmente, encontra-se com um IQD de 3,33. O Campus Professora Cinobelina Elvas apresenta um IQD de 4,02 e o Campus Senador Helvídio Nunes de Barros apresenta um IQD de 3,08. Estes índices

demonstram claramente a significativa melhoria na qualificação do corpo docente nos Campi do interior.

Foram contabilizados no final de 2009, 130 professores e servidores técnicos administrativos em processo de qualificação. Deste total, 106 estão cursando doutorado, 21 estão cursando mestrado e 03 realizam estágio pós-doutoral, sendo 01 no exterior e 02 no País.

Assim, as metas estabelecidas no PDI anterior, no âmbito da pesquisa, pós-graduação e qualificação de pessoal, foram alcançadas.

No quinquênio 2005-2009, a UFPI investiu um montante superior cifra de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com a qualificação docente, por meio de recursos disponibilizados pela CAPES através de programas especiais, na forma de bolsas e apoio à aquisição de equipamentos para os Programas de Pós-Graduação, demonstrando um incremento, em 2009, de quase 300%, em relação ao início de 2005.

4.2.1.1 Titulação docente por unidade acadêmica

A fórmula empregada para obtenção do índice de qualificação docente (IQD) encontra-se explicitada abaixo:

$$\text{IQD} = \frac{5D + 3M + 2E + G}{D + M + E + G}$$

Onde: D = Número de Professores Doutores

M = Número de Professores Mestres

E = Número de Professores Especialistas + Aperfeiçoados

G = Número de Professores Graduados

A evolução do IQD geral da UFPI na vigência do PDI-2005-2009 é apresentada no Quadro 26. Considerando-se apenas o magistério superior, o IQD de 2009 ficou em 3,52.

Quadro 26- Evolução do Índice de Qualificação Docente na UFPI, quinquênio 2005-2009

Indicador	Ano				
	2005	2006	2007	2008	2009
IQD (escala de 0 a 5)	3,15	3,26	3,32	3,41	3,43

Fonte: PRPPG.

A política de qualificação docente e técnica implantada na UFPI nos últimos anos, fez com que, o percentual de titulados, principalmente de mestres e doutores, continuasse crescendo de forma progressiva.

A partir do aumento do número de Programas Institucionais de Pós-Graduação, inclusive em nível de Doutorado, muitos docentes e técnicos vêm participando do processo de qualificando na própria instituição.

Quadro 27 - Titulação dos Docentes da UFPI por Unidade de Lotação, em 2009							
UNIDADE	CENTRO DE CIENCIAS AGRARIAS						
LOTAÇÃO	TITULAÇÃO						TOTAL
	Pos-doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduado	
Dep de Zootecnia	1	8	8			1	18
Dep de Planejamento e Política Agrícola		2	5	2		1	10
Dep de Fitotecnia	1	9	2			1	13
Dep de Morfologia Veterinária		11	1	1			13
Dep de Clínica e Cirurgia Veterinária	1	8	7				16
Dep de Engenharia Agrícola e Solos		6	2		1		9
TOTAL	3	44	25	3	1	3	79
UNIDADE	CENTRO DE CIENCIAS DA SAUDE						
LOTAÇÃO	TITULAÇÃO						TOTAL
	Pos-doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduado	
Dep de Clínica Geral		6	12	11	1	1	31
Dep Materno Infantil		8	5	9		3	25
Dep de Medicina Especializada		4	13	15	3		35
Dep de Medicina Comunitária		3	4	5			12
Dep de Odontologia Restauradora		5	4				9
Dep de Patologia e Clínica Odontológica		10	5	3	1		19
Dep de Parasitologia e Microbiologia		6	3	1			10
Dep de Educação Física		3	7	7			17
Dep de Enfermagem		11	14				25
Dep de Nutrição	1	4	9	3	1		18
Dep de Bioquímica e Farmacologia		11	8	3		1	23
Dep de Morfologia		2	10	1		2	15
Dep de Biofísica e Fisiologia		5	5			1	11
TOTAL	1	78	99	58	6	8	250
UNIDADE	CENTRO DE CIENCIAS DA NATUREZA						
LOTAÇÃO	TITULAÇÃO						TOTAL
	Pos-doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduado	
Dep de Química	2	24	2	1			29
Dep de Matemática	1	14	12	1	2	1	31
Dep de Física	2	13	6	1		1	23
Dep de Biologia	1	14	4	1		1	21

Dep de Infomatica e Estatistica		7	16	1			24
Curso de Bacharelado em Arqueologia		3	5				8
TOTAL	6	75	45	5	2	3	136
UNIDADE CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS							
LOTAÇÃO	TITULAÇÃO						TOTAL
	Pos-doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduado	
Dep de Letras	1	14	18	3			36
Dep de Geografia e Historia	1	14	19	3			37
Dep de Ciencias Sociais		15	8	1	1		25
Dep de Filosofia		9	10	2	1	1	23
Dep de Ciencias Economicas		6	13	3		2	24
Dep de Ciencias Contabeis e Administrativas		2	14	6	1	2	25
Dep de Serviço Social	1	14	2				17
Dep de Ciencias Juridicas		7	12	2	1	7	29
TOTAL	3	81	96	20	4	12	216
UNIDADE CENTRO DE CIENCIAS DA EDUCAÇÃO							
LOTAÇÃO	TITULAÇÃO						TOTAL
	Pos-doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduado	
Dep de Fundamentos da Educação		19	12	1			32
Dep de Metodos e Tecnicas de Ensino		14	26				40
Dep de Educação Artistica		4	10	4		4	22
Dep de Comunicação Social		6	6	3		1	16
							0
							0
TOTAL	0	43	54	8	0	5	110
UNIDADE CENTRO DE TECNOLOGIA							
LOTAÇÃO	TITULAÇÃO						TOTAL
	Pos-doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduado	
Dep de Estruturas		5	2	5		1	13
Dep de Transportes		1	3	9		1	14
Dep de Construção Civil e Arquitetura		4	8	5	1	2	20
Dep de Recursos Hidricos e Geologia Aplicada		1	5	6			12
Outros Cursos		1	4				5
							0
TOTAL	0	12	22	25	1	4	64
UNIDADE CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA A DISTANCIA							
LOTAÇÃO	TITULAÇÃO						TOTAL
	Pos-doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduado	
TODOS OS CURSOS		4	8				12
TOTAL	0	4	8	0	0	0	12
UNIDADE CAMPUS MINISTRO REIS VELOSO							
LOTAÇÃO	TITULAÇÃO						TOTAL

	Pos-doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduado	
Dep de Administração e Informática			8	3			11
Dep de Ciências Economicas e Quantitativas			8	5			13
Dep de Ciências Contabeis e Juridicas			5	7		1	13
Dep de Ciências Sociais e da Educação		1	7	2			10
Curso de Padagogia		1	1				2
Curso de Engenharia da Pesca		2	7			1	10
Curso de Licenciatura em Ciências Biologicas		12	3				15
Curso de Bacharelado em Turismo			15				15
Curso de Bacharelado em Fisioterapia		1	11	1			13
Curso de Bacharelado em Psicologia		2	12				14
Curso de Bacharelado em Biomedicina		7	2				9
Curso de Licenciatura em Matematica		2	6				8
T O T A L	0	28	85	18	0	2	133
UNIDADE CAMPUS SEN. HELVIDIO NUNES DE BARROS							
LOTAÇÃO	TITULAÇÃO						TOTAL
	Pos-doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduado	
TODOS OS CURSOS		11	58	17		1	87
T O T A L	0	11	58	17	0	1	87
UNIDADE CAMPUS PROFESSORA CINOBELINA ELVAS							
LOTAÇÃO	TITULAÇÃO						TOTAL
	Pos-doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduado	
TODOS OS CURSOS		36	34	3			73
T O T A L	0	36	34	3	0	0	73
UNIDADE CAMPUS AMILCAR FERREIRA SOBRAL							
LOTAÇÃO	TITULAÇÃO						TOTAL
	Pos-doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduado	
TODOS OS CURSOS		3	17				20
T O T A L	0	3	17	0	0	0	20
UNIDADE COLEGIO AGRICOLA DE TERESINA							
LOTAÇÃO	TITULAÇÃO						TOTAL
	Pos-doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduado	
DOCENTES DO MS				2	1		3
T O T A L	0	0	0	2	1	0	3
DOCENTES DO EBTT		2	15	8		4	29
T O T A L	0	2	15	8	0	4	29
UNIDADE COLEGIO AGRICOLA DE FLORIANO							
LOTAÇÃO	TITULAÇÃO						TOTAL
	Pos-doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduado	
DOCENTES DO EBTT		2	13	14		2	31
T O T A L	0	2	13	14	0	2	31

UNIDADE	COLEGIO AGRICOLA DE BOM JESUS						
	TITULAÇÃO						TOTAL
LOTAÇÃO	Pos-doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduado	
DOCENTES DO EBT			6	14		1	21
TOTAL	0	0	6	14	0	1	21
TOTAL UFPI							
TOTALIZAÇÃO	Titulação						TOTAL
	Pos-doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduado	
DOCENTES DO Magistério Superior	13	415	543	159	15	38	1183
DOCENTES DO Básico/Técnico	0	4	34	36	0	7	81
TOTAL	13	419	577	195	15	45	1264

Fonte: DRH.

4.2.2 Plano de cargo de carreira e regime de trabalho dos docentes

O pessoal da UFPI é enquadrado no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei 7.596, de 10 de abril de 1987, cujo Plano de Carreira docente segue foi reestruturado pela Lei nº. 11.344 de 08 de setembro de 2006, publicada no DOU de 11 de setembro de 2006, na forma do seu anexo III.

Assim os docentes são enquadrados em cinco (5) Classes:

- I – Professor Titular
- II – Professor Associado
- III – Professor Adjunto
- IV – Professor Assistente
- V – Professor Auxiliar

Cada Classe é subdividida em quatro (4) níveis, com exceção da Classe de Professor Titular. A passagem de um nível para o outro dentro da classe, é realizada após o interstício de 02(dois) anos mediante avaliação do desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão do docente.

Internamente, o processo de progressão de carreira do corpo docente é regulamentado pela Resolução CONSUN nº 007/1992, que estabelece os critérios e procedimentos da Avaliação de desempenho docente da classe de Professor Auxiliar Nível I até Professor Adjunto IV. Já a progressão de Adjunto IV para Professor

Associado é regulamentada pela Resolução nº 140/2006-CEPEX, de 28 de agosto de 2006, que obedece aos ditames da Portaria MEC nº 07, de 29 de junho de 2006.

Com relação aos professores ligados à educação básica (ensino profissionalizante ministrado através dos Colégios Agrícolas de Teresina, Floriano e Bom Jesus) a progressão funcional é regida: pela Lei Federal nº 7.586, de 10 de abril de 1987; pela Medida Provisória nº 295, de 29 de maio de 2006; e Resolução CEPEX nº 120/2007, de 30 de abril de 2007.

O corpo técnico Administrativo é regido, em termos de progressão funcional, pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005) e Resolução nº 034/2007 do Conselho de Administração (CAD-UFPI), que institui o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Cargos da Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação - PDIC/TAE, da UFPI, em 26 de julho de 2007.

A Instituição vem buscando os meios para a adequação de sua política interna às exigências do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (e regulamentou dispositivos da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990), bem como, ao que preconiza a Portaria nº 208, de 25 de julho de 2006, do Ministério de Estado do Planejamento, que detalha os instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal: o Plano Anual de Capacitação, o Relatório do Plano Anual de Capacitação e o Sistema de Gestão por Competência.

Quanto ao regime de trabalho, a grande maioria dos docentes da UFPI é contratada em regime de dedicação exclusiva, conforme se observa na Tabela 3, que explicita a situação do corpo de professores segundo o regime de trabalho.

Tabela 3 –Docentes da UFPI, por regime de trabalho, em 2009

EDUCAÇÃO SUPERIOR		
Regime de trabalho	Quantidade	Percentual (%)
Tempo parcial – 20 horas	75	06,34
Tempo integral – 40 horas	158	13,33
Dedicação exclusiva	950	80,30
TOTAL	1183	100,00
EDUCAÇÃO BÁSICA		
Tempo parcial – 20 horas	2	02,44
Tempo integral – 40 horas	2	02,44
Dedicação exclusiva	78	95,12
TOTAL	82	100,00

Fonte: DRH.

4.2.3 Corpo Técnico administrativo: titulação e regime de trabalho

O corpo técnico administrativo totaliza em 1.184 servidores, cuja titulação está expressa no Quadro 28.

Quadro 28– Servidores Técnico-Administrativos da UFPI, por categoria funcional, em 2009.

► Técnico-Administrativos	Quantidade
Servidor Técnico-Administrativo - Nível Superior - NS	295
Servidor Técnico-Administrativo - Nível Intermediário - NI	800
Servidor Técnico-Administrativo - Nível de Apoio - NA	89
Total	1.184

Fonte: DRH.

Consoante às ações planejada para o PDI 2005-2009, a UFPI deu um salto de qualidade em termos de capacitação de pessoal técnico-administrativo, através do estímulo à qualificação em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da própria IES e de outras Instituições.

Em termos de regime de trabalho, mais que 95% dos servidores são enquadrados em regime de tempo integral. O demonstrativo do pessoal técnico-administrativo por regime de trabalho está sumarizado na Tabela 4, a seguir.

Tabela 4 – Servidores Técnico-Administrativos da UFPI, por regime de trabalho, em 2009

SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS		
Regime de trabalho	Quantidade	Percentual (%)
Tempo parcial – 20 horas	23	02,01
Tempo parcial– 24 horas	06	00,52
Tempo parcial – 30 horas	16	01,40
Tempo integral –40 horas	1101	96,07
TOTAL	1146	100,00

Fonte: DRH.

4.2.3.1 Política de Qualificação

A seleção do corpo técnico-administrativo se dá através de concurso público dividido em duas etapas, a saber: Prova de conhecimento escrita e Prova de títulos. A carreira de técnico-administrativo é regida pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e pela Constituição Federal, além da

legislação vigente atreladas a essas Leis e a LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Em termos de progressão funcional, o corpo técnico Administrativo é regido pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005) e Resolução nº 034, de 26 de julho de 2007 do Conselho de Administração, que institui o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Cargos da Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação, da UFPI

4.2.3.2 Plano de cargo de carreira e regime de trabalho dos servidores

A estruturação dos cargos integrantes do Plano de Carreira do pessoal técnico-administrativo é organizada em cinco níveis de classificação, quais sejam: Nível A, B, C, D e E. O agrupamento dos cargos em um mesmo nível observa o requisito de escolaridade, responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico.

O plano de carreira garante o desenvolvimento na carreira por meio da progressão por capacitação e por mérito profissional. No primeiro caso, o servidor ingressa na carreira no primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação. Mediante a participação em cursos de capacitação, desde que compatível como cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, e respeitado o interstício de 18 meses, poderá obter a progressão, mudando para o padrão de vencimento imediatamente superior.

Na progressão por mérito profissional, o servidor pode passar para o padrão imediatamente subsequente ao que ocupa, no mesmo nível de capacitação, a cada 2 anos de efetivo exercício, desde que tenha sido avaliado mediante um processo de avaliação de desempenho. Esse processo obedece a critérios objetivos, decorrentes das metas institucionais, pactuadas na equipe de trabalho e referenciadas nas expectativas do usuário.

O citado Plano de Carreira também instituiu o Incentivo à Qualificação, ou seja, o servidor que possui educação formal superior à exigida para o cargo tem um percentual de acréscimo sobre o seu salário. A organização dos cargos também leva em consideração os ambientes organizacionais, ou seja, a área específica de atuação do servidor, de acordo com as necessidades institucionais e políticas de desenvolvimento de pessoal.

4.2.4 Cronograma de expansão e qualificação de pessoal

Com a publicação do Decreto n. 5.707 (DOU, de 24/02/2006) foi instituída a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional. Segundo esse Decreto a finalidade principal das políticas de pessoal deverá considerar a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; o desenvolvimento permanente do servidor público; a adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; a divulgação e o gerenciamento das ações de capacitação e a racionalização e efetividade dos gastos com esta.

Com base nessas diretrizes, a Diretoria de Recursos Humanos (DRH) da UFPI procurou traçar as políticas da Instituição para o desenvolvimento de seus recursos humanos para o período 2010-2014, as quais estão voltadas para a:

- ✓ Intensificação do processo de formação contínua de servidores docentes e técnico-administrativos, mediante cursos de capacitação e qualificação, buscando a melhoria do desempenho institucional;
- ✓ Manutenção do destaque orçamentário relativo aos recursos destinados à qualificação de recursos humanos;
- ✓ Qualificação, de forma contínua, dos servidores docentes e técnico-administrativos, investidos em funções de confiança e em funções estratégicas para o desenvolvimento do das atividades fins da UFPI.

A expansão do pessoal necessário para incorporação ao quadro da UFPI, estimado segundo os critérios vigentes para o serviço público federal, levando-se em conta o pessoal existente, as aquisições necessárias e as aposentadorias programadas, está apresentada no Quadro 29.

Quadro 29 – Projeção do quadro de pessoal da UFPI para o quinquênio 2010-2014.

Quantificação do pessoal por Categoria	Vigência do PDI				
	2010	2011	2012	2013	2014
Docentes	1587	1746	1833	1870	2120
Técnico-Administrativos	1334	1389	1449	1519	1589
Total	2921	3135	3282	3389	3709

Fonte: DRH.

4.3 Políticas de atendimento aos discentes

A UFPI possui programas de acompanhamento ao corpo discente e de estímulo à sua permanência na Instituição, atingindo 12% de seu orçamento. O atendimento ao discente é processado de maneira integral, através das políticas inclusivas de favorecimento ao seu acesso e manutenção de sua permanência, potencializando o oferecimento de ensino de qualidade no âmbito da graduação e pós-graduação e oferecendo ambiente adequado ao desenvolvimento da pesquisa científica.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) é o órgão que executa a política de atendimento ao estudante. Organiza, dirige, supervisiona e orienta as atividades universitárias no contexto social e assistencial. É o órgão facilitador da permanência do estudante na Universidade por meio de seus programas e também propõe a participação, a organização e a explicitação das normas de acesso aos programas, facilitando e promovendo a integração do acadêmico com a UFPI.

4.3.1 Formas de acesso e programas de estímulo à permanência

Através da PRAEC são desenvolvidas ações por meio quatro serviços especializados: 1) Serviço de Benefício ao Estudante (SEBE); 2) Serviço de Benefício ao Servidor (SEBS); 3) Serviço Psicossocial (SEPS) e, 4) Serviço Odontológico (SEOD), discriminadas a seguir:

✓ Programa Bolsa Trabalho – concede apoio financeiro ao estudante em situação de vulnerabilidade social, regularmente matriculado na UFPI. Em contrapartida, o aluno presta serviço nos diversos setores da UFPI, em atividades acadêmicas ou administrativas. Atualmente a remuneração mensal desta bolsa é de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). Dentro do Programa Bolsa Trabalho ressalta-se a modalidade Bolsa Especial, implementada em 2007, que teve maior visibilidade, a partir de 2008, com o incremento no número de bolsas destinadas a alunos que se dispõem a prestar assessoramento acadêmico a alunos portadores de necessidades especiais (visual ou auditiva).

O Programa de Bolsas de Trabalho contempla, além dos alunos de graduação, os estudantes de nível médio vinculados aos Colégios Agrícolas mantidos pela UFPI. A quantificação dessas bolsas, por Campus, está discriminada no Quadro 30.

Quadro 30 - Bolsas de Trabalho concedidas pela UFPI, por Campus, no quinquênio 2005-2009.

CIDADE	CAMPUS	Distribuição das bolsas por ano				
		2005	2006	2007	2008	2009
Teresina	Ministro Petrônio Portela	119	105	110	208	234
Teresina /CAT	Ministro Petrônio Portela	-	-	-	11	12
Bom Jesus	Profa. Cinobelina Elvas	-	-	8	15	15
Bom Jesus/CAT	Colégio Agrícola de B. Jesus	8	-	8	15	15
Parnaíba	Ministro Reis Veloso	6	6	8	32	32
Florianópolis	Colégio Agrícola de Floriano	12	12	8	15	15
Picos	Sem. Helvídio Nunes de Barros	-	5	8	27	27
Total		145	135	150	323	350

Fonte: PRAEC.

✓ Bolsa alimentação - Este Programa tem a finalidade de garantir o acesso do estudante, com dificuldade socioeconômica ao Restaurante Universitário, ofertando através do RU uma alimentação balanceada, a custo zero. A implementação desse benefício se dá mediante análise sócio-econômica, e o número de refeições concedidas é definido de acordo com os turnos de permanência no campus e disciplinas cursadas.

No intuito de assegurar a alimentação, como direito institucional, aos estudantes dos demais Campi que ainda não dispõem de restaurante universitário, a PRAEC implantou em 2009, em caráter provisório, uma nova modalidade do benefício Bolsa Alimentação, que consiste na contribuição financeira mensal no valor de R\$ 200,00, (duzentos reais) para este fim, atendendo 400 estudantes em vulnerabilidade social comprovada no último ano de vigência do último PDI. Nesse último ano, 564 alunos dos diversos Campi tiveram sua alimentação subsidiada pelo programa de assistência estudantil.

✓ Residência Universitária – REU – Este programa propicia moradia aos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e social, provenientes do interior do Piauí ou de outros Estados. Provê também as condições necessárias para o funcionamento e manutenção das casas estudantis. São concedidas três refeições balanceadas aos residentes, sendo o almoço e jantar, com acesso livre ao RU. O desjejum diário e as refeições de finais de semana e feriados são asseguradas por meio do fornecimento de gêneros alimentícios aos residentes.

O campus Ministro Petrônio Portela conta, desde 2008, com duas unidades de moradia universitária, sendo uma mista e outra para atendimento exclusivo de alunos do sexo masculino. Atualmente beneficia 100 alunos, que somados aos 40 do Campus Ministro Reis Veloso, totaliza 140 atendidos.

A fim de assegurar melhores condições de moradia aos estudantes beneficiados a PRAEC, com recursos da instituição, adquiriu novos equipamentos e utensílios, ampliando a capacidade relativa à cozinha (fogão, *freezer*, refrigerador, forno elétrico, liquidificador e mobiliário); lavanderia (máquinas), além de mobiliários em geral, TV, antena parabólica, ventiladores e bebedouros. No que tange ao aspecto administrativo, atualmente as residências I e II de Teresina, contam com uma equipe do setor limpeza, cuja faxina é realizada semanalmente, nas áreas comuns.

✓ Auxílio Moradia - Implantado no segundo semestre de 2009, este auxílio, no valor de R\$ 200,00/mês, visa contribuir com as despesas dos alunos dos cursos de graduação, procedentes de outros municípios ou estados, cujas famílias não têm condições de assumir os custos com uma segunda moradia. Executado apenas nos Campi da UFPI que não contam com Residência Universitária, foram beneficiados neste último semestre, 65 estudantes em situação de vulnerabilidade social.

✓ Auxílio Transporte – corresponde a uma contribuição financeira, concedida ao aluno regularmente matriculado na UFPI, em situação de vulnerabilidade social, para cobrir os gastos com deslocamento. Esta modalidade de auxílio contemplou 43 estudantes em Teresina e 29 nos demais campi, com valores diferenciados para a capital (R\$ 38,50) e interior (R\$120,00). Em Teresina o deslocamento feito por meio de transporte coletivo urbano, tem o custo de R\$ 1,75 (passagem inteira), que corresponde a R\$ 38,50 mensal (22 dias úteis). No interior, verifica-se, por parte dos estudantes que residem em municípios circunvizinhos o predomínio do uso diário de vans, ou microônibus, cuja despesa média é de R\$ 120,00.

✓ Serviço Odontológico - A UFPI, através da PRAEC, presta assistência gratuita a toda a comunidade universitária, incluindo alunos, professores, servidores e seus dependentes, contando, para este fim, com três consultórios onde atendem seis odontólogos e três atendentes de saúde bucal, nos dois turnos. São realizados procedimentos clínicos e radiológicos, dentística restauradora (restaurações de amálgama e estética), prevenção com orientação da escovação correta, profilaxia, tartarectomia e bochecho com flúor e exodontia. São feitos, em média, 8.000

atendimentos por ano através deste serviço, sendo o estudante o segmento de maior demanda.

✓ Atendimento Psicológico – É destinado a toda a comunidade universitária e tem como finalidade contribuir para a superação de dificuldades dessa natureza. Realiza-se por meio de avaliação psicológica, aconselhamento psicológico, atendimento psicoterápico individual, atendimento em grupo, palestras, visitas domiciliares e visitas ao setor de trabalho.

✓ Serviço Psicossocial - Este serviço vem prestando um atendimento à comunidade universitária, através de ações sócio-psico-pedagógicas, com a finalidade de contribuir para que os estudantes superem as dificuldades surgidas durante o processo de formação acadêmica.

✓ Atendimento Pedagógico - É realizado mediante os seguintes procedimentos: (1) Análise dos Históricos Escolares; (2) Entrevista Pedagógica Individual; (3) Aplicação de Questionário sobre Hábitos de Estudo; (4) Orientação Educacional. Todos os estudantes vinculados aos programas da Coordenadoria de Assistência comunitária da PRAEC têm seus históricos escolares semestralmente submetidos à análise, em que se adota o Índice de Rendimento Acadêmico – IRA, como critério para a renovação dos benefícios. A entrevista pedagógica individual e a aplicação do questionário sobre hábitos de estudo são realizadas somente com os estudantes que apresentam reprovações.

A avaliação pedagógica tem como objetivos a emissão de um parecer pedagógico ao Serviço de Benefício ao Estudante, bem como prestar orientação educacional aos estudantes com baixo rendimento acadêmico no semestre, e a identificação e encaminhamento de demandas aos demais serviços de saúde.

✓ Projeto Inclusão Cultural - Na perspectiva de acompanhar a política de internacionalização estabelecida pela UFPI, a PRAEC implantou no segundo semestre de 2009 o projeto de inclusão cultural, visando atender alunos em vulnerabilidade social, interessados no conhecimento de uma segunda língua. Nessa primeira edição, o projeto ofereceu 40 vagas, sendo 20 para a língua inglesa e 20 para o francês. Este projeto foi elaborado nos moldes dos Projetos de Extensão da UFPI e está sendo executado em parceria com a Assessoria Internacional e o Departamento/Coordenação do Curso de Letras, com isenção total de taxas para os participantes e material didático gratuito, adquirido com recursos do PNAES.

✓ Isenção da taxa do Programa de Ingresso na Universidade - A Coordenadoria de Assistência Comunitária da PRAEC, anualmente participa da análise socioeconômica dos candidatos à Isenção da Taxa de Inscrição do Programa Seriado de Ingresso à Universidade (PSIU). No último quinquênio houve um aumento de mais de 200% no número de beneficiados com a isenção da taxa de inscrição nesse programa.

✓ Programa de Apoio ao Esporte e Lazer - Entendendo o esporte como uma atividade integradora e importante para a formação acadêmica e do cidadão, conforme previsto nas ações do PNAES, a PRAEC aderiu a esta proposta, iniciando suas ações, fornecendo kits esportivos, nas diversas modalidades: futebol de salão, de campo, vôlei, handebol e basquetebol. Um total de 53 kits foi entregue aos Centros Acadêmicos dos cursos de graduação de todos os campi da UFPI, incluindo bolas e um conjunto de camisas, esperando, com essa ação, estimular a prática esportiva e a institucionalização do esporte na UFPI. Como resultante dessa iniciativa, a PRAEC, fortalece a parceria com a comunidade estudantil, via Diretório Central dos Estudantes-DCE, viabilizando a realização da olimpíada estudantil da UFPI, que também conta com o apoio do departamento de Educação Física. Aliada a essa ação, nesse período, a PRAEC implementou o auxílio esporte, concedendo 6 (seis) bolsas a estudantes do curso de Educação Física, selecionados pela coordenação do referido curso, tendo como critério a habilidade esportiva.

4.3.2 Organização estudantil

Os estudantes da UFPI são organizados em núcleos estudantis representativos de cada curso – os Diretórios Acadêmicos – e estes se mantêm ligados a uma entidade superior à qual todos se subordinam, o Diretório Central de Estudantes (DCE).

Vinculado a cada um dos cursos de graduação há um Centro Acadêmico (CA) unidade de organização estudantil e de apoio às atividades discentes, formalmente instalada no âmago da estrutura universitária.

Os CAs possuem instalações em salas climatizadas e informatizadas para permitir a realização de atividades estudantis. Há também as Residências Universitárias e os espaços de convivência estudantil, com áreas de lazer e recreação.

Semestralmente, por intermédio dos CAs são realizadas as “calouradas” universitárias e as reuniões festivas intituladas “quintas culturais”, organizadas pelos estudantes, no Espaço Cultural “Noé Fortes”, que serve de espaço para cultura e lazer.

O Setor esportivo, integrante da estrutura do Departamento de Educação Física, possibilita a integração do alunado às distintas modalidades de esporte.

4.3.3 Acompanhamento dos Egressos

O corpo de egressos da UFPI, tal como explicitado no item 3.4.4 totaliza em 28.967, número expressivo que demonstra a responsabilidade social da UFPI quanto ao seu objetivo maior de interlocução social, que é a formação de pessoal capacitado para inserção em setores da sociedade, a fim de que possa contribuir para o desenvolvimento dessa sociedade.

O acompanhamento de egressos e a criação de formação continuada para esses são requeridos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (item 9.4, do Instrumento de Avaliação Externa das IES, 2009), o que alertou as IES sobre a necessidade de acompanhar o desempenho dos profissionais por elas formado, como forma de retroalimentação da qualidade da educação superior no País.

Portanto, para este quinquênio a UFPI deseja consolidar a instalação de um Portal do Egresso, o qual possibilitará um contato mais estreito entre a Instituição e o público por ela graduado, como forma de assegurar um canal permanente de comunicação com os ex-alunos e, mais que isso, estender as relações da UFPI para além do tempo da formação profissional, dando continuidade a uma história de interação entre a IES e o seu produto.

Assim, sob a responsabilidade da Diretoria de Informação e Avaliação Institucional (DIAI) da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN), está sendo estruturada uma ferramenta, que também será ajustada pelo Núcleo de Processamento de Dados (NPD), no sítio eletrônico da IES para o acompanhamento dos egressos, a qual engloba um questionário eletrônico que tratará de assuntos como inserção profissional (como o egresso está situado hoje no mercado de trabalho), dados sócios econômicos gerais, interesse por educação continuada, opinião sobre a divisão da carga horária do curso, incentivo à pesquisa e ao empreendedorismo no âmbito do curso, com vistas à obtenção de informações que possam balizar a retroalimentação dos conteúdos ministrados.

Com esta ferramenta a UFPI espera obter subsídios para a retro-alimentação curricular, ao tempo em que coloca informações permanentes sobre cursos de pós-graduação, atividades de extensão, congressos, simpósios e, enfim, sobre ciência e

tecnologia. A explicitação das metas direcionadas ao acompanhamento dos egressos está no item 3.4.4. deste PDI.

4.4 Diretrizes gerais norteadoras da gestão institucional

Compreende-se que a gestão responsável de uma instituição de educação superior pública como a UFPI deve, antes de tudo, preservar os patamares de solidez e de qualidade conseguidos ao longo de anos de investimentos de toda ordem, em respeito à sociedade e em defesa do patrimônio acadêmico, científico e cultural brasileiro.

Neste contexto, os princípios que servem de norteamento para as ações da Universidade e que serão utilizados neste novo quinquênio, estão sumarizados na Figura 17.

Figura 17 - Princípios norteadores da Gestão Institucional, quinquênio 2010-2014

- ✓ Estabelecimento de políticas de ensino, pesquisa e extensão que assegurem níveis crescentes solidez e legitimidade;
- ✓ Defesa de um sistema de educação superior sólido, diversificado, com padrões crescentes de qualidade, atendidos os requisitos de infra-estrutura e recursos humanos, para possibilitar a sua permanente afirmação como instituição geradora e promotora do conhecimento;
- ✓ Gratuidade de ensino, entendida como a não cobrança de anuidades, taxas ou mensalidades nos cursos/programas de Graduação, de Mestrado e de Doutorado;
- ✓ Defesa permanente da autonomia universitária;
- ✓ Interação continuada com a sociedade;
- ✓ Integração e interação com os demais níveis e graus de ensino;
- ✓ Consolidação crescente dos programas voltados para a inserção nacional e internacional;
- ✓ Apoio ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a busca de sociedades não discriminatórias, mais igualitárias e mais justas;
- ✓ Gestão racional, transparente e democrática do orçamento e do cotidiano da Universidade;
- ✓ Aperfeiçoamento de um modelo de gestão descentralizada, priorizando a estrutura colegiada e em permanente diálogo com todas as instâncias que compõem a comunidade universitária;
- ✓ Respeito à diversidade das forças que constituem a Universidade, fonte de sua maior riqueza, incluindo-se aí todo o seu corpo social (segmento segmentos docente, discente e de funcionários técnicos e administrativos), assegurando-se a pluralidade de idéias no contexto dos diferentes perfis de atuação.

CAPÍTULO 5

5 INFRAESTRUTURA

5.1 Área física

O Quadro 31 apresenta um demonstrativo da área geral da UFPI, por Campi, antes e durante a vigência do PDI 2005-2009, o que demonstra a grande expansão da infra-estrutura física da Instituição, nesse período.

Quadro 31 – Área física da UFPI, por Campus.

Campus	Área anterior (m ²)	Área construída no quinquênio (m ²)	Área total construída (m ²)	Área do terreno Original (m ²)/(ha)	Área disponível para construção (m ²)/(ha)
Ministro Petrônio Portela – (Ininga + Socopo-CCA)-Teresina	91.856,94 + 21.340,93	1.553,78 + 1.497,65	93.410,72 + 22.838,58	1.560.000,00	1.466.589,28
				+ 3.147.200,00	+ 3.124.361,42
Ministro Reis Veloso, Parnaíba	8.298,44	1.995,48	10.293,92	156,00	146,66
				+ 314,72	+ 312,44
Senador Helvídio Nunes de Barros-Picos	9.429,08	4.163,05	13.592,13	23.000,00	12.706,08
				2,30	1,27
Dr. Amílcar Ferreira Sobral - Floriano	6.968,43		6.968,43	100.000,00	86.407,87
				10,00	8,64
Professora Cinobelina Elvas - Bom Jesus	13.824,94		13.824,94	1.657.488,00	1.650.519,57
				165,75	165,05
Áreas isoladas	5.890,00		5.890,00	725.760,00	711.935,06
				72,58	71,19
Total	157.608,76	9.209,96	166.818,72	7.219.338,00	7.052.519,28

Fonte: PREUNI.

Os quadros 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41 apresentam um resumo de estrutura das unidades acadêmicas da UFPI.

Quadro 32 – Infraestrutura física do Centro de Ciências Agrárias

Centro de Ciências Agrárias (CCA)			
Especificação	Quantidade	Dimensão por unidade (m ²)	Capacidade (nº carteiras/cadeiras)
Sala de aula (CCA/DEAS)	06	54m ² (cada)	50 (cada)
Sala de aula (CCA/AV)	01	48m ²	50
Sala de aula (DPPA)	02	36m ² (cada)	45 (cada)
Sala de Aula (DF)	01	30m ²	35
Sala de Aula (DF)	02	56m ² (cada)	50 (cada)
Sala de Aula (NUEPPA)	02	24m ² (cada)	30 (cada)
Sala de Aula (DZO)	03	54m ² (cada)	50 (cada)
Sala de Aula (Pós-	02	36m ² (cada)	35 (cada)

Graduação)			
Sala de Aula (Pós-Graduação)	02	16m ² (cada)	12 (cada)
Sala de Aula (Mecânica Aplicada)	01	61,27m ²	60
Auditório	01		
Mini-auditório	02		
Laboratórios	22		
Banheiros Coletivos incluindo os adaptados a portadores de necessidades especiais	06	-	-
*Descrição dos laboratórios			
Nome		Curso(s) que atende	
Laboratório de Análise de Solos		Engenharia Agronômica	
Laboratório de Qualidade de Solos		Engenharia Agronômica	
Laboratório Hídrico		Engenharia Agronômica	
Laboratório de Análises Microbiológicas de Alimentos		Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária	
Laboratório de Análises Físico-químicas de Alimentos		Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária	
Laboratório de Laticínios		Medicina Veterinária	
Laboratório de Fitossanidade		Engenharia Agronômica	
Laboratório de Mecânica Aplicada		Engenharia Agronômica	
Laboratório de Ciências Fisiológicas		Medicina Veterinária	
Laboratório de Anatomia		Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária	
Laboratório de Histopatológica		Medicina Veterinária	
Laboratório de Imunohistoquímica e Biologia Molecular		Medicina Veterinária	
Laboratório de Patologia Clínica		Medicina Veterinária	
Laboratório de Sanidade Animal		Medicina Veterinária	
Laboratório de Nutrição Animal		Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária	
Laboratório de Pesquisas da Cadeia Produtiva de Mel		Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária	
Laboratório de Genética		Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária	
Laboratório de Doenças Infecto-contagiosas		Medicina Veterinária	
Laboratório de Doenças Parasitárias		Medicina Veterinária	
Laboratório de Fisiopatologia da Reprodução		Medicina Veterinária	
Laboratório de Diagnóstico por Imagem		Medicina Veterinária	
Laboratório de Informática de Graduação		Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária	
Outras estruturas dignas de nota:			
Hospital Veterinário Universitário			
Módulos didáticos integrantes de uma fazenda experimental - culturas animais e vegetais			

Fonte: CCA.

Quadro 33 – Infraestrutura física do Centro de Ciências da Educação

Centro de Ciências da Educação “Mariano da Silva Neto” (CCE)			
Especificação	Quantidade	Dimensão por unidade (m ²)	Capacidade (n° carteiras/cadeiras)
Salas de Aula (total: 23)	05	94,00	60
	11	51,48	45
	04	64,80	50
	03	38,52	35
Laboratórios* (descrição abaixo)	08		
Auditório da Unidade	01	130,00	136
Mini-auditório	01	68,80	30
Biblioteca	01	51,48	
Sala de Estudo da Biblioteca	01	51,48	20
Sala de Vídeo	01	65,00	60
Sala de Estudo dos Mestrandos em Educação	01	38,66	20
Setor de Reprografia	01	18,16	
Sala de Professor	54	12,00	

Sala de Diretoria	01	34,66	
Sala de Secretaria	01	18,16	
Copa	01	18,16	
Laboratório de informática - LIG	01	40,00	20 computadores
Laboratório de Informática Pós-Graduação – LAINF	01		
Oficina de Artes Plásticas	01	83,88	30
Oficina de Desenho Básico	01	83,88	30
Oficina de Desenho Técnico	01	51,12	30
Oficina de Música Básica	01	51,12	30
Atelier de Plásticas	02	91,44	30
Sala de Dança	01	91,44	30
Banheiros Coletivos incluindo os adaptados a portadores de necessidades especiais	06	-	-
*Descrição dos laboratórios			
Nome		Curso(s) que atende	
Laboratório de Informática da Graduação – LIG (38,78 m ²) – 20 máquinas		Todos os cursos de graduação ministrados pela Unidade de Ensino	
Laboratório de Informática Pós-Graduação – LAINF (15,0 m ²) – 10 máquinas		Mestrado	
Laboratório de Informática		Especialização em Gestão Escolar	
Laboratório de Informática em Música – LIMUS (66,25 m ²) – 20 lugares		Música	
Laboratório Integrado de Jornalismo (38,66 m ²) -20 lugares		Comunicação Social	
Laboratório Estúdio de Jornalismo (58,35 m ²)		Comunicação Social	
Laboratório de Multimeios (15,0 m ²)		Pedagogia, Artes Visuais, Música, Comunicação Social e Moda, Design e Estilismo	
Laboratório de Rádio (10,0 m ²)		Comunicação Social	

Fonte: CCE.

Quadro 34 – Infraestrutura física do Centro de Ciências Humanas e Letras

Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL)			
Especificação	Quantidade	Dimensão por unidade (m ²)	Capacidade (nº carteiras/cadeiras)
Salas de aula	52	50	45 (carteiras)
Laboratórios (descrição abaixo)	7	50	
Auditório da Unidade	1	200	130 (cadeiras)
Sala de acervo Bibliográfico	1	30	-
Sala de vídeo	2	60	100 (carteiras)
Espaço de convivência	5	300	
Setor de reprografia*	7	30	
Salas de professores	75	6	
Sala de diretoria	1	50	
Sala de secretaria	1	50	
Copa	1	30	
Cantina	6	10	
Laboratório de informática	3	50	Lab-1: 30 computadores; Lab-2: 18 computadores; Lab-3: 12 computadores.
Coordenações de Curso	16	20	
Salas de Departamento	8	20	
Programas de Educação Tutorial (PET História, PET Filosofia e PET Serviço Social).	3	25	
Núcleos de Pesquisa instalados em salas	8	25	
Banheiros Coletivos incluindo os adaptados a portadores de	08	-	-

necessidades especiais		
Descrição dos laboratórios		
Nome	Curso(s) que atende	
Laboratório de Línguas	Letras (Inglês)	
Laboratório de Geomática	Geografia	
Laboratório de Geoambiente	Geografia	
Laboratório de Cartografia	Geografia	

Fonte: CCHL.

Quadro 35 – Infraestrutura física do Centro de Ciências da Natureza

Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL)			
Especificação	Quantidade	Dimensão por unidade (m ²)	Capacidade (nº carteiras/cadeiras)
Salas de aula	25	50	45 (carteiras)
Laboratórios (descrição abaixo)	30	50	
Auditório da Unidade	1	200	130 (cadeiras)
Mini-Auditório	3		
Biblioteca Setorial	1	30	-
Espaço de convivência	4	300	
Setor de reprografia*	5	30	
Salas de professores	71	6	
Sala de Vídeos	1	-	
Sala de diretoria	1	50	
Sala de secretaria	1	50	
Copa	1	30	
Laboratório de informática	3	50	-
Coordenações de Curso	5	20	
Salas de Departamento	5	20	
Banheiros Coletivos incluindo os adaptados a portadores de necessidades especiais	8	-	-
Descrição dos laboratórios			
Nome	Curso(s) que atende		
Laboratório de Ensino de Química Geral e Inorgânica	Química, Física, Biologia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia de Agrimensura, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção		
Laboratório de Informática	Química		
Laboratório de Ensino de Química Orgânica	Química, Farmácia		
Laboratório de Ensino de Química Analítica	Química, Farmácia		
Laboratório de Ensino de Físico-Química	Química		
Laboratório de Ensino de Microbiologia	Química		
Laboratório de Inteligência Computacional	Ciência da Computação		
Laboratório de Pesquisa Operacional e Otimização	Ciência da Computação		
Laboratório de Vídeo-Conferência do PI	Ciência da Computação		
Laboratório de informática	Ciência da Computação		
Laboratório de Engenharia de Software e Informática Industrial	Ciência da Computação		
Laboratório de Física Computacional	Física		
Laboratório de Informática	Física		
Laboratório de Fenômeno de não-equilíbrio	Física		
Laboratório de Caracterização Óptica	Física		
Laboratório de Medidas Elétricas	Física		
Laboratório de Ensino (Quadro Suplementar)	Física		
Laboratório de Mecânica	Física, Eng. Elétrica, Eng. Mecânica, Eng. de produção, Química		
Laboratório de Termologia e Termodinâmica	Física, Eng. Elétrica, Eng. Mecânica, Eng. de produção, Química		
Laboratório de Eletricidade e Eletrônica	Física, Eng. Elétrica, Eng. Mecânica, Eng. de produção, Química		
Laboratório de Física Moderna e Ótica	Física		
Laboratório de Zoologia	Biologia, Engenharia Agrônoma		
Laboratório Multidisciplinar	Biologia, Engenharia Agrônoma, Nutrição		
Laboratório Fisiologia Geral	Biologia, Engenharia Agrônoma		
Laboratório Biologia Geral	Biologia, Medicina Veterinária, Nutrição e		

	Farmácia
Laboratório de Informática	Biologia
Laboratório Botânica	Biologia, Farmácia
Laboratório Zoologia	Biologia
Laboratório de Informática	Matemática
Laboratório de Informática	Arqueologia e Conservação da Arte Rupestre

Fonte: CCN

Quadro 36 – Infraestrutura física do Centro de Ciências da Saúde

Centro de Ciências da Saúde (CCS)			
Especificação	Quantidade	Dimensão por unidade (m ²)	Capacidade (nº carteiras/cadeiras)
Salas de Aula (Total:57)	18	56	810
	05	56,05	250
	28	64	1400
	06	25	130
Laboratórios* (descrição abaixo)	47		
Auditórios da Unidade	01	200	138
	01	90	99
	01	140	110
	01	200	149
Mini-auditório	01	89,23	60
	01	36	42
Biblioteca	01	56	
Biblioteca	02	20	
Sala de Estudo da Biblioteca	01	15	20
Sala de Vídeo	05	25	200
Núcleo de Pesquisa	03	20	60
Espaço de convivência	03		
Sector de Reprografia	04	7,5	
Sala de Professor	71	9	
Sala de Diretoria	1		
Sala de Secretaria	16	30	
Sala de Coordenação/Programas	11	12	
Cantina	01		
Copa	05		
Ginásio Coberto	02	250	
Campo de Futebol	03	350	
Quadra Descoberta	05	200	
Piscina olímpica	01	1000	
Academia	01		80
Sala de dança	01		60
Núcleo de Entomologia do Piauí - NEPI	01		
Escovodromo	01	15	
Sala Recepção	02	30	
Sala de Esterilização	01	20	
Clínica Integrada	01	180	20 consultórios
Clínica Dentística	01	165	20 consultórios
Clínica de Cirurgia	01	100	20 consultórios
Clínica de Endodontia	01	80	10 consultórios
Laboratório de informática - LIG	7		Lab-1: 09 computadores; Lab-2: 10 computadores; Lab-3: 05 computadores; Lab-4: 10 computadores; Lab-5: 12 computadores; Lab-6: 25 computadores; Lab-7: 25 computadores;
Laboratório de Informática Pós-	02		Lab-1: 06 computadores; Lab-2: 05 computadores;

Graduação – LAINF			
Banheiros Coletivos incluindo os adaptados a portadores de necessidades especiais	15	-	-
*Descrição dos laboratórios			
Nome		Curso(s) que atende	
Laboratório de Dor e Inflamação (03)		Mestrado em Farmacologia	
Laboratório de Digestório		Mestrado em Farmacologia	
Laboratório de Leishmania		Mestrado em Farmacologia	
Laboratório de Cardiovascular		Mestrado em Farmacologia	
Laboratório de Anatomia patológica – 20 Lugares		Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, farmácia e Ed. Física.	
Laboratório de Avaliação Física e Funcional - 10 Lugares		Ed. Física	
Laboratório de Enfermagem – 40 lugares		Enfermagem	
Laboratório de Práticas Holísticas – 20 lugares		Enfermagem	
Centro Cirúrgico – 20 lugares		Enfermagem	
Laboratório de informática - LIG		Todos	
Laboratório de Informática Pós-Graduação – LAINF		02	
Laboratório de Anatomia (03) - cada um com 40 lugares		Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, farmácia, Ed. Física, Biologia e Química.	
Laboratório de Histologia (03) - cada um com 40 lugares		Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, farmácia e Ed. Física, Medicina Veterinária, Biologia e Química	
Laboratório de avaliação Nutricional –15 lugares		Nutrição	
Laboratório de Bromatologia e Bioquímica de alimentos – 15 lugares		Nutrição	
Laboratório de Técnica Dietética –15 lugares		Nutrição	
Laboratório de Microbiologia e Controle de Qualidade de Alimentos –15 lugares		Nutrição	
Laboratório de análise Sensorial de alimentos –12 lugares		Nutrição	
Laboratório de Desenvolvimento de Produtos –12 lugares		Nutrição	
Laboratório de Nutrição Experimental –15 lugares		Nutrição	
Laboratório de Biofísica (02) - cada um com 20 lugares		Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, farmácia e Ed. Física.	
Laboratório de Fisiologia (02) - cada um com 20 lugares		Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, farmácia e Ed. Física.	
Laboratório de Pesquisa de Biofísica e Fisiologia – 5 lugares		Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, farmácia e Ed. Física.	
Controle e qualidade e Química Farmacêutica –12 lugares		Farmácia	
Farmacognosia de Alimentos –12 lugares		Farmácia	
Farmacotécnica e Cosméticos –12 lugares		Farmácia	
Hematologia –12 lugares		Farmácia	
Análises Clínicas –12 lugares		Farmácia	
Toxicologia –12 lugares		Farmácia	
Laboratório de Prótese –32 lugares		Odontologia	
Laboratório de Dentística –32 lugares		Odontologia	
Laboratório de Patologia –20 lugares		Odontologia	
Laboratório de Radiologia –30 lugares		Odontologia	
Laboratório de Biologia Molecular – 05 lugares		Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, farmácia e medicina Veterinária.	
Laboratório de Sorologia – 05 lugares		Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, farmácia e medicina Veterinária.	
Laboratório de aulas práticas em Parasitologia – 20 lugares		Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, farmácia e medicina Veterinária.	
Laboratório de Microscopia – 40 lugares		Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, farmácia e medicina Veterinária.	
Laboratório de Microbiologia (02) - cada um com 20 lugares		Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, farmácia e medicina Veterinária.	
Laboratório de Pesquisa em Microbiologia – 10 Lugares		Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, farmácia e medicina Veterinária.	
Outras estruturas dignas de nota:			
Núcleo de Tecnologia Farmacêutica			
Farmácia Escola			
Clínicas Integradas de Odontologia			

Fonte: CCS.

Quadro 37 – Infraestrutura física do **Centro de Tecnologia**

Centro de Tecnologia (CT)			
Especificação	Quantidade	Dimensão por unidade (m ²)	Capacidade (nº carteiras/cadeiras)
Salas de aula (total: 18)	10	60	550
	8	100	800
Laboratórios* (descrição abaixo)	12		
Auditório da Unidade	01	180	160
Sala de Diretoria	01	39	
Secretaria	04	20	
Vice - Diretoria	01	15	
Copa	01	10	
Sanitários Coletivos	13	10	
Sanitário individual	03	3	
Depósito	06	8	
Cabine de Controle	01	9	
Escritório Escola	01	32	15
Espaço de convivência	03		
Setor de reprografia*	01		
Salas de professores	30	8	
Coordenação	05	30	
Secretaria de Informática	01	25	
Banheiros Coletivos incluindo os adaptados a portadores de necessidades especiais	04	-	-
Descrição dos laboratórios			
Nome		Curso(s) que atende	
Laboratório de Fotogrametria		Engenharia de Agrimensura	
Laboratório de Topografia		Engenharia Civil, Engenharia de Agrimensura e Arquitetura	
Laboratório de Materiais de Construção		Engenharia Civil, Engenharia de Agrimensura e Arquitetura	
Laboratório de Eletricidade		Engenharia Civil e Engenharia de Agrimensura	
Laboratório de Engenharia de Sistemas - 60 computadores		Todos os cursos do CT	
Laboratório de Petrografia		Engenharia Civil e Engenharia de Agrimensura	
Laboratório de Resistência de Materiais		Engenharia Civil, Engenharia de Agrimensura e Arquitetura	
Laboratório de Saneamento		Engenharia Civil e Engenharia de Agrimensura	
Laboratório de Hidráulica		Engenharia Civil e Engenharia de Agrimensura	
Laboratório de Informática		Engenharia Civil, Engenharia de Agrimensura e Arquitetura	
Laboratório de Solos		Engenharia Civil e Engenharia de Agrimensura	
Laboratório de MEC. De Fluidos		Engenharia Civil e Engenharia de Agrimensura	
Outras estruturas dignas de nota:			
Núcleo de Maquetes e Modelos reduzidos			

Fonte: CT

 Quadro 38 – Infraestrutura física do **Campus Ministro Reis Veloso**

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	DIMENSÃO	CAPACIDADE
Sala de aula	25	70 m ²	50
Auditório	01	210 m ²	120
Biblioteca	01	820 m ²	-
Videoteca	01		
Sala de vídeo	02	22 m ²	20
Reprografia	01	18m ²	-
Sala de professor	40	12 m ²	-
Diretoria	01	40 m ²	
Secretaria	01	16 m ²	
Copa	01	18 m ²	
Cantina	01	25m ²	
Laboratório	13		

Outras Instalações:			
Almoxarifado	01	150 m ²	
Sala de Segurança	01		
Coordenações	12	12 m ²	
Depósito	02	280 m ²	
Garagem	01		
Dormitório para motorista	01		
Banheiros Coletivos incluindo os adaptados a portadores de necessidades especiais	6	-	-
Descrição dos Laboratórios			
DESCRIÇÃO		CURSO QUE ATENDE	
Laboratório de Microscopia		Biologia, Biomedicina, Fisioterapia	
Laboratório de Limnologia		Eng ^a de pesca	
Laboratório de Zoologia		Biologia, Eng ^a de Pesca	
Laboratório de Botânica		Biologia	
Laboratório de Ecologia		Biologia, Eng ^a de Pesca	
Laboratório de Tecnologia do Pescado		Eng ^a de Pesca	
Laboratório de Ciências Fisiológicas		Fisioterapia, Biomedicina	
Laboratório Histologia		Biologia, Biomedicina	
Laboratório de Bioquímica (Biotec)		-	
Laboratório de Genética e Biologia Molecular		Biologia, Biomedicina	
Laboratório Microbiologia		Biologia, Biomedicina	
Laboratório Parasitologia e Urinálise		Biomedicina e Biologia	
Laboratório de Informática (I, II, III)		Todos os cursos	
Outras estruturas dignas de nota:			
Laboratório de Células e Moléculas (laboratório de pesquisa multiusuário)			

Fonte: CMRV

Quadro 39 – Infraestrutura física do Campus Sen. Helvídio Nunes de Barros

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	DIMENSÃO	CAPACIDADE
Sala de aula	33	70 m ²	50
Auditório	01	210 m ²	120
Biblioteca	01	820 m ²	-
Sala de vídeo	02	22 m ²	20
Reprografia	01	18 m ²	-
Sala de professor	32	12 m ²	-
Diretoria	01	40 m ²	
Secretaria	06	16 m ²	
Copa	01	18 m ²	
Cantina	01	25 m ²	
Laboratórios	20		
Outras Instalações:			
Almoxarifado	01	150 m ²	
Coordenações	09	12 m ²	
Garagem	01	280 m ²	
Banheiros Coletivos incluindo os adaptados a portadores de necessidades especiais	4	-	-
Descrição dos Laboratórios			
DESCRIÇÃO		Cursos que atende	
Laboratório de Biofísica/Fisiologia		Enfermagem, Nutrição	
Laboratório de Histologia		Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas	
Laboratório de Bioquímica/Farmacologia		Enfermagem, Nutrição	
Laboratório de Microbiologia		Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas	
Laboratório de Parasitologia		Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas	

Laboratório de Anatomia	Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas
Laboratório de Fundamentação Básica em Enfermagem	Enfermagem
Laboratório de Genética e Biologia	Ciências Biológicas, Enfermagem
Laboratório de Zoologia	Ciências Biológicas
Laboratório de Botânica	Ciências Biológicas
Laboratório de Ecologia	Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas
Laboratório de Patologia Geral	Enfermagem
Laboratório de Avaliação Nutricional	Nutrição
Laboratório de Bromatologia	Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas
Laboratório de Microbiologia de Alimentos	Enfermagem, Nutrição
Laboratório de Informática	Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas, Administração, Sistema de Informação, Letras, Matemática, História e Pedagogia
Laboratório de Bioquímica de Alimentos	Nutrição, Ciências Biológicas
Laboratório de Análise Sensorial de Alimentos	Nutrição
Laboratório de Técnica Dietética	Nutrição, Enfermagem
Laboratório de Nutrição Experimental	Nutrição

Fonte: CSHNB

Quadro 40 – Infraestrutura física do Campus Prof^o Cinobelina Elvas

ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE	DIMENSÃO APROXIMADA (m ²)	CAPACIDADE (n ^o carteiras/cadeiras)
Sala de aula	32	61,62 m ² (cada)	60
Laboratório	15	3.408,39 m ² (área total)	25 assentos (em cada)
Auditório da Unidade(em construção)	01	861 m ²	250
Miniauditório(salão nobre)	01	124,42 m ²	156
Biblioteca	01	532 m ²	80
Sala de vídeo	02	29,64 m ² (área total)	15 (em cada sala)
Espaço de Convivência	02	91,83 m ² (área total)	
Setor de Repografia	01	10,97 m ²	
Sala de Professor	36	14,82 m ² (cada)	
Sala de Diretoria	01	30,22 m ²	
Sala da Secretaria	01	18,67m ²	
Copa	04	37,76 m ² (área total)	
Cantina (esta localizada dentro do espaço do RU)	01	38,07 m ²	
Laboratório de Informática	02	175,73 m ² (área total)	Total de 30 computadores
Outras instalações: . Coordenações	(07)	Área total : 1.821,29m ²	
UAP	(01 sala)		
Almoxarifado	(01 sala)		
Salas de reunião	(02)		
Depósito	(01)		
Vestiário	(01)		
Banheiros	(26)		
Serviços Gerais	(01)		
Sala de Equipamentos	(01)		
Arquivo	(01)		
Sala d Reunião do Conselho	(01)		
RU/DCE	(01)	Área total: 1.467,49 m ²	
Hospital Veterinário	(01)	Área total: 2.526,52 m ²	
Módulos didático-produtivo (culturas vegetais e animais)	08		
Banheiros Coletivos incluindo os adaptados a portadores de necessidades	6	-	-

especiais	
Descrição dos Laboratórios	
Nome do Laboratório	Cursos que atende
Laboratório de Análise de solos	Engenharia Florestal, Engenharia Agrônômica
Laboratório de Anatomia Animal	Engenharia Agrônômica, Medicina Veterinária, Zootecnia
Laboratório de Bioquímica e Biofísica	Medicina Veterinária, Ciências Biológicas
Laboratório de Botânica e Anatomia Vegetal	Ciências Biológicas
Laboratório de Citologia e Histologia	Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Engenharia Agrônômica
Laboratório de Entomologia Agrícola e Florestal	Engenharia Florestal, Ciências Biológicas
Laboratório de Informática	Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Engenharia Agrônômica, Medicina Veterinária, Zootecnia
Laboratório de Fertilidade de Solos	Engenharia Florestal, Engenharia Agrônômica
Laboratório de Fisiologia e Farmacologia	Medicina Veterinária, Zootecnia
Laboratório de Fitopatologia e Microbiológica Agrícola e Florestal	Engenharia Florestal, Engenharia Agrônômica
Laboratório de Fotogrametria/Sensoriamento Remoto	Engenharia Florestal, Engenharia Agrônômica
Laboratório de Genética	Ciências Biológicas, Medicina Veterinária, Zootecnia
Laboratório de Geologia e Mineralogia	Engenharia Agrônômica
Laboratório de Alimentos (análise Físico-química)	Medicina Veterinária, Zootecnia
Laboratório de Alimentos (análise microbiológica)	Medicina Veterinária, Zootecnia
Laboratório de Nutrição Animal	Medicina Veterinária, Zootecnia, Engenharia Agrônômica
Laboratório de Informática	Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Engenharia Agrônômica, Medicina Veterinária, Zootecnia
Outra estrutura digna de nota:	
Módulos didáticos integrantes de uma fazenda experimental - culturas animais e vegetais	
Hospital Universitário Veterinário (em construção).	

Fonte: CPCE.

Quadro 41 – Infraestrutura física do Campus Dr. Amilcar Ferreira Sobral

CAMPUS AMILCAR FERREIRA SOBRAL (CAFS) - Floriano			
Especificação	Quantidade	Dimensão por unidade (m ²)	Capacidade (nº carteiras/cadeiras)
Sala de aula	28	62	54
Anfiteatro	2	124,42	108
Laboratório* (descrição abaixo)	12	40,80	25
Auditório da Unidade	1	250	254
Espaço de Convivência	03		
Biblioteca	1	449,55	136
Videoteca	1	30,20	
Setor de reprografia	1	18,35	
Sala de professor	36	8,06	
Sala de diretoria	1	30	
Sala de secretaria da direção	1	29,5	
Copa	2	9,50	
Laboratório de informática	2	92,95	60 computadores por Laboratório
Coordenações (Chefias, secretaria, recepção e arquivo)	4	60	
Sala de reunião	2	59,5	
Estar p/ professores	1	55,50	
Unidade de apoio pedagógico	1	59,50	
Coordenação Administrativa – Financeira	1	26,14	
Secretaria da Coordenação Administrativa	1	13,26	

Secretaria Administrativa	1	44,75	
Biotério	1	242,56	
Central de processamento de dados	1	10	
Almoxarifado	1	80	
Banheiros Coletivos incluindo os adaptados a portadores de necessidades especiais	02	-	-
*Descrição dos laboratórios			
Nome		Curso(s) que atende	
Lab. Botânica		Biologia	
Lab. Histopatologia e Embriologia		Enfermagem	
Lab. Fisiologia e Biofísica		Enfermagem e Biologia	
Lab. Microbiologia e Imunologia		Enfermagem e Biologia	
Lab. Zoologia e Parasitologia		Enfermagem e Biologia	
Lab. Física		Biologia	
Lab. Química e Bioquímica		Enfermagem e Biologia	
Lab. Paleontologia e Geologia		Biologia	
Lab. Biologia Celular e Molecular		Biologia	
Lab. Microscopia		Enfermagem e Biologia	
Lab. Anatomia		Enfermagem e Biologia	
Lab. Enfermagem		Enfermagem	
Lab. Informática		Administração – Pedagogia – Biologia - Enfermagem	
Lab. Informática		Administração – Pedagogia – Biologia - Enfermagem	

Fonte: CAFS.

É importante ressaltar, ainda, a estrutura física utilizada pela administração superior, para a gestão das atividades acadêmicas, que incluem: instalações da Reitoria; Vice-Reitoria; das 06 (seis) Pro - Reitorias; de órgãos de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão; Colégios Agrícolas (Teresina, Bom Jesus, Floriano); Centro de Educação Aberta a Distância; Espaço de Convivência Rosa dos Ventos que abriga os bancos parceiros (Santander, Real, Banco do Brasil) e FADEX (Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão), sendo esta última a fundação de apoio da UFPI, instituída com o objetivo de apoiar programas e projetos culturais, de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento científico e tecnológico, por meio da adoção de estratégias de captação e gestão financeira.

O resumo da infraestrutura física da UFPI para a execução de suas atividades fins está apresentado no Quadro 42.

Quadro 42 – Infraestrutura física resumida da UFPI para execução das atividades fins.

Unidades/Instalações	CCA	CCE	CCHL	CCN	CCS	CT	CM RV	CSH NB	CAFS	CPCE	TOTAL
Laboratórios	22	08	07	30	47	12	13	20	14	17	190
Espaços de convivência	05	04	03	02	03	02	03	02	03	03	30
Salas de aula	22	23	52	25	57	18	25	33	28	32	315
Auditórios	01	01	01	01	04	01	01	01	01	01	13
Mini auditórios / Anfiteatros	02	01	-	03	02	-	-	-	02	01	11
Biblioteca	01	01	-	01	03	-	01	01	01	01	10
Sala de vídeo/ videoteca	-	01	02	01	05	-	02	02	01	02	16

Fonte: DIAI

5.2 Transportes e segurança

Para atendimento de suas atividades, a UFPI conta com uma frota própria composta de 123 veículos integrantes das várias categorias automotivas e com o apoio de frota terceirizada. Dentre os veículos integrantes do patrimônio institucional, 49,2% foram adquiridos na vigência do último PDI e estão enquadrados nas categorias; ônibus (08), caminhões (05), vãs e *Kombi* (09), ambulância (01), trator (01) e motocicletas (10).

O número atual de motoristas pertencente ao quadro da UFPI é 17 (dezessete) e, por ser insuficiente para o atendimento das necessidades, é feita a complementação com pessoal terceirizado, que, ao final de 2009 totalizou em 10 (dez), o que permite a utilização da força de mão de obra de 27 (vinte e sete) servidores capacitados para essa categoria. Há também a participação de três auxiliares de mecânica, pertencentes ao quadro institucional.

Para a realização do serviço de segurança, a UFPI dispõe, atualmente, de 83 (oitenta e três) profissionais de vigilância e conta com o apoio de 38 (trinta e oito) terceirizados. Do pessoal integrante do quadro próprio, 69 (sessenta e nove) são lotados no campus sede e os demais nos campi do interior.

O serviço de vigilância utiliza, no trabalho de rondas ostensivas, uma frota de 09 veículos, dentre automóveis e motocicletas, em apoio aos postos de serviço. Adota armamento, segundo a regulamentação legal, e utiliza um sistema de rádio que permite comunicação, do tipo estações móveis, numa cobertura de 50.000 metros de raio, além de linhas telefônicas.

5.3 Bibliotecas

Conforme já foi detalhado no item 4.1.3, as Bibliotecas da UFPI são coordenadas pela BCCB, que é um órgão de apoio às atividades acadêmicas, inaugurada em 1993 e que, a partir de então, vem sendo gradativamente ampliada e equipada. Por ser a maior biblioteca do Estado, atende a toda a população do Piauí e das cidades vizinhas, sobretudo do estado do Maranhão.

5.3.1 Acervo

O acervo total de livros do SIBi-UFPI é composto por 64.358 títulos e 189.379 exemplares, distribuído nas bibliotecas dele integrantes, nos distintos Campi, conforme a discriminação contida nos Quadros 22 e 23.

5.3.2 Serviços

Os produtos e serviços da BCCB constam de: visitas orientadas; campanhas educativas; exposições e promoções de eventos; treinamento de usuários; COMUT/BIREME; Programa PALTEX (OPAS/OMS); laboratório de INTERNET; Wireless (conexão sem fio); laboratório para deficientes visuais; cabines individuais para notebooks; e videoteca. A BCCB possui uma ferramenta de automação que estabelece rotinas informatizadas de acesso à banco de dados via WWW, otimizando o acesso à consulta ao catálogo bibliográfico, renovação e reservas. Esse acesso é feito através dos terminais existentes na Biblioteca e Laboratórios de Informática disponíveis de segunda a sábados na IES.

O Software implantado na Biblioteca (SAB.net@), foi projetado em linguagem para Internet – *Active Server Pages* (ASP), com base de dados relacional (SQL Server) e funciona em rede sob os sistemas operacionais Windows_NT Server, com as estações de trabalho rodando sob sistema operacional MS-Windows 95/98/2000/XP/ME ou Work Station Sistema – SAB. Oferece: pesquisa on-line, por título, autor e assunto, ao catálogo do acervo bibliográfico e periódico da biblioteca através da Internet e terminais in-loco; empréstimo domiciliar para alunos, professores e funcionários da UFPI; reserva e renovação de publicações on-line via Internet e em terminais de auto-atendimento; Portal da Biblioteca na Internet. Funcionam no endereço www.ufpi.br ou diretamente no endereço <http://www2.ufpi.br/biblioteca/>, com os serviços de reservas, renovações e consultas.

O Portal da Biblioteca na Internet é disponibilizado nas dependências da biblioteca e no sítio eletrônico da UFPI e utiliza o Sistema - SAB , através do qual oferece pesquisa on-line, por título, autor e assunto, ao catálogo do acervo bibliográfico e de periódicos, através da Internet e terminais in-loco, no

endereço www.ufpi.br ou diretamente no endereço <http://www2.ufpi.br/biblioteca/>, possibilitando aos a realização de reservas, renovações e consultas em geral.

A UFPI disponibiliza também o **Portal de Periódicos da Capes**, a exemplo de mais 162 IES de todo o País, para professores, pesquisadores, alunos e funcionários, permitindo o acesso à produção científica mundial atualizada através deste serviço oferecido pela CAPES, através do qual é permitido o acesso aos textos completos de artigos de mais de 11.500 periódicos nacionais, estrangeiras e mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informações acadêmica com aceso gratuito na Internet. O uso do Portal é livre e gratuito sendo o acesso realizado a partir de qualquer terminal ligado à Internet localizado na instituição.

A UFPI está implantando a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, numa ação conjunta da direção da BCCC com a PRPPG, cujo objetivo é o de disponibilizar, para as comunidades interna e externa, a produção científica oriunda dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Instituição. Inclui registros correspondentes a textos completos e a partes de textos, devidamente autorizados pelos autores, ou a referências e resumos de teses e dissertações, digitalizados em formato *pdf*, a fim de proporcionar rapidez e facilidade de busca e acesso virtuais. Essa implantação está sendo possível a partir da aprovação de projeto, mediante concorrência ao Edital MCT/IBICT-2ª chamada FINEP/BDT nº 01/2007, elaborado conjuntamente pela Direção da Biblioteca Comunitária Carlos Castelo Branco e Coordenadoria Geral de Pós-Graduação da PRPPG, com o apoio do NPD.

As instalações gerais permitem acesso aos portadores de necessidades especiais, em observância ao Decreto 5.296/2004.

5. 3.3 Política de atualização do acervo e diretrizes para a melhoria do SIBi no quinquênio 2010-2014

A política de atualização do acervo das bibliotecas integrantes do SIBi obedece à normatização interna da BCCB, a qual prevê a atualização semestral das obras, após o encaminhamento das demandas oriundas das Coordenações

de Cursos e Programas pelos Diretores das Unidades de Ensino. Os recursos utilizados no processo de aquisição de itens do acervo são oriundos de dotações orçamentárias e de projetos específicos.

A BCCB estabelece prioridades a serem observadas no processo aquisitivo, que estão relacionadas a instalação de novos cursos de graduação e de Programas de Pós-Graduação, além de atendimento a áreas mais carentes.

Através de sua secção de intercâmbio e aquisição, a BCCB recebe doações feitas por particulares ou por empresas e efetua permutas com instituições congêneres, nacionais ou internacionais.

A administração da BCCB está automatizando permanentemente o acervo incluído a cada período letivo, inclusive no que concerne ao que é exigido para o ensino a distância, bem como, trabalhando no sentido de implantar a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.

Para o quinquênio 2010-2014, as diretrizes a serem operacionalizadas em prol do SIBi da UFPI estão descritas na Figura 18.

<p>Figura 18 - Diretrizes para a melhoria quali-quantitativa do acervo e serviços do Sistema de Bibliotecas, quinquênio 2010-2014</p>
<p>Objetivo: Ampliar quali-quantitativamente os serviços do SIBi e o acervo bibliográfico, de forma ao atendimento pleno aos cursos de Graduação, Programas de Pós-Graduação e comunidade externa.</p>
<p>Meta: Ampliar, a cada ano, em até 10%, o acervo e/ou tipologia dos serviços prestados.</p>
<p style="text-align: center;">Estratégias de ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Implantação e estruturação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, com o objetivo de integrar em um só portal, os sistemas de informação de teses e dissertações existentes no país; ✓ Contratação de recursos humanos (Bibliotecários e Técnicos Administrativos) para possibilitar a ampliação dos serviços; ✓ Capacitação dos recursos humanos envolvidos com os serviços de biblioteca para aprimoramento do SIBi; ✓ Modernização e informatização das Bibliotecas Setoriais do Centro de Ciências da Educação e Colégio Agrícola de Bom Jesus; ✓ Implantação a <i>Web Designer / Web Developer</i> para implementação do Portal de Serviços nas Bibliotecas Setoriais, através de uma <i>home page</i>. ✓ Ampliação e atualização permanente do acervo utilizado nas atividades acadêmicas presenciais e a distância; ✓ Agregação de novos recursos para uso e disseminação da informação digital.

5.4 Adequação da infraestrutura da UFPI para o atendimento a portadores de necessidades especiais

Desde o ano de 2004, existe uma política de adequação da infraestrutura existente, para atendimento aos portadores de necessidades especiais, sendo que a maioria das ações dessa natureza já foram implementadas. Todos os novos prédios já estão sendo construídos com rampas, banheiros e calçadas adequadas ao acesso de pessoas portadoras de necessidade especiais e locomoção reduzida.

A UFPI investiu, no último quinquênio, recursos da ordem de R\$ 500.000, 00 (quinhentos mil reais), para adaptação de suas instalações a portadores de necessidades especiais, em observância ao Decreto 5296/2004, conforme discriminado no Quadro 43.

Quadro 43 – Serviços de adaptação da estrutura física da UFPI a portadores de necessidades especiais.

Elementos	Ano de execução				
	2005	2006	2007	2008	2009
Construção de rampas		x	x	x	x
Adaptação de instalações sanitárias	x	x	x	x	x
Construção/adaptação de calçadas	x	x	x	x	x
Construção de estacionamentos privativos a portadores de necessidades especiais	x	x	x	x	x

Fonte: PREUNI-UFPI

No que concerne a Língua Brasileira de sinais (LIBRAS), ocorreu a adequação dos PPCs, de forma a tornar a disciplina de LIBRAS obrigatória aos cursos de licenciaturas e optativa para os bacharelados, tendo sido realizados concursos públicos para contratação de docentes especializados na ministração desses conteúdos.

5.5 Melhoria da infraestrutura física no quinquênio 2010-2014

Considerando-se o desejo de tornar a UFPI uma instituição de grande porte, muitas ações de melhoria são requeridas, no âmbito dos 05 (cinco) Campi, as quais estão detalhadas a seguir.

❖ Para o **Campus Ministro Petrônio Portella**:

- ✓ Construção de um auditório com capacidade de 1.500 lugares, para a realização de grandes eventos;
- ✓ Construção de prédios para abrigar os Programas de Pós-Graduação do vinculados ao CCE e CCHL;
- ✓ Construção de um Biotério Central;
- ✓ Ampliação e reforma da estrutura administrativa das Pro-Reitorias, sobretudo a PRPPG e a PROPLAN;
- ✓ Ampliação da rede elétrica de alta tensão;
- ✓ Construção dos prédios para funcionamento da COPESE, do Protocolo Geral e do LIBI;
- ✓ Perfuração de 04 (quatro) poços tubulares;
- ✓ Construção de avenida interligando o CT à BCCB;
- ✓ Ampliação dos serviços de água, esgoto e drenagem;
- ✓ Ampliação do almoxarifado Central;
- ✓ Construção de 02 (dois) reservatórios de água com capacidade superior a 300 metros cúbicos;
- ✓ Recuperação da rede de distribuição de água e energia;
- ✓ Conclusão da reforma do HU;
- ✓ Construção de 03 (três) blocos de dois pavimentos para laboratórios;
- ✓ Construção de 70 (setenta) novas salas de aula;

❖ Para o **Campus Ministro Reis Veloso**:

- ✓ Conclusão das obras de expansão;
- ✓ Ampliação dos serviços de água, esgoto e drenagem;

- ✓ Ampliação da Biblioteca;
- ✓ Ampliação da rede de distribuição de água e energia;
- ✓ Conclusão da construção do HU e Residência Universitária;
- ✓ Construção de 01 (um) bloco para novos laboratórios;
- ✓ Construção de 30 (trinta) novas salas de aula;
- ✓ Construção de estrutura física para implantação de programas de pós-graduação;
- ✓ Construção e ampliação do sistema viário e estacionamentos;
- ✓ Manutenção, ampliação e recuperação de segmentos da rede de energia, água, esgoto e serviço de drenagem.

❖ Para o **Campus Senador Helvídio Nunes de Barros:**

- ✓ Conclusão das obras de expansão;
- ✓ Ampliação da rede elétrica, hidráulica, sanitária e de telefonia;
- ✓ Conclusão da construção do HU e Residência Universitária;
- ✓ Construção de 02 (dois) blocos para novos laboratórios;
- ✓ Construção de 30 (trinta) novas salas de aula;
- ✓ Construção de estrutura física para implantação de programas de pós-graduação;
- ✓ Construção e ampliação do sistema viário e estacionamentos;
- ✓ Manutenção, ampliação e recuperação de segmentos da rede de energia, água, esgoto e serviço de drenagem;
- ✓ Ampliação da biblioteca setorial e das instalações administrativas.

❖ Para o **Campus Dr. Amílcar Ferreira Sobral:**

- ✓ Conclusão das obras de expansão;
- ✓ Ampliação da rede e dos serviços de água, esgoto e drenagem;

- ✓ Ampliação da Biblioteca e dos setores administrativos;
- ✓ Conclusão da construção do HU e Residência Universitária;
- ✓ Construção de 03 (três) blocos para novos laboratórios;
- ✓ Construção de 50 (cinquenta) novas salas de aula;
- ✓ Construção de estrutura física para implantação de programas de pós-graduação;
- ✓ Construção e ampliação do sistema viário e estacionamentos;
- ✓ Manutenção, ampliação e recuperação de segmentos da rede de energia, água, esgoto e serviço de drenagem;
- ✓ Construção de uma quadra poliesportiva;
- ✓ Ampliação da rede elétrica, hidráulica, sanitária e de telefonia.

❖ Para o **Campus Professora Cinobelina Elvas:**

- ✓ Conclusão do Hospital Veterinário
- ✓ Continuidade das demais obras de expansão;
- ✓ Construção de um prédio para abrigar o(s) programa(s) de pós-graduação;
- ✓ Ampliação da rede e dos serviços de água, esgoto e drenagem;
- ✓ Ampliação da Biblioteca e dos setores administrativos;
- ✓ Conclusão da construção do HU e Residência Universitária;
- ✓ Construção de 04 (quatro) blocos para novos laboratórios;
- ✓ Construção de 50 (cinquenta) novas salas de aula;
- ✓ Construção e ampliação do sistema viário e estacionamentos.

CAPÍTULO 6

6 COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A discussão sobre a importância da comunicação nas instituições públicas de educação superior vem, sistematicamente, ganhando força no ambiente acadêmico, considerando-se a responsabilidade institucional frente aos desafios expressos na sociedade contemporânea e a exigência da prestação de contas à sociedade acerca do trabalho que as instituições universitárias realizam.

Por ser a atuação universitária uma tarefa de responsabilidade coletiva, a comunicação institucional objetiva fomentar, interna e externamente, o conhecimento público sobre a Instituição, seus projetos, políticas e realizações, bem como, contribuir para o desenvolvimento de uma imagem institucional consistente e garantir o acesso do público às informações sobre as atribuições que exerce, de forma a possibilitar a crítica e o controle social sobre as ações realizadas.

Para o alcance de tais finalidades, cabe à Universidade desenvolver ações comunicativas que visem à produção de visibilidade a respeito do trabalho por ela realizado. Assim, torna-se imprescindível que ela lance mão, com maior frequência, diversidade e competência, de instrumentos de comunicação de massa, que, em larga escala, possam oferecer à sociedade, informações relevantes e adequadas a respeito das atividades acadêmicas, pois é por meio da ação comunicativa de amplo espectro que a relevância social se implanta na consciência da sociedade.

A partir do entrelaçamento entre as duas dimensões da comunicação institucional – a interna e a externa à Universidade – devem ser estruturadas as políticas adequadas, a fim de permitir a visibilidade desejada às atividades acadêmicas. Por esta via é possível a obtenção de legitimidade política para suas pretensões e a garantia do direito à informação acerca da vida universitária a todos os segmentos que nela atuam ou dela se servem.

As estratégias de comunicação adotadas na UFPI são voltadas para dois contextos:

✓ intramuros - oferecendo aos docentes e servidores técnico-administrativos da Instituição, as informações adequadas para que possam atuar, a contento, em suas atividades pertinentes, bem como, oportunidades de aperfeiçoamento e atualização profissional em diferentes áreas;

✓ extramuros - através da produção de visibilidade pública de suas realizações e acesso ao conhecimento sobre os serviços produzidos. Esta parte é realizada por meio de veículos de massa de amplo espectro, exemplificados por:

- **a Rádio FM** - UFPI, que ainda opera em fase experimental na divulgação de cultura, educação, lazer e entretenimento, através de ondas na Frequência Modulada 96,7 MHz;

- **Jornal da UFPI** – informativo produzido pela Coordenadoria de Comunicação Social (COORDECOM) da UFPI, que disponibiliza à sociedade informações sobre as atividades periodicamente realizadas;

- Revista UFPI – também editada sob a responsabilidade da COORDECOM, sendo um informativo de caráter mais abrangente, com periodicidade regular;

- **Revista Diversa** – editada pelo CMRV;

- **sítio na Internet** – através do qual concentra informações institucionais sobre:

- A UFPI: Institucional; Reitoria; Vice-Reitoria; Pró-Reitorias; Campi; Órgãos Suplementares; Unidades Acadêmicas; Inovação Tecnológica;

- Ensino: Graduação; Pós-graduação; e Técnico;

- Pesquisa: Núcleos relacionados; Pesquisadores; e Publicações;

- Extensão: Programas e Projetos; Áreas Temáticas; Linhas de Extensão; Modalidades; Diretrizes; Formulários; e Resoluções;

- Ensino a Distância.

No portal www.ufpi.br os links atualmente disponíveis são:

COMUNIDADE

- Aluno
- Amigos da UFPI
- Professor

SERVIÇOS

- Biblioteca
- Calendário
- Estatísticas
- GRU
- Guia Telefônico
- Protocolo

- Recursos Humanos
- R.U.
- Webmail

TRANSPARÊNCIA

- Atos e SPDs
- Concurso
- Editais
- Licitações
- Auditoria
- Estatutos e Regimentos

MÍDIAS

- Áudios
- Banco de Imagens
- Blogs
- Logomarcas
- Publicações
- Vídeos

O sítio eletrônico disponibiliza os seguintes serviços *on line*:

-  GRU
-  Webmail
-  Aluno on-Line
-  Biblioteca On-line
-  Protocolo
-  Ouvidoria
-  Calendário
-  CPA

Pós-Graduação

-  Doutorados
-  Mestrados

-  Residência Médica
-  Especializações

Campus

-  Bom Jesus
-  Florianópolis
-  Parnaíba
-  Picos

Instituições:

-  UESPI
-  DCE
-  FAPEP
-  ADUFPI
-  SINTUFPI
-  CEEDH-PI
-  FADEX
-  periodicos
-  Transparência Pública
-  FINEP
-  CNPq
-  CAPES

A página da Assessoria Internacional (ASSINTER), que é unidade encarregada da comunicação internacional da universidade, principalmente do estabelecimento de

parcerias com outras instituições de interesse acadêmico no Brasil e no mundo, desenvolvendo a cooperação acadêmica, técnica, científica e cultural entre elas, há informações sobre:

- **Bolsas**
- MRE
- Governo do Canadá
- **Depoimentos**
- Alunos estrangeiros
- **CAPES**
- Alemanha
- Argentina
- Holanda
- França
- **Membresias**
- OUI
- Grupo Tordesilhas
- **Dúvidas**
- Sobre bolsas
- Projetos Docentes
- **Convênios**
- Itália
- Portugal
- PEC-G
- EUA
- Croácia
- **Notícias / Eventos**
- Notícias
- Eventos
- **Visitas**

6.1 Ouvidoria

O serviço de Ouvidoria da UFPI, apesar de existir desde longa data de maneira informal, só foi legalmente instituído pelo Ato da Reitoria nº 858/2009, como instrumento de gestão e cidadania com o objetivo de receber, analisar, encaminhar e responder ao cidadão/usuário suas demandas; fortalecer a cidadania ao permitir a participação do cidadão e garantir ao cidadão o direito à informação;

Este serviço tem as atribuições de ouvir as reclamações, denúncias, elogios, solicitações, sugestões ou esclarecer as dúvidas sobre os serviços prestados; receber, analisar e encaminhar as manifestações dos cidadãos aos setores responsáveis; acompanhar as providências adotadas, cobrando soluções e mantendo o cidadão informado; e responder com clareza as manifestações dos usuários no menor prazo possível.

A atual ouvidora é uma docente e atua como um ator facilitador das relações entre o cidadão e a UFPI, com o intuito de: estabelecer canais de comunicação de forma aberta, transparente e objetiva, agir com transparência, integridade e respeito; atuar com agilidade e precisão; exercer suas atividades com independência e autonomia, buscando a desburocratização; e fomentar a participação do cidadão no controle e decisão dos atos praticados pelo gestor público.

O relatório de atividades do setor, referente aos seis últimos meses do ano de 2009, contabilizou 800 manifestações recebidas via e-mail, além de contatos pessoais.

6.2 Infraestrutura de informática à disposição dos Cursos/Programas

A UFPI dispõe de sistemas informatizados para viabilizar sua gestão desde os anos 80. A partir de então, vem investindo na ampliação e adequação desses sistemas às demandas que lhe são apresentadas, tanto pela comunidade universitária quanto em razão dos avanços da tecnologia.

Atualmente, os sistemas de informação implantados abrangem áreas de gestão acadêmica e do ensino de graduação e de pós-graduação. São igualmente atendidas as áreas de extensão e parte da gestão administrativa, patrimonial e de recursos humanos. Os diversos sistemas estão construídos em plataformas tecnológicas distintas, sem uma completa integração de suas bases.

Todo investimento está sendo feito para que o ambiente *web* se torne padrão, com o objetivo de se disponibilizarem serviços aos interessados, pela *Internet* ou pela rede interna. Dessa forma, o Núcleo de Processamento de Dados (NPD), órgão responsável pela Tecnologia da Informação na UFPI, está desenvolvendo uma metodologia para desenvolvimento e aquisição de soluções corporativas apropriada para a instituição como um todo e levando em consideração a escassez de profissionais existentes.

Os sistemas desenvolvidos e planejados para a UFPI em ambiente *web* vão permitir o estabelecimento de novos paradigmas de prestação de serviços e informações à comunidade. Para tanto, professores e alunos devem ter portais específicos, em que serão relacionados os diversos serviços à sua disposição, informações úteis para o seu dia-a-dia e novas formas virtuais de relacionamento com suas atividades e atribuições acadêmicas.

Atualmente, as coordenações de cursos possuem acesso à rede da UFPI, possibilitando assim o uso do sistema acadêmico universitário, responsável por toda a parte de matrícula, oferta, digitação de notas, e todas as demais atividades relacionadas ao ensino de graduação e pós-graduação. Além disso, a partir do acesso à rede da instituição é possível acessar a Internet, via Ponto de Presença da RNP no estado.

6.3 Redes de informação

A rede interna da UFPI é mantida pelo NPD, órgão de TI da UFPI e centralizador da saída para a Internet acadêmica via Ponto de Presença da RNP no Piauí (PoP-PI). Dessa forma, o núcleo da rede é mantido no NPD, sendo composto por diversos equipamentos e fibras óticas que interligam os diversos setores da UFPI, incluindo os centros e unidades administrativas presentes no campus Ministro Petrônio Portella (Teresina). A ligação aos demais pontos existentes em Teresina é feita via fibra ótica contratada junto às operadoras de telefonia da região.

Cada centro ou unidade administrativa da UFPI possui uma subrede própria. As ligações entre essas subredes e o núcleo central são feitas a partir de um par de fibras ótica multimodo ou monomodo (dependendo das distâncias envolvidas) que se conectam aos equipamentos de rede (switches), em ambos os lados, por meio de conversores óticos fast ethernet (100Mb) ou gigabit ethernet (1000Mb).

No caso dos campi do interior a ligação à rede da UFPI é feito via link de dados contratado junto às operadoras de telefonia local. Atualmente existem links operando a 1Mbps entre cada um dos quatro campi e o NPD. Essa ligação é insuficiente para os campi atualmente, tanto que a RNP já iniciou a contratação de um link adicional, para cada campus, de 2Mbps, ligando-os diretamente ao PoP-PI. Embora essa medida gere um aumento significativo da velocidade atual, provavelmente não resolverá o problema, visto que os campi do interior estão em ritmo acelerado de crescimento e sua demanda já é bem razoável. Estima-se que apenas um link da ordem de 8Mbps (full) resolva o problema de rede e acesso à Internet por um período de 4 anos nos campi de Parnaíba, Bom Jesus e Picos. Para o campus de Floriano, estima-se que um link de 4Mbps (full) resolva a no mesmo período.

A saída para a Internet na UFPI é feita via link de rádio, com velocidade de 34Mbps, via PoP-PI. O PoP-PI é o ponto de presença da RNP no PiauÍ e local de escoamento da Internet acadêmica no estado. O PoP-PI opera atualmente com 34Mbps de largura de banda, sendo justamente por isso que o link entre a UFPI e o PoP também é de 34Mbps. Vale ressaltar que, embora tenhamos ligação de 34Mbps ao PoP-PI, normalmente a UFPI utiliza cerca de 20Mbps, uma vez que além da própria UFPI o PoP provê acesso à Internet para Embrapa, IFIP, UESPI, São Marcos e FAPEPI. Com isso, o link total, de 34Mbps, é disputado por todas essas instituições. Atualmente, essa largura de banda tem se mostrado incapaz de atender as demandas da UFPI. Já foram feitos alguns comunicados oficiais para que a RNP intervenha nessa questão e disponibilize para o PoP-PI uma largura de banda maior, permitindo assim uma melhor conexão à Internet por parte da UFPI e de todos seus usuários.

Neste ano (2010) está previsto a conclusão do projeto Redecomep em Teresina, que prevê a interligação da UFPI e de diversas outras instituições de ensino e pesquisa diretamente ao PoP-PI a partir de fibra ótica operando a 1Gbps. Nesse caso, será substituído o link atual, de 34Mbps via rádio, por um link de 1Gbps via fibra ótica. No entanto, é importante ressaltar que a não ampliação da ligação do PoP-PI ao backbone da RNP, não deverá gerar nenhuma melhoria da situação atual da velocidade de acesso à Internet para a UFPI nem para as demais instituições agregadas ao PoP. Como principal efeito colateral dessa incapacidade de atendimento, os projetos de Telemedicina, Telessaúde e demais projetos que necessitem de recursos de transmissão de áudio e vídeo, serão inviabilizados no estado.

6.4 Estratégias e meios para a comunicação interna e externa

A partir do uso da rede da UFPI é possível estabelecer diversas formas de comunicação interna na instituição. A mais comum é a partir de aplicativos para comunicação instantânea como o GTalk, além da própria rede de telefonia que não é tarifada para ligações entre os setores da UFPI.

Mas, além disso, a UFPI mantém duas soluções de correio eletrônico para seus usuários: uma tradicional, baseada em servidores locais e outra baseada na plataforma Google, hospedada na “nuvem”. Essa última solução fornece, além do serviço de e-mail, agenda, controle de grupos, comunicação instantânea e uma série de outros serviços, acessíveis a partir de qualquer local do mundo.

A UFPI também mantém um cadastro local com os contatos dos professores, técnicos e alunos da instituição, possibilitando assim o uso de e-mails para divulgação de quaisquer notícias de interesse da comunidade em geral.

O sítio da UFPI também é um mecanismo de comunicação bastante utilizado e visualizado por toda a comunidade. Recentemente ele foi reestruturado, para resolver uma série de questões apontadas em um levantamento feito junto à comunidade universitária, na intenção de aperfeiçoar seu uso e aumentar sua efetividade. A UFPI ainda está em processo de finalização do seu sítio. A idéia é que tenhamos todos os setores da UFPI com representação no sítio. Isso facilitará a obtenção de qualquer informação e ajudará bastante a comunidade acadêmica em geral.

Um projeto liderado pela RNP, o VoIP, ainda não foi concluído na UFPI, em virtude de problemas com a contratação de serviços necessários para sua efetivação. Em breve esse será mais um serviço existente na instituição e permitirá a comunicação com outros estados e instituição a um custo bastante reduzido.

As diretrizes para este quinquênio, concernentes ao processo de comunicação interna e externa, estão apresentadas na Figura 19.

Figura 19 – Diretrizes para a Comunicação Interna e Externa – quinquênio 2010-2014	
Objetivos:	
✓	Garantir que mais recursos de tecnologia da informação estejam disponíveis para os cursos/programas;
✓	Garantir, mediante contínuas atividades de diagnóstico, prospecção e difusão de novas soluções aplicáveis à UFPI, que os recursos de tecnologia

da informação disponíveis estejam sempre em condições de prestar serviços de qualidade;

- ✓ Zelar pela imagem da UFPI, em face dos públicos interno e externo, a fim de fortalecer sua natureza de Instituição Pública dedicada ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- ✓ Criar, fortalecer e aprimorar os instrumentos, ações e meios de comunicação da UFPI, com vistas a ampliar sua interlocução com as comunidades interna e extern;
- ✓ Contribuir para a criação de redes de divulgação do conhecimento científico, em especial, do gerado na UFPI;

Metas:

- ✓ Desenvolver um programa de gestão estratégica de tecnologia da informação, para acompanhar, na UFPI, o orçamento, o planejamento e a execução de despesas e investimentos nessa área;
- ✓ Implantar um novo sistema de gestão, integrando todos os subsistemas existentes, de forma a otimizar o trabalho dos diversos setores da instituição;
- ✓ Estruturar programas de padronização para implantação, distribuição e uso de recursos de tecnologia da informação, inclusive softwares livres de controles autorais;
- ✓ Fornecer, com maior agilidade e controle, atendimento à comunidade da UFPI usuária dos serviços de tecnologia da informação, via Help Desk e atendimento local;
- ✓ Atualizar e expandir a infra-estrutura de telefonia convencional da UFPI, para cobrir 100% das instalações físicas existentes;
- ✓ Atualizar e expandir a infra-estrutura de rede da UFPI, para cobrir 100% das instalações físicas existentes;
- ✓ Ligar a UFPI ao PoP-PI utilizando fibra ótica, com velocidade de operação gigabit;
- ✓ Implantar, na UFPI, políticas de organização e gerenciamento dos arquivos de documentos administrativos e acadêmicos;
- ✓ Estimular e ampliar a exposição da UFPI por meio de estratégias que visem à mídia de abrangência e à circulação Fomentar, pela implementação de ações objetivas, a divulgação científica no âmbito da IES e a partir dela;
- ✓ Criar e desenvolver estratégias e procedimentos que garantam uma ação integrada dos setores de produção que compõem o Núcleo de Processamento de Dados e a Coordenadoria de Comunicação Social;
- ✓ Buscar a integração das ações de comunicação pulverizadas pelas diversas Unidades acadêmicas e administrativas, para fins de unificação de linguagens e de compatibilização de sua atuação, com vistas à estratégia institucional nesse campo;
- ✓ Consolidar a Rádio FM-UFPI e Instalar a TV-Universitária, garantindo-lhes as condições operacionais necessárias ao aprimoramento da interlocução com a sociedade e à divulgação de projetos e ações de interesse social;
- ✓ Consolidar o processo de comunicação interna e aprimorar a busca de

<p>melhores processos e alternativas de comunicação com os diversos públicos da universidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Consolidar o serviço de Ouvidoria de forma a torná-lo num meio adequado de utilização da informação como instrumento de gestão e cidadania; ✓ Desenvolver estratégias de acessibilidade do sistema midiático às fontes de produção de conhecimento e aos serviços oferecidos pela UFPI.
Estratégias de Ação:
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Elevação do número de ramais de telefonia convencional na UFPI bem como aumentar a cobertura do sistema e a sua evolução tecnológica; ✓ Aumento do número de pontos de rede na UFPI, bem como, estruturação de todas as subredes para operar em velocidade gigabit. ✓ Contabilização e fortalecimento os recursos de tecnologia da informação na UFPI – hardwares e softwares, bem como, do pessoal designado para desenvolver atividades na área; ✓ Apoio à elaboração e adoção, na UFPI, de programas de treinamento no uso de novas tecnologias que transformem os paradigmas da troca de conhecimento; ✓ Estruturação do serviço de Help Desk unificado para o NPD, com vistas a apoiar os projetos implantados; ✓ Estruturação do serviço de atendimento local descentralizado do NPD, para permitir uma maior agilidade na resolução de problemas nos diversos setores; ✓ Aquisição e implantação de um sistema de gestão universitária integrada, atendendo a todos os setores da UFPI. ✓ Conclusão do projeto Redecomep, ligando a UFPI ao PoP via fibra operando em velocidade gigabit e, com isso, liberação de novos serviços apoiados na infra-estrutura da rede – entre outros, transmissões de vídeo, videoconferências, telefonia convencional, VoIP e acesso a sistemas e serviços. ✓ Integração de serviços de voz, via Internet, com a telefonia convencional e ampliação da mobilidade do sistema, mediante estudo, implantação e gestão de recursos de VoIP voltados a toda a comunidade da UFPI. ✓ Definição e implantação de recursos para apoio à geração de conteúdo de ensino disponível, via web, voltado à Educação a Distância, à complementação de atividades acadêmicas presenciais e à gestão do processo de ensino/aprendizagem. ✓ Avaliação das possibilidades de utilização, na UFPI, de softwares científicos multiusuários em rede. ✓ Implantação de um sistema de rede sem fio acessível em todo o campus de Teresina; ✓ Implantação de um sistema de controle de acesso aos recursos da rede da UFPI, exigindo identificação por parte de qualquer usuário; ✓ Montagem de uma fabrica de software no NPD, para atender a todos as demandas de pequena escala existentes na UFPI, de maneira ágil; ✓ Disponibilização de todos os sistemas existentes via Internet com

segurança e alta disponibilidade;

✓ Consolidação e aperfeiçoamento da publicação do Boletim-UFPI e da Revista-UFPI, bem como, do uso do portal eletrônico, a fim de aumentar a amplitude de circulação e acesso, e de torná-los mais ágeis na disseminação de informações acadêmicas e institucionais;

✓ Criação de ferramentas de gestão de informações e de aperfeiçoamento das ações da Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria Internacional;

✓ Disseminação de uma “consciência comunicacional” entre os membros da comunidade universitária, de forma a contribuir, por meio de constante mediação, para uma colaboração mais estreita e amigável da UFPI com as diversas mídias.

CAPÍTULO 7

7 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

A UFPI, assim como outras IFES, tem uma estrutura complexa e diversificada, devendo basear as suas atividades acadêmicas, administrativas e financeiras, em modelos de planejamento participativo e integrado, cuja eficácia da gestão requer a adoção de princípios de descentralização administrativa e financeira.

Os principais obstáculos à gestão planejada na UFPI, assim como em outras IFES decorrem, direta ou indiretamente, do financiamento insuficiente e da falta de autonomia orçamentária e financeira. A questão do financiamento experimentou um progresso significativo nos últimos anos em face dos Programas de Expansão e do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que se espera terem continuidade nos próximos governos federais.

7.1 Resumo da Atuação Orçamentária do período 2005-2009

O detalhamento do orçamento da UFPI, na vigência do último PDI está apresentado no Quadro 44.

Quadro 44 – Orçamento anual da UFPI, quinquênio 2005-2009

Detalhamento	ORÇAMENTO ANUAL				
	2005	2006	2007	2008	2009
ORÇAMENTO INICIAL	168.290.612,00	174.547.985,00	223.675.289,00	230.500.178,00	265.810.490,00
ORÇAMENTO FINAL	201.010.289,96	216.847.949,26	257.027.496,85	287.988.210,02	364.067.034,93
Pessoal e Encargos	159.874.495,00	169.998.442,00	179.784.618,00	231.200.079,00	250.356.202,00
Custeio	28.127.810,11	33.207.495,61	48.770.138,57	51.691.186,25	73.826.751,17
Capital	13.007.984,85	13.642.011,65	28.472.740,28	5.096.944,77	39.884.081,76
ORÇAMENTO EXECUTADO	169.419.459,16	213.108.488,06	256.057.854,70	291.954.118,21	345.462.617,02
Pessoal e Encargos	129.450.618,00	167.145.111,72	179.340.659,72	205.182.821,84	247.637.236,42
Custeio	26.986.719,45	32.338.443,20	48.276.237,41	47.032.307,58	62.140.855,02
Capital	12.982.121,71	13.624.933,14	28.440.957,57	39.738.988,79	35.684.525,58
ORÇAMENTO INICIAL					
Tesouro	164.542.333,00	171.449.817,00	218.610.753,00	225.491.817,00	255.387.285,00
Receita Própria	3.748.279,00	3.098.168,00	5.064.536,00	5.008.351,00	10.423.205,00
ORÇAMENTO FINAL					

Tesouro	197.262.010,96	212.746.498,26	251.335.537,47	325.552.359,02	353.643.829,93
Receita Própria	3.748.279,00	4.101.451,00	5.691.959,38	8.308.351,00	10.423.205,00
ORÇAMENTO EXECUTADO					
Tesouro	165.917.442,68	209.108.602,15	250.366.511,85	285.980.755,09	327.311.322,60
Receita Própria	3.502.016,48	3.999.885,91	5.691.942,85	5.973.363,12	4.517.929,41

Fonte: PROPLAN

A UFPI tem captado, com maior vigor nos últimos anos, recursos financeiros de órgãos governamentais, agências de fomento e instituições privadas, entre os quais merecem destaque as dotações de recursos obtidas de órgãos públicos – em especial, CT-Infra, Capes/PROF/UFPI, CT/CNPq/PADCT, Ministério da Saúde, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A captação desses recursos tem contribuído significativamente para o crescimento do orçamento anual da UFPI (variação entre o valor da abertura e do fechamento do orçamento anual), que nos dois últimos anos atingiu ao em torno dos 100 milhões de reais (Quadro 45). Esses recursos também viabilizaram diversos projetos de infra-estrutura e de apoio a grupos de pesquisa, Unidades Acadêmicas e outros setores da UFPI.

Quadro 45 - Resumo da variação dos orçamentos iniciais e finais da UFPI, no período 2005-2009

ANO	Orçamento inicial	Orçamento final
2005	168.290.612,00	201.010.289,00
2006	174.547.985,00	216.847.949,00
2007	223.675.289,00	257.027.496,00
2008	230.500.168,00	333.860.710,00
2009	265.810.490,00	364.057.034,93

Fonte: PROPLAN

Além dessas formas de captação de recursos para aplicação em projetos de desenvolvimento institucional feitas em agências, órgãos governamentais e entidades privadas, a UFPI, por intermédio de suas Unidades Acadêmicas, Departamentos e outras instâncias, oferece cursos de Especialização e de Extensão, presta consultorias e participa de várias atividades que lhe geram recursos.

7.2. Previsão orçamentária para o período 2010-2014

Os obstáculos ao planejamento da gestão, já citados, em especial, a falta de autonomia orçamentária e financeira, limitam a capacidade de previsão dos orçamentos

futuros; no entanto, a UFPI buscará a manutenção do crescimento anual de seu orçamento, tendo como meta um crescimento mínimo anual de 5% (Quadro 46).

Quadro 46 – Previsão orçamentária da UFPI para o quinquênio 2010-2014

Discriminação	Projeção do Orçamento Anual				
	2010	2011	2012	2013	2014
ORÇAMENTO INICIAL	318.759.292,00	334.697.256,60	351.432.119,43	369.003.725,40	387.453.911,67
ORÇAMENTO FINAL		-	-	-	-
Pessoal e Encargos	233.191.693,00	244.851.277,65	257.093.841,53	269.948.533,61	283.445.960,29
Custeio	73.197.103,00	76.856.958,15	80.699.806,06	84.734.796,36	88.971.536,18
Capital	12.370.496,00	12.989.020,80	13.638.471,84	14.320.395,43	15.036.415,20
ORÇAMENTO INICIAL	318.759.292,00	334.697.256,60	351.432.119,43	369.003.725,40	387.453.911,67

Fonte: PROPLAN

7.3 Estratégias de gestão econômico-financeira

Objetivos

- Estabelecer diretrizes orçamentárias.
- Ampliar e consolidar a sistemática de planejamento.
- Adotar mecanismos de acompanhamento e controle da execução orçamentária, flexíveis e transparentes.
- Promover a descentralização administrativa e financeira.

Metas

- Elaborar o orçamento global da universidade, abrangendo todos os itens de despesa (custeio, investimento, pessoal), com explicitação do custo total das unidades.
- Estabelecer prioridades para os investimentos institucionais.
- Desenvolver ações de planejamento e de gestão sistêmicas.
- Assegurar o equilíbrio institucional, incentivando a cultura da responsabilidade gerencial dos recursos públicos.
- Descentralizar a gestão administrativa e financeira.

Ações

- Início do processo de planejamento, no âmbito das unidades, com antecedência mínima de seis meses;

- Busca de aumentos reais anuais nos recursos provenientes do Orçamento Fiscal da União e destinados ao custeio da UFPI, em percentuais compatíveis com a meta perseguida;
- Divulgação, discussão e revisão periódica do orçamento da UFPI;
- Manutenção de diálogo permanente com a comunidade universitária sobre as políticas orçamentárias da UFPI, em particular por intermédio das instâncias de representação da Instituição;
- Otimização da aplicação de recursos em projetos de manutenção e de desenvolvimento institucional;
- Fortalecimento, em todas as instâncias da UFPI, da gestão compartilhada.

7.4 Sustentabilidade financeira

Sendo a UFPI uma autarquia pública federal, os recursos necessários para o custeio das despesas com pessoal, instalações, bens móveis e imóveis, bem como, para os investimentos necessários, deverão ser supridos, referencialmente, com recursos provenientes do orçamento público da União Federal, distribuído conforme critérios estabelecidos em Lei.

O seu orçamento está ligado a vinculação constitucional das receitas da União destinadas a educação, pois a UFPI participa daqueles recursos junto com as demais instituições federais de educação superior segundo uma matriz de partição em que são levados em consideração alguns indicadores, tais como: o valor básico de custeio e o número de alunos equivalentes, este último baseado em número de matrículas, número de concluintes, taxa de evasão, grau de complexidade dos cursos, atividades de pesquisa e extensão etc.

A sustentabilidade da UFPI depende da expansão quantitativa e da melhoria dos seus indicadores de eficiência e eficácia em grau, no mínimo, igual a média do sistema federal de educação superior. Com desempenho igual a média do sistema fica garantida a UFPI uma expansão no seu orçamento igual a expansão dos recursos alocados a educação superior no país.

Outras fontes de arrecadação legalmente previstas contribuem para a sustentabilidade financeira institucional, tais como: doações da União, dos Estados, dos

Municípios ou de qualquer entidade pública ou privada ou de pessoas físicas através de convênios e ou outras formas de colaboração.

A distribuição interna dos recursos possui alguns parâmetros que são determinados através de indicadores, com o objetivo de medir o desempenho das unidades acadêmicas da Instituição, em suas áreas de atuação. Os parâmetros são relativos, pois relacionam a unidade com a Instituição, permitindo, através da distribuição dos recursos orçamentários, o incentivo à produção, à produtividade e a implementação de políticas de desenvolvimento.

CAPÍTULO 8

8 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Por conta da amplitude que o vocábulo “avaliação” alcançou, houve uma incorporação efetiva dessa palavra, incluindo o seu significado, no cotidiano das IES e, não somente na academia, mas no âmbito dos órgãos governamentais, organismos e agências que se dedicam à gestão e estruturação do setor educacional brasileiro, seja de modo espontâneo ou de maneira formal.

A Universidade, por conta do seu caráter público, tem a incumbência de colaborar com desenvolvimento econômico, social e cultural e o dever de participar e promover, de forma dinâmica, o processo de transformação da sociedade, impulsionando o progresso do próprio homem, sem perder de vista os valores e identidade cultural do meio no qual está inserido.

“Avaliar” significa estudar e analisar uma situação para melhor compreendê-la. A avaliação, independente do espaço no qual se instaura, equivale a um processo, que não tem um momento único e definido, mas que se realiza sobre um tempo, espaço e situações determinados. Para tanto, o ato de planejar o que será avaliado é fundamental. E, sendo assim, essa atividade apenas se realiza quando se fundamenta numa base concreta de objetivos e metas a serem alcançados.

O processo de avaliação não envolve somente a elaboração de relatórios, mas, acima disso, oportuniza as pessoas que fazem parte da Instituição, por meio da auto-análise, o conhecimento e a consciência de suas responsabilidades, além de propiciar o aprofundamento sobre o funcionamento da Universidade, o que pressupõe, sem dúvida alguma, um processo voltado para a melhoria da qualidade do ensino, articulando as áreas de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa, extensão e gestão, cujos resultados levam a um maior crescimento institucional e melhor integração com a sociedade.

A avaliação da educação superior instituída pelo governo federal em 2004, mediante a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, possui uma dimensão formativa como princípio de política pública. Este processo possui uma lógica que transcende às ações que caracterizaram o processo avaliativo em vigor na década anterior, em especial o Exame Nacional de Cursos/ENC, que era centrado no controle e verificação. Ao se contrapor à avaliação realizada verticalmente (do MEC para as IES e cursos), com fins classificatórios, o SINAES evidenciou a importância de uma avaliação abrangente e

pedagógica que, partindo das IES, a elas retorna, em um processo que passa pela ação mediadora do poder público. Assim, imprimiu mudança significativa na política para o setor educacional.

A avaliação da educação superior no contexto do SINAES contextualiza distintos procedimentos de avaliação e centra-se na defesa da qualidade, da participação e da ética, comprometida com a transparência e fundamentada nas diretrizes gerais estabelecidas na legislação.

Ancorado nas experiências instituídas em décadas anteriores, o SINAES não reedita simplesmente o passado, pois apresenta uma evolução, a partir da integração e implementação, em um único sistema, do processo avaliativo interno, do externo, da avaliação dos discentes e dos cursos de graduação. Na Lei que criou o SINAES, os processos avaliativos são apresentados como “referencial básico” para a regulação estatal, cabendo aos órgãos competentes utilizarem-se dos resultados obtidos na avaliação externa, avaliação de discentes e avaliação de cursos, para a regulação e definição das políticas da competência do poder público.

8.1 Objetivos e metas para a avaliação e acompanhamento do Desempenho Institucional

Em 24 de setembro de 2009, a UFPI realizou uma modificação de órgãos e cargos diretivos, mediante a Resolução 018/2009-CONSUN, através da qual foi criada a Diretoria de Informação e Avaliação Institucional (DIAI) na estrutura da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN), com atuação voltada para a melhoria da qualidade da educação superior e para o desenvolvimento da qualificação acadêmica, científica e cultural da UFPI, contribuindo para ampliar e diversificar sua inserção regional, nacional e internacional.

Dentre as atribuições da DIAI, está a contribuição no planejamento acadêmico e administrativo da Universidade, mediante a identificação de estratégias, instrumentos e ações institucionais necessárias para a formulação de políticas de mais largo alcance, a partir da articulação e integração de informações oriundas dos diversos bancos de dados que subsidiam as avaliações que vêm sendo promovidas na Universidade, de forma a utilizar os frutos originados nesses processos avaliativos, como real instrumento de gestão. Para a consecução deste objetivo, a DIAI utilizará as informações geradas por:

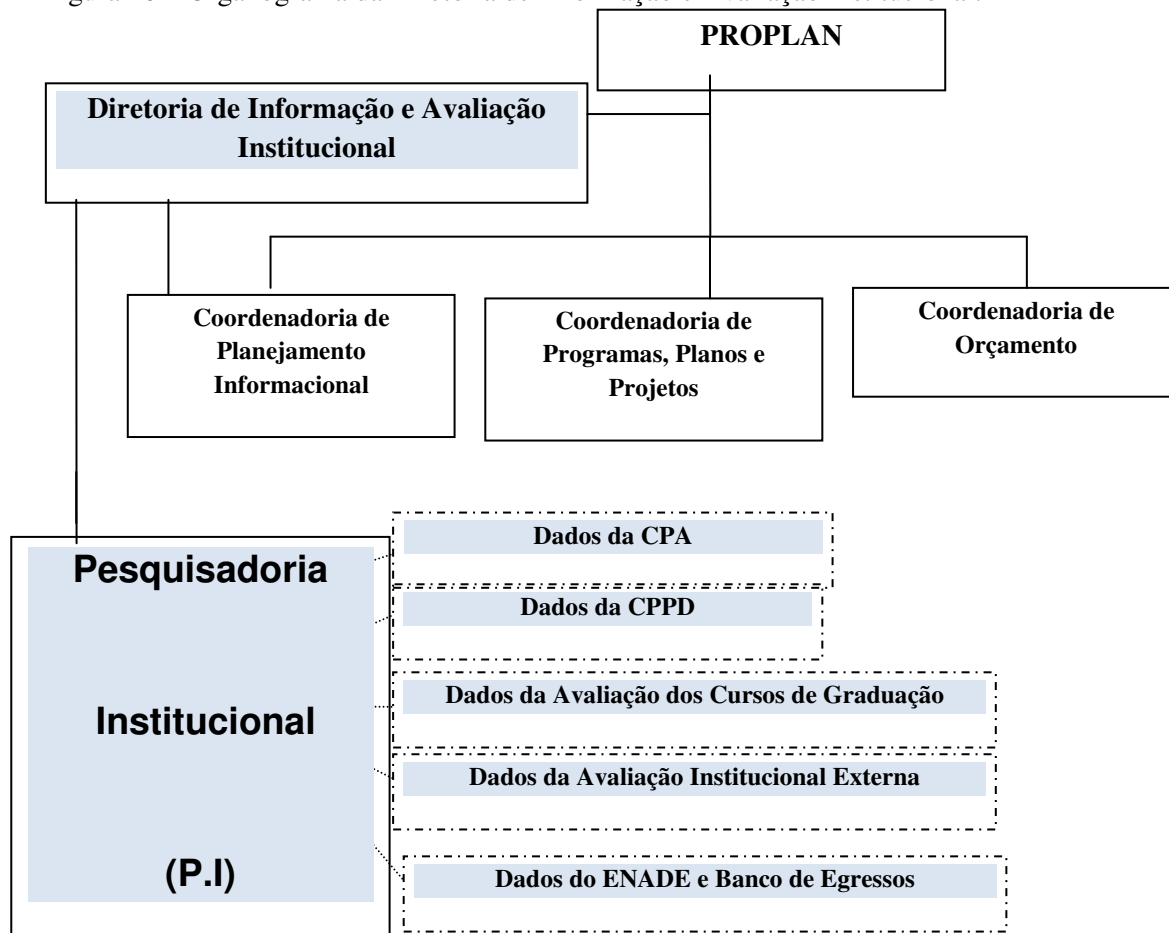
- **Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)** no que se refere à avaliação do desempenho dos docentes;
- **Comissão Própria de Avaliação – CPA** – no que tange à auto-avaliação da UFPI;
- **Avaliação dos Cursos de Graduação** – através do estudo sistematizado dos relatórios de avaliação externa dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação, objetivando a consecução de sua melhoria;
- **Avaliação Institucional Eterna** – mediante a compilação das informações oriundas da Avaliação Institucional, em cada ciclo de credenciamento, como medida de retro-alimentação do planejamento institucional;
- **Avaliação dos Discentes e Egressos** – através das informações obtidas nos Relatórios do ENADE, sobre o corpo discente dos distintos cursos e também da formação, alimentação e atualização permanente de um banco de dados sobre os egressos da UFPI, para subsidiar a retro-alimentação curricular;

A DIAI está incumbida de providenciar o suporte adequado, através do seu Serviço de Pesquisadoria Institucional, ao trabalho de todas as comissões, preenchimento de formulários de avaliação e demais instrumentos avaliativos que integram a sistemática do SINAES, para fins de adequado cumprimento aos ditames da Lei nº 10 861 de 14 de abril de 2004. O trabalho dessa Diretoria será em articulado com as outras Pro - Reitorias e também com o NPD, objetivando a montagem de um banco de dados que possa subsidiar o trabalho acadêmico de docentes, discentes e egressos.

Em harmonia com outras ações da PROPLAN, a DIAI atuará no processo de elaboração quinquenal do PDI e PPI, bem como, no acompanhamento das ações previstas, de forma a possibilitar o cumprimento da legislação educacional (Lei 9394/96, Decreto 5773/2006, Resoluções do INEP, da SESU e do CNE, bem como as normas do CEPEX).

A estrutura organizacional da DIAI é apresentada na Figura 19, a seguir.

Figura 20 – Organograma da Diretoria de Informação e Avaliação Institucional.



Um dos objetivos institucionais, expressos neste PDI, é desenvolver o processo de auto-avaliação do desempenho institucional como prática permanente de releitura, análise e reflexão crítica sobre as ações propostas e desenvolvidas.

Tal processo visa o aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa, da extensão, das parcerias e da gestão, com o comprometimento da comunidade acadêmica, através do trabalho participativo, como fator e parâmetro para o alcance da qualidade institucional almejada.

Neste sentido, a DIAI propõe a implementação de um “Programa de Avaliação Institucional” que contemple os processos de acompanhamento e avaliação, interna e externa, das atividades de ensino, pesquisa e extensão, dos programas de pós-graduação, dos processos e práticas de planejamento e gestão, do desempenho dos diferentes segmentos acadêmicos e técnico-administrativos, dos processos de auto-avaliação, dos serviços prestados e dos produtos gerados pela Universidade.

A inserção deste objetivo evidencia o comprometimento da UFPI com a educação de qualidade e com a formação de profissionais-cidadãos capazes de interferir

no mundo em constante transformação, conforme está expresso na missão e na filosofia institucionais.

8.2 Programa de acompanhamento e avaliação do desempenho institucional

A vinculação da avaliação às atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltados, primeiramente, para a produção do conhecimento, constitui o ponto básico deste processo. Tais pressupostos justificam a criação de Programa de Avaliação Institucional e construção de um projeto de Auto-Avaliação Institucional consistente, com base no disposto na Lei Nº 10.861 de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES. As bases dessa proposta encontram ressonância no conjunto de dados, presentes nas políticas para o ensino superior.

O objetivo de tal proposta, não é apenas manter a instituição preparada para avaliações externas, mas, sobretudo difundir uma cultura acerca do que se deseja alcançar, uma vez que o ato de avaliar se acompanha do “fazer”, “pensar” e “agir”.

A proposta apresentada pela DIAI caracteriza-se como processo de constante reavaliação e adequação e constitui-se num programa que confronta metas e índices de realização, para o alcance dos objetivos.

Esta proposta fundamenta-se:

- ✓ na definição de metas e objetivos a serem alcançados nos âmbitos didático-pedagógico, corpo social e infraestrutura;
- ✓ na observação ao cumprimento das metas estabelecidas pela Universidade e assumidas pelos órgãos responsáveis pela gestão acadêmica e administrativa;
- ✓ no acompanhamento das metas e objetivos a serem atingidos no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão;
- ✓ na verificação permanente do alcance das metas direcionadas aos recursos humanos, acerca de capacitação e contratação;
- ✓ no acompanhamento das metas a serem atingidas em relação às parcerias, comunicação interna/externa e gestão acadêmica.

8.3 Procedimentos e ações previstos, tendo em vista os resultados do processo de auto-avaliação institucional e avaliações externas

Os procedimentos e ações previstos no processo de avaliação interna serão operacionalizados através de instrumentos como: entrevistas, reuniões e questionários, aplicados aos vários segmentos da Universidade, gerando relatórios que subsidiarão e documentarão os índices de produtividade.

As avaliações externas servirão de norte para a averiguação sobre eficácia do trabalho auto-avaliativo e, sobretudo, para a evidenciação das potencialidades e correção das fragilidades e, conseqüentemente, para a tomada de decisões acerca da gestão institucional.

Conforme previsto na Lei nº 10.861/2004, a UFPI incorporará no seu Programa de Avaliação Institucional, as dez dimensões descritas pelo SINAES. Como o PDI 2010-2014 está organizado em oito capítulos, os procedimentos e ações a serem adotados privilegiarão os eixos abordados nesses capítulos de forma alcançar todas as dimensões do Sistema.

Considerando-se que a execução de um Programa de Avaliação Institucional é algo novo no ambiente acadêmico da UFPI, muitos serão os desafios para a sua execução. Porém, a articulação entre os setores responsáveis pelo processo permanente de avaliação suscitará a tônica do trabalho que, certamente, originará frutos para subsidiarem a busca permanente da excelência acadêmica e da relevância social.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS:

AFONSO, A.J. **Avaliação Educacional. Regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005, 151 p.

AMARAL, N. C. **Financiamento da educação superior: Estado x Mercado.** São Paulo: Cortez; Piracicaba: UNIMEP, 2003.

BITTAR, M.; Oliveira, J.F.; MOROSINI, M (Org.). **Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.348 p.: il. (Coleção Inep 70 anos, v. 2)

BODINI, V.L. **O processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional de uma universidade pública: uma análise a partir da literatura de planejamento estratégico.** In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia.

Disponível em:

< http://www.aedb.br/seget/artigos09/397_SEGET_09_PDI__processo_estrategico_Versao_Final.pdf> Acesso em 04.01.2010.

BRASI. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso de 23.12.2009.

BRASIL. **Decreto nº 5.773**, de 9 de maio de 2006. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.** DOU de 10.05.2006. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006.htm> Acesso em: 01 abr. 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.**

Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm>.

Acesso em 15.janeiro.2005.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE).** Lei nº 10.172/2001. Brasília: Congresso Nacional, 2001. Disponível em <

http://www.inep.gov.br/download/cibec/2001/titulos_PNE.pdf>. Acesso em

15.outubro.2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Formulário do Plano de Desenvolvimento Institucional.** Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.htm>.

Acesso em: 01 abr. 2009.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** DOU nº 248, Brasília, DF, 23.dezembro.1996, p. 27.833-27841.

BRASIL. **Lei n. 11.788**, de **25 de setembro de 2009**, publicada no DOU de 26.09.2008.

Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em < www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/htm>. Acesso em 20.jan.2010.

COSTA, E. A. **Gestão estratégica. Da empresa que temos para a empresa que queremos.** 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2007, 245 p.

CARDOSO, M. L. **Avaliação da Universidade: concepções e perspectivas. Universidade e Sociedade.** Brasília: ANDES, 1991.

CHARLE, C.; VERGER, J. **História das Universidades.** São Paulo : Ed. Universidade Estadual Paulista, 1996.

DIAS-SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior.** Petrópolis: Vozes, 200, 235 p.

DUTRA, C.E.G. **Guia de referência da LDBE/96 com atualizações: conforme legislação disponível até agosto de 2006.** 2. ed., São Paulo: Avercamp, 2007, 221 p.

FORGRAD. **Plano Nacional de Graduação– Um projeto em construção.** Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras. 1999, 33 p.

MEYER JUNIOR, V. Planejamento Universitário: ato racional, político ou simbólico – um estudo de universidades brasileiras. **Alcance.** v.12, n. 3, p. 373-389, 2005.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão.** Ilhéus: Editus, 2001.

FREIRE. P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996, 165 p.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).** Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 23.12.2009.

MARBACK NETO, G. **Avaliação: Instrumento de Gestão Universitária.** Vila Velha, Hoper Editora, 2007, 260 p.

MENEGHEL, S.M; ROBL, F; SILVA, T.T.F. A relação entre avaliação e regulação na Educação Superior: elementos para o debate. **Educar,** Curitiba, n. 28, p. 89-106, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundação CAPES. **V Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010.** Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br/forpred_doc/PNPG_2005_2010.pdf> acesso em 14.agosto.2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INEP. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa.** Brasília: INEP, 2008, 27 p.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Brasília: UNESCO, 2001, 139 p.

PACHECO, E.; RISTOFF, D. Educação superior : democratizando o acesso. **Avaliação,** Campinas: v. 9, n. 4, p. 9-24, dez.2004.

REBELO, L. M. B. **A dinâmica do processo de formação de estratégias de gestão em universidades:** a perspectiva da Teoria da complexidade. 2004. 276f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

REBELO, L. M. B. A dinâmica do processo de formação de estratégias de gestão em Universidade: a perspectiva da teoria da complexidade. **Tese de Doutorado.** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2004. 276 p.

RISTOFF, Dilvo; ARAÚJO, Luiz. Missão Inadiável. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Universidade XXI: a encruzilhada da educação superior.** Brasília: MEC, 2003.

SCHMITT, J. L.; MAFRA, W. J. **Planejamento Estratégico Servindo para a Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional.** In.: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, XXIII : 2003 : Ouro Preto) Anais... Ouro Preto : Universidade Federal de Ouro Preto, 2003. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003_TR0702_1103.pdf. Acesso em: 07.mai.2009.

SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação.** 4. Ed. Ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007, 224p.

SOBRINHO, J. D. **Avaliação. Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior.** São Paulo: Cortez, 2003, 198 p.

UNESCO .CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, 1998: Paris, França). **Tendências da educação superior para o século XXI.** Brasília: UNESCO/CRUB, 1999.

UNESCO/CRUB. **ANAIS DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE ENSINO SUPERIOR.** Brasília: UNESCO/CRUB, 1999.

UNESCO. **World Conference on Higher Education: The New Dynamics of Higher Education and Research For Societal Change and Development.** Paris, 2009. 10 p. Disponível in: http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/ED/pdf/WCHE_2009.pdf
>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO. **Relatório de Auto-avaliação Institucional da UFPI – 2006-2008.** UFPI 2008. Teresina, CPA/UFPI, 127 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Gestão-UFPI-2008.** Teresina: Gráfica da UFPI, 62 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Coletânea: Estatuto da UFPI. Regimento Geral da UFPI. Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Regimento do Conselho de Administração da UFPI. Regimento do Conselho**

Universitário da UFPI. Estatuto da FUFPI. Regimento do Conselho Diretor da FUFPI. Teresina: Gráfica da UFPI, 12 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Interno da Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários.** Teresina: Gráfica da UFPI, 16 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Interno da Pro-Reitoria de Planejamento.** Teresina: Gráfica da UFPI, 26 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Interno da Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.** Teresina: Gráfica da UFPI, 21 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Interno da Pro-Reitoria de Ensino de Graduação.** Teresina: Gráfica da UFPI, 20 p.

VEIGA, I.P.A.; NAVAES. M.L.P. **Currículo e Avaliação na Educação Superior.** Araraquara: Junkeira & Marin Editores, 2005, 230 p.

VIANNA, H.M **Fundamentos de um Programa de Avaliação Educacional.** Brasília: Liber Livros Editora, 2005, 182 p.